

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

JOEL FELIPE GUINDANI

**A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA PRÁTICA DA
RÁDIO TERRA LIVRE FM**

PORTO ALEGRE

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

JOEL FELIPE GUINDANI

**A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA PRÁTICA DA
RÁDIO TERRA LIVRE FM**

Tese apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial do título de doutor em Comunicação e Informação.

Orientador: Prof. Dr. Valdir José Morigi

PORTO ALEGRE

2014

JOEL FELIPE GUINDANI

**A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA PRÁTICA DA
RÁDIO TERRA LIVRE FM**

Tese apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial do título de doutor em Comunicação e Informação.

Prof. Dr. Valdir José Morigi (Orientador) - UFRGS

Prof^ª. Dra. Neusa Maria Bongiovani Ribeiro - FEEVALE

Prof^ª. Dra. Lizete Dias de Oliveira - UFRGS

Prof. Dr. Joviles Vitório Trevisol - UFFS

Prof. Dr. Ronaldo Colvero - UNIPAMPA

Prof^a. Dra. Ilza Girardi – UFRGS (Suplente)

PORTO ALEGRE

2014

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Gelci e Darci, sobrinha Sofia, irmão Evandro e cunhada Michele, pelo amor incondicional.

Aos meus avôs Guerino, Maria e Amábile (*in memoriam*). Ao nono Alcides, retirante gaúcho, pelo exemplo de persistência.

À Dona Carmen, Lourenço, Thamara e Joyce, minha segunda família.

Ao meu orientador e amigo Valdir José Morigi, por acreditar em nossa pesquisa.

Aos amigos da caminhada acadêmica, Cristovão Domingos de Almeida, Lourdes Ana Pereira, Wesley Grijó, Gisele Neuls e aos demais colegas da UNIPAMPA, pelo companheirismo durante os últimos anos do doutorado.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em especial ao Miguel Stédile, Ernesto Puhl, Adílio Paz, Cezar Antunes, Terezinha Andretta, Vagner Putzel, Ivinei Machado e Luciana Maciel. Juntos, rompemos cercas e semeamos esperanças.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, especialmente as professoras Nilda Jacks, Maria Helena Weber, Ilza Girardi, pelas contribuições durante a qualificação e pela humilde disponibilidade em todos os dias do doutorado.

Mesmo na noite mais triste em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste há sempre alguém
que diz não.

Manuel Alegre, “Trova do Vento que Passa”.

RESUMO

A cidadania é o campo teórico estruturador desta pesquisa, bem como o conceito investigado a partir da Rádio Terra Livre FM, prática comunicacional desenvolvida e um assentamento conquistado pelo Movimento Sem Terra (MST). O objetivo é compreender como os comunicadores desta emissora constroem a cidadania. Para dar conta deste objetivo a presente pesquisa esteve atenta aos elementos que constituem o processo de construção da cidadania dos comunicadores, a partir da articulação de três grandes campos teóricos: cidadania; movimentos sociais e comunicação. Na perspectiva do método qualitativo, a cidadania é investigada desde a ação de sujeitos e se relaciona, portanto, à construção não estática, mas dinâmica, a partir dos enfrentamentos que emergem em tempos e espaços diversos. Assim, a construção da cidadania se relaciona a especificidades, mediações, elementos e situações visíveis na prática radiofônica e, igualmente, na ação dos comunicadores e de dois documentos de comunicação, os quais apresentam as relações entre a emissora e as demandas do MST. A etnografia e a pesquisa participante compõem a construção metodológica, em conjunto com outros procedimentos metodológicos, como a entrevista, o diário de campo, a análise documental e o estudo de caso. Os resultados apontam que os comunicadores constroem a cidadania a partir: das motivações que ativam suas práticas; da relação, negociação e do enfrentamento entre a emissora, o Estado e o mercado; dos níveis de participação e dos sentidos de cidadania em disputa no contexto da emissora; da comunicação popular e comunitária e em relação com as motivações e os sentidos de cidadania expressos nos documentos de comunicação investigados. Assim, a Rádio Terra Livre FM se efetiva como espaço vivo, composto por formas variadas de participação, de interesses comuns e também distintos; por motivações e demandas que se constituem como força de combate às regulações que impedem a prática dos comunicadores, bem como a própria construção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Cidadania; Movimentos sociais; Rádio; Movimento Sem Terra.

ABSTRACT

Citizenship is the designer of this theoretical field research as well as the concept investigated from the Radio Terra Livre FM, developed communicational practice and conquered by the Movimento Sem Terra (MST). The goal is to understand how this network communicators build citizenship. To realize this objective the present study was attentive to what constitutes the process of building citizenship communicators, from the articulation of three major theoretical fields: citizenship, social movements and communication. In view of the qualitative method, citizenship is investigated from the action of individuals and, therefore, relates to construction not static, but dynamic, from the clashes that emerge in different times and spaces. Therefore, the construction of citizenship relates to specifics, mediations, and elements visible in radio conditions in practice and, also, the action of two communicators and communication documents, which show the relationship between the issuer and the demands of the MST. Ethnography and participatory research methodology to assist construction together with other methodological procedures, such as interviews, field diary, document analysis and case study. The final results indicate that communicators build citizenship from: the motivations that activate their practices; relationship, negotiation and confrontation between the issuer, state and market; levels of participation and sense of citizenship in dispute in the context of the issuer; folk and community communication and relationship with the motivations and meanings of citizenship expressed in the communication documents investigated. Thus, Rádio Terra Livre FM is effective as a living space, composed of various forms of participation, common interests and also distinct, for motivations and demands that constitute a force to fight regulations that impede the practice of communicators, as well as itself construction of citizenship.

KEYWORDS: Communication, Citizenship, Social Movements; Radio; Movimento Sem Terra.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Pesquisa exploratória.....	140
TABELA 2 - Assentamos rurais no município de Abelardo Luz.....	171
TABELA 3 - Associação Cultural Terra Livre.....	202
TABELA 4 - Grade de programação de reabertura da Rádio Terra Livre FM.....	204
TABELA 5 - Nova grade de programação da Rádio Terra Livre FM.....	205
TABELA 6 - Pesquisa de audiência.....	208

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A CIDADANIA EM MOVIMENTO: OS SENTIDOS EM DISPUTA	20
2.1 A construção da cidadania e a questão da subjetividade	26
2.2 Os movimentos da cidadania na história ocidental e norte-americana.....	30
2.3 A cidadania nos períodos colonial latino-americano e brasileiro contemporâneo	47
3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	76
3.1 A questão do indivíduo e da coletividade para a construção da cidadania.....	76
3.2 As formas de participação como os elementos construtivos da cidadania.....	86
3.3 Os movimentos sociais e uma nova noção de cidadania.....	93
4 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA.....	100
4.1 Os níveis de construção da cidadania comunicativa	103
4.2 A tecnologia radiofônica na construção da cidadania	107
4.2.1 O rádio e a cidadania no contexto da comunicação popular e comunitária	111
4.2.2 A rádio comunitária e a construção da cidadania.....	114
5 PERCURSOS METOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE UMA CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO.....	123
5.1 A forma de abordagem da cidadania a partir da apreensão do objeto empírico.....	124
5.2 Percursos de uma construção metodológica qualitativa: os passos iniciais na pesquisa de campo	132
5.3 A Etnografia e a pesquisa participante: inspirando nosso olhar e conduzindo os nossos passos	135
5.3.1 - O diário de campo e a estruturação das entrevistas.....	143
5.4. A configuração do campo de pesquisa como estudo de caso	147
5.5. A Pesquisa e a análise documental.....	151
5.5.1 Caminhos possíveis para a análise documental.....	153

5.6 Ética e pesquisa	156
5.6.1 A ética na aplicabilidade e a partilha dos resultados da pesquisa	158
6 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO OBJETO DE PESQUISA	161
6.1 A questão agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	161
6.2 O município de Abelardo Luz	169
6.3 O Assentamento 25 de Maio	172
6.4 As práticas comunicacionais do MST	178
6.5 O panorama da comunicação radiofônica do Movimento Sem Terra	187
6.6 O contexto histórico da Rádio Terra Livre FM	193
7 DESVELANDO A CIDADANIA NA REALIDADE INVESTIGADA: o recorte do objeto e os primeiros passos investigativos.....	213
7.1 As motivações e os sentidos da cidadania em construção: o contexto e a ação dos sujeitos da pesquisa	215
7.2 A cidadania em movimento: a relação, o enfrentamento e as negociações entre Rádio Terra Livre FM, o Estado e o mercado	244
7.3 A cidadania comunicativa, movimentos sociais e os aspectos da comunicação radiofônica popular e comunitária na prática da Rádio Terra Livre FM.....	284
7.4 A construção da cidadania a partir dos documentos “As rádios do MST e Agitação e propaganda”	300
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	312
REFERÊNCIAS	322
ANEXOS.....	334

1 INTRODUÇÃO

A cidadania é a noção teórica estruturadora desta pesquisa, bem como o campo conceitual investigado a partir da prática radiofônica desenvolvida no interior de um assentamento conquistado pelos integrantes do Movimento Sem Terra (MST). Trata-se de um movimento teórico e empírico, que busca o esclarecimento conceitual e o desvelamento das articulações e das mediações que constituem o processo de construção da própria cidadania a partir da ação dos comunicadores da Rádio Terra Livre FM.

A temática desta pesquisa entrelaça, inicialmente, dois campos teóricos: comunicação e cidadania, os quais se articulam com a minha história de vida, que considero uma das principais motivações desta tese. Comunicação e cidadania, segundo Wolton (2004), são elementos normativos da existência humana. A necessidade de ser compreendido ou de compartilhar vivências comuns é a matriz da própria noção de cidadania. Nesse sentido, o conteúdo desta tese é consequência da minha realidade histórica, comunicacional e cidadã; realidade que se originou durante a convivência com pessoas preocupadas em comunicar a justiça social, ou seja, a cidadania.

Assim, o nascimento desta pesquisa iniciou antes do doutorado. O tempo vivido no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM UFRGS) possibilitou a acolhida e a orientação das diversas experiências vivenciadas desde o ano de 1995, momento em que, juntamente com os meus familiares, recebemos em nossa casa algumas mulheres e crianças do Movimento Sem Terra, que naquela mesma semana haviam ocupado uma fazenda em nosso município, Vargem Bonita (SC). Conviver com os “Sem terra” é a semente desta tese. Isso também se deve ao fato de minha mãe ter sido professora dos assentados e coordenadora de atividades com as mulheres do MST

Desde o ano de 1995, tornei-me participante de atividades e, posteriormente, da militância do MST. Conheci outros acampamentos e assentamentos na região norte de Santa Catarina, bem como na capital paranaense e, por último, em São Paulo, onde atuei

em diversas mobilizações. Ao retornar para Santa Catarina, no ano de 2002, participei de um acampamento de formação política, realizado no Assentamento 25 de maio, município de Abelardo Luz. Foi nesta oportunidade que conheci a Rádio Terra Livre FM e, desde então, frequentei encontros formativos com os comunicadores e assentados daquela região.

Em meados de 2005, militantes do MST de Abelardo Luz me convidaram para realizar oficinas de comunicação com os comunicadores da Rádio Terra Livre FM. A emissora estava fechada e os militantes pensavam em retomar as transmissões após esta formação. A partir de então, alimentei o desejo de investigar esta experiência de comunicação, pois desde o início a percebi como um lugar de socialização, de resistência, de aprendizado e de solidariedade. O objetivo foi articular as futuras vivências, reflexões e práticas em torno da pesquisa acadêmica, que sempre considerei um lugar indispensável para o aprimoramento da cidadania. A vontade de realizar um estudo sobre a Rádio Terra Livre FM se deu por vários motivos, como alguns compromissos firmados com os comunicadores, mas, sobretudo, por inquietações que foram surgindo desta relação, principalmente após a oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A experiência do mestrado, além de satisfazer questões e curiosidades, instigou-me a buscar outros olhares teóricos, no caso, o campo conceitual da cidadania. Desde o mestrado, a pergunta central buscava saber quais eram as forças, as intenções e as motivações que faziam esta emissora funcionar. Diversos momentos de observação participante, horas de conversas e de entrevistas não foram suficientes para responder a esta questão. Após a defesa da dissertação, intitulada “Políticas comunicacionais e a prática radiofônica na sociedade em midiatização: Um estudo sobre o Movimento Sem Terra (MST)”, pressenti que o funcionamento da Terra Livre FM poderia ser problematizado a partir dos modos de expressão, dos anseios e das inquietações históricas daqueles comunicadores, bem como do complexo jogo de motivações e demandas do próprio MST. Ou seja, almejava analisar a Rádio Terra Livre FM interligada à ação, à criatividade de sujeitos que almejavam em alguma proporção à construção da cidadania.

Na construção do projeto para o processo seletivo do doutorado da UFRGS, busquei evidenciar que a opção pela perspectiva da cidadania devia-se à tentativa de complexificar e de problematizar ainda mais este fenômeno comunicacional. Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, sobretudo durante a disciplina “Comunicação, Informação e Cidadania”, ministrada por meu orientador Dr. Valdir Morigi, identifiquei que a comunicação midiaticizada (foco teórico de minha dissertação), compreendia parte das ações comunicacionais protagonizadas por este movimento social. Primeiro, por que a natureza de tais ações comunicacionais, dentre elas a radiofônica, não tinha a intenção de ser, unicamente, uma resposta aos problemas da crescente midiaticização, problematizando, assim a tese de alguns autores que defendem a centralidade que as tecnologias ocupam entre os indivíduos e as instituições.

Juntamente com o meu orientador, certificamo-nos da centralidade da noção de cidadania em detrimento dos aportes teóricos da midiaticização. Um acontecimento por nós identificado ilustra esta reflexão: em vários momentos a Rádio Terra Livre FM parou de transmitir, mas em nenhum momento ela deixou de ser frequentada pelos comunicadores. Ou seja, passamos a observar esta prática radiofônica a partir das demais motivações que movimentavam o cotidiano dos assentados, dos comunicadores e militantes do MST, sempre à luz das leituras sobre comunicação e cidadania.

Nesse percurso, a cidadania foi se apresentando como o aporte teórico estruturador desta pesquisa, bem como um campo conceitual problematizado junto ao fenômeno comunicacional investigado. Os demais passos desta tese se efetivaram, portanto, num contínuo movimento teórico e empírico, onde buscamos o esclarecimento conceitual e o desvelamento das articulações e especificidades do processo de construção da própria cidadania a partir da ação dos sujeitos no espaço desta prática radiofônica¹.

Firmamos a problemática de pesquisa no decorrer das leituras sobre o conceito de cidadania, mas, sobretudo após a identificarmos algumas tensões ocorridas no interior da Rádio Terra Livre FM. Na primeira visita à Rádio Terra Livre FM, um

¹ A expressão “prática radiofônica” é utilizada como sinônimo de Rádio Terra Livre FM. Também nos valem desta sinonímia com a expressão prática comunicacional.

diálogo entre dois sujeitos nos ajudou a sedimentar o problema da pesquisa. O diálogo iniciou com o locutor, que apresentava o programa “Manhã no Campo”, o qual dirigiu a seguinte pergunta a outro sujeito que se encontrava parado na porta do estúdio da emissora: “o que você está “inventando” aqui na rádio?” De imediato, o convidado, respondeu: “[...] Ué, será que eu também não sou um cidadão dessa rádio!”

Após conversarmos com um dos comunicadores, identificamos que o sujeito questionado já havia sido comunicador da emissora e que atualmente estava afastado por não cumprir alguns acordos previamente firmados pela coordenação política. No entanto, o sujeito insistia e reivindicava a sua participação, pois, segundo ele, “[...] era preciso denunciar a falta de transporte público para os assentados”.

Este acontecimento nos ajudou a desenhar o campo da pesquisa, bem como a própria construção teórica. Analisar a cidadania a partir desta prática comunicacional requeria atenção a este ambiente, de negociações, solidariedades, autorizações e permissões. Portanto, a discussão inicial proposta por esta tese ancora-se em bibliografias que apresentam a noção de cidadania enquanto espaço vivo, composto de diversas inconstâncias, formas variadas de participação, de interesses comuns e também distintos, de motivações e demandas diversas, as quais, de alguma forma, configuram-se como força em combate a algum poder constituído, que regula a conquista de direitos e a prática dos deveres, bem como o acesso a uma vida mais digna e justa.

O decurso desta tese foi de aproximação com uma noção de cidadania enquanto vivência em disputa e, portanto, em permanente construção, ou como uma conquista necessária e possível dos direitos sociais, políticos e civis, a partir de uma ação possível no campo comunicacional. Realçamos que a constituição, bem como a defesa científica desta tese se ancora na perspectiva de uma cidadania em construção, em movimento, e não em perspectivas estanques, de base legalista ou formal, que advogam ser a cidadania um objeto de aquisição e não de construção a partir das diversas esferas, níveis e modos de consciência e de participação. O enfoque não está na cidadania desde as instituições políticas ou que emerge das grandes narrativas ideológicas, mas na cidadania desde os processos sociais, dos recortes culturais e das ações interpessoais e coletivas que também interferem e constituem a cidadania política. Com este enfoque, passamos a compreender que a cidadania não possui uma forma hegemônica de

manifestação, bem como de investigação. Em outras palavras, percebemos a cidadania não como um elemento unicamente mediado pela ação política ou possível desde a ação ideológica, mas, sobretudo, a partir da esfera da ação, composta por uma multiplicidade de elementos, características e mediações sociais.

Pelo mesmo caminho, o processo de delimitação do corpus empírico se evidenciou após visualizarmos as formas de ação, de negociação entre os comunicadores da Rádio Terra Livre FM, bem como a partir das diretrizes requeridas pelas linhas políticas do MST, materializadas em documentos de comunicação e na intervenção de lideranças nacionais, conforme o depoimento dos comunicadores da emissora.

Estas constatações empíricas e teóricas se articularam à verificação de um tempo histórico, marcado pela reconfiguração do espaço público cada vez mais entrelaçado com as tecnologias de comunicação, as quais facultam novas formas de exercício da cidadania, bem como de atuação dos movimentos sociais que reinventam estratégias de mobilização. Esta verificação nos levou a articular a comunicação e cidadania à noção de movimentos sociais. Quer dizer, por se tratar de uma emissora que, em alguma medida, interliga-se ao MST, passamos a problematizar a noção de cidadania integrada ao protagonismo dos movimentos sociais contemporâneos. Optamos por esta relação com a noção de movimento social ao nos certificamos que, mesmo em se tratando de uma experiência radiofônica popular, comunitária, livre ou alternativa, realizada por sujeitos nem sempre engajados ou participantes da estrutura organizativa do MST, existem pontos de relação, sejam eles geográfico, histórico ou político, que mediam a prática dos sujeitos e, portanto, a prática cidadã no interior desta emissora. Assim, a construção da cidadania a ser investigada, interliga-se, em alguma medida, à lógica, à performance, aos processos e às estruturações dos movimentos sociais, mesmo que alguns destes comunicadores não se considerem militantes ou partícipes da organicidade do MST.

Neste cenário, elegemos como objeto de pesquisa a Rádio Terra Livre FM e dois documentos de comunicação do MST. A Rádio Terra Livre foi investigada, metodologicamente, a partir das vozes/depoimentos de cinco comunicadores, através de entrevistas e de registros possíveis durante observação participante no contexto do

Assentamento 25 de maio. Também nos valemos de informações extras, através do depoimento de 08 (oito) informantes, ambos assentados na região da emissora, bem como de 02 (dois) militantes do MST. Esses informantes contribuíram com a descrição histórica do MST, dos assentamentos de Abelardo Luz e da Rádio Terra Livre. Já os documentos analisados foram selecionados e observados a partir das análises documental e de conteúdo.

Este recorte teórico-empírico também se efetivou concomitante a um questionamento basilar: Quais os elementos que compõem a construção da cidadania protagonizada pelos comunicadores da Rádio Terra Livre FM? Esta questão originou o objetivo geral da pesquisa: compreender como os sujeitos investigados constroem a cidadania na prática da Rádio Terra Livre FM. Passamos, então, a instrumentalizar este questionamento, bem como o próprio objetivo geral, a partir de objetivos específicos, como: identificar as motivações que impulsionam a ação dos sujeitos comunicadores, bem como a compreensão que eles têm da noção de cidadania; identificar em que medida a construção da cidadania é decorrente da relação, negociação e enfrentamento entre a Rádio Terra Livre, o Estado e o mercado; identificar os níveis de participação dos comunicadores e os sentidos de cidadania em disputa no contexto emissora; identificar a construção da cidadania na Rádio Terra Livre na relação com a comunicação popular e comunitária; verificar quais as motivações e sentidos de cidadania expressos em dois documentos de comunicação e se estes documentos se apresentam como elementos mediadores da ação dos comunicadores;

Algumas questões norteadoras instrumentalizaram os objetivos, como: Quais os sentidos de cidadania expressos nos depoimentos dos comunicadores? Quais as motivações que estão por detrás da ação dos comunicadores? Qual a compreensão que estes sujeitos têm da noção de cidadania? Quais os enfrentamentos, negociações e relações entre a prática radiofônica, o Estado e o mercado? Como se apresentam e se configuram as formas de participação dos comunicadores? Quais as motivações, os sentidos, as recomendações sobre a cidadania expressos nos documentos de comunicação do MST investigados?

Estruturamos esta pesquisa em dois grandes momentos: um teórico-conceitual e metodológico e outro empírico-analítico. Estes dois momentos se ampliam em outras três dimensões teórico-analíticas que se interligam: a primeira dimensão busca

fundamentar-investigar sobre a construção da noção de cidadania; a segunda sobre os movimentos sociais e a construção da cidadania, e a terceira dimensão a Comunicação como um novo espaço de cidadania.

Assim, o segundo inaugura a discussão, bem como a fundamentação teoria sobre o conceito de cidadania, evidenciando os sentidos em disputa, bem como a perspectiva de cidadania em movimento. Ou seja, neste capítulo é possível compreender que a noção de cidadania – através de um jogo de sentidos - se constitui enquanto um movimento, ativado por um jogo de forças, de resistências, de avanços e de ampliações e, portanto, uma construção histórica não estática, ou formalizada em leis, estatutos ou ao cumprimento de deveres. Inicialmente, é realçada a questão da subjetividade na construção da cidadania e, posteriormente, elementos históricos, desde o contexto ocidental e norte-americano até o brasileiro contemporâneo.

No terceiro capítulo, aprofundamos a relação entre a cidadania e os movimentos sociais. Inicialmente, retomamos a discussão sobre a questão da subjetividade, interligando-a com as noções, nem sempre conciliáveis, de indivíduo e de coletividade. A seguir, enaltecemos a dimensão da interação social e dos níveis de participação como mediadores da construção da cidadania a partir da participação coletiva.

O quarto capítulo é dedicado, inicialmente, à reflexão sobre comunicação e cidadania. Evidenciamos neste capítulo, que a relação entre comunicação e cidadania é, ao mesmo tempo, humana e normativa, como também instrumental, funcional, instável e passível de manipulação. Adiante, apresentamos a cidadania comunicativa a partir dos níveis de construção, bem como as especificidades da tecnologia radiofônica, da comunicação popular e do rádio comunitária.

Adiante, no quinto capítulo, apresentamos os percursos metodológicos, inicialmente, com a forma de abordagem da cidadania, onde a ação social se apresenta como o elemento mediador da investigação. Justificamos esta forma de abordagem com o método qualitativo e nos valem da etnografia e da pesquisa participante como metodologias inspiradoras da investigação empírica. Apresentamos, também, as técnicas metodológicas como o diário de campo e a entrevista para, então, configurarmos o nosso campo de pesquisa como estudo de caso. Neste capítulo metodológico também apresentamos a Pesquisa e a análise documental, indispensáveis

para a análise de dois documentos de comunicação. Ao final deste capítulo, debatemos sobre a ética na aplicabilidade e na partilha dos resultados da pesquisa.

Após a organização metodológica, o sexto capítulo contextualiza, historicamente, o campo da pesquisa. Esta contextualização não se encerra em aspectos históricos, mas também conceituais sobre a questão agrária e a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este capítulo também apresenta o município de Abelardo Luz e o Assentamento 25 de Maio, contextos onde se insere a prática radiofônica investigada. Na sequência, apresentamos as práticas comunicacionais do MST e construímos um breve panorama da comunicação radiofônica do Movimento Sem Terra, para, então, contextualizarmos, historicamente, a Rádio Terra Livre FM.

O sétimo capítulo apresenta os resultados da construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre. Evidenciamos as motivações e os sentidos da cidadania em construção a partir do contexto e da ação dos comunicadores, os principais elementos mediadores da relação, do enfrentamento e das negociações entre a Rádio Terra Livre, o Estado e o mercado. Este capítulo também demonstra como a cidadania é construída a partir das relações interpessoais, da coletividade e dos níveis de participação. No subcapítulo seguinte, investiga a cidadania comunicativa a partir dos níveis de construção e de como se efetiva a relação entre a Rádio Terra Livre, movimentos sociais e a comunicação radiofônica popular e comunitária. O subcapítulo final apresenta os principais sentidos, motivações e idealizações sobre cidadania visíveis nos documentos “As rádios do MST e Agitação e propaganda”.

Nas considerações finais esclarecemos os acertos e os desafios do percurso investigativo, bem como os principais elementos que elucidam a cidadania na prática da Rádio Terra Livre. Retomamos a discussão acerca dos elementos que legitimam a construção da cidadania enquanto um movimento decorrente: dos sentidos de cidadania expressos pelos comunicadores; das motivações que estão por detrás da ação dos comunicadores; da compreensão que estes sujeitos têm da noção de cidadania; dos enfrentamentos, negociações e relações entre a prática radiofônica, o Estado e o mercado; das formas de participação dos comunicadores; dos elementos que aproximam a prática comunicacional dos conceitos de comunicação radiofônica, comunicação

popular e comunitária; das motivações, dos sentidos, sobre a cidadania expressos nos documentos de comunicação do MST.

2 A CIDADANIA EM MOVIMENTO: OS SENTIDOS EM DISPUTA

Este capítulo não tem por objetivo ser, unicamente, um relato teórico ou uma revisão bibliográfica. Este capítulo tem o seu sentido entrelaçado com o problema/objeto de pesquisa e, portanto, esta reflexão aparentemente teórica é uma construção efetivada no caminhar das reflexões empíricas, que nos exigiu a necessidade de pensar a cidadania desde os sentidos em disputa e dos movimentos que historicamente a constituem. A delimitação teórica também é necessária para que a sua aplicação não seja apenas coerente, mas compatível com a realidade investigada. Por esse caminho Antonio Rubim (2001, p. 104), destaca a necessidade de revisão e de conceituação da noção de cidadania, para que evitemos, assim, um descompasso entre a definição formal de cidadania e a sua prática efetivamente realizada: “[...] tal descompasso apresenta variações a depender dos espaços e tempos determinados”. Portanto, enquanto sentidos em disputa e em movimento, a cidadania se apresenta como um “processo político e cultural aberto que se realiza na história” (RUBIM, 2001, p. 106).

Assim, o debate conceitual proposto neste capítulo evidencia que a noção de cidadania – através de um jogo de sentidos - se constitui enquanto movimento ativado por um jogo de forças, de resistências, de avanços e de ampliações e não uma construção estática, ou formalizada em leis, estatutos ou ao cumprimento de deveres previamente estabelecido. Evidenciamos que a noção de cidadania é plural, resultante de um movimento constituído por práticas interpessoais e coletivas, determinados pelo contexto das experiências da vida social, compreendendo, assim, uma série de sentidos e de atribuições. Ou seja, a cidadania não é monolítica, “[...] é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes” (SANTOS, 2006, p.109).

Não podemos desconsiderar que a noção de cidadania possui correspondência com as manifestações sociais identificadas por autores da sociologia clássica, como sendo produto de lutas históricas e econômicas entre as classes sociais (MARX, 2009), funcionalmente organizadas de acordo com a ordem social (DURKHEIM, 2001) ou como um conjunto de práticas sociais de sentido (WEBER, 2004). É a partir dessas

matrizes gerais e sintéticas do pensamento social que a noção cidadania também adquiriu, ao longo do tempo, diversos sentidos, os quais ampliaram seus usos e identificações.

A diversidade semântica do termo cidadão/cidadania também se cristalizou como aspecto mediador da relação formal entre o Estado e a sociedade (MARSHALL, 1967); como conquista individual de direitos e deveres (ABRANCHES, 1985); como lugar de defesa da propriedade privada e do consumo individual (VIEIRA, 2001), subsumindo, assim, as ações interpessoais e coletivas, de resistência e de luta por novos direitos. Porém, afirma Bourdieu (2009, p.59), como toda a “[...] teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza”, aos poucos a noção de cidadania amplia o seu *status* teórico, a partir de práticas investigativas desde os contextos sociais onde atuam os sujeitos em busca de uma cidadania diferenciada, que avança para o campo dos novos direitos, ou os chamados direitos geracionais (CORTINA, 2005).

Nessa perspectiva, a noção de cidadania amplia seu sentido e as abordagens que dela se valem passam a contemplar as manifestações coletivas sócio-comunicacionais e seus respectivos contextos e práticas. Quer dizer, a cidadania enquanto direito de reivindicar e reinventar projetos coletivos, leis e constituições, a partir da mediação dos espaços e estratégias de comunicação, e não apenas como dever ou direito de exercícios plenos, já conquistados ou concedidos por definições legalistas, as quais, na maioria das vezes, se apresentam concluídas e nada democráticas (HOLSTON, 2013).

Mesmo sendo evidente que a noção de cidadania não condiz, apenas, com a base legalista, percebemos que no campo empírico os sentidos ainda se movimentam e constituem um campo em disputa. A cidadania, desde a sua origem grega, é um conceito forjado por diversas correntes teóricas, que vão desde perspectivas mais estruturais até as mais subjetivas, e que nos demonstra o caráter emergente e insurgente da própria noção de cidadania. Atualmente, os sentidos oscilam pelos mais diversos caminhos possíveis, tornando a cidadania um conceito teórico ou um discurso social, por vezes, aplicável a qualquer realidade ou manifestação social. As motivações e os sentidos que descrevem, ilustram e constroem a cidadania são, portanto, plurais e oriundos de contextos históricos de resistência, conquista, avanço e retrocesso. Portanto, não tratamos de uma cidadania construída apenas sob os sentidos positivos,

emancipatórios e libertários, mas também, contraditórios e negativos. Destacamos, a seguir, alguns sentidos em disputa que fazem da cidadania este campo em movimento², que oscila entre o estático (base legal – acessar direitos e cumprir deveres) e o insurgente (base democrática – atuar na sociedade, em movimentos coletivos, associativos, comunitários) (HOLSTON, 2013).

O nosso ponto de partida para a compreensão deste cenário de sentidos em conflito é a reflexão de Marshall (1967), autor de referência para muitos estudos contemporâneos sobre cidadania. Este autor compreende a cidadania através de tipologias baseadas nos direitos civis, políticos e sociais os quais são associados a uma sequência histórica e evolutiva, cuja ênfase ou o sentido recai sobre o indivíduo como titular dos direitos, e também no apelo ao pertencimento deste indivíduo a uma comunidade cívica, no caso o Estado-nação. Para Marshall (1967), este sentido de cidadania representou o surgimento e a elevação do indivíduo enquanto um ser político desvinculado das instituições associativas ou comunitárias, pois o Estado com o seu aparato legal age como promotor dos direitos e dos deveres e protetor do cidadão.

Na construção teórica de Marshall, o sentido da cidadania se filia à esfera da aquisição formal de direitos e obrigações: a visão legalista de cidadania se justifica com a ação protecionista do Estado-nação. Identifica-se, nesse período, certo autoritarismo social por parte do Estado, de abdicação do espaço público para a prática do debate e manifestação livre dos cidadãos, bem como o estímulo a espaços comunitários ou associativos, capazes de promover outros discursos e narrativas cidadãs. A reflexão de Marshall (1967) atribuiu à noção de cidadania um sentido jurídico-político que, em certa medida, eleva o Estado como o lugar clássico ou privilegiado de reconhecimento e de concessão da cidadania.

Tangenciando a noção de cidadania clássica, como a de Marshall, a concepção de cidadania liberal entra em cena para revigorar o *status* do indivíduo mediante o

² Para Pierre Bourdieu, “a noção principal de que devemos ter de campo é de relação de força e de monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros; todas essas invariantes, recorrendo em determinadas condições sociais de produção, apresentam formas específicas (1983, p. 122). Portanto, valemo-nos da noção de campo com a intenção de ilustrar a problemática investigada relacionada à dimensão macrosocial. Por esse caminho, quando falamos de disputas e negociações, inclusive no campo das motivações e dos sentidos, também estamos partindo da certeza de que [...] as estruturas cognitivas também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social [...] e que a gênese social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo (BOURDIEU, 1990, p. 158).

Estado. O sentido liberal defende que os princípios que asseguram a construção da cidadania passam a ser fundamentados na liberdade, na tolerância para o progresso, na defesa da propriedade privada, na limitação do poder e no individualismo. A cidadania tem o seu sentido limitado à incorporação dos sujeitos a um sistema de aquisição formal e legal de direitos previamente reconhecidos:

O modelo liberal de sociedade é caracterizado pela individualização da cidadania, a privatização da vida social e uma separação clara entre esferas pública e privada [...]; [o modelo liberal] desaconselha a ação social e política, com base na concepção de que apenas a ação econômica, privada pode conduzir ao bem estar coletivo (ABRANCHES, 1985, p.5).

No entanto, a formalização de direitos não garante a existência de um espaço público e da sociabilidade política que a prática regida pela noção de direitos é capaz de criar. Esse espaço público desmoronaria, se a posição cada vez mais forte do Estado enquanto garantidor de direitos econômicos, sociais e culturais fizesse reduzir a legitimidade de novos direitos à sanção do Estado, ou seja, distante do debate ou dos conflitos inerentes aos contextos sociais.

Na perspectiva liberal, a cidadania é compreendida como reguladora das ações do Estado sobre a sociedade. A subjetividade dos sujeitos deve prevalecer sobre as regulações do Estado e de qualquer motivação que vise à coletividade. Portanto, na visão liberal, ocorre certa desqualificação da noção de cidadania, tornando-a necessária apenas para fazer vigorar as decisões do mercado sobre seus consumidores e as ações do Estado:

o mecanismo regulador dessa tensão é o princípio da cidadania que, por um lado, limita os poderes do Estado e, por outro, universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle social das suas atividades e, conseqüentemente, a regulação social (SANTOS, 2006, p. 240).

No entanto, essa exaltação da subjetividade choca-se com o princípio de igualdade, tanto de expressão, quanto a de livre acesso aos bens de produção, de consumo, entretenimento, dentre outros:

[...] a igualdade da cidadania colide, assim, com a diferença da subjetividade, tanto mais que no marco da regulação liberal essa igualdade é profundamente seletiva e deixa intocadas diferenças, sobretudo as da propriedade, mas também as da raça e do sexo que mais tarde vão ser os objetos centrais das lutas igualitárias (SANTOS, 2006, p. 240).

Na teoria liberal, o sentido da subjetividade é muito mais amplo que o sentido da cidadania enquanto ação social emancipadora. Em primeiro lugar porque “[...] os indivíduos livres e autônomos que prosseguem seus interesses na sociedade civil não são cidadãos, pois não podem participar politicamente nas atividades do Estado.” E, em segundo, porque o princípio da cidadania abrange exclusivamente “[...] a cidadania civil e política e o seu exercício reside no voto. Quaisquer outras formas de participação são excluídas ou, pelo menos, desencorajadas.” (SANTOS, 2006, p. 238). Para Correia (2004, p.147):

A concepção liberal estrita de cidadania exposta durante os últimos anos como uma resposta aos excessos do Estado Previdência e, em especial, ao chamado ‘socialismo real’ evidenciou, também ela, uma escassa possibilidade de fundamentação de uma resposta aos desafios colocados pelo aumento do pluralismo e da fragmentação social, na medida em que a neutralidade em que se fundamenta exige a ignorância das circunstâncias particulares.

Quase que na outra margem, buscando o avanço e até mesmo o rompimento com as noções clássica e liberal, a perspectiva marxista se apresenta como outro campo de sentido utilizado por movimentos sociais e demais associações civis. Mesmo não se valendo do conceito de cidadania, a teoria marxista se apresenta como ponto de referência de diversos autores que buscam denunciar os discursos e práticas opressoras que se autodenominam cidadãs e emancipadoras. Nessa perspectiva, o sentido de cidadania corresponde aos processos que rompem com as estruturas econômicas e históricas responsáveis pelas desigualdades entre as classes sociais. Quer dizer, há uma excessiva preocupação com as ações que impedem o andamento do capital econômico e que deflagram movimentos societários autogeridos, sem a interferência do grande capital e, até mesmo, posteriormente, do Estado.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2006), o sentido marxista facilita uma abordagem macro e mesmo sintética das relações entre sociedade e Estado, mas que pode dificultar a proposição de alternativas concretas, que levem em consideração as especificidades dos modos distintos de exploração, de negação de direitos e de opressão, que se apresentam na contemporaneidade. Na perspectiva marxista de emancipação social, a cidadania se apresenta como aspecto regulador das ações do mercado sobre o Estado e sociedade, a subjetividade e outras expressões culturais são consideradas menores:

[...] mesmo que se tivessem cumprido todas as previsões de Marx, restaria sempre a irredutibilidade da subjetividade individual à subjetividade coletiva e conseqüentemente faltariam sempre à teoria marxista as instâncias de mediação entre ambas (SANTOS, 2006, p. 242).

O autor aponta algumas críticas à teoria marxista com relação à proposta de emancipação social, mas não a desconsidera como campo explicativo das macro relações entre mercado³, sociedade e Estado. As críticas se referem mais às formas de opressão, como racismo, sexismo e outras resistências sociais, advindas das dimensões culturais e políticas. Tais formas de opressão, segundo Boaventura (SANTOS, 2007), estão interligadas à questão colonial, que é outro ponto pouco desenvolvido pela teoria marxista: “[...] o materialismo histórico converteu o capitalismo em um fator de progresso [...] e isso trouxe problemas pelo fato de essa ideia ter deixado de fora uma questão que, para nós, é fundamental: a questão colonial.” (SANTOS, 2007, p. 51).

Mesmo que a crítica marxista tenha colocado, de modo sistemático, o dedo nas feridas do universalismo burguês, ainda acreditava-se que o problema da igualdade e da diferença se reduzia à “[...] expansão dos direitos econômicos e sociais.” (CORREIA, 2004, p. 145). Vale ressaltar que a visão marxista – sobre os sentidos que poderão sustentar a construção da cidadania – está diretamente associada ao coletivo, ao espaço público e ao compartilhamento do “mundo comum”, que é sustentado por uma base estritamente estatal e econômica. Daí o desafio da perspectiva marxista de construir uma noção de cidadania que inclua as diferenças e as pluralidades locais com a universalidade ou com a sua necessidade de um movimento único mediante as diversas formas da investida liberal. Assim, a proposta de revisão e de reinvenção da noção de cidadania a partir da emancipação social requer o reconhecimento de experiências que até então foram relativizadas pelas perspectivas vigentes, pois

se o liberalismo capitalista pretendeu expurgar a subjetividade e a cidadania do seu potencial emancipatório – com o conseqüente excesso de regulação, simbolizado, nos países centrais, na democracia de massa –, o marxismo, ao contrário, procurou construir a emancipação à custa da subjetividade e da cidadania e, com isso, arriscou-se a sufragar o despotismo (SANTOS, 2006, p. 242-3).

³ Compreendemos a noção de “mercado” como o terreno permanente e orgânico da economia (GRAMSCI, 2001).

Importante destacar, que, da mesma forma, a cidadania civil, política e social, defendida por Marshall (1967), também está longe de ser plena, pois, tanto do ponto de vista liberal quanto do marxista, não reconhece tais espaços de subjetividade, como o cultural, comunitário, bem como o comunicacional.

2.1 A construção da cidadania e a questão da subjetividade

Em meio a esta disputa de sentidos, Boaventura nos propõe pensar na construção de uma nova noção de cidadania – que deve ser observada em ações sociais mais amplas – e evidencia a necessidade de uma cidadania que incentive a autonomia e combata a dependência burocrática; que localize as

[...] competências interpessoais e coletivas em vez de as sujeitar a padrões abstratos. [...] É necessário, uma ação de cidadania que contemple as novas formas de exclusão social baseadas no sexo, na raça, na perda de qualidade de vida, no consumo (SANTOS, 2006, p. 263-4).

A noção de cidadania, enquanto ação emancipadora, também contempla as subjetividades singulares, as quais projetam ou fomentam a participação popular, novas formas de sociabilidade, que reforçam ou reinventam laços de pertencimento comunitário e de deliberação política, tendo em vista a conquista de melhores condições de vida.

Trata-se, pois, de uma tensão radical que, em meu entender, só é suscetível de superação no caso de a relação entre a subjetividade e a cidadania ocorrer no marco da emancipação e não, como até aqui, no marco da regulação (SANTOS, 2006, p. 249).

Revela-se importante a compreensão da cidadania enquanto expressão da luta por emancipação social, mas que se constitui de ações que visam ultrapassar qualquer forma de regulação. Quer dizer, a noção de cidadania na relação com a subjetividade, enquanto ação emancipadora, também é identificável nas formas de regulação social. Para Dagnino (1994), a regulação social é fruto de um poder político-cultural dominante, que atua de maneira a deslegitimar ações criativas individuais, de organização, de resistência e de contestação. Na mesma direção, uma das faces da regulação social, segundo Boaventura, que bloqueiam a ação da cidadania, são as novas formas de colonialismo, ou seja, o período pós-colonial é vigente, perceptível e se

manifesta, sobretudo, no campo social e cultural: “[...] vivemos em sociedades nas quais não se pode entender a opressão ou a dominação, a desigualdade, sem a ideia de que continuamos sendo, em muitos aspectos, sociedades coloniais.” (SANTOS, 2006, p. 59).

Para Boaventura (SANTOS, 2007), a subjetividade é constituída e constituinte das vivências sociais, do cotidiano intersubjetivo e criativo de sujeitos interagentes que buscam romper com as forças regulatórias e opressoras. Desta forma, o processo de aprofundamento da subjetividade articula-se com a noção de reconhecimento, participação comunitária e responsabilidade social (CORREIA, 2004). A cidadania, compreendida com a subjetividade, não diz respeito apenas a expressões menores ou estritamente individualistas e locais, tanto porque:

[...] os momentos são ‘locais’ de tempo e de espaço, a fixação momentânea da globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o cotidiano deixa de ser uma fase menor ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores (SANTOS, 2006, p. 261).

A relevância da relação da cidadania com a esfera da subjetividade, deve-se ao fato de que a “[...] emancipação por que lutam não é estritamente política, mas antes pessoal, social e cultural.” (SANTOS, 2006, p. 261). Por esse caminho, a compreensão da noção de cidadania e, conseqüentemente, seu aprofundamento através da multiplicação de espaços públicos e do fortalecimento da sociedade civil, “[...] deve identificar-se com as diversas possibilidades de resistência ética e política que impedem a reificação das estruturas da intersubjetividade.” (CORREIA, 2004, p.153).

A emancipação social, constituída pelas ações subjetivas, também é composta por ações defensivas e ofensivas. Quer dizer, as ações defensivas correspondem aos processos de preservação das conquistas ou dos direitos já adquiridos, enquanto as ações ofensivas buscam avançar e ampliar tais direitos ou reinventar articulações mediante as novas formas de regulação social. Essa dupla caracterização da emancipação social – ofensiva e defensiva – atribui novos sentidos à noção de cidadania, como o de pró-atividade, tática, libertação, etc. Na perspectiva proativa, a relação entre cidadania e subjetividade manifesta-se no direito à diferença de raça, cor e sexo, na produção cultural e lúdica, e não representa, inicialmente, ações políticas ou associativas propriamente ditas:

Perante a transformação do cotidiano numa rede de sínteses momentâneas e localizadas de determinações globais e maximalistas, o senso comum e o dia a dia vulgar, tanto público como privado, tanto o produtivo como o reprodutivo, desvulgarizam-se e passam a ser oportunidades únicas de investimento e protagonismo pessoal e grupal. Daí a nova relação entre subjetividade e cidadania (SANTOS, 2006, p. 261).

Esta revalorização da subjetividade na compreensão da cidadania é importante, primeiro porque nos ajuda a identificar ações que ultrapassam a dupla relação sujeito e Estado/Providência – comum às abordagens clássicas –, e, em segundo, por possibilitar ângulos mais abertos de investigação sobre as relações sociais que constituem não apenas o cotidiano abstrato, mas, sobretudo, práticas sociais capazes de gerar uma cultura de cidadania mediante as urgências da vida concreta.

A noção de cidadania enquanto espaço de manifestação das subjetividades individuais e coletivas busca, nessa pesquisa, problematizar as ofensivas neoliberais, sobretudo as que fazem do consumo ou da apropriação tecnológica um campo meramente instrumental, que serve apenas para a reprodução de um sistema econômico, bem como de padrões e de estereótipos estéticos e socioculturais.

A subjetividade, enquanto modo de expressão criativa, que possibilita o reconhecimento das identidades e demais habilidades interpessoais, é parte fundamental da construção da cidadania e, em nosso entendimento, não pode ser tomada apenas como uma mediação ou estímulo da ação do sujeito para o consumo mercadológico de tecnologias. Ou seja, a cidadania necessita ser compreendida, ou melhor, problematizada enquanto espaço de subjetividade construída a partir das relações ou da sociabilidade. Boaventura enaltece a subjetividade não como elemento de liberdade ou fruto da criação individual, mas como elemento constituinte e resultante da inserção do sujeito em um contexto ou situação social. Por isso é uma subjetividade construída na interação social, portanto, intersubjetiva.

Creemos, no entanto, que esta reflexão sobre a subjetividade não pode se realizar desconectada da dimensão macrossocial, ou seja, das estruturas sociais impostas pelos modelos econômicos em disputa. Em nossa pesquisa, a adoção dessa forma de abordagem da noção de cidadania - enquanto ação intersubjetiva- nos ajuda a compreender o fenômeno analisado, que, hipoteticamente, é uma trama complexa, composta por sujeitos que atuam de modos distintos ou por motivações em constante

negociação com o coletivo. Estes sentidos não se filiam, apenas, ao campo político, mas também ao cultural, pois, além da subjetividade interpessoal, a dimensão simbólica é relevante neste processo (DAGNINO, 1994)

As disputas de sentido da cidadania a partir das noções clássica, marxista e liberal, bem como a necessidade de incorporar a subjetividade nos processos de construção da cidadania nos remetem à necessidade de um melhor aprofundamento de outra problemática: a construção da cidadania entre o coletivo e o indivíduo.

A reflexão seguinte busca elucidar a problemática da cidadania enquanto espaço de subjetividade, que, aparentemente, esbarra na problemática da cidadania enquanto uma construção coletiva e não individual ou desarticulada de alguma forma de mobilização, de ação ou de aspiração coletiva. As chamadas novas formas de vida individual, relacionadas ao mundo do consumo, da apropriação tecnológica, do aparente descomprometimento do indivíduo com as causas coletivas e sociais vem ao encontro com o debate sobre as novas formas de construção da cidadania, ou seja,

[...] um dos domínios onde as tensões conflituais, de modo crescente, se fazem sentir é ao nível das chamadas políticas da vida ligadas às novas concepções de vivência individual, que aspiram introduzir modificações no exercício da cidadania (CORREIA, 2004, p. 117).

O que se torna evidente é a necessidade de se refletir mais sobre a construção de uma cidadania a partir das intersubjetividades, que, a grosso modo, é tomada como uma cidadania individual, do consumo, do acesso a direitos, conforme defende as noções clássica e neoliberal.

Basta, portanto, também compreendermos os sentidos em disputa através de alguns períodos da história da cidadania. Queremos, adiante, evidenciar que a cidadania enquanto sentidos em disputa, também é uma noção em movimento e não totalizadora, acabada, mas em construção. Passamos, então, a refletir sobre a historicidade da própria noção de cidadania, a qual está fortemente enraizada nas culturas europeia e norte-americana.

Não se trata de limitarmos a cidadania à natureza ocidental ou norte-americana, mas de reconhecermos que os sentidos de referência, que estimulam os sentidos, bem como as pesquisas, as ações sociais, os projetos, bem como as constituições nacionais, ainda estão fortemente atrelados a essas raízes históricas. Trata-se, portanto, de um

debate teórico e de um resgate conceitual importante, justamente para identificarmos esta cidadania em movimento, através dos pontos de tensão, das relações, dos enfrentamentos, dos avanços e das contradições históricas da construção da cidadania. Assim, se no Brasil a noção de cidadania não corresponde totalmente, na prática, às noções ocidentais e norte-americanas, ao menos teoricamente, ou no âmbito da legalidade, encontramos muitas similaridades (CARVALHO, 2007).

2.2 Os movimentos da cidadania na história ocidental e norte-americana

Desde a antiguidade, qualquer comunidade, povoado, cidade ou nação, caracterizavam-se como espaços de conflitos econômicos, sociais e políticos, os quais delineavam as diversas faces da cidadania (PINSKY, 2005). As formas de convivência, trabalho, socialização, religiosidade, cultura, dentre outras, efetivavam os diversos modos de ser e de atuar na construção da política, dos direitos e deveres e das demais estruturas sociais.

Como parte e consequência da queda ou do enfraquecimento das nações totalizadoras, dos Estados opressores e das ditaduras, a cidadania intensifica sua relação com a democracia e esta se apresenta como proposta ligada às possibilidades de participação do todo social. Quer dizer, nasce com vigor a necessidade do compromisso com a cidadania.

Então, desde a antiguidade, a cidadania se constituiu como espaço de reivindicação, de atuação nas instâncias políticas decisórias e deliberativas. Historicamente, a cidadania é, inclusive, o resultado da articulação de poderes paralelos, responsáveis pela destituição de reis, de exércitos, de nações, de sistemas jurídicos. Isto porque,

[...] o império jamais conseguiu incorporar, no seio da sua comunidade político-estatal, os escravos e os povos de além fronteira, os chamados bárbaros, que irromperiam um dia no próprio coração do Império, fragmentando-o (PINSKY, 2005, p. 45).

A intensificação da participação popular gestou outras formas de organização comunitária e social paralelas ao Estado. Isto demonstra que a cidadania é, historicamente, marcada pela articulação de diversas forças de contestação aos poderes constituídos. Com o caminhar do tempo, o “ser cidadão” - ou o “participar da cidade” (PINSKY, 2005) - tornou-se sinônimo de reivindicações e de conflitos, sobretudo na medida em que diferentes concepções de direitos e de deveres se incompatibilizavam. Da mesma forma, podemos deduzir, há uma relação de tensão entre a cidadania comunitária (início das comunidades tribais, cristãs, filosóficas e mesmo políticas) e a cidadania do Império. Desde a sua gênese, a cidadania é resultado do fim das cidades-estados, que são suprimidas pelo modelo de organização Imperial e Monárquica. Esse caráter polêmico e dissonante da cidadania relaciona-se, ainda, ao sentido comunitário; aos processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos. Nas palavras de Pinsky (2005, p. 47), a essência da cidadania, se pudéssemos defini-la, “[...] residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes.”

Mesmo se efetivando como um terreno de embates, o sentido histórico da cidadania - com suas raízes fixadas na civilização grega, séculos V e IV a.C. -, não esconde sua versão excludente e lesiva. Segundo Cortina (2005), os discursos autoritários também se valeram da noção de cidadania para emplacar seus interesses políticos e econômicos. A não participação das mulheres, crianças e escravos nos espaços de decisão política da Grécia antiga, conferem certa limitação e mesmo nulidade à noção de cidadania. No Império Romano, destaca Pinsky (2005), há modificações no sentido e na prática da cidadania, que passa a se relacionar menos com o embate público e mais com a construção e prática de leis. No período Romano, ao contrário da prática cidadã dos atenienses, “[...] as mulheres eram atuantes, pois os Etruscos, cidade-estado do norte da Itália, que formou o império romano, possibilitava a participação da mulher nas decisões.” (PINSKY, 2005, p.50). Os plebiscitos são legalizados e abrem novas formas de participação popular. No entanto, o caráter conflituoso persiste, pois não eram todos os nobres, senadores e aristocratas que defendiam a cidadania romana a todos os itálicos, como aos escravos, artesãos e aos camponeses. Mesmo se efetivando com instrumento de dominação de uma classe sobre

a outra, é identificável, neste período histórico, uma ampliação da noção de cidadania. Ampliação, é claro, resultante dos embates entre os próprios cidadãos populares e a classe oligarca, mas, também, das novas configurações da sociabilidade, esta, cada vez mais incrementada por novas maneiras de expressão da opinião pública - das mulheres, libertos, escravos e pobres -, que começou a ter peso, ou ao menos se tornar uma preocupação latente na consciência das aristocracias. O voto secreto, o fórum ou os plebiscitos foram o grande marco do exercício da cidadania romana para as constituições posteriores.

A intensificação da comunicação humana, seja ela face a face e mesmo pública, revigorou o sentido de cidadania participativa no período romano. Este fato se deve ao final do período Romano, marcado pelo intenso crescimento das associações cristão-comunitárias, fontes de comunicação interpessoal e na limitada esfera pública (CORREIA, 2004). O nascente cristianismo, a partir dessas primeiras comunidades cristãs, demarca-se na história pelo seu caráter acolhedor e profético. Como destacamos, a dimensão comunicacional das associações cristãs fortificaram as práticas sociais coletivas, baseadas na comunhão de bens simbólicos e mesmo materiais (HOORNAERT, 2005).

Por outro lado, a associação entre populações totalmente marginalizadas pela administração romana põe em assenso um novo espaço de debate e de construção de direitos e de políticas sociais. Os textos cristãos de alguns apóstolos, como os de Paulo de Tarso, demonstram mais sensibilidade aos soldados, escravos, gladiadores, mulheres e crianças. Mas, em contraponto a esses espaços de solidariedade e de comunhão, o período patrístico não se efetiva como tempo histórico favorável aos escravos ou libertos, às mulheres e às crianças. O direito romano perde o seu brilho e, de certo modo, alguns filósofos, teólogos e bispos discutem entre si e a maioria dos cristãos comuns permanece calada.

A cidadania remanescente do período Romano é composta por diversos conflitos e contradições, dada a sua natureza aristocrática e pouco popular, mas, que, crescentemente, incorpora novos sentidos oriundos da sociabilidade cristã. Segundo Hoornaert (2005, p. 88), “[...] o cristianismo não pensou em nenhum momento abolir a escravidão”, bem como nenhum filósofo ou líder espiritual identificável na bibliografia

sobre a referida época. Paulo de Tarso, considerado o primeiro apóstolo cristão, naturaliza a injustiça social, pregando que a boa conduta cristã consiste em não contestar as instituições divinas, mas em se comportar como bom senhor ou bom escravo.

A Idade média, que inicia ao final do período patrístico, é uma continuidade da cidadania cristã em conflito com as estruturas do poder do Império Romano. O estabelecimento de uma ordem social cada vez mais controlada pela comunidade cristã em ascensão, não se estruturou, apenas pela pregação de seus apóstolos ou bispos, sacerdotes ou diáconos, nem pelos milagres dos santos. Venceu por uma atuação persistente e, muitas vezes, destemida na base política e social do império romano (CARVALHO, 2007).

Por isso a dificuldade da Igreja cristã em não romper com as estruturas burocráticas do Estado romano. As formas de participação se limitavam a certas classes de sacerdotes, que se distinguiram da plebe, e dos demais servos, através da imposição de leis, que se constituíam, também, como sacramentos revelados pelo poder divino. A dimensão comunicacional pública se encerrava nos muros oficiais do império e não ultrapassa os limites impostos pelos dogmas da igreja. Mulheres, crianças e trabalhadores braçais não tinham voz nos espaços de celebração, os quais também eram utilizados para outorgar poderes, estabelecer as leis e decidir sobre a totalidade da vida medieval (HOORNAERT, 2005).

Os sentidos da cidadania medieval estavam condicionados aos “estamentos”, ou seja, a ação dos grupos sociais ordenados pelo critério de nascimento. Desse modo, na sociedade “estamentada”, os privilégios do clero eram incontestáveis, pois eles se baseavam em mecanismos de participação e decisão impermeáveis à influência das grandes massas. No contexto histórico medieval, poucos avanços se efetivaram nos campos semântico e pragmático da cidadania. Em outras palavras, a cidadania, enquanto expressão da mobilização e da participação popular, conteve-se nas estruturas políticas e jurídicas dos castelos e dos mosteiros. Sendo assim, no período medieval, os possíveis sentidos de participação que até então regeram a noção de cidadania romana caíram por terra. Em resumo, na Idade Média a cidadania é limitada aos espaços feudais, de vida totalmente agrária, de pouca socialização e quase nada de espaço público (RIBEIRO,

2004). O controle dos meios de informação - até então limitados aos discursos públicos e as bibliotecas cristãs – era exercido por uma casta religiosa demente das manifestações sociais, consideradas manifestações profanas, dos espíritos pagãos ou impuros (BURKE, 2003).

No entanto, no século XIV, um novo período entra em curso, evidenciando as fragilidades da estrutura medieval, sobretudo os entraves que impossibilitavam uma organização política e cultural mais participativa, comunicativa e democrática. Trata-se de um movimento social lento, mas gradativo, que mais tarde caracterizar-se-á como o movimento renascentista. Num contexto histórico-político, de acordo com Zeron (2005), ocorre uma tentativa de independência das cidades que compunham o grande sacro império cristão. Os papados eram ameaçados pelas comunas cristãs, ou mesmo por cidades que buscavam maior autonomia política. Retoma-se ao centro desse período o sentido clássico de cidadania: “[...] a noção recuperada e reivindicada pelos homens renascentistas” (ZERON, 2005, p.97). Em diversas regiões da Itália, sobretudo em Florença, deflagra-se um discurso pela recuperação da subjetividade humana, então suprimida pelo período medieval. Emerge um sentimento de retomada e de desenvolvimento da individualidade e da cidadania, que também alavanca o movimento humanista, liderado por Leonardo Bruni, para o qual: “[...] todos os oprimidos, todos os banidos, todos os exilados, todos os que combatem por uma causa justa são idealmente florentinos.” (ZERON, 2005, p.97). Mas, este sentimento libertador, ou mesmo uma nova prática de cidadania criativa e humana, encontra dificuldades para perpetuar em todas as camadas sociais. Por isso, a cidadania renascentista nada mais foi do que uma maior rotatividade de poder nas mãos das mesmas castas, como o clero e a nobreza. O executivo, legislativo e o administrativo, eram formados por grupos que se reuniam em formas de conselhos e, por exemplo, a república florentina apresentava-se como república oligárquica, devido a forte relação de forças entre os papados e o império romano que objetivava o domínio universal.

Nesse período, segundo Pinsky (2005), podemos identificar que a cidadania se materializou como uma construção fundamentalmente histórica, comportando ações sociais, políticas e culturais. No âmbito cultural, a dimensão comunicacional, até então restrita à interação face a face e a um espaço público circunscrito, bem como aos poucos livros e manuscritos de posse do clero, avança para o campo das tecnologias reprodução

informativa. A prensa móvel de Gutenberg permite a impressão e a multiplicação de conteúdo, antes restritas à prática manual dos chamados copistas. A produção em massa de livros também alterou o contexto cultural e político europeu, sobretudo o espaço público que aos poucos se caracterizou como um lugar de circulação de obras literárias dissonantes à Igreja e ao Estado (BURKE, 2003). Este renascimento também comunicacional, através da multiplicação informativa, possibilitou novos horizontes ao sentido e à prática da cidadania. Mesmo que esta modificação tenha se dado no campo informativo, ou seja, da multiplicação de obras escritas, a dimensão comunicacional também se alterou significativamente. O espaço público, enquanto lugar da opinião pública, também se tornou espaço de distribuição de novos conteúdos impressos, desencadeando, assim, a caça aos escritores que desafiavam o pensamento hegemônico.

Outro fator que alterou a paisagem cultural, bem como o contexto político e social da cidadania, foi o surgimento das primeiras enciclopédias, organizadas de acordo com as disciplinas das universidades. As enciclopédias, até então, não conseguiam captar e transmitir informações ou manifestações sociais desde o cotidiano, provindas das novas formas de arte e de literatura. Por isso, no Renascimento, a cidadania e os novos meios de produção da informação põem em curso uma nova cultura comunicacional, que orientou, igualmente, novos contornos da esfera pública, bem como da própria opinião pública acerca dos direitos e deveres, portando, da cidadania (BURKE, 2003). É no fim do renascimento que se instaura a esfera pública burguesa que, na concepção habermasiana⁴, torna-se um marco ou um modelo teórico da comunicação racional e dialógica (RIBEIRO, 2004). Para Habermas (1984), a emergente classe burguesa enalteceu a prática do debate e realçou as capacidades intelectuais em oposição às condições de nascimento e de participação pública limitada à aristocracia. Isto porque, neste mesmo contexto de renascimento, havia aflorado um grande sentido de cidadania enquanto direito natural e não mais como outorga do imperialismo e da teocracia. Herança medieval, a concepção aristotélica de natureza humana é relacionada ao direito natural, ou seja, renasce a concepção de que a

⁴ Esfera pública, segundo Habermas, é o espaço do convívio comunitário, onde os cidadãos supostamente libertos, reúnem-se para compartilhar, valorizar e transformar a estrutura do Estado, como da própria sociedade (HABERMAS, 1967)

concepção, bem como a orientação da natureza humana não depende da vontade divina, mas da vontade do próprio homem.

É importante salientar que com o advento do Estado absolutista e o desenvolvimento do capitalismo, a esfera pública burguesa se transformou em um ambiente de resistência à autoridade pública estatal. Assim, a sociedade civil se fortaleceu e protagonizou a tensão entre a cidade e a corte, ou seja, o privado versus o público. Esta tensão ou resistência também é o reflexo dos avanços das tecnologias de impressão, como citamos acima. Os cidadãos ampliaram suas fontes informativas sobre os temas antes restritos ao Estado e à Igreja e fizeram circular suas opiniões, criando meios alternativos como folhetins e pequenos jornais. Esta nova ordem comunicacional e cultural facilitou o assenso da burguesia à política deliberativa (HABERMAS, 1984). O debate coletivo, sustentado pelo direito à livre expressão torna a esfera pública um campo de legitimação dos direitos e dos deveres, enaltecendo o sentido comunicacional no processo de construção da cidadania.

Com a ascensão dos Estados independentes e a decadência da igreja Romana como o centro unificador do ocidente, põe-se em curso, a partir do século XVII, a formação dos Estados modernos e, com isso, novas formas de apropriação e caracterização do sentido político da cidadania. Para Mondaini (2005, p.116), o período pós-humanismo é marcado pela intensa “secularização, racionalização e individualização” da cidadania. Intensifica-se o debate sobre a crescente desigualdade e as injustiças sociais cometidas em nome da hereditariedade ou da vida pregressa. A cidadania adquire novos sentidos e o fato de habitar uma cidade (de ser cidadão) não basta mais ao homem: “os novos tempos exigem que este passe a ter também direitos nessa mesma cidade e não mais somente deveres.” (MONDAINI, 2005, 116).

Este período também é considerado como o berço da cidadania moderna, que marca a transição do feudalismo para o capitalismo. Uma visão de mundo, com base no paradigma racionalista, constitui-se em contraposição ao paradigma teológico que até então regeu as estruturas políticas e econômicas do mundo ocidental (COUTINHO, 2008). Trata-se de um período decadente para o sentido transcendente ou metafísico da cidadania, pois as revoluções burguesas, que ocorreram nos séculos XVII e XVIII,

concederam à cidadania um novo sentido, o de conquista individual, fruto da criatividade humana.

O respeito aos direitos individuais é a principal consequência desse período, que se apresenta como o valor legitimador e de reapresentação do cidadão no espaço público. Correlato à reflexão de Mondaini (2005), o início do período moderno se designou favorável à realocação do indivíduo de cidadão/súdito para cidadão/cidadão. Quer dizer, neste período a cidadania derivou da atuação e participação do indivíduo na cidade. Criou-se, com isso, ou ao menos se revitalizou a relação possível entre indivíduo, sociedade e Estado. O sentimento de potência retorna para o indivíduo, o qual passa a questionar, a partir da prática de liberdade econômica, o seu lugar na política, como de participação nos espaços públicos. Para Coutinho (2008), é na modernidade que ocorre uma profunda articulação entre cidadania e democracia.

Nesse contexto, o excesso de autoritarismo por parte do clero e da coroa real despertou os ânimos populares, pondo em curso a Revolução Inglesa, que, no século XVII, representou a primeira manifestação de crise do absolutismo. De modo sintético, segundo Coutinho (2008), a Revolução Inglesa desbancou o poder monárquico, que, severamente limitado, cedeu a maior parte de suas prerrogativas ao emergente Parlamento. A Revolução Inglesa começou com a Revolução Puritana de 1640 e terminou com a Revolução Gloriosa de 1688 e significou a tomada do poder estatal pela classe burguesa, que buscou se fortalecer na união com outras classes periféricas, como os comerciantes, artesãos, artistas, dentre outros. As transformações no modo de produção e do trabalho também foram os responsáveis pela revolução, a qual, segundo Pinsky (2005), demarcou um deslocamento da cidadania do campo estatal monárquico para o burguês parlamentarista.

Porém, é importante destacar que a Revolução Inglesa não foi o resultado, apenas, da junção de forças da classe burguesa. A cidadania reclamada pelas forças populares da revolução puritana, também forçou a hegemonia política burguesa: “[...] entre 1645 e 1653, as contestações radicais foram de tal ordem que, caso não tivessem sido duramente reprimidas, poderiam ter fugido ao controle do próprio Oliver Cromwell.” (MONDAINE, 2005, p. 127). Outro fator importante da Revolução Inglesa é a discussão dos direitos humanos, que em 1689 deu origem a Carta de Direitos a *Bill*

Of Rigths. Além de tratar da fundamentação de direitos básicos, como os de liberdade e de propriedade privada, a *Bill Of Rigths* foi um instrumento de legitimação do Parlamento britânico. A noção de cidadania, antes objeto de litígio entre Estado e Igreja, agora é conteúdo prescrito pelo Parlamento. A cidadania na *Bill Of Rigths* adquire o *status* normativo e se torna objeto mais de regulação do que de concessão. Quer dizer, o Parlamento atribui à noção de cidadania a função de regular as ações dissonantes ao bom andamento da economia burguesa em ascensão (PINSKY, 2005).

O cenário comunicacional e informacional do período era de aceleração da produção e circulação de conteúdos gráficos. Os livros, por exemplo, ainda produzidos pelos copistas do clero, são cada vez mais elaborados pelas tipografias gráficas que se tornam espaço de apropriação e de convivência dos intelectuais e filósofos (BURKE, 2003). Nesse período a cidadania se interconecta com o campo da informação pública, através dos conteúdos gráficos, como livros e panfletos não mais encerrados nas dependências dos espaços oficiais, tanto das bibliotecas do clero como dos castelos da corte. Também, a produção social do conhecimento não depende mais dos intelectuais das grandes universidades. A classe dos intelectuais e dos novos letrados alterou, significativamente, parte do emergente espaço público ocidental, que também passou a contar com o aumento da circulação informacional alternativa (BURKE, 2003).

O movimento da cidadania moderna também é contextualizado no Iluminismo, momento histórico pós-Renascimento, marcado pela exaltação da razão como meio capaz de enfraquecer e aniquilar o poder da Igreja e do Estado. Destacam-se nesse período a expansão colonizadora ocidental pela América, bem como o pensamento de filósofos responsáveis pela argumentação teórica acerca da cidadania enquanto construção de leis e de contratos sociais. O Iluminismo representa o período da corrente filosófica denominada Contratualismo, formada pelos filósofos Thomas Hobbes (1651), John Locke (1689) e Jean-Jacques Rousseau (1762). O pensamento desses três filósofos, suas teorias e os seus tratados fundamentaram as discussões, bem como os sentidos do que poderia ou não ser considerado como prática ou exercício da cidadania (CHAUI, 2000). Hobbes, a partir de sua obra *Leviatã*, discorre sobre a natureza humana e sobre a relação dos sujeitos com os governos e sociedades. Ele defende que a natureza humana nada mais é do que um conjunto de forças desiguais, que necessita ser regulada por uma instituição superior, no caso o Estado. John Locke é considerado o ideólogo do

liberalismo e não defende a soberania do Estado. Ou seja, para Locke todos os homens são dotados, desde o seu nascimento, de direitos naturais, sobretudo os direitos à liberdade e à propriedade privada. Criticando o pensamento hobessiano, Locke afirma que para assegurar esses direitos, os homens criam governos, mas que se esses governos não correspondem às reivindicações dos indivíduos, estes têm a obrigação de se derrubar o governo. Quer dizer, a superioridade individual é exaltada em detrimento da ação do Estado. Já com Rousseau, outra vertente do Contratualismo é afirmada. A sua obra “Do Contrato Social”, defende que todos os homens devem reconstruir o contrato social. Rousseau (1978) enfatiza que a liberdade deve se embasar na experiência política das antigas civilizações, onde predomina o consenso e a garantia dos direitos a todos os indivíduos, independente de classe social (CHAUI, 2000). É com Rousseau que o conceito de cidadania, vinculado ao desenvolvimento da individualidade na coletividade, pressupõe a dimensão da sociabilidade. Em outras palavras, é necessária a existência do espaço das relações sociais – especialmente as dinamizadas pela ação política, para que a cidadania seja então construída. Coutinho (2008) ressalta que Rousseau consagrou-se como o mais radical representante do pensamento democrático do mundo moderno. Segundo este autor, a definição de democracia moderna, a partir de Rousseau, tem o sentido de “[...] construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera política.” (COUTINHO, 2008, p. 50).

No Iluminismo, o crescimento de espaços públicos - aumento da sociabilidade nas praças, nos emergentes salões, também chamados de cafés, - auxilia a “expansão de ocupações produtoras ou disseminadoras de conhecimento.” (BURKE, 2003, p.11). A conjuntura comunicacional e informacional Iluminista ganha novos contornos com a publicação de “A Enciclopédia” por Dênis Diderot e seu colega D’Alembert, obra fundamental para a dispersão de informações alternativas, “[...] que antes não eram transmitidas às pessoas do povo para evitar que ficassem descontentes com sua posição na vida.” (BURKE, 2003, p.21). Das novas formas de informação e comunicação cada vez mais inseridas numa dinâmica pública, reacende-se uma cidadania reconstruída, igualmente, no espaço público (RIBEIRO, 2004).

No bojo dessas correntes filosóficas e do avivamento de uma cidadania construída no emergente espaço público, eclode a Revolução Americana. Ocorrida em

1776, esta revolução exaltou, dentre outras questões, o problema dos direitos humanos, os quais se constituíram como o conteúdo base dos discursos à liberdade e à igualdade de direitos. A declaração da Independência norte-americana também é considerada como a conquista da democracia plena, que até então era tida como impraticável pelos sistemas políticos ocidentais. Isso se deve, ainda, a repulsa a acordos firmados com a coroa inglesa por lideranças norte-americanas comandadas por George Washington.

Assim, a guerra da Independência (contra a Inglaterra) produziu a crença no sucesso da liberdade individual em combate à tirania do Estado (KARNAL, 2005). Dos países colonizados, ou pela primeira vez na história da expansão colonizadora europeia, os Estados Unidos da América tornava-se independente por meio de um ato declaradamente revolucionário. Importante salientar que o principal motor da revolução foi a burguesia colonial, que assegurou a constituição política escrita e “acessível” para todos os cidadãos (JASMIN, 2005).

Nesse sentido, a Revolução Americana é um período histórico que nos oferece muitos elementos para a compreensão da cidadania contemporânea, a qual se apresenta, discursivamente, como sinônimo de democracia plena ou de justiça social. Como já destacamos, a Revolução Americana foi pioneira na formulação dos direitos humanos, sobretudo após uma declaração redigida por Thomas Jefferson, em 1776, que criticava o poder dos colonizadores e defendia a autonomia das colônias. Um dado relevante - para a discussão sobre a democracia - é a eleição dos governadores dos Estados, antes escolhidos pela Coroa, mas, agora, eleitos pelo povo. Pelo mesmo caminho, o confisco de propriedades rurais torna-se intenso nos EUA. Por exemplo, o confisco do latifúndio de Sir. John, em N. York, permitiu o assentamento de dez mil agricultores (SINGER, 2005). Mas esse movimento de reforma agrária era coordenado por revolucionários, que, ao longo do tempo, privilegiaram o próprio enriquecimento, bem como o de alguns amigos e de desempregados próximos, que poderiam lhes render apoio e sustentação contra os possíveis ataques britânicos e das elites desapropriadas.

No entanto, esse idealismo democrático exaltado pela história oficial não esconde as contradições. Segundo Karnal (2005, p.138), a Revolução Americana foi parcial e não atingiu a todas as classes sociais: “[...] a liberdade de expansão dos colonos brancos existiu na proporção do ataque às comunidades indígenas.” Quer dizer, o movimento de independência é contraditório, pois, enquanto levou ao engajamento

parcelas considerável de negros e de mulheres, não poupou o massacre de indígenas. A cidadania em movimento nesse contexto condiz com o sentido de defesa dos poucos direitos adquiridos, sobretudo ao direito à livre produção e comercialização de bens através de propriedades individuais. Percebe-se que a cidadania norte-americana, mesmo que revolucionária às limitações comerciais e políticas impostas pela coroa inglesa, está longe de ser a noção ideal. Nas palavras de Karnal (2005, p.145), a declaração da Independência “[...] serve para disfarçar todas as contradições da sociedade norte-americana ao apresentar um modelo ideal”. Segundo Pinsky (2005), nos Estados Unidos da América dizer quem era cidadão – ao contrário de hoje, em que supomos se tratar da maioria – era uma maneira de eliminar a possibilidade de uma maioria participar, e de garantir, portanto, privilégios a minoria.

O modelo de democracia norte-americano é logo respaldado pelo discurso liberal, que defende, contra a intervenção estatal, a livre expansão do capital econômico. Aos poucos, o que a "democracia" poderia tornar igualitário, o sucesso financeiro distinguiu e tornou desigual. Assim, a possibilidade de avanço ilimitado da economia destruía os valores caros à democracia.

Até certo ponto “[...] a ideia de um país de igualdade e de oportunidades econômicas reforçou o grande sonho americano que atraía milhões de imigrantes europeus e orientais.” (KARNAL, 2005, p. 149). O sonho por liberdade foi o que movimentou as guerras norte-americanas: “[...] o desejo da cidadania norte-americana e a ideia de progresso material tornaram-se, exatamente, o cimento que uniu o país.” No entanto, segundo Pinsky (2005), nenhuma lei ou tratado norte-americano, problematizou a cidadania e a igualdade social a ponto de questionar o intocável paradigma liberal. Isto é relativo à forte prática política norte-americana ancorada no consenso. Para Bobbio (2005, p. 14), o Estado liberal norte-americano é justificado como “[...] o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionaram estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura”. Cremos residir aí uma contradição interessante de ser enaltecida: a contradição do Estado liberal, que parte de um estado de liberdade, mas que depois cai no campo da doutrina, dos direitos naturais, uma espécie de contrato frágil, do consenso, da concepção individualista da sociedade.

Concomitante às demais revoluções, outro período histórico marcante para a compreensão da cidadania é a Revolução Francesa. Tanto como a Revolução Americana, a nobreza e a burguesia francesa defenderam a cidadania como valor universal, ou seja, válida para todos, independentemente de país, raça ou religião (SOUZA, 1990). O principal sentido da cidadania nesse período é a correspondência com o lema revolucionário: fraternidade, igualdade e liberdade.

No entanto, a cidadania encontra limitações para se efetivar como o instrumento desse lema revolucionário. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco do apogeu da cidadania francesa, expressa a necessidade de “[...] transformar o homem comum em cidadão” (ODALIA, 2005, p.166), no entanto, não especifica os direitos civis, principalmente a modificação dos direitos à propriedade privada.

A Queda da Bastilha - evento que libertou das prisões os inimigos do Rei -, prenuncia novos horizontes à cidadania: “é o momento em que a população faminta e miserável busca tomar em suas mãos o poder político, impondo novas regras e normas legais, que traduziam suas esperanças de criação de um novo Estado” (ODALIA, 2005, p. 165).

Neste período, o sentido de cidadania é alçado ao campo das táticas contestatórias, as quais denunciam as dubiedades e contradições, restrições e ausências dos direitos que não contemplam as classes subalternas. Porém, segundo Odalia (2005), a possibilidade de efetivar a construção dos direitos de modo democrático e participativo e, por conseguinte, relacionar a cidadania a práticas revolucionárias, não foi muito adiante.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é reavaliada por Luiz XVI, que convoca uma Assembleia Constituinte, para questionar a validade dos direitos sociais, que, possivelmente, poriam em crise o sentido legal da cidadania.

Se ao cidadão é assegurado o direito de falar e escrever, imprimir e publicar, não lhe cabe o direito de ofender ou desobedecer ao que é normatizado pela lei. E esta é, sem dúvida, uma restrição bastante ponderável, pois coloca a lei acima dos direitos de cidadania (ODALIA, 2005, p. 167).

Não se pode negar que a Revolução Francesa instaurou novos sentidos de cidadania (SILVA, 1991). A ascensão da burguesia urbana defendeu e reorganizou a participação popular no espaço público, antes restrito aos nobres do Estado ou ao alto

clero da Igreja. A comunicação - até então fundada na base informacional, de panfletos e de obras gráficas -, avança para a prática da argumentação pública, de mobilização social em forma de aglomerações nas principais ruas e praças. A produção de panfletos com conteúdo político realimenta constantemente os espaços públicos de discussão (RIBEIRO, 2004). O aumento do fluxo das viagens marítimas às terras americanas ocasiona a dispersão pública de mapas e de diários de bordo dos viajantes, os quais revelavam conteúdos sobre o processo de exploração econômica, da cultura e da religiosidade das terras exploradas (BURKE, 2003). A complexidade social, a diversidade de fontes e de canais de comunicação e de informação, também se reflete na prática da cidadania que, crescentemente, torna-se objeto de reivindicação das classes populares e de discussão intelectual e acadêmica.

Esta complexidade social também é fruto da Revolução Industrial, que - ao ritmo das demais revoluções -, consistiu em um amplo processo de mudanças tecnológicas, com significativo impacto no processo produtivo econômico, bem como no ordenamento político e social dos séculos XVIII e XIX. O mundo do trabalho é alterado consubstancialmente e a paisagem agrícola, aos poucos, foi alterada, pois a máquina reordenou as formas de exploração do trabalho humano (HOBSBAWM, 2003). A cidadania, no período da industrialização, movimentou-se sob a combinação de fatores, como o liberalismo econômico, a acumulação de capital e uma série de invenções, tais como o motor a vapor e, posteriormente, a energia elétrica (SOUZA, 1990).

Nesse período histórico, o sentido da cidadania adquire forte relação com a superação dos problemas da cidade e da conseqüente industrialização da mão-de-obra. O desemprego, o êxodo rural e a falta de serviços de saúde e de saneamento nos centros urbanos, motivam as mobilizações sociais em busca de direitos. É no cenário da Revolução Industrial que ocorre a formação e a organização dos movimentos sociais proletários. O movimento anarquista, por exemplo, deu o primeiro passo na organização proletária, mas que, posteriormente, logo se fechou ao círculo burguês, principalmente após a derrota sofrida pelos socialistas na Primeira Internacional Comunista (HOBSBAWM, 2003). No entanto, outras organizações populares ergueram barreiras ao desenvolvimento do capitalismo industrial. A primeira grande manifestação social foi o “Movimento Ludita”, movimento de operários ingleses inspirados em NedLudd,

que operou uma sequência de ocupações, destruição das máquinas, denunciando o industrialismo como a causa da miséria dos trabalhadores.

O tumulto e a destruição das máquinas proporcionaram aos trabalhadores vantagens valiosas em todas as ocasiões. O patrão do século XVIII estava constantemente consciente de que uma exigência intolerável produziria não uma perda de lucros temporários, mas a destruição de equipamento importante. (HOBSBAWN, 1981, pp. 26-27).

Mediante as ondas de protestos, os liberais aumentam a posição conservadora contra o movimento operário socialista em ascensão: “[...] para preservar a liberdade, era preciso combater as perigosas ilusões de igualdade.” (KONDER, 2005, p. 174). A segurança da liberdade à custa da igualdade é o ponto central das reviravoltas entre liberalismo e democracia, socialismo e capitalismo (BOBBIO, 2005). Ou seja, a noção de cidadania é permeada pelo forte sentido ideológico e a sua função é, para os liberais, a segurança dos direitos e, para os socialistas, uma ação mais ampla, de tomada dos meios de produção e de reorganização do Estado:

Na medida em que os socialistas se organizavam, a influência deles crescia; descobriam que podiam obter benefícios antes de chegarem ao comunismo e que precisavam lutar desde logo por reformas no aparelho de Estado. E, ao mesmo tempo, eram desafiados a inventar novas formas de ação, radicalmente comprometidas com a valorização e o aperfeiçoamento da cidadania (KONDER, 2005, p. 181).

A publicação do Manifesto Comunista, de Karl Marx e Engels, em 1848, foi o livro que apontou um novo caminho para os trabalhadores e para a classe proletária. A constante participação de Marx na emergente imprensa escrita também é reveladora de uma luta de classes travada também no campo comunicacional. A produção de textos para jornais, revistas ou enciclopédias era uma atividade recorrente de outras lideranças populares, que defendiam a organização proletária contra o sistema capitalista industrial em ascensão.⁵

Um momento emblemático para o movimento socialista foi a Comuna de Paris, evento realizado durante a guerra franco-prussiana, em 1870. Revolucionários franceses se unem e impedem a tomada da França pelos ingleses. Governam por 72 dias o país,

⁵ Liberdade de imprensa. Karl Marx, da editora L&PM Pocket, 2001 é um livro que aborda com propriedade a produção jornalística de Karl Marx.

controlam os bancos e as fábricas. Essa vanguarda socialista inspirou – e ainda inspira – a formação de movimentos sociais em luta contra o Estado burguês e o capital. Tratou-se de movimentos sociais unificados em torno do pensamento comunista, que acreditavam numa sociedade autogerida, diferente da ideologia capitalista emergente. Por exemplo, Robert Owen, pioneiro do movimento comunista inglês, defendeu uma sociedade sem Estado, o chamado socialismo libertário, do trabalho comunitário através de cooperativas, da formação de comunidades democráticas e autogestionárias (KONDER, 2005).

A cidadania, pelo viés socialista, é tomada como elemento indispensável às transformações estruturais mais urgentes. Na pretensão da vertente socialista, a derrubada do Estado burguês também alteraria o conjunto de leis e, com isso, a estrutura dos demais poderes. Marx e Engels, sustentavam que o proletariado, fazendo a revolução necessária à superação do capitalismo, “[...] não só asseguraria as condições para o pleno exercício da sua cidadania como tornaria viável a extensão da cidadania efetiva a todos os seres humanos (no comunismo)” (KONDER, 2005, p.178).

Evidencia-se, nesse período - não somente através da corrente teórica marxista, mas pela crítica social como um todo -, uma cidadania em disputa, numa sociedade dividida entre os que detêm e os que não detêm os meios de produção. Quer dizer, uma noção de cidadania em litígio entre pessoas com posses suficientes para assegurar a satisfação de suas necessidades – sem que precisem exercer atividade remunerada – e aqueles que não têm posses suficientes e precisam vender a sua mão de obra. A cidadania se firma através dos direitos sociais, utilizados pelo Estado para a assistência aos sem-trabalho: “[...] Os pobres incapacitados por doenças ou velhice mereciam assistência do poder público, mas os capazes deveriam ser colocados diante da escolha entre o trabalho honesto ou a fome.” (SINGER, 2005, p.195).

Os movimentos sociais, sobretudo os sindicais, acirram os embates contra a elite industrial. Os sindicatos se espalham por toda a Europa e a crise do capitalismo é enfrentada com o argumento de que “[...] para avaliar a vigência dos direitos sociais, não basta verificar que constam das leis em vigor. É preciso avaliar seu gozo efetivo pela população ou de sua parte necessitada.” (SINGER, 2005, p.253).

Em resumo, é nesse período - de ascensão do comunismo e seu consequente atrito com o modo de produção capitalista - que se fortalecem os principais argumentos e promessas do liberalismo político e econômico, dando origem ao mercado, instituição, desde então, conflitante com o Estado. No entanto, a intensificação das ações do mercado, materializadas no aumento da propriedade privada, no acúmulo de capital, na apropriação total do lucro excedente, tornam-se os inimigos a serem combatidos pelos movimentos sociais do final do século XIX. Os chamados movimentos de independência e o movimento anarquista ganham força e denunciam que “[...] toda a propriedade privada, enquanto propriedade exclusiva da burguesia, é baseada na miséria e no trabalho forçado do povo, forçado não pela lei, mas pela fome.” (BAKUNIN, 1992, p. 6).

Após longo processo de conflitos, o movimento operário chegou ao final das revoluções com um acúmulo de forças, sobretudo no que diz respeito à organização e à mobilização das classes subalternas. Assim, a conquista da cidadania atrela-se às formas de organização e o seu sentido é formatado de acordo com o interesse das classes em mobilização. Portanto, a compreensão histórica da cidadania, sobretudo o seu sentido nesse contexto das revoluções, vincula-se às reivindicações e à conscientização dos trabalhadores, proletários, cidadãos comuns e marginalizados, como, também, por meio das organizações representativas como os sindicatos e os partidos políticos. Os demais eventos históricos, como a primeira Guerra Mundial, crise do capitalismo e a sua versão reorganizada e revestida de um novo liberalismo (neoliberalismo), serão discutidas na relação com a constituição da cidadania no contexto brasileiro, onde evidenciaremos as peculiaridades e demais aspectos de sua construção e possível exercício (COUTINHO, 2008).

O movimento da cidadania no contexto brasileiro também se relaciona à ocidentalidade da cidadania e à versão norte-americana. Ou seja, não podemos anular ou desvincular as relações da cidadania latino-americana de uma certa evolução da cidadania que começou na “sociedade europeia, branca e cristã, sem divisões internas insuperáveis além das contradições de classe, e com poucas minorias raciais, nacionais ou religiosas.” (DEMANT, 2005, p. 345).

Pensamos, até aqui, um movimento de cidadania atrelada a uma construção gradativa, que envolveu avanços e perdas, que sobreviveu à custa de movimentos organizados, sobretudo a partir Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana e Francesa “[...] e, muito especialmente, pela Revolução Industrial, por ter sido esta que trouxe uma nova classe social, o proletariado, à cena histórica.” (ODALIA, 2005, p.168). Basta, portanto, aproximarmos esta reflexão ao contexto brasileiro, na tentativa de enaltecer os principais movimentos responsáveis pela construção da cidadania contemporânea.

2.3 A cidadania nos períodos colonial latino-americano e brasileiro contemporâneo

Como enfatizamos, a história de nosso país, bem como a de nosso continente latino-americano, não está desvinculada dos acontecimentos ocidentais e norte-americanos. Os conflitos e concessões do período colonial e as investidas do império norte-americano são marcas indeléveis no percurso da cidadania em nosso continente. O presente subcapítulo, preocupar-se-á em abordar o contexto brasileiro da cidadania, a partir das transformações dinamizadas pelos movimentos sociais e políticos, responsáveis históricos pelo enfrentamento às ofensivas liberais, materializadas na exploração econômica, na estrutura política e na produção e consumo cultural. A intenção, portanto, é realçar alguns acontecimentos, os aspectos políticos, econômicos e culturais, bem como os enfrentamentos populares que caracterizam a construção da cidadania em nosso país.

Vários livros escolares e acadêmicos retratam e reforçam a história da cidadania brasileira pelo viés da colonização ocidental. É fato que até o século XIX o Brasil e a América Latina estiveram sob a tutela colonial dos governos espanhol e português. O período colonial não corresponde, apenas, ao campo econômico, mas também à construção da estrutura jurídica nacional, amplamente marcada pela diversidade de conflitos na história do nosso continente. O processo de exploração e colonização europeia é extensamente representado pelo viés da violência, da usurpação material, da catequização e do assassinato de índios e negros. Para o antropólogo Darcy Ribeiro (2010, p. 59), “[...] uma característica singular da América Latina é sua condição de um

conjunto de povos intencionalmente constituídos por atos e vontades alheios a eles mesmos.”

O conflito gerado pelos países colonizadores não se encerrou em lutas bilaterais entre dois continentes, mas entre os países do próprio continente. Segundo Gimestra (2002, p. 73 – tradução nossa) a gênese dessa representação conflituosa foi, ao longo das revoluções, gestada no interior dos próprios países sul-americanos: “Todos sabemos que a história de nossos países começou em meio a conflitos cruéis, que deixaram sequelas de desconfiança e rivalidade nas relações posteriores.” O contexto das novas democracias latino-americanas é resultado de um longo caminho de formação dos Estados, que não ocorreu de forma homogênea. Por isso, o denominador comum da cidadania entre os Estados/países latinos é o caráter de alcance regional e o discurso sempre potencial de ruptura com a ordem colonial e imperialista.

A formação histórica brasileira, segundo Furtado (2001), é decorrente dos ciclos econômicos continentais, ou seja, por etapas de constituição econômica das nações latino-americanas, promovidas pelas elites locais, numa matriz patrimonial e escravista. Por esse caminho, a estruturação macropolítica e mesmo jurídica na noção de cidadania no limiar do cenário brasileiro é correlata aos ajustes econômicos efetuados pelos colonizadores. O acirramento das investidas capitalistas dos últimos dois séculos, para Furtado (2001), também reordenaram os modos de disputa, construção e de conquista da cidadania. No campo de acumulação econômica, a cidadania se apresenta como forma de superação dos problemas decorrentes dos modos de exploração da mão de obra e do acúmulo de riqueza. Segundo Marx (1988, p. 284):

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco.

Destacamos esse processo histórico da exploração econômica no Brasil e na América Latina, pois não podemos desassociar a cidadania dos aspectos estruturais, sobretudo de um período onde a exploração de diferentes modos, principalmente por meio da expropriação ilegal de terras e demais recursos naturais, atingiu de forma

determinante a constituição de governos e do campo jurídico onde se ancorou a construção de leis e de decretos ainda vigentes. Ou seja, durante diferentes períodos históricos, o contexto econômico latino-americano é uma decorrência das lógicas exploratórias dos países europeus e, posteriormente, dos Estados Unidos, as quais geraram intervenções em outras instâncias, incluindo a cultural e a política, conduzindo ao poder líderes e grupos simpatizantes às suas lógicas.

Até mesmo o cenário comunicacional e informacional brasileiro, desde o período colonizador até meados do século XX, esteve dependente das chancelas ocidental e do financiamento norte-americano. Ao mesmo passo que se desenvolviam canais de participação popular na esfera pública a coroa portuguesa, o Estado Novo e a intervenção norte-americana construía barreiras e interditos. Esta reflexão sobre aspectos culturais, onde se inscreve as práticas comunicacionais e informacionais do século passado, também se associa à reflexão sobre o avanço da abertura econômica dos países do subcontinente ao capital externo.

A marca mais visível dessa investida neoliberal é a redução dos governos nos assuntos ligados ao mercado, sobretudo no que tange à regulamentação e ao domínio das empresas públicas, ocorrendo o movimento de privatização das estatais, vendidas às grandes corporações transnacionais. Os resultados, visíveis desde os últimos séculos, estão enraizados no modelo de exploração colonial, o qual definiu os contornos e os sentidos da nossa cidadania. Do mesmo modo, o modelo colonizador, retratado como a transposição das riquezas nacionais para o capital estrangeiro, não se liquidou com a independência política dos países latino-americanos. A dependência econômica, resultante de embargos à oferta de tecnologias e de outros bens materiais, instaurou-se nos séculos XX e XXI pelas vias do mercado do consumo. Segundo García-Canclini (2001, p. 92),

[...] depois da década perdida para a América Latina, que foi a dos oitenta, durante a qual os Estados cederam o controle da economia material e simbólica às empresas, está claro aonde a privatização sem limites conduz: descapitalização nacional, subconsumo das maiorias, desemprego, empobrecimento da oferta cultural.

Relacionada à dimensão econômica, o cenário cultural e político também é construído pelos poderes em disputa. A globalização comercial e financeira impulsiona e direciona a difusão das novas tecnologias, bem como a própria oferta cultural. No caso latino-americano, as forças econômicas hegemônicas do primeiro mundo tornam-se

cada vez mais imbricadas com as economias locais, intensificando as desigualdades na produtividade e no bem-estar entre os países e, dentro deles, corroem a soberania dos Estados e nações, limitando, assim, o exercício da cidadania e a realização dos direitos sociais e econômicos (HOPENHAYN, 2002). Esta onda de globalização, afirma Milton Santos (2002, p. 141) busca “[...] reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em consumidor, usuário e, se possível, coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas”. Milton Santos (2002, p. 142) propõe uma nova globalização, mais democrática, alicerçada numa recriação da própria noção e prática da cidadania, mais “[...] horizontalizada e não verticalizada como a atual, na qual a vida não seja tributária do cálculo, mas haja espaço para a emoção – que é o que une os homens”.

Aliada a esta globalização vertical, que Santos (2002) condena, está a consolidação de sistemas políticos institucionais, que substituem os regimes ditatoriais entre as décadas de 1940 e 1990. O período ditatorial, comum em vários países latino-americanos, perpassou a esfera política e atingiu os demais campos de reprodução social, como o cultural, econômico, social e o educativo. A ascensão dos regimes democráticos, tanto anteriores, como durante e após os regimes de exceção, correspondem a três movimentos (GARRETÓN, 2002). O primeiro corresponde aos países onde nunca existiu um sistema constitucional instituído democraticamente, como em países da América central, controlados por regimes oligárquicos, em constatações de guerras civis e insurreições. Um segundo movimento de construção da democracia corresponde ao processo de transição dos regimes de ditadura militar para o regime parlamentar, tendo como base os acordos civis formais, materializados em forma de constituições.

O terceiro movimento condiz com as reformas protagonizadas por movimentos de pressão contrários ao poder constitucional. Esse movimento originou-se de grupos internos ao poder político, os chamados grupos políticos opositores, bem como de grupos de pressão social não institucionalizados, por atores políticos dispersos, participantes ora de movimentos e organizações ora de grupos de pressão partidários.

Assim, compreendemos que a democracia e a própria construção da cidadania neste contexto brasileiro e continental são frutos de um cenário complexo, que envolveu, historicamente, Estado, atores e instituições atuando em contextos políticos diversos. No entanto, a diversidade, quando observada de modo micro, não está

desvinculada de um contexto macro que desde o último e o presente século se referem aos autoritarismos políticos e comerciais do capital globalizado, regidos pelo poderio econômico norte-americano e ocidental. Ou seja:

Se for correto que cada forma de democratização tem implicações distintas para as formas de ação social e privilégios para determinados atores sociais, é possível traçar uma linha geral nesta matéria, em que cada caso e subcaso aporta suas especificidades (GARRETÓN, 2002, p.09 – tradução nossa).

As ações corporativas do mercado globalizado encontram espaço nas brechas do sistema político representativo para reforçar suas prerrogativas e projetos, sobretudo a partir da prestação de serviços ao próprio Estado, da aceleração do avanço tecnológico e da facilitação do consumo ilimitado. Por esse caminho, a constituição da democracia contemporânea está relacionada aos movimentos do mercado, às práticas regulatórias do Estado e às formas possíveis da ação popular organizada.

Para Manuel Garretón (2002), a mudança da matriz sociopolítica nos países latino-americanos também alterou os modos históricos da organização popular. Como reação à consolidação do mercado privado e o conseqüente aumento da marginalidade e da pobreza, tanto no campo como na cidade, emerge uma visão também crítica do Estado e da política, desde a sociedade civil, que apela para a reivindicação dos princípios básicos de cidadania.

A relação sempre instável entre Estado e sociedade reordenam eixos da ação coletiva responsáveis pelos contornos e direcionamentos do que compreendemos como democratização social. Também podemos relacionar a noção de democratização social como espaço de disputa cultural, social e não apenas político. A democratização social, para Garretón (2002, p.16) vincula-se a uma expansão valorativa da noção de cidadania: “[...] o que se expressa em quase todas as demandas e reivindicações se faz em nome da cidadania ou dos direitos cidadãos”.

No contexto latino-americano, as reivindicações por direitos políticos, sociais e civis são resultados de demandas sociais diversas, sobremaneira as originárias do enfraquecimento das instituições clássicas, como o partido, o sindicato e o próprio aparelho estatal. Assim, a cidadania é compreendida como espaço capaz de acolher, assegurar, conquistar e de transmitir os mais variados direitos e deveres (HOPENHAYN, 2002); compreendida como o lugar do reconhecimento e de

reivindicação do sujeito mediante a um determinado poder. É através do reconhecimento enquanto sujeito portador de direitos que a ação no campo do dever também se torna prática reivindicativa e de superação das novas formas de exclusão social do atual modelo econômico. Portanto, a cidadania é evocada por sujeitos que reivindicam direitos, os quais participam na conscientização da prática de deveres, não apenas no sentido moral, mas político, participativo e coletivo.

Em outro artigo, Garretón (1994) associa a noção de cidadania no contexto latino-americano ao processo de institucionalização dos regimes políticos de viés democrático. Até certo ponto o autor condiciona a cidadania à dimensão técnica do aparelho Estatal. Ou seja, a cidadania está formalizada aos parâmetros do legal, resultado de acordos, votações, plebiscitos, referendos, dentre outros sistemas de legitimação dos direitos. Portanto, a cidadania também pode ser considerada como o marco normativo de conflitos e a canalização de demandas sociais através de direitos legalmente assegurados.

A democracia estatal não pode estar desvinculada do plano social e econômico, que nos últimos anos, mesmo nos países de governo considerado de esquerda, possibilitou a inserção do capital norte-americano e de outros países do primeiro mundo. Essa correlação da cidadania com o Estado democrático não foi suficiente, segundo Garretón (1994, p.99 – tradução nossa), para assegurar a execução, bem como a conquista e a expansão de novos direitos. A intervenção econômica estrangeira ocasionou, em diversos períodos históricos da América Latina, o “[...] aumento da pobreza, a precarização e a informalização de empregos, a erosão das formas coletivas de organização e de proteção e a debilitação do papel redistributivo e integrativo do Estado”.

As mudanças econômicas e políticas também refletiram, ao longo da história, no contexto cultural. Quer dizer, compreendemos o cultural como espaço primordial de produção simbólica que orienta a construção dos projetos nacionais e de representação da ação coletiva. A própria noção de sociedade moderna, perseguida pelos governos liberais do nosso continente, afetou significativamente a construção da cidadania latino-americana. Isso porque, a modernidade, observada enquanto curso de um movimento cultural necessário entra em conflito com os modelos de modernidade das distintas regiões do continente latino-americano. Ou seja, “[...] as formas muito diversificadas de

ser sujeito, através do trabalho, do voto, do gênero, do espaço local, do pertencimento étnico e religioso abrem possibilidade muito diversas de ser moderno.” (GARRETÓN, 2002, p.101- tradução nossa).

Desta reflexão macro, não nos resta dúvida de que a cidadania contemporânea carrega heranças de um passado. Esta herança faz da nossa cidadania uma noção nem sempre resultante de acordos legais entre Estado e sociedade civil. Antes disso, o período colonial e o atual modelo econômico comandando pelas grandes instituições financeiras, como o FMI⁶, apresentam-se como definidores dos limites e das possibilidades da cidadania brasileira, tanto na constituição da cidadania legal como da cidadania construída pela sociedade civil, a partir dos enfrentamentos e de suas demandas específicas, sejam elas culturais e sociais.

Voltando o nosso olhar à história, segundo José Murilo de Carvalho a economia brasileira, marcada pelo latifúndio monocultor e exportador de base escravista, é o primeiro campo delimitador do que compreendemos hoje por cidadania. Como no início da colonização não existe um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis, “[...] o direito a ter direito termina na porteira das grandes fazendas.” (CARVALHO, 2007, p. 23).

Mesmo após o período colonial, persiste uma grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos e sem a existência de um sentido de pertencimento a um Estado ou mesmo a uma nacionalidade. Isso porque, segundo Holanda (1995), a elite brasileira em ascensão acreditou que o nosso desenvolvimento implicaria a não separação de Portugal. Igualmente, a coroa portuguesa, mesmo após a Proclamação da Independência brasileira, continuou creditando à elite o dever de conduzir a política e a economia brasileira. Assim, institucionaliza-se durante a colônia e, sobretudo, depois da abolição da escravidão, a relação entre Estado e o coronelismo, relação que inviabiliza

⁶ Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional que se iniciou em 1944 na Conferência de Bretton Woods e que foi formalmente criada em 27-12-1945 por 29 países-membros (homologado pela ONU em abril de 1964). O objetivo declarado do FMI era ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Boaventura, em artigo publicado na Revista Carta Maior, a ação do FMI ou as suas medidas impostas são “a privatização do que resta do sector empresarial e financeiro do Estado, a máxima precarização do trabalho, o corte nos serviços e subsídios públicos”.

qualquer possibilidade de cidadania: “[...] o direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel.” (CARVALHO, 2007, p. 57).

Desse contexto, dominado pela elite local aliada à elite portuguesa - que impossibilitaram todas as formas de uma verdadeira cultura democrática (HOLANDA, 1995) -, os direitos civis permanecem cerceados. Reflexo disso é a permanência da escravidão por mais de três séculos. Quer dizer, a não libertação dos escravos significa a inexistência dos direitos civis no Brasil. Segundo Carvalho (2007), a conquista dos direitos civis foi uma decorrência do aprimoramento dos direitos políticos, formalizados em 1824, quando é outorgada a primeira constituição brasileira. Assim, o lado formal dos direitos políticos se materializou a partir de eleições até 1930. Mas qual era o conteúdo desses direitos políticos? O que significavam as eleições? Como elas se davam na prática?

Mesmo que o voto sinalizasse uma oportunidade para a manifestação política individual, ele não foi capaz de alterar o cenário de poder, bem como as estruturas regimentais do período vigente, pois:

o votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade. O voto era um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão (CARVALHO, 2007, p.35).

Da mesma forma, a proibição do voto de analfabetos, de escravos e das mulheres derruba o sufrágio universal do voto “livre”. Resumidamente, pouco de justiça se efetivou e quase nada de poder verdadeiramente público existiu, devido a impossibilidade de participação de cidadãos civis e, por conseguinte, de cidadãos políticos.

Após a abolição da escravatura, a entrada do século XX é marcada por uma grande quantidade de população analfabeta e, por isso, sem direito ao voto. No entanto, o período colonial não se caracterizou apenas pelos aspectos legais, repressores e totalitários. Espaços de resistência, que geravam o acúmulo de força dos ideais libertários - tanto de escravos como de outras classes intermediárias descontentes com as ações do Estado -, integram a construção da cidadania no contexto brasileiro.

Lutas esparsas, sem uma condução política unificada sempre existiram em todos os períodos históricos (DURHAM, 1984). As mobilizações populares, inicialmente nas áreas rurais, aconteceram de modo disperso, como o ataque a igrejas, cartórios, juntas de recrutamento militar, expressando, assim, o descontentamento com as políticas do Estado. Revoltas populares mais significativas aconteceram no ano de 1880, quando civis organizados invadiram bancos e os postos de transporte público para reivindicar melhorias (CARVALHO, 2007). A necessidade e, por isso, a carência de direitos, “[...] pode ser vista como um amplo processo de revisão e de redefinição do sentido da cidadania” (DURHAM, 1984, p.29).

O período do Segundo Reinado ainda é fortemente marcado por um fraco sentimento de nacionalismo. As revoltas acima relatadas não se efetivaram em movimentos mais amplos, capazes de gerar um sentimento de organização popular unificada, ou mesmo nacional. Revoltas separatistas do século XIX, como a Farroupilha, Cabanagem e Sabinada se firmaram como lutas contra os inimigos fronteiriços locais, das capitânicas e não do país. Para Carvalho (2007) até o século XX, não se formalizou uma organização popular política, representativa de um sentimento nacional consolidado.

Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Assim, a cidadania apresentava-se em negativo, ou como uma concessão passageira (CARVALHO, 2007). Para Coutinho (2008), o próprio processo de Independência brasileira não se deu pelas forças populares ou por um movimento vindo desde a classe economicamente inferior: “A nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares” (COUTINHO, 2008, p. 111). No mesmo sentido, o Estado em formação se tornou uma “[...] autocracia burguesa” (FERNANDES, 1975, p. 289).

A década de 1930 é marcada pela continuidade dos princípios autocráticos do Estado, mas, também, pela complexificação dos direitos políticos e pela entrada em cena das lutas pelos direitos sociais. A comunicação radiofônica, ainda insipiente, também se revelou espaço de informação e de comunicação nacional. Mesmo pouco expressiva, a comunicação alternativa do período se resumia à comunicação impressa. A então emergente comunicação radiofônica situadas no Governo de Epitácio Pessoa - Rádio Tupi, em 1922 e Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923-, puseram em curso

uma comunicação de cunho educativo. Uma década depois, esta boa intenção, galgada por Roquete Pinto, é desvirtuada, devido a demanda por propaganda da indústria nacional e internacional (SODRÉ, 1999).

Nesse período, a Revolução de 1930 extingue a Primeira República e abre novos horizontes para os direitos políticos, como para entrada em cena das lutas pelos direitos sociais (TELLES, 2006). Luiz Carlos Prestes, comunista e simpatizante de muitos militares, comanda a deposição de Washington Luís, profere discursos críticos à elite e orienta a formação de sindicatos nacionais. O tenentismo, mesmo não sendo tão democrático, foi uma forte oposição às elites do Estado e da Igreja, elevando ao poder Getúlio Vargas (CÂNDIDO, 1995). Importante ressaltar que as mobilizações sociais, ocorridas entre final do século XIX até 1930, são forças civis aliadas à força militar, pois muitos dos líderes militares não provinham de oligarquias ou de grandes proprietários, mas da classe média.

As mobilizações sociais, através de sindicatos e associações populares, partidos políticos, ganham força na década de 1940. Os jovens militares se aliam aos revolucionários civis e anunciam a necessidade da reforma agrária, o que indigna as oligarquias. (CARVALHO, 2007). Luiz Carlos Prestes, que lidera ANL – Associação Nacional Libertadora – adere ao grupo e atiza ainda mais as reformas anunciadas pelos militares. Os paulistas declaram guerra ao Estado e ao tenentismo, põem-se em curso a Revolução Constitucionalista. Este acontecimento, segundo Fausto (1995) é um marco para os direitos políticos, como o voto secreto e a possibilidades de eleições comandadas pela Justiça Eleitoral, e não mais pelo Estado. As mulheres ganham direito ao voto. A ANL é considerada um movimento de alcance nacional, que defendeu o nacionalismo em contraposição ao liberalismo (FAUSTO, 1995).

O governo de Getúlio Vargas é configurado por avanços, como por retrocessos. Ao mesmo tempo em que Vargas anunciava o fechamento do congresso, pregava o crescimento econômico e industrial, a construção de estradas de ferro e a ampliação dos direitos trabalhistas. No entanto, sobretudo de 1937 a 1945, o país viveu sob um “[...] regime ditatorial civil, garantindo pelas forças armadas, em que as manifestações políticas eram proibidas, o governo legislava por decreto, a censura controlava a imprensa” (CARVALHO, 2007, p. 109). Vargas obriga patrões e empregados a se filiarem em sindicatos, para evitar possíveis instabilidades ao sistema de produção. Os

direitos políticos retraem-se enquanto os direitos civis ganham mais força na medida em que os sindicatos problematizam as condições precárias de trabalho, jornadas extenuantes, bem como o crescimento da pobreza das grandes cidades. A cidadania nesse período é regulada por privilégios e não por direitos: tendo em vista a necessidade de regulamentação dos modos de produção, era preciso um trabalhador bem amparado.

Esses direitos, segundo Telles (2006), não se estenderam para o lar e nem para os produtores e trabalhadores rurais, os quais eram a maioria. Na década de 1940, em resumo:

a concessão de direitos trabalhistas e a montagem de um formidável sistema de proteção social tiraram a população trabalhadora do arbítrio, até então sem limite, do poder patronal, para jogá-la por inteiro sob a tutela estatal. Trata-se de um peculiar modelo de cidadania, dissociado dos direitos políticos e também das regras da equivalência jurídica, tendo sido definida estritamente nos termos da proteção do Estado, através dos direitos sociais como recompensa ao cumprimento com o dever do trabalho (TELLES, 2006, p.89-90).

Segundo Carvalho (2007), de todo o avanço na legislação, sempre ouve uma grande ausência de direitos para o trabalhador rural. Isso demonstra o grande poder dos produtores ou das elites rurais, e somente em 1963 se ampliam alguns direitos ao trabalhador do campo.

A cidadania eleva seu sentido legal com a Constituição de 1946, que assegura os direitos civis e políticos, como as eleições municipais, estaduais e nacionais – criação de outros partidos - menos o comunista, cassado em 1947. Nesse período, o direito de greve ainda é censurado e a cidadania se mantém presa ao sentido legalista e estatal. Os emergentes grupos de comunicação permanecem aliados ao governo Vargas. O contexto comunicacional é de constituição do maior grupo hegemônico, como o “Diários Associados” de Assis Chateaubriand, formado em todo o território nacional por 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão (SODRÉ, 1999).

Entra em cena o segundo governo de Vargas 1950 e João Goulart é o seu ministro do trabalho. Elementos de abertura democrática se apresentam visíveis quando Goulart solicita à Vargas mais rigidez com os patrões e liberais. Goulart também profere discursos públicos favoráveis às reformas constitucionais, problematizando, inclusive, os limites da propriedade privada. Conforme avançam os discursos sobre a reforma agrária, os grandes proprietários de terra se organizam e fundam a UDN (União

democrática Nacional), que também passa a representar a junção das forças liberais. Esse período também proporciona a atuação dos EUA, que interfere no Brasil contra as forças nacionalistas de Vargas, as quais não cessam de enfatizar a defesa e o controle do petróleo, das riquezas naturais e da abertura de novos sindicatos (FAUSTO, 1995).

Nesse contexto, o Estado é lugar privilegiado de estruturação dos direitos sociais, em contraponto as forças liberais, representadas por empresários, políticos e militares da extrema direita. Em 1954, a massa operária, crescente após o forte desenvolvimento industrial do país, realiza greves e diversas manifestações, levando Goulart a instituir um aumento de 100% no salário mínimo. Com isso, militares e empresários se revoltam e organizam a derrubada de Vargas, que comete suicídio. O povo toma as ruas e o udenista, Carlos Lacerda foge do Brasil, temendo sofrer represália (CÂNDIDO, 1995).

Na sequência histórica, Kubitschek e João Goulart são eleitos presidentes do Brasil. O “desenvolvimentismo”, modelo de governo anunciado por Kubitschek, defende a manutenção e o aumento do salário mínimo e benefícios para empresários. Porém, segundo Cândido (1995), poucos direitos e benefícios se apresentam para os trabalhadores do campo. Assim, a questão agrária permanece como problema difícil de ser enfrentado, mesmo com Goulart favorável à execução de políticas sociais para pequenos produtores e sem-terras. De maneira geral, a cidadania no governo de Kubitschek e João Goulart conquistou avanços, principalmente no que diz respeito à mobilização e à organização sindical. Mas, como afirma Carvalho (2007), enquanto a questão agrária não fosse tocada, a elite industrial e os grandes proprietários autorizavam a continuidade do governo.

Outro período histórico relevante para o percurso da cidadania brasileira foi a realização de um plebiscito, em 1963, que instituí Jango como presidente. As greves e novas centrais sindicais afloram pelo Brasil, unificando forças para a permanência de Jango. Destaca-se um movimento cultural intenso através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Movimento de Educação Base (MEB). Também, ganha força em todo o Brasil o movimento social chamado Ligas camponesas, organização formada por sindicatos rurais, associações de pequenos produtores e sem-terra⁷⁷. A intensa

⁷⁷ O movimento das Ligas camponesas é retratado no documentário “Cabra marcado para morrer” dirigido pelo cineasta Eduardo Coutinho.

atuação das Ligas camponesas pressiona Jango, que no mesmo ano cria o Estatuto do trabalhador rural. Esse período histórico é relevante, pois “[...] desde a abolição da escravidão, em 1888, o Estado não se envolvia nas relações de trabalho agrícola.” (CARVALHO, 2007, p.139). Ou seja, os trabalhadores do campo tinham ficado à margem da sociedade organizada, submetidos ao arbítrio dos proprietários, sem a posse dos direitos civis, políticos e sociais. Em meio à organização e resistência através das Ligas camponesas, os trabalhadores rurais emergiam do silêncio, e o faziam pela via do direito de organização, num regime que possibilitou a denúncia das injustiças e do direito à participação política. No entanto, fazendeiros se unem contra uma possível reforma agrária, como a recente realizada em Cuba e na União Soviética (STÉDILE, 2005).

A decadência de Jango é inevitável. A larga escala de benefícios concedidos aos trabalhadores e o discurso de reforma agrária provocaram a mobilização dos setores e das classes contrárias (CÂNDIDO, 1995). Jango concordou em radicalizar com a esquerda e fazer as chamadas reformas de base. Alguns generais se aliam a Jango e realizam um grande comício, na Central do Brasil, com mais de 150 mil pessoas. O então presidente anunciou uma série de medidas referente às reformas de base, defendeu a reforma da Constituição para ampliar o direito de voto à analfabetos e à militares de baixa patente e criticou seus opositores que, segundo ele, sob a máscara de democratas, estariam a serviço de grandes companhias internacionais e, portanto, contra o povo. Goulart anunciou que tinha assinado um decreto encampando as refinarias de petróleo privadas e outro desapropriando terras às margens de ferrovias e rodovias federais (AMADO, 2000).

Outro importante ponto para a cidadania dos trabalhadores rurais foi o decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), assinado, justamente, no comício, que provocou forte reação das elites rurais e foi, segundo Pinheiro (2003), o fator principal que contribuiu para a derrubada de João Goulart.

O decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964 (revogado por Ranieri Mazzilli, em 9 de abril de 1964), afirmava:

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação,

drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências.

Empresários e políticos liberais, juntamente com marinheiros e fuzileiros navais se reúnem e na semana seguinte realizam, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família, liderada por padres norte-americanos. As ofensivas contra o governo em vigência aumentam e Jango é deposto: acontece o Golpe de 1964 e o início da ditadura militar.

O período pré 64 pode ser considerado um avanço para a democracia em diversos aspectos, entre eles, a criação de partidos nacionais. Mesmo com pouca participação popular, o sistema partidário se firmou como forma confiável de representação política. No entanto, os governos de Vargas, Kubitschek e João Goulart, não provocaram mudanças capazes de assegurar uma participação popular efetivamente democrática (AMADO, 2000). As forças políticas que até então comandaram o nascente Estado brasileiro não possuíam envolvimento de causa democrática, pois agiam pela radicalização, sobretudo pela força militar, onde a cidadania figurava sob a tutela do Estado concessor. Vale ressaltar, que “[...] os trabalhadores rurais continuaram excluídos, apesar do grande número de sindicatos que se organizavam e da ênfase do governo na reforma agrária.” (CARVALHO, 2007, p. 153).

Esse contexto de lutas e de avanços para a cidadania também está relacionado ao surgimento da imprensa de esquerda, fortemente alimentada pelas entidades sindicais. Nas publicações impressas, e mesmo os poucos espaços obtidos nas rádios comerciais, a preocupação dos militantes eram a denúncia do golpe e a conclamação à resistência. O veículo de comunicação mais expressivo da classe sindical foi o Jornal Panfleto, produzido por militantes ligados a Leonel Brizola (FREDERICO, 2010). A mesma situação se refletiu na imprensa operária, principalmente nos artigos publicados em jornais alternativos pela Ação Popular e por integrantes do Polop (Política Operária). Frederico (2010) destaca que das poucas publicações então existentes, as que circularam com regularidade eram os jornais “A classe operária e Voz operária”. Nestes jornais, o conteúdo se limitou “[...] às denúncias da repressão e às análises das transformações ocorridas na legislação trabalhista.” (FREDERICO, 2010, p.13).

Como denunciara a mídia operária e sindical, o percurso da cidadania, no período entre os anos de 1964 a 1985, é trilhado num contexto de forte repressão a todas as mobilizações populares, redução dos salários e dos direitos civis, tendo em vista o

investimento necessário em políticas de incentivo ao crescimento econômico. Quer dizer, o crescimento econômico se deu correlato ao aumento da repressão popular e ao cerceamento dos direitos civis e políticos. O Governo militar se efetivou através da criminalização e fechamento de associações populares, sindicatos e movimentos sociais. O perigo de uma invasão comunista era o argumento utilizado para a repressão e corte de direitos. Em resumo:

A censura de imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado (CARVALHO, 2007, p.164).

As lutas populares de resistência ao regime ditatorial também se mesclam com outras práticas comunicacionais. Emergem na década de setenta “[...] as primeiras experiências de comunicação popular, que passam a receber diferentes denominações: comunitária, alternativa dialógica, participativa, grupal, libertadora de resistência.” (COGO, 1998, p. 28). Intelectuais como Paulo Freire, Ramiro Beltrán, Juan Diaz Bordenave, Mário Kaplún são os principais multiplicadores de ideias, teorias e projetos de comunicação e de educação popular, dentre eles o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento de Cultura Popular (MCP). De acordo com a referencial obra de Denise Cogo (1998), a Igreja Católica progressista é a principal fomentadora desses movimentos populares. Através das Comunidades eclesiais de Base (CEBs), estes movimentos se constituem “[...] enquanto alternativa a uma comunicação de massa estreitamente comprometida com os interesses dos grupos dominantes e utilizada por esses grupos como instrumento de manutenção da ordem vigente.” (COGO, 1998, p. 43). Esta conjuntura comunicacional, no limiar de uma ditadura militar, é considerada um marco histórico para as vindouras práticas comunicacionais populares em toda a América Latina. A comunicação popular - revestida de uma intenção pedagógica libertadora - resistiu ao longo percurso ditatorial, evidenciando-se, por vezes, em práticas localizadas, devido a forte repressão.

Os movimentos sociais desse período resistem mediante a extinção dos direitos civis e políticos. Apenas as eleições para senado e deputados foram mantidas, mas para

presidente somente retornam em 1986. Mesmo com a repressão, o número de votantes aumentava em cada eleição. Até metade do período da ditadura, a economia alcançou índices positivos. Isso motivou a população a votar e a se sentir parte dessa nação, que mesmo sob o controle militar, apresentava alternativas econômicas convincentes. Mas, em 1977, a economia começa a enfraquecer. O milagre econômico mostra suas contradições com o aumento da pobreza e do desemprego. Intensifica-se o êxodo rural e organizações internacionais pressionam os militares pelos crimes, torturas e prisão de militantes, artistas e de intelectuais.

Entram em cena, novamente, os direitos sociais, “[...] para compensar a retirada dos direitos civis e políticos” (CARVALHO, 2007, p.170). A criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) retira dos sindicatos o controle e passa ao Estado o poder de regulamentação das profissões e dos demais direitos. O general e presidente Médici cria o FUNRURAL – Fundo de assistência Rural, assistência possível com o pagamento de impostos, sempre pagos pelos consumidores. Quer dizer, não foi recurso tirado dos empresários, os quais repassavam aos produtos o valor do imposto cobrado. Assim, como a previdência rural não prejudicava os proprietários e não se falava mais em reformas gerais, como a agrária, a elite brasileira apoia radicalmente o governo militar (FAUSTO, 1995).

Mesmo com a extinção dos movimentos populares e sociais, dentre eles o das Ligas Camponesas, a pressão popular aumenta, sobretudo com o acirramento da crise econômica. A pobreza nos grandes centros é a paisagem mais evidente, sobretudo após o grande fluxo migratório de trabalhadores do campo para as cidades. Sentindo a pressão advinda dos problemas sociais, o então presidente e militar Geisel demonstra interesse pelo retorno da democracia. Segundo Oliveira (1976) o interesse de Geisel abre algumas brechas que facilitam o movimento de desmonte do sistema autoritário. O excesso de liberalismo no grupo de Geisel e a certa aversão a um eterno regime militar possibilitou algumas brechas, como a volta das eleições legislativas. Um fator que remexeu com os ideais de justiça social e de condenação ao regime militar foi o retorno de exilados políticos, que fundam partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), respectivamente, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva e por Leonel Brizola.

Movimentos sociais ganham contornos partidários e atuam com intensidade nas eleições estaduais de 1982. As forças liberais e grande parte do Governo Militar se unem ao Partido Democrático Social (PDS), mas perdem as eleições presidenciais de 1984 para o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Tancredo Neves, que morre e, em seguida, Sarney assume.

Nas bordas do fim de um ciclo ditatorial, a construção da cidadania é motivada pelo retorno, mesmo que a passo lento, das mobilizações sindicais. Esta cidadania também se tornou elemento reflexivo e discursivo de todo o período militar até então vivido no país. O sentido de cidadania é cada vez mais de ordem política e ideológica, que reivindica o direito, sobretudo, ao voto é à liberdade de formação associativa e partidária. Para Carvalho (2007, p. 173), a avaliação dos governos militares, sob o ponto de vista da cidadania, tem, sim, que levar em conta “[...] a manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momento de restrição de direitos civis e políticos”.

Retrocessos, ganhos e ambiguidades são as outras marcas da cidadania no regime militar, onde a falta de liberdade política foi compensada pelo paternalismo social, pois o milagre econômico deixara a classe média satisfeita, disposta a fechar os olhos à perda dos direitos políticos (CARVALHO, 2007). Pelo mesmo caminho, os trabalhadores urbanos não perderam direitos, pois as empresas estavam dispostas a pagar um pouco mais, já que lucravam mais, para manter a produtividade disciplinada.

No governo Sarney, identificado pelo forte discurso democrático, a crescente urbanização da década de 1990 facilitou a conquista de direitos políticos e civis, mas foi um desafio maior aos direitos sociais, considerando-se a elevação da pobreza e da marginalidade. É nesse contexto que figura, nacionalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que denuncia os prejuízos deixados pelo governo militar e propõe um novo projeto de sociedade a partir da reforma agrária: “O MST é o melhor exemplo de um grupo que, utilizando-se do direito de organização, força sua entrada na arena política, contribuindo assim para a democratização do sistema” (CARVALHO, 2007, p. 203). As nascentes ações do MST se articulam com os movimentos sociais da cidade, com os sindicatos de alcance nacional e com entidades mais localizadas, como as emergentes associações comunitárias e educacionais.

Somam-se a isso as experiências comunicacionais populares em forte crescimento desde a década de oitenta.

De acordo com Telles (2006), a democracia política não resolveu os problemas econômicos das classes pobres, como os trabalhadores industriais e, sobretudo, de uma grande classe de desempregados. Já, para Carvalho (2007, p. 199), “[...] a constituição de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã”. Para José Álvaro Moisés (2008), embora tenha assegurado importantes avanços quanto aos direitos individuais e sociais, a nova Constituição brasileira teria institucionalizado um sistema político tendente a colocar em risco a sua governabilidade, tendo em vista a forte presença no governo posterior de militares e da elite econômica.

Dentre os diversos acontecimentos, o período da redemocratização é marcado pela conquista da eleição direta para Presidente da República, evento democrático extinto desde 1960. A expansão dos direitos políticos foi a principal conquista da cidadania nesse período. Analfabetos recebem do Estado autorização para votar e a liberdade de criação e (dês) filiação partidária é possível de ser realizada pelo comando dos próprios partidos (REALE, 1992).

No entanto, com a possível vitória dos setores de esquerda à Presidência da República, com os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, os partidos de direita aglutinaram apoio ao político alagoano Fernando Collor de Melo. É emblemática nesse período a atuação dos canais de comunicação, sobretudo da Rede Globo. O debate televisivo realizado por esta mesma emissora é considerado um importante elemento que garantiu a chegada de Collor ao poder. A atuação das mídias de massa passa a adquirir centralidade nas disputas eleitorais e os debates se tornam palcos de encenações e discursos, onde a cidadania é proferida como um sinônimo de crescimento econômico, de ordem e de progresso (CONTI, 1999). Em outras palavras, a vitória de Collor representou a esperança do cidadão brasileiro pelo retorno do Estado democrático e do desenvolvimento econômico. Collor prometeu modernizar a economia a partir de políticas neoliberais, privilegiando a abertura da participação estrangeira na economia nacional. No entanto, a esperança com a redemocratização é limitada, pois a corrupção volta ao centro da Nova República. Assim, os políticos, os partidos, o Legislativo e o Executivo voltaram a transmitir a imagem de corruptos, desapontando, mais uma vez, a

esperança dos cidadãos por um país livre de opressão política e da miséria econômica (REALE, 1992).

Em meados de 1990, denúncias de corrupção começaram a surgir na imprensa, envolvendo políticos ligados a Fernando Collor, como ministros, amigos do presidente e mesmo a primeira-dama Rosane Collor. Em meio à forte pressão popular, é instalada em 27 de maio de 1991 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a responsabilidade do presidente sobre os fatos divulgados amplamente por diversos meios de comunicação. Em 29 de setembro, por 441 a 38 votos, a Câmara vota pelo *impeachment* do presidente, que renuncia antes de ser condenado (CONTI, 1999). O movimento Caras-pintadas, formado por jovens universitários, foi o principal grupo de pressão pelo *impeachment* de Collor. Em 29 de setembro de 1992, Collor renunciou à presidência da República, horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de irresponsabilidade fiscal, perdendo seus direitos políticos por oito anos (REALE, 1992). A presidência é assumida pelo então vice-presidente, Itamar Franco.

Esse período foi importante para a rearticulação de muitos movimentos sociais reprimidos pelo regime militar, como pelo próprio governo de Collor. É nesse contexto que os direitos civis e políticos ganham espaço no discurso e na prática dos movimentos sociais, os quais adquirem mais visibilidade, tanto pelas mídias alternativas, como pela própria mídia comercial, que se vê cada vez mais incapaz de não evidenciar as convulsões sociais da cidade e do campo. A luta pela terra, moradia, acesso à saúde e à educação pública, são temáticas que mobilizam a sociedade civil organizada desse período, bem como o próprio sentido da cidadania (REALE, 1992).

Os governos subsequentes de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deram sequência ao projeto de crescimento econômico à custa da abertura ao capital estrangeiro (NETTO, 1999). A criação do Plano Real, em 1994, trouxe, aparentemente, estabilidade econômica ao país, o que motivou a difusão da ideologia neoliberal e forçou a redução da carga tributária, bem como a limitação de novos direitos sociais, sobretudo os relacionados ao mundo do trabalho. A versão do neoliberalismo atuante nos governos de FHC introduziu na cultura brasileira um forte sentimento de poder de consumo, facilitada pela abertura comercial e, especialmente, financeira, ocasionando em grande medida a redução do tamanho e papel do Estado (FERNANDES, 1995). Há, nesse governo, a forte tentativa de privatização de serviços públicos, bem como das

empresas estatais. O momento é de crescente índice de pobreza, desemprego e acúmulo da dívida externa, que em 2003, somou US\$ 230 bilhões (BIONDI, 2000).

As contradições governamentais de FHC facilitam a solidificação do capitalismo e alimentam os índices de pobreza, bem como o aumento da pressão social por direitos à moradia e ao reajuste salarial (FERNANDES, 1995). O discurso adotado por FHC, segundo Biondi (2000), passa a considerar a democracia como lugar de limites às pressões que se exercem sobre o seu modo de governar, ou seja, FHC aproxima-se dos movimentos sociais, dentre eles o MST, e divulga uma série de medidas favoráveis à reforma agrária e ao crédito financeiro para pequenos produtores. No entanto, posteriormente, o excesso de aproximação gerou o excesso de comprometimento, que o fez adotar medidas extremas de segurança contra as ações dos movimentos sociais.

Percebemos, nesse período, que a intenção do governo é enquadrar as reivindicações dos diferentes movimentos sociais em planos que não se generalizem em direitos universais, que possam fomentar uma reforma na estrutura política ou incapacitar a expansão interna do capital estrangeiro.

O exemplo mais notório desta regulação estatal da cidadania são as repressões sofridas pelo próprio MST durante os dois mandatos de FHC. Os massacres de Curumbiará, Eldorado dos Carajás e o aumento de mortes de lideranças em praticamente todos os Estados do país, evidenciam o enrijecimento da política de contenção dos direitos sociais praticado por FHC. O direito à liberdade de expressão e de manifestação, antes severamente controlado pela ditadura, no governo FHC se efetiva apenas no campo legal, pois na prática é cerceado e controlado por um discurso que criminaliza toda e qualquer ação popular (BIONDI, 2000).

As intervenções na economia brasileira por lideranças do FMI, Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) causam fortes impactos na promoção de políticas públicas e de projetos sociais capazes de revitalizar a cidadania, bem como a democracia até então conquistada. Para Laurell (1995) o foco das ofensivas neoliberais - em forte ascensão no Brasil desde o governo Collor-, visa: 1) orientação fiscal, para que o Estado limite seus gastos e diminua a sua arrecadação fiscal; 2) focalização dos gastos públicos em educação básica, saúde e infraestrutura, que assegure a integridade física do trabalhador assalariado; 3) liberalização financeira, para que não ajam impedimentos às instituições financeiras internacionais de atuar em

igualdade com as nacionais; 4) fim das restrições ao capital externo, permitido investimento direto estrangeiro; 5) efetivação das privatizações, com a venda de empresas estatais ao capital de mercado; 6) desregulamentação das leis trabalhistas, com o fim da intervenção do Estado no campo dos direitos que regulam a jornada de trabalho, férias e demais benefícios que afetem o bom desenvolvimento econômico do mercado.

As políticas e normativas econômicas dos governos de FHC – a partir de uma leitura marxista - faz da noção de cidadania um instrumento de reorganização do mundo do trabalho e, por conseguinte, das demais estruturas - ou da ideologia - que regem a reprodução social. Ou seja, percebemos que, em decorrência deste fato, o próprio sentido da cidadania adquire significado enquanto abstração ou discurso legitimador da ideologia neoliberal, que investe contra a efetivação e a expansão de direitos (NETO, 1999). Em permanente atuação nesse cenário, os movimentos sociais denunciam o paradoxo entre a igualdade formal dos indivíduos – pronunciada pelo governo FHC - e a desigualdade econômica concreta, comprovada por índices sociais nada favoráveis às classes subalternas.

A cidadania - no contexto dos governos FHC – se caracterizou pelo nivelamento de indivíduos a partir da formalização e garantia mínima de direitos, mas, que em contrapartida, não efetivou uma correspondência de execução dos direitos na realidade concreta. Exemplo disso são os baixos índices de desapropriação de terras em comparação ao grande número de desocupações realizadas em seus dois mandatos.

Em resumo, nos governos de FHC, o país retrata a violação de direitos fundamentais das classes mais pobres. Amplos setores da população continuam sem o acesso a direitos fundamentais - como à terra e à moradia -, bem como a um tratamento justo e de qualidade por parte do Judiciário. Muitos integrantes de movimentos sociais, como a própria população pobre são vítimas de violência policial e de organizações criminosas tornando, assim, a democracia brasileira sinônimo de um “[...] regime de exceção paralelo à legalidade constitucional existente.” (PINHEIRO, 2003, p. 269). Constata-se um arrefecimento das lutas sociais e políticas. A forte ofensiva do capital, de ataque aos direitos dos trabalhadores, teve lugar, através das políticas liberais de FHC. No mesmo caminho, podemos concluir que as políticas liberais, desde Fernando Collor, trouxeram a expectativa de estabilidade econômica e de redução da pobreza. No

entanto, percebe-se hoje, que “[...] o resultado foi, em muitos casos no mundo, o agravamento da miséria, a precariedade, a incerteza do amanhã ou mesmo o risco, que se desacreditava desaparecido, das grandes fomes.” (LIPOVETSKY, 2011, p. 35).

Na defensiva, os movimentos sociais e populares reagiram de formas diversas, mas a tônica do combate ao neoliberalismo revelou um aprisionamento das direções ao contexto de uma inexorabilidade, no interior do qual o pragmatismo predominou (SAMPAIO, 2005). A mobilização de caráter ofensivo avança e ao mesmo tempo a dura repressão, fazendo com que alguns movimentos abandonassem as bandeiras de unidade da classe trabalhadora.

Resultante das forças populares, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), sindicalista com histórica carreira política no cenário nacional, é eleito presidente e revigora as forças populares. Seus dois governos são marcados por um forte investimento em assistência social através de programas como: Bolsa família, Minha casa Minha vida, dentre outros. O crescimento econômico é comprovado por índices que ecoam nas principais conferências econômicas mundiais (DRUCK, 2006).

A reflexão que faremos sobre os dois mandatos presidenciais de Lula é regida pela seguinte questão: Até que ponto o crescimento da economia brasileira pode ser caracterizado por um efetivo processo de desenvolvimento da própria noção de cidadania?

Não podemos analisar os governos de Lula a partir de um rompimento com as políticas e com os projetos econômicos estruturados nos governos de FHC. As continuidades e rupturas existiram e, do mesmo modo, não podemos desconsiderar a continuidade da forte influência do capital e das políticas externas, sobretudo das instituições como o FMI e o BID⁸.

Sob essa resguarda internacional e correspondendo ao arranjo macroeconômico consolidado na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, os governos de Lula representam a retomada do crescimento econômico com efeitos sentidos, inicialmente, no mundo do trabalho. De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica

⁸ O Banco Interamericano de Desenvolvimento ou BID (em inglês Inter-American Development Bank, IDB) é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, E.U.A, e criada no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe.

Aplicada (IPEA), em 2000, início do governo Lula, a taxa de desemprego era de 11,3%. Em outubro de 2010, final do segundo governo, a taxa alcançou 6,1%, menor índice registrado na história nacional⁹. Esse crescimento econômico foi positivo para o mercado de trabalho brasileiro, sobretudo para o aumento de trabalhadores com carteira assinada. O sentido da cidadania, portanto, vincula-se aos direitos sociais e às leis que asseguram a estabilidade salarial. Esse avanço também proporcionou o aumento do consumo de bens materiais, que, conseqüentemente, operou uma melhora nos indicadores de distribuição de renda e de redução da pobreza.¹⁰ Nos governos de Lula a economia brasileira presenciou uma verdadeira explosão do crédito, especialmente aos consumidores das classes C e D.

Nesse período, a relação da cidadania com o consumo também diz respeito aumento da produção de tecnologias de comunicação e da própria publicidade. Assim, o novo momento econômico brasileiro possibilitou o reordenamento do próprio campo do consumo cultural, que rearticulou os padrões de sociabilidade, de formas de comunicação e de mobilização social. Considerando o consumo de forma complexa – pois nem todos consomem a mesma coisa, com a mesma forma, intensidade ou quantidade –, percebemos que a dimensão cultural também foi responsável, nesse período, pela reorganização e formas de comunicação dos movimentos sociais.

O forte discurso de Lula, através de seus pronunciamentos, ressalta o aumento do consumo como o grande marco positivo do seu governo. Nesse sentido, há um forte apelo ao sentido da cidadania enquanto qualidade de vida relacionada à possibilidade de se consumir bens duráveis, tais como os automóveis e os eletroeletrônicos. Por exemplo, o telefone celular passou a ser consumido por quase todas as classes sociais, representando, assim, um objeto de referência no campo do consumo comunicacional.

No que tange a atuação dos movimentos sociais durante o governo Lula, percebeu-se um arrefecimento das mobilizações, que passaram a ser mais pontuais e de menor volume que as identificadas no governo FHC. As mobilizações sindicais, bem como as investidas dos movimentos sociais urbanos e do campo, mudam o tom das

⁹ Por exemplo, a taxa de extrema pobreza foi reduzida de 11,49% em 2005 para 7,28% em 2009. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15880&catid=9&. Acesso em: 10/03/2012.

¹⁰ http://www.ipea.gov.br/portal/php?option=com_article&id=158988&catid=9&. Acesso em: 10/03/2012.

reivindicações. A exigência por direitos básicos, como o de liberdade de manifestação, é substituída, em grande medida, por uma nova gama de direitos sociais e políticos, como a garantia de mais emprego, de qualificação profissional para jovens e mulheres, melhoria nas condições de consumo para as classes populares. Assim, a estratégia de acúmulo de forças dos movimentos sociais sofreu uma mudança qualitativa: “[...] a luta pela conquista de direitos dentro da ordem foi gradativamente substituída pelo ‘melhorismo’” (DRUCK, 2006, p. 330).

O governo seguinte, de Dilma Rousseff, é considerado por analistas como continuidade das políticas estruturadas nos governos de Lula. Logo no início do seu governo, Dilma efetivou a instalação do Fórum “Direitos e Cidadania”, encontro realizado em março de 2011. Esse Fórum teve como objetivo a integração de quatro eixos temáticos que vão nortear a atuação do governo federal nos próximos quatro anos, e inclui os fóruns de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Erradicação da Pobreza. De acordo com a reportagem veiculada no site do Governo Federal, “temas como os direitos dos homossexuais e a instalação da Comissão da Verdade, estão entre os assuntos em pauta no fórum, assim como a universalização do registro civil, a valorização do idoso e a questão quilombola que, segundo a presidenta, deve ir além da mera desapropriação de terras e avançar na oferta de saúde e educação”¹¹.

Por outro lado, por exemplo, enquanto ações políticas reforçam e estimulam a prática da cidadania, o governo Dilma Rousseff anunciou, no mês de outubro de 2012, um pacote de concessões de rodovias e ferrovias denominado de Programa de Investimento em Logística: Rodovias e Ferrovias. O pacote transfere para a iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias. Há estimativa de que o pacote seja ampliado para os sistemas de portos e aeroportos. Essa decisão política, de outorgar ao mercado o controle e a execução de obras consideradas de uso público, é sinal de que o seu governo continua aliado ao capital e, a exemplo dos governos anteriores, a macroeconomia nacional ainda é regida por acordos firmados com baixa participação popular, seja através de plebiscitos ou de referendos.

¹¹<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/03/15/dilma-instala-forum-para-intensificar-aco-es-de-cidadania-e-definir-novas-politicas-publicas-na-area-social>. Acesso em 13/02/2012.

Essa reflexão macro, a partir dos campos político econômico e cultural, é importante para compreendermos as lógicas de mobilização, bem como as ideologias que alimentam as práticas comunicacionais contemporâneas. Essa conjuntura nacional nos indica que no Brasil, a noção de cidadania defendida pela classe economicamente dominante, que compõem a base do Estado “democrático”, está intimamente relacionada aos preceitos do liberalismo desde o Governo de Vargas. Essa forte relação do Estado brasileiro com o capital internacional nos faz enxergar que, mesmo havendo avanços no campo do consumo de bens materiais ou um considerado desenvolvimento econômico nos últimos anos, pouco se avançou em termos de cidadania, enquanto noção relacionada à distribuição de renda e estabilidade econômica das classes subalternas. Ou seja, para José Álvaro Moisés (2008, p. 09),

mesmo analistas que reconhecem os avanços do país no terreno da competição e da participação políticas classificam o Estado brasileiro como incapaz de fazer cumprir plenamente a lei e as exigências do regime constitucional vigente.

Isso nos leva a deduzir que os governos após o regime ditatorial, considerados democráticos, não podem ser problematizados distantes da lógica econômica neoliberal. Segundo Boaventura de Souza Santos (2006, p.02), “[...] todas as violações de direitos humanos estão relacionadas com o neoliberalismo, a versão mais antissocial do capitalismo nos últimos cinquenta anos.”¹² Segundo relatório sobre as cidades latino-americanas feito pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)¹³, mesmo com os programas sociais do governo Dilma, que se expandem pelas regiões menos desenvolvidas do país, o Brasil continua a ser o quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda, ficando atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia. Segundo esse relatório, mesmo que o número de pobres e indigentes no Brasil tenha retraído pela metade em duas décadas: de 41%, em 1990, para 22% da população em 2009, no primeiro semestre de 2012, cerca de 20,5% da população brasileira permanece em situação de pobreza ou indigência, percentual maior do que do Uruguai, Argentina, Chile e Peru. Costa Rica e Panamá também ficam a frente do Brasil, com menores percentuais na Taxa de Pobreza Urbana.

¹²http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5737 Acesso em 12/03/2012

¹³ Relatório disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf> . Acesso em: 08/09/2012

Assim, a cidadania, no contexto brasileiro está fortemente relacionada aos movimentos socioeconômicos, sobretudo os que revelam as situações onde o Estado permanece de mãos atadas mediante as ofensivas do mercado. Nesse contexto, a cidadania deve ser observada como luta dos marginalizados frente ao desenvolvimento econômico neoliberal. Uma luta que, para José de Souza Martins (1981, p. 20), é protagonizada por sujeitos incluídos de forma precária, instável e marginal. Trata-se, portanto de um contexto regido por políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços necessários à reprodução do capital. Por esse caminho, a cidadania relacionada à luta dos ‘incluídos marginalmente’, como afirma Martins (1981), é o que caracteriza a formação das comunidades economicamente desfavorecidas. Essas comunidades ou contingentes sociais estão delimitados, sobretudo, em regiões da periferia urbana e rural, lugares onde a cidadania também tem dificuldade de sobreviver (MARTINS, 1981).

Evidenciamos, que nas regiões rurais, sobretudo onde se localizam os assentamentos, as manifestações do neoliberalismo se efetivam na prática de mercantilização da terra; especulação produtiva; comercialização e incentivo ao uso de agrotóxicos e pesticidas; estímulo à monocultura e à produção em grande escala, dentre outros (STÉDILE, 2005). Estes aspectos, são um dos elementos que geram a pobreza no campo e o conseqüente êxodo rural. Voltaremos a este assunto em capítulo posterior.

A pobreza, como sinal vivo do neoliberalismo, bem como da ineficiência de praticadas pelo Estado de direito, é visto por Telles (2006, p.11) como significativo elemento de luta pela construção da cidadania contemporânea:

[...] se durante décadas a pobreza foi figurada com sinal de um atraso que haveria, quem sabe, algum dia, de ser superada pelas forças do progresso, agora parece se fixar como realidade inescapável, dado incontornável posto pelos imperativos do mercado em tempos de aceleração econômica e revolução tecnológica.

Esta autora descreve que os “[...] estranhos caminhos da cidadania brasileira” (TELLES, 2006, p.98), denunciam a inconstância das políticas públicas estatais para a grande parte da população. Vivemos num capitalismo globalizado ou uma “[...] modernização que não cria o emprego e a cidadania prometidos” (TELLES, 2006, p.14).

Estado e mercado, salvo algumas características que os distinguem, constituem-se como espaços a serem conquistados, seja pelo campo do consumo, do emprego ou

dos direitos; espaços que asseguram, por um lado, o permanente movimento da cidadania e, por outro, lutas que se travam em ambientes de conflito e miséria causados pelo descompasso existente entre o grande contingente populacional que não consegue acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas e, por conseguinte, corresponder às atuais exigências do mundo do consumo e do trabalho.

Ao final desse capítulo, ressaltamos a importância da reflexão acerca da relação entre o Estado e as forças do mercado, as quais nos permitem compreender os sentidos da cidadania contemporânea. Enfatizamos essa reflexão, pois o intuito é partir para a discussão que eleva a cidadania como luta de combate aos poderes e às estruturas constituídas, que dificultam a conquista de direitos e de práticas culturais emancipatórias (SANTOS, 2006).

Compreendemos, assim, que a construção da cidadania contemporânea tem fortes correspondências com as limitações e ausências do Estado neoliberal. Nas palavras de Bobbio (2005, p. 18), “[...] o Estado liberal se afirma na luta contra o Estado máximo em defesa do Estado mínimo, ainda que nem sempre os dois movimentos de emancipação coincidam histórica e praticamente.” Por outro lado, mesmo que consideremos um Estado “puro” às ofensivas neoliberais, às ausências, limitações e mesmo às ofensivas contra setores organizados da sociedade civil, não seriam inevitáveis, pois da mesma forma, o Estado democrático e de direito tem suas raízes na velha doutrina “[...] da superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens.” (BOBBIO, 2005, p. 18).

Mesmo que consideremos a diversidade de sentidos e de usos da noção de democracia ou de Estado democrático, não podemos olvidar da fragilidade dos sistemas forjados a partir da democracia representativa. As forças neoliberais constituem grande parte da estrutura Estatal contemporânea e cada vez mais se legitimam na moral individual, na ideologia de que cada sujeito é portador de racionalidade suficiente para as decisões relacionadas à política, à cultura e à economia. Assim, neoliberalismo e democracia têm um ponto em comum: o indivíduo; ambos repousam sobre uma concepção individualista de sociedade (BOBBIO, 2005, p.45). Queremos dizer, as noções de individualismo tanto do liberalismo como da democracia consideram o homem um ser social. Mas as relações de indivíduo com a sociedade são vistas de modo diversos. Individualismo liberal compreende o homem jogado na sociedade, enfrentado

os perigos da sobrevivência. O individualismo democrático compreende o homem reunido aos homens; a partir da associação de indivíduos livres.

Assim, o individualismo liberal reúne os sujeitos a partir das individualidades e o individualismo democrático a partir do grupo, que assegura a ação das individualidades. Tanto o Estado democrático como o mercado e sua ideologia neoliberal podem ser considerados forças que, até os dias de hoje, buscaram se unir contra os movimentos de matriz socialista (BOBBIO, 2005).

Nesse sentido, esses dois modelos de organização política da sociedade percorreram séculos e repousam na contemporaneidade a partir de muitas contradições cada vez mais denunciadas pelos movimentos sociais. Mesmo sem repudiar o método democrático, os movimentos sociais de matriz socialista são os responsáveis pela negação do Estado neoliberal, que se fortaleceu no Brasil, como vimos, desde o Governo de Vargas até os dias de hoje (salvo algumas mudanças estruturais decorrentes das políticas sociais dos últimos três governos).

Portanto, a compreensão sobre a construção latino-americana e brasileira da cidadania precisa ser refletida à luz da formação do Estado neoliberal, fruto de uma complexa trama de poderes oriundos do mercado e do próprio Estado que se pretende democrático, pois

ao contrário dos anarquistas, para quem o Estado é um mal absoluto e deve, pois, ser eliminado, para o liberal o Estado é sempre um mal, mas é necessário, devendo, portanto, ser conservado embora dentro de limites os mais restritos possíveis (BOBBIO, 2005, p.89).

Dessa relação contraditória e complexa entre democracia, Estado e mercado a própria noção de cidadania também se configura como um campo de sentidos em disputa. Isso tem gerado, atualmente, outros desafios para os movimentos sociais que aglutinam sujeitos e culturas diversas. A construção de um Estado democrático, a necessidade do consumo e do mundo do trabalho regidos pela lógica capitalista, faz com que as lutas alternativas pela cidadania também se dirijam não apenas para a adequação a esta lógica aparentemente intransponível. Nesse terreno de disputa, a cidadania passa a se constituir cada vez mais como estratégia de ampliação de direitos, os quais expressam a luta pela diferença e não apenas pela igualdade.

Esta característica plural da cidadania está interligada a uma histórica trama de conflitos sobre o seu próprio sentido. A cidadania nos cenários históricos que até aqui apresentamos foi se constituindo em um elemento de disputa entre governos, ideologias, mercados e coletivos sociais.

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Neste capítulo, abordaremos as principais tendências teóricas da cidadania, sobretudo os elementos que tornam a própria noção de cidadania um campo em movimento e em construção. Retomamos, portanto, uma reflexão sobre o indivíduo e a sociedade, para então compreendermos não apenas as dificuldades da construção de uma cidadania coletiva, mas da própria compreensão da sociedade contemporânea, onde se gesta estas noções e visões da noção de cidadania que visamos entender.

3.1 A questão do indivíduo e da coletividade para a construção da cidadania

A questão da subjetividade é uma problemática histórica das Ciências Sociais, que advém da relação nem sempre clara e precisa entre indivíduo e coletivo, ou mesmo entre indivíduo e sociedade. A construção da cidadania, enquanto prática que requer a organização coletiva é parte de uma problemática ainda maior, que diz respeito à constituição do ser humano enquanto indivíduo e ser social. Por isso, que a pesquisa sobre cidadania se vincula ao problema do desvelamento da complexa ação humana, na linha tênue entre o indivíduo e o coletivo.

Norbert Elias (1994) é um dos autores que nos ajuda a compreender a problemática do indivíduo psicológico e singular em contraponto a um ser coletivo, vinculado a uma alma grupal. Problema, segundo Elias, que tem gerado um abismo quase intransponível entre indivíduo e sociedade, e que tem provocado uma vasta discussão sobre o individualismo e as novas formas de engajamento e de participação política. Este autor também enfatiza que a sociedade se desenvolve

[...] porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (ELIAS, 1994, p. 13).

Trata-se da explicação da sociedade através dos indivíduos ou das forças sociais históricas ou contemporâneas. Podemos distinguir indivíduo e sociedade, mas apenas inicialmente, pois ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade e de que a

sociedade é formada por eles. Mas, quando analisamos as ações cotidianas fica difícil de se estabelecer um marco entre a sociedade e o indivíduo. O que nos falta, segundo Elias, são modelos conceituais, para compreendermos a pertinente questão:

[...] de que modo um grande grupo de indivíduos compõem entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados? Como é que eles formam uma 'sociedade' e como sucede a essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem? (ELIAS, 1994, p. 16).

Elias realça a importância de se compreender não as partes, mas as combinações e as relações. Não se pode compreender o todo a partir da análise das partes isoladas, mas somente em relação:

[...] as pedras talhadas e encaixadas para compor uma casa não passam de um meio; a casa é o fim. Seremos também nós, somos seres humanos individuais, não mais que um meio que vive e ama, luta e morre, em prol do todo social? (ELIAS, 1994, p. 17).

A aparente ordem social é diariamente confrontada com as necessidades e inclinações individuais. E a necessidade de harmonia social é criada pelas formas diversas de trabalho coletivo, sobretudo os que dizem respeito à sobrevivência material e simbólica. Mesmo assim, mediante certa ordem social, predominam as algumas dissonâncias, como os níveis acentuados de desigualdade econômica não equalizados pelo trabalho cooperativo, devido as exigências sociais e as necessidades individuais. No entanto, segundo Elias (1994), quando nos propomos a resolver esta questão, iniciamos pela anulação de uma à custa da outra. A sociedade é o fim e o indivíduo é o meio ou o contrário? Elias oferece uma proposta: remover uma visão dicotômica, antitética, isto ou aquilo e

considerar num nível mais profundo, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovido de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro – eles simplesmente existem, de um modo tão desprovido de objetivos (ELIAS, 1994, p. 18).

Elias nos apresenta outro fator interessante que nos faz pensar sobre o indivíduo e o coletivo:

Como é possível que a existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade de suas ações mútuas deem origem a algo que nenhum dos indivíduos,

considerado isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes, uma sociedade? (ELIAS, 1994, p. 19).

A partir de Elias (1994), percebe-se que o excesso de individualismo defendido por perspectivas de cidadania, como a neoliberal, aparenta limitações ao observarmos a relação indivíduo e sociedade. Isto, devido o problema de se encontrar uma explicação totalizadora para a relação entre indivíduo e sociedade, capaz de isolar o indivíduo ou de torná-lo um ente social atuante por opção. Mas, por um instante, o isolamento do indivíduo é visto como possível, sobretudo quando observamos os grandes centros urbanos, aquele turbilhão de pessoas, apressadas, que, aparentemente, não possuem vínculo nem relação com os outros. Mas, segundo Elias (1994), há uma ordem oculta, que não é perceptível imediatamente pelos nossos sentidos. No entanto, cada pessoa deste turbilhão faz parte de algum lugar, tem uma mesa a qual se alimenta, uma cama em que dorme, um local ou algumas situação onde realiza algum encontro consciente com o outro. Cada um dos passantes tem um lugar e uma função, algum tipo de tarefa que realiza para os outros:

É possível que o indivíduo não conheça ninguém neste burburinho; mas em algum lugar, ele tem pessoas a quem conhece, amigos confiança, inimigos, uma família, um círculo de relações a que pertence, ou, caso agora esteja só, tem conhecidos perdidos ou mortos que vivem apenas em sua memória. (ELIAS, 1994, p.21)

A vida em comum, também enquanto ordem invisível, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e de modos de comportamento possível: “[...] é a essas redes de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras que chamamos sociedade.” (ELIAS, 1994, p.23).

Nesta compreensão, concedemos à prática da cidadania um valor sociológico, de construção nos espaços coletivos e participativos, onde as expectativas e motivações pessoais se articulam com os níveis de participação, que explicitaremos melhor a seguir. Vale destacar, que a reflexão de Elias (1994) nos possibilita pensar a cidadania resultante da construção coletiva, mas não independente das ações individuais e das tensões que ocorrem no âmbito de uma subjetividade alheia à possibilidade de participação ou de engajamento coletivo.

A relação “indivíduo e coletivo” (grifo nosso) também pode ser pensada a partir das mediações que os interpõem e que possibilita a sociabilidade, sobretudo as mediações cultural, comunitária e tecnológica, elementos constituinte dos laços que geram a colaboração e a participação coletiva. A mediação, nesta reflexão, constitui-se como um campo ou uma ponte de interligação entre o eu e o outro, pois o outro constitui “[...] a possibilidade mais incisiva de chegar a mim, ou seja, constitui-se como *medium* para comigo próprio da mesma forma que eu o sou para ele.” (CORREIA, 2004, p. 16). O campo da mediação cultural também contempla as manifestações subjetivas, mas desde a perspectiva social, coletiva. Segundo Correia, no campo da mediação cultural,

[...] a subjetividade não é uma aparição *ex-nihilo*, mas é o resultado de uma produção que tem elementos fundamentais do encontro com o outro, por um lado, e com a natureza, por outro, enquanto formas possíveis de encontro consigo mesmo (CORREIA, 2004, p.16).

A questão do indivíduo em relação à sociedade ou à problemática das ações que tentamos qualificar como individual ou coletiva, é vista por Heidegger (1995) como uma questão do “ser no mundo” (grifo nosso), ora solitário, mas de algum modo articulado com o coletivo. Para Heidegger, “ser no mundo” com o outro, ou seja “ser-em é ser com o outro” (1995, p. 70). A ontologia heideggeriana enfatiza a necessidade de se pensar as mediações entre o sujeito e o outro na perspectiva não apenas lógica ou objetiva, mas, sobretudo, simbólica, onde a linguagem e a cultura se apresentam como centrais neste processo. Ou seja, a ação do indivíduo se entrelaça ao coletivo quando a linguagem oferece um campo de sentido comum, capaz de guiar o indivíduo para o coletivo através da estrutura simbólica. Neste cenário, a construção da cidadania é possível, pois a ação individual tende, em algum grau ou instância, para o interpessoal, para o coletivo. No entanto, quando tratamos de uma construção da cidadania, a partir da participação de um indivíduo consciente dos direitos e dos deveres alguns entraves se apresentam.

Por exemplo, contemporaneamente, esta proporcionalidade entre o indivíduo e o coletivo é problematizável, sobretudo quando focamos nossa reflexão na modernidade, a qual, segundo Correia (2004), constitui-se como um período de descentramento das identidades coletivas. A religiosidade e as instituições, que antes aglutinavam os

indivíduos pouco dispersos, operam agora sob a lógica da personalização e do bom gosto de sujeitos muito dispersos, perdidos na incerteza, na insegurança, bem como na perda da confiança na coletividade (BAUMAN, 2007). As instituições de referência, em grande medida, perdem o poder de aglutinação social. Por exemplo, “[...] a religião perdeu o seu caráter de fundamento último da validade pública da moral partilhada por todos” (CORREIA, 2004, p. 118).

Neste contexto, ressurgem o sentimento social de moral individual ou de uma autoconsciência em contraponto à consciência coletiva (HABERMAS, 1984). Este sentimento social de moral individual é, segundo Habermas (1984), um retorno aos ideais renascentistas e iluministas, só que transvestido pela racionalidade individual autossuficiente, que não se vincula à perspectiva coletiva, politizada ou emancipatória. As escolhas e perspectivas de futuro precisam ser tomadas num presente, onde impera a ideologia da eficácia e da eficiência (BAUDRILLARD, 1981). A capacidade individual de juízo é a medida para todas as demandas da vida cotidiana, as quais se concentram na busca pelo consumo de tecnologias, serviços e entretenimento (ESTEVEZ, 2003).

Para Correia, este panorama social contemporâneo também é visível na linha histórica da subjetividade: “durante o Renascimento e a Reforma, a subjetividade emerge como uma força poderosa capaz de desafiar os poderes estabelecidos e os horizontes de significação tradicionais” (2004, p. 118). Em outras palavras, esta perspectiva de subjetividade liberal representa a elevação do sujeito, capaz de construir o seu destino e de interferir na constituição do Estado.

No limiar do presente século, marcado pela internacionalização dos sistemas de produção, os mapas ou mesmo ideais de orientação religiosa, ideológica e simbólica se apresentam complexos e ambíguos (ESTEVEZ, 1998). A subjetividade, até então elaborada nas limitações do indivíduo, também se complexifica e se mistura com as esferas da vida social (HABERMAS, 1984). A formação coletiva, que seguia uma agenda e organização orquestrada e mesmo comum, é alterada para a formação de grupos individuais, que buscam englobar, sintetizar ou incorporar os diferentes projetos particulares. Esta formação de grupos individuais se orienta pela percepção de vivências de interesses comuns que podem ser os mais variados, o que, por outro lado, “[...] gera

descompasso, imprevisibilidade e inconstância para os projetos coletivos e de longo prazo.” (CORREIA, 2004, p.199).

Para Correia (2004), é perceptível esta conjuntura social nas questões relacionadas à defesa dos direitos do consumidor. No entanto, não se pode negar que nesta sociedade de supervalorização de um comportamento individualista e de novas formas de mobilização social se constituem a partir da luta por direitos relacionados ao meio ambiente, gênero, corpo e sexualidade. Para Touraine (2003) também são visíveis ações sociais em busca da politização destes espaços onde impera a ação individualista. A mobilização social por direitos que asseguram a qualidade de vida ou a realização individual ocupam os espaços públicos e se tornam objeto de debate coletivo, muitas vezes alheios aos trâmites da política convencional, ou do mundo sistêmico, como defende Habermas (1984).

Emergem novos atores políticos, que questionam a relação entre o público e o privado e, conseqüentemente, o retorno, na década de setenta, da importância do corpo, da sexualidade, da etnia e de outras questões relacionadas ao gênero. O descontentamento social para com as instituições representativas e até mesmo com os movimentos sociais tradicionais – herdeiros das grandes narrativas (VÁTTIMO, 1990) – possibilitou o aparecimento de novos sujeitos coletivos, operando cada vez mais no campo das políticas da vida cotidiana (CORREIA, 2004). O problema para a construção da cidadania através da participação coletiva reside no enfrentamento dessas demandas individuais, de mais cuidado com o próprio corpo do que com as demandas coletivas ou comunitárias (BAUDRILLARD, 1981).

Estes sujeitos coletivos ou os novos atores coletivos (TOURRAINE, 2003), deparam-se com a erupção de uma identidade individual, centrada num estilo de vida hedonista: “[...] o hedonismo associa-se aqui à autoprodução narcísica, higiênica e desportiva, à organização liofilizada dos prazeres.” (LIPOVETSKY, 1994, p. 55, *apud* CORREIA, 2004. P. 122).

Segundo Lipovetsky (2005), a lógica da vida política, produtiva, moral, escolar, protecionista consistia na modernidade, em anexar o indivíduo nas regras uniformes, ou seja,

[...] em eliminar o máximo possível as formas de preferências e expressões singulares, em afogar as particularidades idiossincrásicas numa lei homogênea e universal que fosse a vontade geral [...]. Tudo aconteceu como se os valores individualistas não pudessem surgir a não ser estando enquadrados pelos sistemas de organização (LIPOVETSKY, 2005, p. 17).

Trata-se de um período onde o ideal de subordinação do indivíduo a regras racionais ou coletivas foi desconfigurado. Enfatiza-se na pós-modernidade o processo de personalização e um valor fundamental: “[...] o da realização pessoal, do respeito à singularidade subjetiva.” (LIPOVETSKY, 2005, p. 17).

Por outro lado, não se pode negar que a cultura pós-moderna é um vetor de aumento do individualismo, caracterizado pelas possibilidades de escolha de bens e de estilos de vida, ao menos no campo psicológico, dos desejos. Esta possibilidade de escolha psicológica, segundo este autor, transfigura os pontos de referência política e mesmo coletiva, minando, assim, “[...] o sentido único e os valores superiores da modernidade; ela administra uma cultura personalizada ou sob medida, que permite ao átomo social emancipar-se do balizamento disciplinar revolucionário” (LIPOVETSKY, 2005, p. 21)

Contemporaneamente, o direito de ser absolutamente responsável por si mesmo, de aproveitar a vida ao máximo, está interligado a uma concepção de sociedade que institui a liberdade individual como valor central, o que simboliza a concretização da ideologia individualista. Mas, segundo Lipovetsky, foi “[...] a transformação dos estilos de vida ligada à revolução do consumo que permitiu esse desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo, essa mutação na ordem dos valores individualistas.” (2005, p. 19).

O contraste ou a problemática com os valores coletivos se dá por uma suposta onda de individualidade aparentemente democrática. Um comportamento individualista que é gerido por escolhas e vínculos sociais frágeis, rompidos conforme se movimenta as exigências da vida cotidiana. Ou como reafirma Lipovetsky (2005, p. 21):

Ruptura aqui, continuidade ali, a noção de sociedade pós-moderna não demonstra mais do que uma coisa: uma fase se acaba e uma nova fase nasce atacada por laços mais complexos do que pode parecer, à primeira vista, às nossas origens políticas e ideológicas.

Em algumas manifestações sociais “[...] os desejos individualistas hoje em dia nos esclarecem mais do que os interesses de classe,” (LIPOVETSKY, 2005, p. 22). Assim, percebe-se que o individualismo contemporâneo não condiz com a anulação das relações sociais e dos vínculos interpessoais. Condiz, portanto, com um engajamento social mais suave, devido o superinvestimento em questões subjetivas, como o cultivo do lazer, esporte, entretenimento, cuidados com o corpo e com as relações afetivas, sexuais e familiares: “Windsurf, skate, asa-delta, a sociedade pós-moderna está na era do deslizamento, imagem esportiva que ilustra melhor um tempo em que a *res publica* não tem mais amarras sólidas e nem ancoragem emocional estável” (LIPOVETSKY, 2005, p. 22).

Vale reforçar, que o individualismo contemporâneo comunga com a politização de alguns setores da vida, como é o caso da intervenção espontânea em associações ou em grupos de assistência social localizados, que exigem uma participação social coletiva. Quer dizer, um individualismo ramificado em alguns estratos políticos situacionais, que asseguram ou fortificam a necessidade de reconhecimento social dos seus próprios atos, junto com outros indivíduos, que compartilham os mesmos interesses e preocupações imediatas.

Lipovetsky (2011) associa o novo tempo social à sedução não mais pós-moderna, mas “*hipermoderna*” onde o indivíduo se auto-observa, avalia-se, tendo em vista o seu bem estar, o seu capital estético, afetivo e psíquico. Diferente da pós-modernidade, o individualismo *hipermoderno* é mais consciente e propositivo, resultado de um longo percurso histórico, enraizado no ideal moderno da autonomia individual, onde se preconizou o indivíduo livre e autônomo da própria organização moderna disciplinar e coercitiva.

Em outra bibliografia, Lipovetsky (2004) afirma a existência de duas formas de individualismo: o individualismo irresponsável – que diz respeito ao culto do “eu”, aos comportamentos que asseguram a máxima popular “cada um por si”, ao consumo ilimitado de bens não duráveis – e o individualismo responsável – que se caracteriza pela compreensão à solidariedade, ao comprometimento esporádico em causas solidárias e com o voluntariado, de denúncia à corrupção e à negação político-partidária. O comportamento individual, mas responsável, admite a necessidade de engajamento e

de reivindicação de direitos, mas, segundo Lipovetsky (2004), não se configura como um comportamento responsável e previsível, causando, assim, certa instabilidade no funcionamento dos grupos ou coletivos aos quais se diz participante.

O *hipermodernismo* selou o neoindividualismo, desenvolvido de modo diferente em cada contexto social, mas que progride em todos os continentes. Trata-se, também, do *hiperindividualismo*, conceito que representa a “[...] diminuição das consciências de classe e com uma identificação menos forte com as famílias e com políticas.” (LIPOVETSKY, 2011, p. 49).

Estas características da ação individual contemporânea também condizem com uma perspectiva histórico-pedagógica, pois “[...] os indivíduos são, desde pequenos, ensinados a lutar pelo seu lugar, a se dar bem, a conquistar o seu espaço, ou seja, a disputar o tempo todo.” (BALDISSERA, 2011, p. 188).

De modo geral, o individualismo contemporâneo corresponde a um todo social em movimento, apreendido em contextos e situações, mas que também se interliga a um sistema econômico histórico, que parece avançar sob as próprias contradições, sobretudo pela oferta de bens de consumo cada vez mais personalizados, distribuídos simbolicamente por redes publicitárias de alcance internacional (BAUMAN, 2007). Vivemos um tempo societário em que “as oposições rígidas se esfumam, em que as preponderâncias se tornam fluidas, em que a inteligência do momento exige que se ressaltem correlações e homologias” (LIPOVETSKY, 2005, p. 60), alimentadas por uma ideologia do consumo de bens universais, que se faz presente em todos os espaços onde a publicidade consegue chegar. Ou seja, na base do hiperindividualismo estão os valores hedonistas, de acesso pessoal aos bens de consumo, antes consumidos de modo familiar e até mesmo coletivo:

A vida à la carte tornou-se emblemática desse *Homo individualis* desenquadrado, liberto das imposições coletivas e comunitárias. Na escala da história, é uma segunda revolução individualista que está em marcha, instituindo desta vez um individualismo acabado, extremo: um hiperindividualismo (LIPOVETSKY, 2011, p. 48).

Esta nova forma de vida trouxe consigo os perigos antes combatidos pelos pós-modernos como a falta de identidade coletiva ou comunitária, o senso de solidão mediante a crescente violência urbana, o desvanecimento das culturas de classe, recuo

do sentimento de inclusão em uma coletividade, fragilização da vida profissional e afetiva, afrouxamento dos laços familiares e das orientações religiosas: “[...] quanto mais o indivíduo é livre e senhor de si, mais aparece vulnerável, frágil, desarmado internamente” (LIPOVETSKY, 2011, p. 34)

Este sujeito hiperindividualista passa, então, a buscar novas crenças, alianças, identificações e espaços de respostas. cremos, ainda, ser nesse contexto social onde a ação individual se relaciona às formas do consumo. Assim, o consumismo institui-se como crença forte, local de pertencimento, de “hiperconsumo” (LIPOVETSKY, 2011, p. 59). Da mesma forma, para Baudrillard (1981), qualquer ação que questione ou que macule o consumo é vista como uma posição sectária, contra a sociedade ou a sociabilidade. É cada vez mais evidente, destaca Lipovetsky, que o hiperconsumo traz “[...] uma multidão de benefícios: bem-estar material, sentimento de melhor saúde, informação e comunicação” (2011, p. 68). Assim, o consumo se apresenta como espaço de pertencimento, pois os bens materiais se tornaram simbólicos no processo de estruturação das relações sociais e das construções identitárias, bem como do próprio exercício da cidadania (GARCÍA-CANCLINI, 2001). Contemporaneamente, a integração ou identificação do indivíduo com grupos sociais se dá, em grande margem, pelo aporte de bens que ele possui ou representa possuir.

Enfatizamos, portanto, que a reflexão sobre a construção da cidadania na contemporaneidade, possui fortes vínculos com as formas de ação social votadas para o consumo, e que isto, em algum momento, provoca tensões quando este comportamento é confrontado com as ações sociais que exigem o desprendimento ou despojamento do consumo individual em detrimento do coletivo.

Evidencia-se, teoricamente, uma construção de cidadania em forte relação tensional com esta naturalização do consumismo. Ou, mais além, de um imaginário do consumismo (BALDISSERA, 2011), que, portanto, também participa na construção da cidadania contemporânea que investigamos.

Expomos até aqui a cidadania enquanto uma construção histórica em movimento, bem como em relação com conjuntura sociológica contemporânea, onde se evidencia uma tensão entre o indivíduo e a sociedade. Reforçamos e interligaremos, a seguir, esta tensão a uma questão que consideramos crucial para a construção da

cidadania: a participação. Evidenciaremos a noção de cidadania enquanto uma construção que acreditamos ser forjada a partir da investigação desta tensão: a construção da cidadania necessita, em algum nível, de uma ação social caracterizada pela participação que envolve tanto o individual quanto o coletivo, conforme ponderamos no subcapítulo anterior.

Apresentamos, até então, a construção teórica de uma tese sobre a cidadania histórica, que não é estática, mas consequência de movimentos conflitantes entre a sociedade civil - sobretudo através da mobilização coletiva -, com os poderes constituídos, os autoritarismos (DAGNINO, 1994), bem como em tensão com a ação individual que se evidencia como característica forte da sociabilidade contemporânea. Do mesmo modo, esta reflexão teórica é rica de elementos, os quais nos servirão de norte para a compreensão e problematização empírica de uma cidadania que ultrapassa a questão acertada e mesmo tradicional dos direitos sociais, políticos e civis, e dizem respeito, também, a elementos relativos à produção e à gestão de espaços comunicacionais (BARSI, 2012; BRIGNOL, 2010). Também, serve-nos como luz para um necessário recorte teórico, tendo em vista as distintas possibilidades de apropriação conceitual e semântica – ou de sentido - da noção de cidadania que até aqui evidenciamos, bem como para um recorte conceitual necessário a partir do caso empírico já delimitado. Por isso, no próximo tópico, relacionamos a noção de cidadania aos aspectos teóricos da noção de participação, que se constitui em níveis diferenciados e não estanques, mas constituídos em tensão com as ações individuais, intersubjetivas, de poder e de controle. Evidenciamos que, desses enfrentamentos históricos, como os contemporâneos – que dizem respeito à ação individualizada, torna-se crucial perceber como a cidadania também se torna possível desde os níveis de participação mais complexos, portanto, não linear, racional ou politicamente conduzida.

3.2 As formas de participação como os elementos construtivos da cidadania

Como evidenciamos até aqui, a cidadania está em movimento e se refere de modo elementar aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil/cidadão. Ralf Dahrendorf (1992) afirma ser a cidadania a expressão de direitos e obrigações associados à participação tanto em uma unidade social como a uma nacionalidade. Esta unidade, nas considerações de Dahrendorf (1992), faz-nos problematizar o contingente populacional excluídos dos espaços de cidadania, mas, sobretudo, dos territórios e espaços de cidadania, que se constituem pelas oportunidades de participação, como previmos em nosso caso de investigação. Portanto, cremos que a participação assume lugar de destaque no processo de construção da cidadania.

De modo amplo, segundo Alberto Melucci (2001), a motivação para a participação não deve ser concebida como uma variável exclusivamente individual. Mesmo colocando-se em nível de subjetividades, a participação consolida-se na interação, portanto, interpessoal, mesmo que, em alguns momentos, a vontade de ação individual, ou a partir de uma moral individual, sobressaia-se das demais formas de participação mais propensas à consciência coletiva.

No campo da comunicação, o termo participação é utilizado e compreendido de modo diverso e amplo. Vai desde o mero ato de assistir ou ser espectador das mídias até o ato de tomar decisão e produzir sentidos. É um conceito ou categoria composta por diversas características e, conforme Demo (1988), a participação se constitui relativa a contextos e à história. Em nosso continente, a participação sempre esteve ligada às formas de resistência e às táticas populares de questionamento aos padrões sociais, culturais, econômicos e políticos. Entretanto, é também histórica a percepção de que “[...] nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para o assumir o controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas.” (PERUZZO, 1998, p.74).

A práxis autoritária, fruto da colonização e de outros autoritarismos recentes, como a ditadura militar, bem como a recente ditadura neoliberal (FAUSTO, 1985), é marcada pelos pequenos comportamentos, em grupos comunitários ou em associações residenciais, que elegem delegados ou comissões para apenas punir e multar, ter pulso forte e conduzir ao consenso. Esta práxis autoritária anula o sentido de participação, transpondo-o para o de omissão da comunidade. Portanto, a participação não é o

elemento central nos espaços de construção do poder e, nesse sentido, a omissão não é simplesmente imposta, mas, também, é fruto da cumplicidade e das relações de poder, que atuam no sentido de consagrar as decisões de uma minoria sobre o coletivo. Portanto, “[...] o certo é que o autoritarismo é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos dessa dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação.” (PERUZZO, 1998, p.75).

Os níveis de poder apresentados por Peruzzo (1998) são referendados a partir de experiências populares no campo da luta política com o Estado e com o mercado. No entanto, não nos impossibilita de associar estas categorias à análise de práticas populares ou comunitárias, como o funcionamento da prática comunicacional por nós investigada. Sobretudo, por que a participação dos sujeitos/comunicadores não se limita ao espaço radiofônico, mas entrecruza-se com questões políticas, econômicas e culturais do contexto, sejam eles local, municipal, nacional ou mesmo global. Portanto, busca-se problematizar a cidadania enquanto níveis de participação, a partir do depoimento dos sujeitos sobre questões e temáticas relacionadas ao funcionamento da emissora, bem como sobre a prática radiofônica em relação aos desafios advindos da luta pela cidadania.

Os níveis de participação nos ajudam a compreender as formas de participação em relação ao sujeito e a Rádio Terra Livre FM, bem como com o próprio contexto político, econômico e cultural, sobretudo, no que diz respeito ao campo das possibilidades políticas institucionais do MST, através dos partidos políticos ou da própria estrutura estatal ou pública presente no contexto investigado. As formas de participação nos oferecem medidas de compreensão sobre as possibilidades dos sujeitos exercerem a cidadania no espaço da Rádio Terra Livre FM, bem como as modalidades de participação dispostas pelo próprio MST aos sujeitos. É um processo dinâmico, que envolve oportunidades e limitações, que oscila entre a ordem dos sujeitos e da própria instituição.

Creemos que a motivação para a participação não deve ser concebida como uma variável exclusivamente individual. Mesmo colocando-se em nível de subjetividades, a participação consolida-se na interação (MELUCCI, 2001). No entanto, a noção de

participação, segundo Peruzzo (1998), deve ser compreendida a partir de alguns níveis, como: Participação passiva, participação controlada e participação poder. Vejamos.

Participação passiva, mesmo não se envolvendo nas tomadas decisões e mesmo nos espaços de discussão, a ação não é nula, mas marcada por uma posição, seja ela ativa ou passiva. Diz respeito ao velho jargão: não participar é uma forma de participar ou de estar na sociedade, pois: “[...] mesmo que não se envolva ativamente ao assumir uma postura de espectador e de conformismo, a pessoa desenvolve um tipo de participação.” (PERUZZO, 1998, p. 78).

Neste contexto, a participação passiva condiz com uma postura individual e relativamente marginal a qualquer debate ou conhecimento sobre os rumos, sejam eles burocráticos ou políticos da instituição em que participa. A participação passiva se revela em discursos que denunciam a ausência de conhecimento ou do pouco interesse em saber sobre os rumos do projeto, de um meio de comunicação ou mesmo do rumo político de uma dada situação, contexto ou sociedade. A delegação de poder é a principal característica da participação passiva. Expressões como: “eles que resolvam” ou “o que eles decidirem está bom para mim”, denotam a passividade como forma de ação contemplativa, ou seja, participação relativa a comandos de terceiros. Também se caracteriza como uma ação que “espera pela cidadania” (DAGNINO, 1994) e, portanto, constrói um sentido de cidadania desprovido de engajamento e de atuação orgânica.

No caso investigado, trata-se de compreender as formas de engajamento, as possíveis iniciativas e posturas nos espaços e oportunidades de decisão. Ou seja, como a entrevista foi realizada com comunicadores, ou seja, com sujeitos que de algum modo atuam e participam, buscamos elucidar os desinteresses, despreocupações e o não envolvimento no funcionamento organizativo da prática radiofônica; funcionamento que não se limita apenas a questões técnicas, mas, sobretudo, qualitativas, sociais e estratégicas, como a participação em outras atividades e demandas da emissora junto à comunidade e ao próprio MST.

Participação controlada: Este nível de participação revela-se nas ações que almejam romper com a passividade e com os possíveis autoritarismos de uma noção de cidadania concedida. Diz respeito a um nível de ação proativa, de pressão e de cobrança por avanços e por novos direitos. Ou seja, esta modalidade de participação “[...] pode ter seu

início em decorrência de pressão das próprias bases, como uma conquista, ou ser concedida, como uma oferta de cima para baixo.” (PERUZZO, 1998, p. 78-79). Este nível não diz respeito apenas ao sujeito, que supostamente estaria “controlando” alguma situação própria, mas, sim, das formas de controles que a instituição ou grupo social exerce sobre as intenções participativas do sujeito. De acordo com Peruzzo (1998), a participação controlada se apresenta a partir de duas características: limitação e manipulação.

A participação controlada opera dentro de ordens e limites. Neste sentido, a limitação refere-se às arestas impostas à participação, caracterizando, assim, as situações de conflitos e de interesses de um dado grupo social e da própria ação do sujeito. A limitação é imposta para que os discursos, decisões e demandas não excedam os espaços controlados. Assim, a participação controlada pode ser medida internamente, em uma instituição, como externamente, ou seja, em relação da instituição com o contexto social e econômico em que se desenvolve. Este nível de participação, mesmo controlado e limitado, é revelador de uma ação não mais passiva e individual, mas associativa e comunitária, que, mesmo inicialmente, busca romper com as diversas formas de dominação e controle.

Outra característica da participação controlada é a manipulação, que se refere ao controle da participação em vista do consenso e de fins previamente definidos. Esta característica nos ajuda a compreender as formas de participação que são orientadas para uma determinada função ou tarefa e que almeja o cumprimento de ordens previamente elaboradas. Segundo Peruzzo (1998, p.81), “[...] na participação controlada, principalmente a manipulável, delegam-se parcelas do poder, descentraliza-se até certo ponto, mas mantêm-se intactas suas principais estruturas”. A cidadania que se constitui de uma participação controlada não condiz com a ação de sujeitos passivos mediante as situações de controle. Ela se evidencia pela capacidade de reação, mesmo que dentro de alguns limites impostos pela instituição ou pelos autoritarismos sociais vigentes no contexto (DAGNINO, 1994).

Participação poder: Esta modalidade de participação é resultado dos processos que favorecem a participação democrática, ativa, “[...] propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas.” (PERUZZO, 1998, p. 81). A

participação poder refere-se às construções de demandas e de intervenções concretas no espaço, através de debates, reuniões, encontros formativos, assembleias, dentre outras. A construção da cidadania acontece na partilha do poder e se relaciona a características como a cogestão e a autogestão. Os sujeitos, na dimensão da cogestão se interessam e participam nas decisões até certo ponto, pois as decisões finais ainda são relegadas a outros espaços ou instâncias. Comum em empresas, a cogestão é a forma de participação dos empregados na lógica produtiva, mas não no produto final, sobretudo na decisão sobre os lucros e distribuição. Segundo Peruzzo (1998, p 34),

[...] a co-gestão tem um campo imenso para concretizar-se no nível das organizações populares ou comunitárias, em relação ao poder público municipal [...] ou a instituições prestadoras de serviços, como a escola, a segurança, os meios de comunicação.

Mas, para Demo (1988), a cogestão deve ser considerada positiva, na maioria dos casos, pois a autogestão ainda é prática insipiente, tendo em vista a formalidade burocrática, comum à maioria das instituições. Portanto, a cogestão é fruto de aberturas conquistadas por práticas democráticas; de aproveitamento das brechas deixadas pelos canais de poder e que, possivelmente, desencadeiam níveis de participação em todos os âmbitos da instituição. Neste caminho, a participação poder se caracteriza pela autogestão, que se refere “[...] à participação direta da população nas associações [...], no que se refere à tomada de decisões” (PERUZZO, 1998, p. 84).

A referida autora também nos possibilita elaborar questões investigativas que facilitam a compreensão da participação poder na prática radiofônica investigada: Os líderes são escolhidos livremente? Estão sujeitos à rotatividade e sem privilégios materiais? Os sujeitos entrevistados têm consciência ou revelam estas questões? Qual a importância ou a relevância da sua participação coletiva?

A participação poder enquanto autogestão, segundo a Peruzzo (1998), também se refere ou abrange as esferas da vida econômica, política e cultural. Ou seja, os sujeitos também participam das demais estruturas que compõe o tecido das relações cotidianas e mesmo locais. Teoricamente, uma prática comunicacional autogerida é aquela que se dirige a si mesma, a partir das vozes que dialogam nos espaços de decisão, os quais prescindem da decisão coletiva, bem como de sujeitos conscientes da necessidade de engajamento coletivo.

Ao contrário da participação passiva, a participação poder, enquanto autogestão, reflete práticas e deliberações não dependentes da decisão das “pessoas competentes” (grifo nosso). Condiz, portanto, com a participação que visa o empoderamento dos sujeitos, os quais, mesmo delegando representantes, podem “[...] destituí-los sempre que julgar necessário.” (DAGNINO, 2002, p.22). Assim, “[...] a autogestão não deve ser confundida com formas que não possibilitem o autogoverno ou a participação efetiva de todos [...] nos diversos níveis das decisões.” (PERUZZO, 1998, p. 86). Enquanto forma de cidadania, condiz com práticas comunicacionais construídas e sustentadas democraticamente, que permanecem no tempo, que geram, igualmente, a cultura democrática.

A participação poder, seja ela em forma de cogestão ou de autogestão, implica na partilha do poder, que é possível ou identificável a partir da existência de canais desobstruídos de burocracia, da quantidade e qualidade das informações, da interação constante com os representantes, dos encontros ou de assembleias. A participação poder refere-se à participação direta, mesmo quando exista uma estrutura representativa. Requer, também, uma constante revisão e questionamento sobre a qualidade da própria participação, na consciência de que o popular é um campo de diversidade e, por isso, de conflitos e de interesses em disputa (PERUZZO, 1998).

Pedro Demo (1988) também recorda que a superação das dicotomias e dos dissensos, bem como dos autoritarismos e das tendências aristocráticas, dar-se-á com a prática e a consciência de alguns atributos como: a) O poder vem de baixo para cima, sendo detentor dele a própria instituição, que impede o privilégio de alguns membros; b) quem está no poder é a comunidade ou os demais sujeitos que participam ou são atingidos pelas ações da instituição. Os representantes estão a serviço da comunidade e todos têm o direito de eleição; c) o(s) representante(s) deve(m) prestar contas à base, a qual pode questionar e mesmo exigir a saída ou a rotatividade desta representação; d) as regras, exigências ou as demais questões que poderão se transformar em entraves burocráticos, como a prestação de contas, estrutura das assembleias, eleições, devem se efetivar através da participação coletiva.

Outros elementos, certamente, também compõem o complexo campo da participação que, como afirma Demo (1988), nunca está pronto, sendo válido, portanto,

outros arranjos e reinvenções. Importante evidenciar, que “[...] um grau elevado de participação é algo de difícil concretização.” (PERUZZO, 1998, p.73), o que também implica ao pesquisador, um olhar atento e dinâmico às situações, discursos e práticas, vendo-os, então, como elementos em decurso. Ou seja, o poder compartilhado é o elemento central de participação e esta partilha nem sempre acontece através de canais de comunicação ou de situações estáveis e estruturadas.

A cidadania que se constitui através de níveis de participação também não pode ser compreendida distante das novas formas de organização e de mobilização sociais. Por isso, no próximo tópico, abordamos a relação da construção da cidadania a partir das características que compõem a noção de movimentos sociais, sobretudo por que a nossa temática investigada, bem como o nosso campo empírico, estão interligados e interdependentes com a constituição histórica do MST, não apenas evidenciada no contexto do Assentamento 25 de maio e da Rádio Terra Livre, mas na constituição da conjuntura política, econômica e cultural brasileira.

3.3 Os movimentos sociais e uma nova noção de cidadania

Evelina Dagnino (2002) ressalta importância de abordarmos a cidadania enquanto uma nova forma de reivindicação dos movimentos sociais. A nova noção de cidadania, para esta autora condiz com a experiência concreta dos movimentos sociais; que organiza uma estratégia de construção democrática e de transformação social, não estando assim, vinculada à estratégia de integração social por parte do Estado ou das classes sociais então dominantes: “[...] ela é uma estratégia para os “não-cidadãos” (DAGNINO, 1994, p. 107). Sendo assim, a nova noção de cidadania transcende a relação “estado-indivíduo” e inclui a relação com a sociedade civil, sendo, primeiramente, uma proposta de sociabilidade visando à geração de uma cultura democrática.

Trata-se, contemporaneamente, de observar a cidadania não apenas pelo viés da relação entre Estado e sociedade, ou da dimensão dos processos democráticos. Fica claro que nas pesquisas sobre democracia a ênfase está nas instituições políticas. Já na

perspectiva social de cidadania, Dagnino afirma que, “[...] o fato de que ela expressa e responde hoje um conjunto de interesse, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade.” (DAGNINO, 1994, p. 103). Assim, abordaremos neste subcapítulo a noção de cidadania enquanto construção popular ou a partir de sujeitos organizados em movimentos sociais.

Considerando as expressões de poder da sociedade civil e que, independentemente de suas demandas, sempre se desenvolvem num contexto de correlação de força social, Gohn (2004, p. 251) define que os movimentos sociais são

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

A autora destaca que os movimentos sociais sempre têm um caráter político (não devendo ser confundido com o partidário), criando e desenvolvendo um campo de forças sociais na sociedade civil, que atua provocando pautas e discutindo questões socioeconômicas, políticas e culturais. Assim, as ações dos movimentos sociais emergem a partir dos interesses comuns, como um processo social, econômico e político-cultural capaz de criar uma identidade coletiva para as suas ações.

Os movimentos proporcionam inovações nos modos de participação social na esfera pública e privada; participam da luta política de um país e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade (GOHN, 2004). A participação dos movimentos afeta e modifica, portanto, a estrutura social e histórica de um país, seja ela de caráter progressista, conservadora ou reacionária, variando de acordo com as forças sociopolíticas a que estão articuladas e com os projetos políticos que constituem suas ações.

Também podemos compreender os movimentos sociais como redes de relações informais, entre uma pluralidade de atores – indivíduos e coletivos – mais ou menos estruturados do ponto de vista organizativo. Consideradas estas características, enquanto os partidos e os grupos de pressão seriam definidos em relação aos limites da organização - quem não subscreve uma filiação, está fora do partido -, os movimentos sociais são compostos por redes dispersas, que conectam pessoas, que se sentem parte de uma ação coletiva, geralmente na base de alguns valores compartilhados.

Os movimentos sociais também se constituem segundo as condições de uma organização formal. No entanto, os movimentos não são organizações, pois a burocracia ou a verticalização das funções destoam da participação democrática (COTTA, DELLA PORTA, MORLINO, 2001, p. 129). O fato dos atores poderem se relacionar entre si, em uma estrutura relativamente democrática, possibilita a circulação de recursos – materiais, simbólicos, normativos – necessários à interpretação da realidade e consequentemente à ação social participativa. Quer dizer, os membros de um movimento social compartilham um sistema de crenças, que gera uma nova identidade coletiva, de pertencimento e de ação comum. Quanto mais compartilhados os símbolos, os valores e os sistemas de interpretação do mundo, mais forte será o movimento. Desde que um movimento social elabora visões do mundo e sistemas de valores alternativos aos dominantes, vem se formando um vocabulário alternativo de ideias e linhas de ação, anteriormente desconhecidas ou até inconcebíveis (GUSFIELD, 1981). Por este e outros motivos é que os movimentos sociais são considerados como protagonistas da mudança social, de reorganização dos laços coletivos ameaçados pela cultura do hiperindividualismo e da burocratização estatal.

No entanto, enquanto as análises marxistas, tradicionalmente, focavam a mudança social na relação entre capital e trabalho, as transformações sociais do segundo pós-guerra atraíram o interesse de inúmeros pesquisadores com foco sob outros critérios de estratificação não fundados na colocação de classe (como são exemplares os casos de gênero ou de geração). Por esta via, conotações como “velhos e novos movimentos sociais” começam a ser consideradas por distintas perspectivas analíticas, as quais buscam diferenciar as formas de atuação, referenciando-se, sobretudo, nos eventos decorrentes da queda do muro de Berlin e de Maio de 1968 (GONH, 2004).

O que caracteriza as pesquisas sobre o tema nos anos setenta é também o processo de mobilização de recursos necessários pela ação coletiva. Neste sentido, os movimentos sociais atuam de forma racional, propositiva e organizada. Por isso que os atos de protesto derivam de um cálculo dos custos e dos benefícios, que são guiados pela presença de conflitos, mas também dos recursos necessários para ativar a rede.

Do ponto de vista teórico, enquanto os estudos de participação cidadã incluem a participação em movimentos, se tornou importante considerar o que incluir ou excluir do conceito de movimento social. Por exemplo, Lagroye (1993, p. 324), argumenta que

é fundamental ter uma “motivação” e, além disso, um “efeito”. Como observado, os membros de um movimento social – ativistas, manifestantes ou militantes –, de forma mais ou menos consciente, formalizada ou não, constroem um sistema alternativo de ideias e linhas de ação, desafiam o sistema, favorecem a mudança social, pretendem influenciar as políticas públicas, mas sem “motivação” e sem “efeito” não existe participação política, logo, ação e movimento social (grifo nosso).

As diversas formas de participação reduzem ou ampliam a extensão do conceito de movimento social. Ou seja, as formas de participação podem definir um movimento social? Uma útil distinção das formas de participação política é aquela de Barbagli e Macelli (1985), entre participação visível e participação invisível: os comportamentos visíveis, explícitos, públicos, que pretendem influenciar o corpo político ou de governo, e os comportamentos privados mais emotivo-afetivos, privados. Ambos representam um movimento social? Neste sentido é legítimo diferenciar conforme o tipo de participação institucionalizada (afiliação partidária ou sindical, associativa, etc.) ou não institucionalizadas (boicotes, ocupação de terras, etc.).

No caso da teoria pós-materialista da participação, por exemplo, os comportamentos políticos institucionalizados perderam força em vista dos não institucionalizados (LAGROYE, 1993). Uma vez superados os limites estritos da sobrevivência material e econômica, os indivíduos estariam preocupados, cada vez mais, com questões relacionadas à sua autoexpressão, gerando uma intervenção cidadã na política. O desejo de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta acompanharia, portanto, a mudança pós-materialista. Os valores pós-materialistas estariam fortemente associados a ações políticas não convencionais, como manifestações, boicotes, ocupações do espaço público, dentre outras formas de expressão (RIBEIRO, 2010). É por este viés que consideramos a estruturação/ação do MST, pois sua principal característica é a não institucionalização, ou seja, sua ação está envolta de ações compreendida como ilegal pelos poderes constituídos, bem como por grande parte da sociedade civil.

Outra reflexão sobre movimentos sociais nos é proporcionada por Alain Touraine (2003). Segundo este autor, um movimento social pode existir em função do conflito com outros atores sociais. Ou seja, a definição de Touraine, baseia-se neste conflito “[...] manifesto com um adversário comum.” (2003, p. 119). Logo, o

desaparecimento do adversário político levaria a queda do movimento. Mas essa definição exclui grande parte das ações coletivas que se apresentam hoje, na medida em que os atores sociais encontram dificuldades para identificar um adversário. Os movimentos sociais das décadas de sessenta e setenta, que lutaram contra as ditaduras militares e os governos totalitários, visibilizavam com facilidade os inimigos a combater: soldados e generais uniformizados e ditadores empunhando bandeiras e proferindo discursos publicamente.

No mesmo período, a mobilização do movimento operário foi em particular ligada à presença de grandes massas de trabalhadores que desenvolviam trabalhos similares e, tendencialmente, passavam junto não somente o tempo de trabalho, mas também, o tempo livre, morando em bairros socialmente homogêneos, localizados perto das fabricas. De modo amplo, a luta pela cidadania era guiada por ações coletivas mais homogêneas, os direitos mais escassos e, por isso, mais visíveis, provocaram um maior recrutamento popular, mais massivo e direcionado (GOHN, 2004). No caso do MST, esta noção de movimento social abarca grande parte das ações que deram origem ao movimento, especificamente, na década de oitenta, quando o inimigo, de fato, era o Estado/governo declaradamente avesso às mobilizações e a qualquer ilegalidade. Contemporaneamente, com a chegada do Partido dos trabalhadores ao poder, lutar ou se mobilizar contra o Estado tem sido o grande desafio estratégico do próprio MST.

De modo geral, na América latina, os movimentos sociais podem ser observados como o resultado ou a expressão das contradições de classe, gênero, econômicas, culturais e políticas. São catalizadores e, ao mesmo tempo, expressão de poder da sociedade civil e que, independente de suas demandas, sempre se desenvolvem em um contexto de correlação de força social.

Especialmente no Brasil, o fenômeno dos movimentos sociais é observado a partir de três abordagens: estrutural-determinista, político-institucional e a pluralista-articulista. A abordagem estrutural-determinista nos oferece elementos para compreender os movimentos sociais pela perspectiva econômica, a partir das novas configurações do capitalismo (IANNI, 1988). Não se trata de uma análise linear ou economicista, mas de uma visada mais ampla para a dimensão econômica, que controla os meios de produção e institui como legal a propriedade privada e a concessão dos direitos. Nesta perspectiva, analisa-se a sociedade como um todo racional, onde a

posição do sujeito no mundo do trabalho já indica a sua função e modo de atuação nas lutas sociais. Quer dizer, o modo de produção capitalista, as contradições das relações de trabalho e de produção são os motivadores da ação coletiva, da luta pela cidadania.

Para a abordagem político-institucional os movimentos sociais emergem a partir das incompletudes dos sistemas representativos político, associativo ou sindical. Estes sistemas representativos devem ser compreendidos na esteira do Estado, o qual se fecha e se burocratiza a ponto de impossibilitar a intervenção ou o acesso dos movimentos sociais aos espaços decisórios e deliberativos (GAIGER, 1987). Segundo este autor, as instituições políticas emanam sentidos ou visões distintas: a primeira condiz com a ineficiência representativa dos trabalhadores, sobretudo os rurais, através dos partidos políticos; e a segunda se refere às limitações que os próprios partidos políticos sofreram durante o regime militar, o que potencializou novas formas de organização e de mobilização (STRAPAZZON, 1997). Por esse caminho, os movimentos sociais se articulam a partir das oportunidades políticas (TARROW, 1994), conforme, estrategicamente, aproveitam as brechas do sistema político. Nesta perspectiva, também podemos situar visualizar algumas das ações do MST, especialmente as ações que se legitimam nas brechas interpretativas da lei ou da ação ineficiente do Estado. Este ponto será problematizado de modo mais apropriado nos capítulos empíricos, quando analisamos a ação dos comunicadores a partir dos limites entre a ação legal e ilegal, tendo em vista o funcionamento sem outorga da Rádio Terra Livre.

Adiante, com a abordagem pluralista-articulista, evidencia-se a compreensão de que os movimentos sociais são resultantes das diversas possibilidades de posicionamento dos sujeitos, a partir de sua formação discursiva (LACLAU, 1986). Nesta abordagem, segundo Strapazzon (1997, p. 19), os movimentos sociais seriam articulações de discursos que “[...] mobilizam várias significações, vinculadas a posição dos sujeitos (religiosas, econômicas, culturais), que os unificam e mobilizam-nos em busca do que lhes foi tirado ou que é considerado como um direito coletivo.” As condições estruturais não seriam, para esta abordagem, motivação direta ou obrigatória, mas um dos diversos elementos que impulsionam a mobilização social. É, a partir dessa abordagem - pluralista-articulista - que consideramos as mediações que interligam a cidadania, a comunicação e os movimentos sociais. A maneira como as diversas posições do sujeito são articuladas depende da luta discursiva, que é jogada no campo

comunicacional, seja ele tecnológico ou interpessoal, pois, “[...] todas as coisas não comunicadas e incomunicáveis, que não foram nunca confiadas a ninguém, deixam de existir, pois não há para elas lugar permanente na realidade.” (TELLES, 2006, p.51). Destacamos que o campo comunicacional é delineado por correlações de forças discursivas hegemônicas, as quais são características de uma determinada sociedade e época, mas que podem ser reproduzidas ou modificadas pelos sujeitos que compõem um movimento social.

Em face dessa realidade, seria impossível imaginar que um movimento social sairia ileso desse processo de transformação tecnológica pelo qual passa a sociedade contemporânea. A comunicação é um elemento essencial a qualquer movimento social, mesmo que a prática comunicativa não possua processos institucionalizados ou bem definidos. A comunicação constitui um setor tático (CERTEAU, 2011), agregando valores e facilitando a resistência mediante os poderes constituídos, bem como a interação e a mediação das organizações sociais com outros sujeitos de diferentes esferas públicas onde cidadania é construída.

Sendo assim, a relação contemporânea entre cidadania e movimentos sociais é cada vez mais orientada pelas formas e especificidades de participação social via práticas comunicacionais. Esta perspectiva construtiva, de apropriação comunicacional pelos movimentos sociais, é um dos fortes elementos da nova noção de cidadania, que não mais se limita aos direitos e obrigações situados, diretamente, em canais entre o Estado e os cidadãos (KUNSCH; KUNSCH, 2007). Outras esferas da vida cotidiana, interpessoal e coletiva se somam, como aquelas ações referentes à inclusão social, direito à associação e a outras práticas culturais e comunicativas, como veremos a seguir.

4 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

Contemporaneamente, a mobilização social que reivindica e constrói a cidadania não pode ser compreendida ou problematizada alheia ao campo comunicacionais, sobretudo o tecnológico e o interpessoal. A comunicação se apresenta como um ponto aglutinador dos movimentos sociais e disseminador de causas, ideologias e de estratégias mobilizatórias.

Para construirmos ou esclarecermos esta relação entre a comunicação e movimentos sociais, partimos do entendimento de que a comunicação é condição normativa da ação humana (WOLTON, 2004). Antes de ser tecnológica, a comunicação face a face e mesmo pública e coletiva possibilitou e potencializou os avanços necessários à evolução da espécie em todas as suas dimensões, desde a ordem material à simbólica e política. No mesmo caminho, a conquista de melhores condições de vida, ou mesmo de sobrevivência, também se revela como uma condição humana normativa, historicamente relacionada à construção, conquista e ampliação de direitos e do cumprimento deveres.

Percebe-se, que a comunicação é consubstancial à cidadania. Certa convergência não nos deixa dúvida sobre a íntima relação “comunicação e cidadania” e de que ambas se complementam de modo circular. Ou seja, enquanto tratamos de comunicação humana, a cidadania sempre se mostrou como uma condição e uma resultante deste processo. A dimensão comunicacional se instaura como instrumento normativo da evolução humana, que ao longo de sua história acumulou experiências capazes de revitalizar e de ampliar a própria dimensão comunicacional.

No entanto, este processo de revitalização e de construção da comunicação não é resultado apenas dos acertos e da convivência humana, supostamente harmoniosa. Conflitos, relações de poder, dominação, interesses de classe tornaram a dimensão comunicacional também um instrumento de manipulação e de controle. Portanto, esta relação entre comunicação e cidadania é, ao mesmo tempo, humana e, possivelmente,

normativa, como, também, instrumental, funcional, instável e passível de poder e de manipulação.

Ao observarmos a comunicação tecnológica, num contexto humano e social, estruturado em tribos, castas ou classes sociais, deslocamos a relação normativa ou mesmo acertada entre cidadania e comunicação para o campo das interações sociais negociadas, das lutas pelo poder, do conflito, da dominação e da resistência. Portanto, relacionar a cidadania com a comunicação tecnológica, e não apenas humana e normativa, é realçar a investigação nos cenários e contextos onde esta relação instável se constitui. A construção da prática comunicacional sempre deflagra ou reflete alguma vontade de reestabelecer este sentido originário e normativo – visível no sentido de comunicação ideal proposto por Habermas (1984). Sair do estado de incomunicação é a vontade de comunicação e, porque não, de estabelecer contato, relação, comunhão com aquilo que está distante, em silêncio, ou seja, em condição de não cidadania (WOLTON, 2004).

Pelo mesmo caminho da comunicação, a noção de cidadania, - até aqui esclarecida enquanto um movimento histórico entre Estado o mercado e a sociedade civil/cidadãos; um campo de tensão da relação “indivíduo e coletivo”; de conquista através da ação coletiva dos movimentos sociais – é primazia da busca coletiva por direitos de combate à crescente injustiça social, bem como da busca por direitos à diferença, à cultura, à informação e à comunicação. Mesmo que o direito à cidadania combine com a luta pela sobrevivência equitativa, acesso à saúde, à participação eleitoral, supõe-se, também, a cidadania enquanto busca por direitos culturais que excedem as dicotomias entre Estado-mercado-cidadão (KUNSCH; KUNSCH, 2007), e mesmo uma cidadania hierarquizada ou geracional (VIEIRA, 2001).

Neste cenário, acenam outras bandeiras de mobilização, novos campos de ação interpessoal e coletiva, tendo em vista os direitos culturais, que abrangem temas, questões problemáticas relacionadas às múltiplas dimensões do ser humano tais como “[...] gênero, raça, etnia, religião, faixas etárias, nacionalidades.” (GOHN, 2008, p. 42). A organização coletiva em busca do direito à cultura/comunicação também abrange outros elementos como o produto ou a obra produzida, expressões artísticas, folclóricas, pedagógicas, criativas e econômicas.

Como a construção da cidadania está relacionada às tensões provocadas pela relação “indivíduo e o coletivo” ou pelo controle social dos poderes constituídos, da mesma forma os direitos culturais se configuram de modo complexo, desde os modos e estilos de vida cotidiana: “trabalhar, comer, vestir, habitar, cuidar da saúde do corpo e da mente, o relacionamento com amigos, colegas de trabalho, parentes, vizinhos e a comunidade próxima.” (GOHN, 2008, p. 42).

De modo amplo, a relação entre cidadania e cultura/comunicação também emerge de questionamentos, como os elencados por Gohn: “[...] como conviver, compartilhar, respeitar, direitos culturais no mundo globalizado sem ficarmos prisioneiros dos faccionismos, do corporativismo, do fanatismo de alguns grupos culturais?” (2008, p. 44). Esses questionamentos nos possibilitam pensar a cidadania a partir de em outras tensões e conflitos desde o interior de práticas comunicacionais das organizações, dos movimentos sociais, dos grupos identitários e mesmo na relação dos próprios sujeitos em comunicação.

Martín-Barbero (1997), também enfatiza que a relação entre a comunicação e a cidadania se faz necessária por que assistimos a emergência de novas formas de manifestações políticas dependentes de ações culturais: “Na convergência do novo sentido adquirido pelos processos de transnacionalização com a nova concepção do político, emerge na América Latina uma valorização profundamente nova do cultural.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.297).

Esta perspectiva nos ajuda a compreender a construção da cidadania desde as ações possíveis na esfera cultural. É um novo jeito de perceber e de compreender a cidadania enquanto uma construção cultural, pois “o cultural assinala a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos – regionais, religiosos, sexuais, geracionais – e formas de rebeldia e resistência.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 298). Pensar a prática radiofônica a partir da cultura, significa pensá-la a partir dos diversos elementos, situações e mediações, que, igualmente, ajudam-nos a romper com as relações comunicação- tecnologia e cidadania-política.

Do mesmo modo, na definição de cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa, isto é, a compreensão do seu caráter processual e produtor de significações e não da mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não

é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 298).

A seguir, aprofundamos a compreensão deste cenário onde a construção da cidadania é possível desde a comunicação. Realçamos que, além dos complexos e históricos elementos tecnológicos, pedagógicos e produtivos do campo comunicacional, evidenciamos a comunicação como direito à participação, que possibilita o resgate dos valores humanitários, comunitários, solidarísticos, coletivos e interpessoais, como um campo possível e propício para a construção da cidadania, ou seja, “desde as suas formas clássicas de expressão artística até os direitos culturais modernos, de última geração, como os que estão surgindo com o avanço tecnológico na área das comunicações.” (GOHN, 2008, p. 47).

4.1 Os níveis de construção da cidadania comunicativa

Para seguirmos com a reflexão conceitual sobre a relação entre cidadania e comunicação, apresentamos o conceito de cidadania comunicativa. Percebemos que o “ser cidadão” (grifo nosso) espelha, primeiramente, a compreensão da esfera dos direitos mínimos, que assegura a sobrevivência e integridade física dos sujeitos. Concomitante a esta dimensão mínima, que para milhões de pessoas ainda inexistente, a cidadania também diz respeito às necessidades e possibilidades do sujeito expressar, reivindicar e interferir na dimensão simbólica e cultural que permeia sua existência. Enquanto conquista dos direitos previamente reconhecidos, a cidadania também diz respeito ao processo de lutas específicas e de práticas concretas que possibilitam o sujeito se tornar um cidadão cultural, como um sujeito livre para construir e exercer as mais variadas formas de expressão.

Assim, a cidadania se torna imprescindível para coletivização das demandas e das decisões, e necessária para fazer presente as ações dos sujeitos na configuração do espaço público, o qual se apresenta cada vez mais multiforme e pluricultural (CORTINA, 2005). Nesse sentido, a cidadania comunicativa entra em cena, destacando-

se como porta de acesso, que potencializa as novas formas fruição das subjetividades, de criação cultural coletiva e interpessoal.

O conceito de cidadania comunicativa, elaborado por Mata (2006), é resultante da reflexão entre comunicação e democracia e, de acordo com a autora, deve ser compreendido como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação, bem como ao exercício desse direito. A cidadania comunicativa condiz com a dimensão dos direitos civis, como a liberdade de expressão, o direito à informação e assim por diante. Ou seja, implica o desenvolvimento de práticas tendentes a garantir os direitos no campo específico da comunicação (MATA, 2006).

A autora complementa que a noção de cidadania comunicativa “[...] excede a dimensão jurídica e alude à consciência prática, à possibilidade de ação.” (MATA, 2006, p.13). Por essa perspectiva, a cidadania comunicativa adquire um sentido político, de estratégia e da necessidade do exercício. A cidadania comunicativa não rompe com a constituição dos direitos civis, como a liberdade de expressão, direitos políticos, como as formas de participação dos cidadãos e direitos sociais, como direito à informação, educação, ao acesso ao conhecimento. No entanto, reflete sobre a capacidade desses direitos, já conquistados, serem ampliados com a adesão de novas vozes cidadãs. Isso requer qualificação nos debates e reorganização das próprias agendas públicas.

Nessa perspectiva, avançamos na discussão elaborada por Mata (2006), identificando a ação comunicativa como uma habilidade e uma competência¹⁴, na configuração da prática da cidadania comunicativa. Isso ocorre porque quando o sujeito atua nos meios de comunicação, produz e se apropria das técnicas e dos conteúdos.

Tais apropriações tornam-se fundamentais para garantir a socialização da sua palavra no contexto da opinião pública. Daí a importância da comunicação não como mera experiência individual ou tecnológica, mas como projeto e prática política, cultural, social e econômica. Assim, a cidadania comunicativa adquire um sentido político, de estratégia e de ação, potencialmente instauradora de uma cultura

¹⁴ Compreendemos as competências no sentido expresso por Brandão (1999). Ele fala das competências individuais não no sentido de competir, mas na capacidade de empreender esforços em qualquer atividade humana. Sendo que as competências e as habilidades de cada um também são construídas ao longo da vida.

democrática (DAGNINO, 2002), capaz de criar ou de aperfeiçoar os princípios básicos como “[...] participação, autonomia e crítica/criação.” (VARELA, 2007. p. 66).

A cidadania como estratégia política implica nos processos de definição da luta política, na busca pela igualdade e na capacidade de construir sujeitos de demanda e de decisões através da livre expressão, da criatividade e produção de bens culturais (KUNSCH, 2007). Tais demandas e decisões não dizem respeito a interesses de um Estado ou a demandas individuais, mas faz referência, antes de tudo, a forma de sociabilidade política para a elaboração de direitos (TELLES, 2006). Nesta perspectiva, reconhece-se que, através da argumentação e do diálogo, elementos comunicativos, geradores de uma sociabilidade capaz de produzir um espaço público interativo e democrático entre os sujeitos de demandas e de decisões. O conceito de cidadania comunicativa deve ser compreendido a partir desses elementos e da complexidade que envolve à sua relação da ação comunicativa com o conceito de participação, conforme já discutimos anteriormente.

Facilitando a operacionalização conceitual, Mata (2006) cria uma tipologia, classificando cidadania comunicativa e a sua prática em níveis diferenciados como: **Cidadania comunicativa formal**, que diz respeito à dimensão jurídica, como os direitos assegurados legalmente pelo estado ou por um sistema concessor. Neste nível, a cidadania efetiva-se a partir de seu próprio campo enquanto a ação social figura em seu entorno.

Cidadania comunicativa reconhecida, identificada nos sujeitos que se dizem conscientes desses direitos. Aqui, a cidadania permanece no campo do imaginário social ou da consciência coletiva e, assim, interliga-se – ainda que indicialmente - com a prática social, visto que a imaginação ou a consciência não são apenas entidades metafísicas, mas entes participantes e constituintes do real (SARTRE, 2008).

Cidadania comunicativa exercida, reconhecida nas práticas sociais reivindicatórias desses direitos visando à ampliação dos mesmos. Condiz com a ação propriamente dita e exclui do seu campo identitário práticas individuais ou intermediadas por instituições. Preza-se, na dimensão exercida da cidadania, os processos comunicacionais de enfrentamento, de resistência, de apropriação e de produção cultural. Assim, Mata (2006) ressalta que a cidadania comunicativa – levando em consideração os avanços da cultura tecnológica, tanto no campo do consumo como no de produção de conteúdos -

avança para um novo patamar de compreensão e de possibilidades. Quer dizer, se antes a cidadania compreendia uma realidade social onde os processos de produção e consumo comunicacional estavam separados entre produtores e receptores, atualmente a noção de cidadania adquire novas possibilidades, pois as tecnologias de comunicação puseram em curso novos espaços de produção coletiva e de mobilização social.

Para Mata (2006), a cidadania exercida não pode ser compreendida como manifestação desprovida de uma intencionalidade organizativa, estratégica ou emancipatória contra alguma forma de exclusão sócio-comunicacional. Assim, as ações comunicacionais exercidas de modo participativo e solidário são indícios de resistência frente a alguma forma de autoritarismo social (DAGNINO, 1994), que impossibilita os sujeitos de terem voz, ou de participarem ativamente e comunicacionalmente na construção da realidade;

Cidadania comunicativa ideal, identificada nas expectativas e discursos dos sujeitos sobre um projeto de transformação social, posta em movimento por uma prática comunicacional sistemática. Quer dizer, tal dimensão configura-se a partir da ação integrada dos níveis anteriores tendo como ideal a criação de uma cultura democrática (MATA, 2005). A cidadania comunicativa ideal condiz com aquelas ações comunicacionais que geram a participação e a estruturação de práticas críticas a tudo aquilo que gera a desigualdade de participação no contexto investigado. A constituição de uma cultura democrática também poderá ser observada nas práticas comunicacionais que se tornaram parte do cotidiano dos assentados e que se expandem para outros espaços, sobretudo os potencializados pelo próprio MST.

Após esta diferenciação dos níveis através de tipologias, Mata (2005) também destaca as condições objetivas e subjetivas para a compreensão da cidadania comunicativa. As condições objetivas correspondem aos “[...] dispositivos econômicos, políticos e culturais, que intervêm de maneira direta no estabelecimento de um regime de direitos e o estabelecimento de modalidades comunicativas públicas em que tais direitos se expressam.” (2005, p.3, tradução livre). As condições subjetivas dizem respeito “[...] aos significados compartilhados pelos integrantes da sociedade acerca dos direitos à informação e à comunicação” (2005, p.3, tradução livre). Ou seja, condizem com as forças geradoras de inquietações, motivações e expectativas e que movimentam os sujeitos para a prática da cidadania comunicativa. A dimensão subjetiva da cidadania também se relaciona à consciência do direito a ter direitos, que impulsiona os sujeitos à

ação não apenas como público ou audiência dos meios, mas como cidadãos de direitos e de deveres.

A cidadania comunicativa, como uma noção interligada ao campo comunicacional, possibilita-nos, portanto, uma reflexão acerca de algumas especificidades das tecnologias comunicacionais. Em nosso estudo, a voz do objeto nos conduz para o campo comunicacional radiofônico. Por isso, a reflexão seguinte é uma proposta de apresentação e de relação entre cidadania comunicativa e o rádio. Talvez, uma cidadania comunicativa radiofônica, ou apenas cidadania radiofônica, que se estrutura desde a complexidade conceitual e semântica da cidadania, como vimos até aqui e, do mesmo modo, da complexidade tecnológica radiofônica, que será apresentada.

4.2 A tecnologia radiofônica na construção da cidadania

Nos capítulos anteriores, onde abordamos sobre o movimento da cidadania a partir de um resgate histórico, chegamos a tocar, superficialmente, no lugar ou na função do meio radiofônico. Adiante, aprofundaremos a reflexão teórica sobre as características radiofônicas e de como elas participam na construção da cidadania.

O rádio, na sua compreensão geral, é um canal de comunicação complexo, com uma história técnica, política, econômica, social, pedagógica e cultural (MEDITSCH, 2005). Desde a sua invenção, no século XIX, inúmeras foram as formas de apropriação, consumo e de produção, responsáveis por introduzir uma nova forma de sociabilidade, bem como outros elementos de regulação ou libertação (BRECHT, 1981). O rádio atua como um fundamental meio de comunicação, não só por ser um canal que se utiliza da linguagem oral, que é acessível a um vasto público, mas por outras características sócio-técnicas que o fazem um veículo comunicacional de forte presença na sociedade da comunicação (WOLTON, 2004).

Historicamente, desde o século XIX, o rádio foi exercendo profundos e variados efeitos na organização da vida humana. Aos poucos, não se tratava mais, e apenas, de um aparelho transmissor, mas de uma ferramenta, apropriada pelas mãos e ouvidos do

povo. Partimos, assim, da compreensão de que o rádio é uma “[...] tecnologia que surge, trazendo em si promessas, discursos, potencialidades, projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais.” (BIANCO, 2004, p.317). É observável, desde a gênese radiofônica, a relação deste veículo comunicacional com a cidadania formal, do direito à informação e, posteriormente, do direito à informação como instrumento pedagógico e cultural (KISCHINHEVSKY, 2007).

No entanto, antes de se fazer presente em 91,4% dos lares brasileiros¹⁵, o rádio nasceu em berço de ouro. As chamadas “sociedades”, compostas por intelectuais, empresários e políticos, foram as primeiras a se apropriar dessa tecnologia com o objetivo de atender as suas demandas econômicas, educativas ou culturais. O rádio cumpre a função cultural para uma classe e se instaura, posteriormente, como veículo comunicacional de marcas, empresas e de multinacionais. (MEDITSCH; ZUCULOTO, 2008).

Interligada a isso, decorreu a popularização tecnológica. A disposição de ser compreendido por um público cada vez mais plural e a intensificação do mercado publicitário fez, e continuam fazendo, do rádio um eficaz meio a serviço da transmissão ao vivo dos fatos atuais. Bertolt Brecht, em meados de 1932, profetizou as potencialidades de tal veículo de comunicação se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber. Se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também colocar-se em comunicação com ele (BRECHT, 2005).

O rádio trouxe a possibilidade de uma pessoa falar a uma multidão dispersa fisicamente, como fez, pela primeira vez na história brasileira, o presidente da República Epitácio da Silva Pessoa. Por outro lado, o rádio também foi se tornando um instrumento para se escutar a sós ou com a família; o companheiro das horas solitárias; o remédio para os que não tinham amizade; a comunicação com os analfabetos.

Numa perspectiva complexa, o rádio deve analisado não como um simples instrumento de comunicação, mas como um instrumento social, com linguagem e outras regras técnicas historicamente definidas, as quais legitimam informações, constroem a credibilidade, como a própria cidadania. É preciso compreender o rádio como um espaço de poder socialmente construído, como uma instituição construtora de realidade,

¹⁵ Dados divulgados em 30 de março de 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Federação Brasileira das Associações Científicas de Comunicação (Socicom).

através da legitimação da informação e da constituição da comunicação social. Assim, não podemos desvincular ou inocentar o rádio das questões políticas, culturais e econômicas, bem como da própria constituição da cidadania legal ou em construção.

Observamos, sociologicamente, que por meio do rádio, os acontecimentos, bem como as relações sociais, são deslocados de seus contextos locais e reestruturados, “[...] através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (GIDDENS, 1991, p. 29). Ou seja, um acontecimento pode ser transmitido/recebido em tempo real ou reeditado e retransmitido posteriormente. Esta questão, aparentemente simples, incide fortemente nas formas de ação individual, interpessoal ou mesmo coletiva, sobretudo aquelas que se utilizam do rádio para os mais diversos objetivos ou projetos.

A presença massiva do rádio também se deve a sua praticidade tecnológica. Trata-se de um veículo de comunicação de fácil acomodação, podendo ser deixado sob o armário, ao lado da cama, dentro do carro, pendurado em uma árvore, ou até mesmo dentro do bolso. Por esses e tantos outros motivos, o rádio é um meio de comunicação que se ajusta ao ouvinte e que se deixa reger pela cotidianidade de seus receptores (MATA, 2006).

Apresenta-se como meio de comunicação compreendido e decifrado por quase todos os seres humanos. No livro *Ensaio sobre a cegueira*, José Saramago (1995) descreve uma cena em que os cegos se apropriam do rádio e fazem dele o mais importante meio de comunicação e informação. Saramago (1995, p. 121) acentua o modo emocionado como os cegos se apropriam do rádio.

Tirou o pequeno aparelho do bolso exterior do casaco e ligou-o [...]. O ponteiro de sintonização continuava a extrair ruídos da pequena caixa, depois fixou-se, era uma canção, uma canção sem importância, mas os cegos foram se aproximando devagar, não se empurravam, paravam logo que sentiam uma presença à sua frente e ali se deixavam ficar, a ouvir com os olhos muito abertos na direção da voz que cantava. Alguns choravam, como provavelmente só os cegos podem chorar, as lágrimas correndo simplesmente, como de uma fonte.

Nesse episódio, o rádio deixa de ser apenas um instrumento e passa a se constituir como espaço de interações humanas, de contato, de afetividade, de construção da cidadania a partir da escuta coletiva. Efetiva-se com um espaço midiático dotado de potencialidades, que, através da intervenção humana, ganha rumos e orienta

novos caminhos para aqueles que dele se apropriam tendo em vista a qualificação da existência, do cotidiano e mesmo da sociedade.

Em outras palavras, a tecnologia radiofônica atua não apenas como mediadora, mas como um espaço produtor de sentidos entre os processos de produção e de recepção: o rádio é um produtor de sonhos para espectadores perfeitamente despertos (BALSEBRE, 1984). Mas, para isso, salienta Balsebre (1984), o estabelecimento, ou não, da comunicação dependerá da proximidade sociocultural entre emissor e receptor, o que nos leva a definir que a constituição da linguagem radiofônica é construída à medida que se estabelecem outras tentativas de comunicação, que, no início do rádio, era considerada apenas verbal e não sonora.

A pronúncia da palavra e, posteriormente, de outros sons e ruídos, puseram em curso a edificação da complexa trama da linguagem radiofônica. O desenvolvimento tecnológico da produção sonora radiofônica – com a profissionalização dos roteiristas, sonoplastas, editores, diretores e locutores – possibilitou a abertura de um novo contexto perceptivo e imaginativo: com o rádio inaugura-se um modo distinto de ouvir o som. Para Bachelard (1985), todo o planeta está ocupado em falar. Assim, o rádio entra em cena e se constitui como a primeira e mais perfeita realização dessa necessidade humana. No entanto, ressalta Bertolt Brecht, um homem que tem algo para dizer e não encontra ouvintes está em má situação (apud BASSETS, 1981). Também estão em más situações os ouvintes que não encontram quem tenha algo para lhes dizer. Esse aspecto é fundamental para compreendermos a diversidade de sentidos e de apropriação possibilitados pelo campo da comunicação radiofônica, tanto ao longo da sua gênese, como atualmente: momento de convergência tecnológica.

Aliada a estes aspectos sociológicos, a comunicação radiofônica também se apresenta como espaço de comunicação popular e comunitária. As chamadas rádios livres e, posteriormente, as rádios comunitárias, são espaços de comunicação oriundas das forças populares em busca de um novo canal de expressiva e de participação política e cultural. Assim, a cidadania e o rádio são atraídos pelas forças populares, que representam não mais um contingente consumidor, mas protagonista da cidadania comunicativa através e partir do espaço radiofônico.

4.2.1 O rádio e a cidadania no contexto da comunicação popular e comunitária

A própria noção de comunicação se amplia em nossa história com o aparecimento da comunicação popular e comunitária. A ampliação se deve ao avanço de uma perspectiva comunicacional linear (emissor-mensagem-receptor) para uma comunicação mais humanizada, dialógica, participativa (COGO, 1998). Percebemos a comunicação popular como espaço de participação democrática, de sujeitos engajados por melhores condições de vida; um espaço concretizado a partir dos movimentos populares, os quais se utilizam de uma prática comunicacional alternativa à comunicação comercial. Oliveira (2007) compreende a comunicação popular relacionada ao consumo. Trata-se de uma distinção entre a comunicação popular enquanto consumo de produtos e conteúdos produzidos pela mídia de massa e a comunicação popular protagonizada por coletivos, associações e movimentos sociais. Percebemos a relação e as distinções entre cultura popular e a comunicação popular, sobretudo “quando a mídia é questionada” (OLIVEIRA, 2007, p. 48), por movimentos populares, que reivindicam e protagonizam uma nova forma de cultura popular. Nesse contexto, as rádios populares são os principais exemplos de uma comunicação realizada na distinção e na intersecção com a produção de conteúdos diferenciados dos produzidos pela indústria cultural massiva. Trata-se, de modo geral, também da relação complexa entre o massivo e o popular, através dos processos de recriação e de re-apropriação dos conteúdos massivos pelas culturas/sujeitos populares (OLIVEIRA, 2007; ORTIZ, 1985).

Neste contexto, a construção da cidadania se apresenta relacionada a questões como às formas de consumo cultural, seja de massa, bem como nos conteúdos reproduzidos, ressignificados e mesmo produzidos pelas práticas de comunicação realizada pelos movimentos sociais. Na reflexão a seguir, delimitamos a nossa reflexão no conceito de comunicação popular enquanto uma prática desses movimentos sociais, populares e comunitários, mas, na consciência de que esta prática comunicacional também está imbricada aos processos de consumo cultural massivo, mesmo que de forma resistente e alternativa. Ou seja, trata-se, também, de uma comunicação popular e

comunitária vinculada aos novos canais de comunicação e informação, como veremos adiante.

Segundo Peruzzo (2009), a comunicação popular carrega um conteúdo crítico-emancipador, onde o povo é o principal protagonista, tornando a comunicação popular um processo educativo e um espaço político importante de ação “[...] das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.” (PERUZZO, 2009, p. 4).

No Brasil, bem como em grande parte do território latino-americano, a década de setenta é singular para a uma nova noção de cidadania, que se fortalece com a crescente prática comunicacional popular, sobretudo através das ações e projetos sociais e educativos: consagra-se a relação da cidadania e da comunicação a partir da educação. Paulo Freire (1984) foi um dos principais autores e pesquisadores que defendeu de modo engajado e crítico a comunicação enquanto espaço cultural e pedagógico, capaz de facilitar e mesmo de operacionalizar as transformações humanas necessárias, de acordo com as urgências sociais daquele contexto.

A comunicação popular emerge, portanto, na mesma medida que os movimentos populares, sobretudo o Movimento de Educação de Base (MEB), buscam romper com os espaços hegemônicos de comunicação¹⁶. Estes movimentos populares são compostos por sujeitos, em sua maioria, impulsionados pelas condições adversas e marginais de vida impostas pelo desenvolvimento capitalista (PERUZZO, 1998).

Pedro Gilberto Gomes (1990, p. 47) enfatiza que “[...] a comunicação popular é aquela que se insere num contexto alternativo que é o do enfrentamento com o projeto de dominação capitalista e nele se define como agente de definição do projeto.” Identificamos, com esses pesquisadores, uma articulação conceitual necessária entre as noções de “popular e alternativo”. Tal aproximação remete-nos ao campo da comunicação popular enquanto ação alternativa aos projetos hegemônicos de sociedade, sobretudo os dinamizados a partir das indústrias de comunicação, que dificultam e até

¹⁶A igreja católica também cumpriu um importante papel na fundação e condução dos movimentos populares da década de setenta, sobretudo através das Comunidades eclesiais de Base, as CEBs. Outro movimento popular deste período é o Movimento de Cultura Popular (MCP). Ver mais em Cogo (2008), livro de referência sobre os aspectos históricos da comunicação popular, que aprofunda com mais propriedade a origem histórica e social da comunicação popular em nosso país.

impossibilitam a construção da cidadania comunicativa. Desse modo, a comunicação popular também pode ser compreendida como

[...] processo a um só tempo comunicacional, político, engajado e participativo, processo que envolve indivíduos, grupos coletivos afinados, de um lado com visão anticorporativa do trabalho jornalístico e, de outro, com uma ação cultural em favor da socialização da política e de uma democratização substantiva da vida social (MORAES, 2008, p. 45).

Assim, a cidadania e a comunicação popular se articulam no território da cultura não hegemônica, mas criativa, desde a socialização de sujeitos engajados e atuantes. Para Gramsci (2004), a produção cultural e simbólica é crucial para a formação das relações sociais, pois orientam “[...] os contornos ideológicos da ordem hegemônica” (MORAIS, 2010, p. 61). Nesta direção, os veículos de comunicação – organizados em grupos hegemônicos, enquanto aparelhos políticos e ideológicos que elaboram, divulgam e unificam concepções de mundo – cumprem a função de “[...] organizar e difundir determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2004, p. 32).

No entanto, como revés ou levante contra essa realidade comunicacional hegemônica, despontam ações contra-hegemônicas, “[...] cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista.” (MORAIS, 2010, p. 54). Assim, a comunicação popular como ação contra-hegemônica – seja ela em rede, global ou comunitária – “[...] tende a inserir-se, gradativamente, no rol de iniciativas que visam construir uma cultura de solidariedade social baseada numa ética de reciprocidade entre os sujeitos comunicantes” (MORAES, 2008, p. 61).

No âmbito da história e no da atualidade da comunicação popular, “[...] o papel maior de uma movimentação contra-hegemônica é o de fazer pensar, o de propiciar novas formas de reflexão, com o objetivo precípua e final de libertar as consciências.” (PAIVA, 2008, p. 166), e de construir a cidadania ideal (MATA, 2006). Assim, a luta comunicacional contra-hegemônica é constituída e constituinte de ações simbólicas históricas e plurais, que rompem com práticas unicamente guiadas pela racionalidade tecnicista ou politicamente orquestrada. Ou seja, mesmo que tais práticas rumem para um enfrentamento direcionado - no caso, contra as ofensivas do sistema comunicacional capitalista -, a ação comunicacional contra-hegemônica é, também, um trabalho

reflexivo que depende da participação de sujeitos localizados em contextos históricos diversificados, os quais utilizam e protagonizam estratégias e discursos que lhes são mais possíveis ou apropriados.

Esses contextos, sejam eles geográficos ou não, também se referem a uma comunicação realizada no âmbito comunitário, onde se destacam as práticas comunicacionais mais localizadas, que se caracterizam pelos vínculos, responsabilidades e pelos compromissos comuns. Após a década de 80 e no bojo das experiências de comunicação popular, a comunicação comunitária se distingue pela característica da proximidade, quer dizer: “[...] uma proximidade – que pode ser geográfica, mas que não se limita a ela – e dos elos profundos entre os membros, como o sentimento de pertença, identidades e comunhão de interesses” (PERUZZO, 2003, p. 246). É com esta temática que introduzimos o próximo subcapítulo, com o intuito de fundamentar e relacionar a comunicação radiofônica no contexto da comunicação comunitária.

4.2.2 A rádio comunitária e a construção da cidadania

Direcionando a nossa reflexão para a comunicação comunitária, descobrimos outras dimensões que realçam ainda mais as especificidades da comunicação radiofônica, bem como a possível construção da cidadania desde o espaço comunitário. Nesta perspectiva, o conceito de comunidade pode ser compreendido e analisado a partir da distinção entre dois tipos básicos de organização social: a comunidade (*Gemeinschaft*) e a sociedade (*Gesellschaft*) (TÖNNIES, 1995). A comunidade designaria as relações típicas de grupos pré-industriais, como os caçadores, ou também um conjunto de pessoas relativamente pequeno que se une por questões de parentesco, de práticas herdadas de seus antepassados ou por sentimentos religiosos. Já as relações de *sociedade* são peculiares de grupos que vivem vida urbana desenvolvida; organizam-se em Estados e possuem uma complexa divisão do trabalho.

A comunidade, para este autor, é “[...] tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto [...] a sociedade é a vida pública – o próprio

mundo.” (TÖNNIES, 1995, p.231). As relações estabelecidas na comunidade ganham mais consistência e organicidade do que as configuradas na sociedade, sendo as relações desta última mais mecânicas e imaginárias, passageiras e aparentes. Esta definição de comunidade nos permite analisar e compreender a cidadania a partir dos laços de pertencimento que também se manifestam através das distintas motivações dos comunicadores e dos seus vínculos com a comunidade.

Peruzzo (2006) também nos oferece alguns esclarecimentos sobre a noção de comunidade. Nas palavras dessa autora, comunidade pressupõe:

a) um processo de vida em comum por meio de relacionamentos orgânicos e certos graus de coesão social; b) auto-suficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente); c) cultura comum; d) objetivos comuns; e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros; f) consciência de suas singularidades identificativas; g) sentimento de pertencimento; h) participação ativa; i) lócus territorial específico; e j) linguagem comum (PERUZZO, 2006, p. 130).

Para ela, não necessariamente todas as características devem aparecer simultaneamente em uma comunidade, especificamente nos dias atuais, em que o conceito de comunidade parece fazer referência a espaços cada vez maiores. Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, as comunidades virtuais são a prova de que tal conceito reclama por estudos específicos e atualizados.

Esta pesquisa, também nos instiga à reflexão sobre uma cidadania que é construída a partir de uma comunicação feita, em certa medida, para a comunidade, que busca atender ou comunicar as demandas do Assentamento 25 de Maio. Por esse viés, a discussão sobre o campo da radiodifusão comunitária apresenta-se como possível revelador de respostas das perguntas elaboradas a partir deste campo por nós investigado, bem como das particularidades que compõem a construção da cidadania.

A prática radiofônica popular, livre, revolucionária ou alternativa se mostra antecedente e complementar com o surgimento das rádios comunitárias no Brasil (COGO, 1998). As primeiras experiências com alto-falantes, também conhecidas como rádios-poste, na década de 1980, emergem nos contextos comunitários periféricos das grandes capitais, sobretudo do centro-oeste e do nordeste brasileiro

(OLIVEIRA, 2007). São emissoras que buscam atender às demandas das comunidades, através da informação de conteúdos diferenciados, que contestem as políticas e os governos de opressão (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986). O fenômeno das rádios comunitárias não está desvinculado de uma história radiofônica situada no campo das lutas sociais, sobretudo as correspondentes ao período denominado de crescimento econômico brasileiro, na década de 1960, até o enfrentamento popular à ditadura militar entre as décadas de 1970 a 1990 (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986).¹⁷

Com a volta do regime democrático, entra em cena a necessidade de reorganização da prática comunicacional alternativa desde uma perspectiva mais localizada, a partir das formas possíveis de rearticulação política, social e cultural até então cerceadas pela ditadura (OLIVEIRA, 2007). Assim, as rádios comunitárias se proliferam e são facilmente reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem, pela transmissão de uma programação de interesse social vinculado à realidade local. Uma rádio comunitária se distingue e se destaca por não ter fins lucrativos, contribuindo, assim, para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados aos seus contextos.

Peruzzo (2007) destaca que uma emissora comunitária possibilita uma participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade, bem como de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e na gestão. Essas ações, enfatiza a autora, balizam-se por princípios de comunicação libertadora, os quais têm como norte a ampliação da cidadania. É oportuno salientar, por outro lado, como destaca Peruzzo,

[...] não ser necessário que uma única experiência comporte ao mesmo tempo todas as dimensões apontadas, pois fazer comunicação comunitária implica um processo que tende ao aperfeiçoamento progressivo, principalmente quando assumido coletivamente (PERUZZO, 2007, p. 70).

¹⁷Um melhor detalhamento histórico, bem como a caracterização das rádios populares - também nomeadas como livres, alternativas, revolucionárias, dentre outros termos -, já foi realizado por (KAPLÚN, 1986), (FESTA; SILVA, 1986), (GRIMBERG, 1987), (LOPES, 1988), (COGO, 1998), (PERUZZO, 1998), (TAVARES, 1999), (DETONI, 2004), (OLIVEIRA, 2007).

A partir dessas especificidades, a cidadania é construída na compreensão das articulações, tensões e negociações que ocorrem no interior da rádio comunitária. Em outras palavras, a investigação sobre a relação entre cidadania e rádio comunitária deve contemplar as características de estruturação, mas, sobretudo, os princípios geradores, os processos anteriores, de construção e funcionamento dessas emissoras. Adotamos este ângulo de observação a partir da construção teórica sobre a noção de cidadania que aqui investigamos, que condiz com níveis de participação relação com as ações individuais ou conservadoras, que impedem o funcionamento da emissora e, portanto, a construção de uma cidadania em seus distintos estágios.

Corroborando com Peruzzo (1998), Alfonso Gumucio-Dragon (1998) enfatiza que a presença de uma emissora comunitária, mesmo que não totalmente participativa, tem um efeito imediato na população. Para ele,

[...] pequenas emissoras geralmente começam a transmitir música na maior parte do dia, tendo assim um impacto na identidade cultural e no orgulho da comunidade. O próximo passo, geralmente associado à programação musical, é transmitir anúncios e dedicatórias, que contribuem para o fortalecimento das relações sociais locais. Quando a estação cresce em experiência e qualidade, começa a produção local de programas sobre saúde ou educação. Isso contribui para a divulgação de informações sobre questões importantes que afetam a comunidade (DRAGON, 1998, p. 12).

Podemos considerar que as experiências de rádio comunitária, na grande maioria, também representam a conquista do acesso aos meios de comunicação por parte de sujeitos organizados em movimentos populares ou em grupos sociais em construção. Peruzzo (1998) caracteriza o acesso às tecnologias pelos movimentos populares como um forte indicador dos processos de democratização social e de atualização da cidadania que amplia a ação dos movimentos constituídos, bem como a estruturação e a motivação de ações coletivas incipientes e dispersas. Apontando nessa direção Lopes Vigil defende que

[...] tão comunitárias podem ser as rádios privadas como as públicas, as religiosas como as laicas, as universitárias, as municipais, as sindicais, as de propriedade cooperativa, de organizações populares, de ONG's, ou até a de três meninos loucos que se juntaram para fabricar seu próprio transmissor (LOPES VIGIL, 1995, p. 55 – tradução nossa).

Para este autor, “[...] o importante é a liberdade e o pluralismo de ideias” (LOPES VIGIL, 1995, p.52 – tradução nossa). Segundo ele, o conceito de radiodifusão comunitária ganha um *status* mais flexível e dinâmico, pois:

toda a voz, independente de canal pelo qual se transmita, pode enriquecer a opinião pública e favorecer as relações sociais (...); há uma quantidade impressionante de programas comunitários realizados em programações de emissoras comerciais (LOPES VIGIL, 1995, p.52 – tradução nossa).

Por outro lado, esta abertura conceitual suscita-nos certas questões: Enfim, quando se pode dizer que uma rádio é ou não um veículo comunitário? Para Lopes Vigil “[...] basta se olhar os objetivos dessa rádio; o que ela busca, quais são os seus fins? O caráter social do meios de comunicação é o elemento determinante para o tema que nos ocupa” (LOPES VIGIL, 1995, p.54 – tradução nossa). Para identificar com mais propriedade os limites do que caracteriza a comunicação comunitária, Vigil pondera sobre as rádios comerciais, cujos fins estariam orientados para o lucro financeiro e, portanto, não acessíveis à participação cidadã das comunidades onde se estabelecem (LOPES VIGIL, 1995).

Quando uma rádio promove a participação dos cidadãos e defende os seus interesses; quando responde aos gostos da maioria e faz do bom humos e da esperança a sua primeira proposta; quando informa verdadeiramente; quando ajuda a resolver os mil e hum problemas da vida cotidiana; quando em seus programas se debatem todas as idéias e se respeitam todas as opiniões; quando se estimula a diversidade cultural e não a homogeneização mercantil; quando a mulher protagoniza a comunicação e não é uma simples voz decorativa ou um comercial publicitário; quando não se tolera nenhum ditadura; nem se quer a música imposta pelas esquerdas; quando a palavra de todos denuncia as discriminações e censuras; esta é uma rádio comunitária (LOPES VIGIL, 1995, p. 54 – tradução nossa).

Nessas distintas formas de estruturação de uma rádio comunitária, a construção da cidadania adquire novas possibilidades, que depende das formas de participação na organização e no funcionamento da emissora, das articulações, das mobilizações e formas de resistência.

Visualizando o nosso campo empírico, percebemos que a radiodifusão comunitária também pode ser problematizada como “[...] o resultado de um processo de mobilização social pela regulamentação da radiodifusão de baixa potência” (PERUZZO,

1998, p.92). Para a autora, compreender este processo é indispensável para elucidarmos as características que fundamentam a dinâmica da radiodifusão comunitária a partir da dimensão jurídica, sobretudo da mobilização social que tem como fim a conquista de uma cidadania legalmente assegurada.

Ao longo do percurso histórico, instituições como a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC)¹⁸ e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO)¹⁹, aglutinaram as experiências, contribuindo para a ressignificação das práticas, de estudo e de crítica ao marco legal da radiodifusão comunitária. Estas instituições representam o acúmulo histórico de forças dos comunicadores comunitários, sobretudo no que tange à construção de uma cidadania legal, de conquista da lei que outorga à sociedade o direito à radiodifusão comunitária.

O direito à comunicação “[...] pertence aos indivíduos e às comunidades que eles compõem” (COGO, 1998, p. 30) e se efetiva como consequência dos avanços e dos recuos destas instituições, que, em fevereiro de 1998, a partir da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, do Congresso, conseguem a aprovação da lei 9612/1998, que regulamenta a prática da radiodifusão comunitária. Vale destacar, que até a aprovação da lei, as rádios comunitárias se enquadravam como rádios ilegais, mesmo atuando sob a custódia de um direito garantido pelo 5º (inciso 9º) da Constituição Federal: “é livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”.

Mesmo com a lei 9612/1998, os entraves e empecilhos à radiodifusão comunitária persistem. O texto da lei aprovada é considerado por estas instituições muito restritivo, pois contém uma série de entraves à criação, sustentação e à expansão das emissoras. Esta lei limita o alcance geográfico a um quilômetro de raio; por que também dispõe de uma única faixa de frequência nacional para todas as emissoras,

¹⁸ Associação Mundial de Rádios Comunitárias, fundada em 1983, no Canadá, é uma organização não governamental internacional, de caráter laico e sem fins de lucro. Agrupa mais de 4.000 rádios comunitárias, Federações e aliados das rádios comunitárias em mais de 115 países.

¹⁹ Fundada em 25 de agosto de 1996, em Praia Grande, São Paulo, a ABRAÇO está presente em 24 estados e no Distrito Federal. De acordo com o site desta instituição, a ABRAÇO “é uma organização se insurgiu contra o monopólio dos meios de comunicação no Brasil, através da manifestação radiofônica das comunidades das cidades, periferias e do campo, para unificar a luta das rádios comunitárias pela regulamentação do serviço pelo Congresso Nacional, na luta pela democratização da comunicação e pela liberdade de expressão”. Acesso em 21/04/2013.

inclusive as que pertencem a uma mesma localização urbana. Este marco legal também proíbe a publicidade, o que inviabiliza a captação de recursos para a manutenção das emissoras. Outro empecilho é a impossibilidade de formação de rede entre as rádios comunitárias, reivindicação feita por muitos movimentos sociais de alcance nacional, como veremos, o caso do próprio MST. Estes empecilhos se apresentam como limitações impostas pela lei, e se tornam os principais argumentos dos comunicadores entrevistados para a não legalização da Rádio terra Livre FM. No entanto, a validade da lei 9612/1998 é fruto da resistência e do enfrentamento de muitos militantes, políticos e de sujeitos que, de alguma forma, atuaram e ainda atuam na comunicação comunitária.

Destacamos que a relação entre a cidadania e a rádio comunitária também pode ser observada a partir do direito à informação - não somente do âmbito da recepção, mas na prática e na produção. Assim, a reflexão acerca da radiodifusão comunitária deve estar inserida no contexto sociológico contemporâneo, que é de aceleração do consumo e do uso de tecnologias de comunicação e informação. A cidadania se interliga a radiodifusão comunitária sob uma nova perspectiva de ação comunicacional coletiva, cada vez mais solidificada em forma de redes sociais, que aglutinam coletivos, sujeitos e mesmo práticas radiofônicas antes dispersas, devido a impossibilidade de criação de redes pelo sistema de radiodifusão analógico. Assim, uma nova prática de radiodifusão comunitária entra em cena, cada vez mais subsidiada pelas tecnologias digitais de comunicação, sobretudo pela internet (WOLTON, 2004).

Observamos que a própria constituição da radiodifusão comunitária necessita ser problematizada, cada vez mais, como um espaço de poder em grande possibilidade e em avanço, pois, segundo Castells (2009), a prática do poder - as suas formas de disputa -, tem uma base cada vez mais comunicacional. Esta relação poder-comunicação também “[...] pressupõe um modo de vida político que tem por fundamento a discussão pública” (ESTEVEZ, 2003, p.123), a partir de outros elementos da história militante, oriundos das primeiras práticas de comunicação popular, como as que apontamos em capítulos anteriores.

Podemos considerar que o próprio conceito de mídia cidadã é fruto desta relação entre as lutas por cidadania relacionadas, cada vez mais, com as novas mídias. E, quando falamos de novas mídias, não estamos nos referindo, apenas, à internet, aos sites

demais conteúdos digitais, mas as práticas comunicacionais de referência (BRAGA, 2010), que se utilizam das redes sociais, seja para a transmissão ou para a produção de seus conteúdos. Assim, percebemos, teoricamente, que a relação entre rádio comunitária e cidadania também se efetiva a partir das formas de participação facilitadas pela abertura tecnológica contemporânea, que assegura, em alguma medida, a expressão e a informação de sujeitos, antes dependentes das mídias tradicionais ou comerciais.

No entanto, esta prática de comunicação cidadão não é fruto apenas da abertura tecnológica, em grande medida orientada por empresas comerciais, despreocupadas com a prática da cidadania, mas de outras ações sociais e coletivas que tem como bandeira o direito à comunicação e à informação. O direito à comunicação e à informação, mesmo como um direito-meio (CORTINA, 2005), é responsável pela efetivação de outros direitos. Ou seja, mesmo a democracia, considerada uma luta travada no campo político, discursivo e econômico, é dependente de outras ações emancipatórias oriundas de uma prática comunicacional igualmente livre e possível desde a comunidade.

Sendo assim, a radiodifusão comunitária se apresenta como lugar de participação popular, de atuação na gestão e na produção de conteúdos cada vez mais diversificados, pois, segundo Peruzzo (2003), se a década de 1990 a produção de conteúdo da grande maioria das rádios comunitárias se direcionava para o campo das reivindicações pautadas pelos movimentos sociais populares, de caráter combativo, de denúncia política, dentre outros, atualmente – mesmo que alguns conteúdos ainda revelem esta preocupação – esses conteúdos se mostram mais plurais:

[...] podemos dizer que, no âmbito da comunicação comunitária, hoje em dia se trata mais de temas locais e não somente de problemas, como era a tendência anterior. A ênfase recai em conteúdos informativos, educativos, culturais e à prestação de serviços (PERUZZO, 2003, p. 249).

Esta pluralidade nas formas de participação comunicacional comunitária, bem como no teor e na direção dos conteúdos produzidos, é o reflexo de um período societário marcado pela diversidade de tecnologias de informação, que alterou e continua a alterar significativamente o cenário onde é disputado o poder comunicacional, seja para alterar o *status* legal da cidadania comunicativa, como para construir novos direitos, a partir das urgências contemporâneas. Este cenário de comunicação comunitária também está se articulando com as novas formas de

manifestação e mobilização em rede, como foi o caso dos protestos que tomaram conta do Brasil durante os meses de maio, junho e julho de 2013.

Certamente, as rádios comunitárias tiveram grande participação e intervenção neste cenário político e social. Na própria Rádio Terra Livre, como aprofundaremos em capítulos seguintes, é possível identificar certa alteração na rotina da emissora após esses acontecimentos nacionais. Isto revela que a construção da cidadania está, em alguma medida, sintonizada com o funcionamento das emissoras comunitárias, ou da comunicação tecnológica virtual.²⁰

Mas, como alerta Peruzzo (2003), somente podemos afirmar com segurança esta relação a partir de uma análise ou estudo de caso, observando cada emissora em seu respectivo contexto, a partir das lutas travadas com os poderes local, nacional e mesmo global. Assim, a construção da cidadania também se constitui no enfrentamento aos autoritarismos locais, na historicidade dos assentamentos, que incidem diretamente na rotina cotidiana dos sujeitos, na prática comunicacional investigada.

Ao findarmos a parte teórica, apresentamos a seguir o capítulo metodológico, construído, inicialmente, a partir de uma reflexão sobre as formas de abordagem da cidadania. A entrada em campo, bem como a análise dos dados obtidos, foi iluminada por esta forma de compreender e de se abordar a cidadania. Trata-se de uma reflexão introdutória à metodologia, que emergiu após a constituição dos capítulos teóricos e na medida em que fomos explorando as questões empíricas.

²⁰ Quando falamos em “funcionamento das emissoras” (grifo nosso), referimo-nos às diversas e esferas e às novas responsabilidades assumidas pelos sujeitos comunicadores em relação aos seus contextos e a outros exemplos ou modelos de mobilização, de reivindicação e de conquistas de direitos.

5 PERCURSOS METOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE UMA CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

“[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador.” (MINAYO, 2004, p. 22).

Abordamos a metodologia como uma “[...] dimensão que norteia, orienta, encaminha os processos de construção da pesquisa, em todos os seus níveis.” (BONIN, 2012, p. 44). Portanto, cremos que a metodologia se apresenta como “[...] instância corporificada em fazeres, operações, experimentações e procedimentos que dão feição ao objeto do conhecimento [...], em lógicas atuantes na captura e fabricação pensada deste objeto” (BONIN, 2012, p. 44).

Do conjunto desta pesquisa, a construção metodológica não foi pensada ou está explícita apenas nesse capítulo, mas elaborada desde a escolha do objeto empírico, dos autores, da entrada em campo até as considerações finais. Portanto, a seguir, buscaremos expor a construção metodológica desde a relação com a perspectiva ou a forma de abordagem da cidadania até a construção de instrumentos metodológicos que nos possibilitaram a pesquisa de campo.

Iniciamos este capítulo com o objetivo de introduzir a reflexão sobre a forma de abordagem da cidadania. É uma reflexão, inicialmente, de cunho teórico-metodológico, construída a partir de leituras bibliográficas sobre método e metodologia, na medida em que avançamos na construção do objeto.

Desde os primeiros passos dessa pesquisa de campo, buscamos nos apropriar da noção cidadania conscientes de que a sua constituição, tanto histórica como contemporânea, é constituinte e resultante da disputa de sentidos, o que lhe identifica enquanto uma noção em movimento e não representa, portanto, um conceito universal de fácil apreensão e compreensão. Esta concepção teórica requer uma forma de abordagem que, conectada a uma perspectiva metodológica, nos auxilie a compreender os fenômenos sociais enquanto ação, em movimento, em construção (CÁCERES, 1990).

5.1 A forma de abordagem da cidadania a partir da apreensão do objeto empírico

O passo inicial, que antecedeu a pesquisa exploratória, foi de reflexão teórico-metodológica, que teve como objetivo nos conduzir de modo mais consciente para a pesquisa de campo, bem como para a consequente apreensão e recorte do objeto. A partir daí passamos a refletir sobre a forma de abordagem da cidadania - tendo em vista o campo empírico – e, posteriormente, sobre a própria construção do conhecimento, reflexão que inevitavelmente nos conduziu à reflexão epistemológica.

Na investigação do social é importante observar as características do movimento gerado a partir “do contato entre os sujeitos sociais, e que o outro, particular e geral, tem um efeito definitivo sobre a construção do sujeito, bem como da realidade como um todo” (CÁCERES, 1990, p. 8, tradução nossa). Por isso, Cáceres enfoca a ação – participação – dos sujeitos como central para a compreensão e consequente análise da realidade social: “[...] Num sentido geral a relação ator-mundo se define logicamente como a relação sujeito-objeto, relação sempre mediada pela ação.” (1998, p. 9, tradução nossa).

Assim, conforme o autor, a ação instaura-se como mediadora da relação sujeito-objeto e os critérios que normatizam essa relação são o tempo e o espaço: “[...] o tempo e o espaço são as dimensões gerais adequadas para ordenar tudo o que sucede na vida” (CÁCERES, 1990, p. 9, tradução nossa). O autor ainda exemplifica que o tempo pode fragmentar-se em períodos, em etapas, em momentos e o espaço pode ser igualmente fragmentado em regiões, áreas, zonas e campos. Esta perspectiva nos ajudou na apreensão do objeto investigado, observando-o, então, não como uma manifestação social homogênea ou positivista, mas em construção a partir de contextos interligados por uma história de sujeitos em ação, motivados por interesses e causas que ora se assemelham e ora se estranham.

Por esse caminho, Cáceres também pontua que “[...] o modelo de pesquisa ideal teria como qualidade o movimento analítico e sintético desde o micro até o macro” (1990, p.11, tradução nossa). Ele nos aconselha, que a investigação não deve se encerrar

na dimensão micro, mas retornar para o macro, ou seja, para as grandes áreas da organização social, como o econômico, o político e o cultural: “[...] não há formação social donde não se possa identificar o particular e não haverá indivíduo que não possa ligar-se ao seu contexto de vida geral” (CÁCERES, 1990, p. 12, tradução nossa).

As “situações” configuram espaços de problematização das formas de participação que constituem a construção da cidadania: “[...] Uma situação é onde o sujeito realiza uma ação em busca de um objeto ou objetivo” (CÁCERES, 1990, p. 17, tradução nossa), que nessa pesquisa condiz com as diversas motivações que fundamentam o funcionamento da prática radiofônica investigada, bem como a construção da cidadania. A situação é a unidade de trabalho de análise micro e, na visão de Cáceres, a vida social pode apresentar-se como uma cadeia de situações, com antecedente e consequente: “[...] Essa cadeia de situações podem se ordenar em mapas situacionais, sempre com o tempo e o espaço como marco de localização” (1990, p. 18, tradução nossa).

De acordo com a concepção defendida por Jorge Gonzáles (2010)²¹, a ação social deve ser compreendida a partir de um método que contemple as temporalidades: passado, presente e futuro. Essas temporalidades são formatadoras dos objetivos e das questões investigativas pesquisa, e nos facilitam a compreensão da prática radiofônica não apenas como algo historicamente dado ou funcionalmente estabelecido, mas, sobretudo, de forma construtiva e inter-relacionada com as práticas de sujeitos sociais inseridos em uma dinâmica ativa e criativa.

Importante estar atento, como aponta Correia (2004), para o fato de que a dimensão comunicacional da ação se constitui, muitas vezes, como um espaço de liberdade, esquecendo as complexas relações de poder que possui com os campos econômico, político e cultural. Conforme afirma o autor:

a ênfase crescente nessa dimensão comunicacional, simbólica e cultural, aumenta a complexidade das sociedades, abre caminho a novas pretensões conflituais, às possibilidades de novos dizeres, entreabrindo a porta para formas de cidadania insuspeitas, nas quais os *media* poderão desempenhar um papel importante (CORREIA, 2004, p. 129).

²¹ Informação Oral durante oficina ministrada no PPGCOM/UFRGS, na sala tal 202, no dia 21 de outubro de 2010.

Assim, focamos a compreensão da noção de cidadania a partir das múltiplas formas de manifestação do objeto, sobretudo a partir das formas de participação dos sujeitos, configuradas por ações de disputas, interdependências e de negociação, acionadas tanto no interior da prática radiofônica, como no seu enfrentamento com outras forças ou formas de autoritarismos vigentes em seu contexto.

Compreendemos ao longo da observação do objeto, que esta forma de abordagem nos assegurou uma análise empírica a partir da compreensão da noção de cidadania enquanto ação (MATA, 2006) e estratégia (DAGNINO, 1994). Assim, com essa forma de abordagem, a conceituação da cidadania - como estratégia ou ação de sujeitos em busca de algum objetivo ou de alguma cidadania possível -, firmou-se mais claramente contra às formas de abordagem que definem a cidadania enquanto concessão do Estado-previdência (MARSHALL, 1967); conquista individual de direitos e deveres (ABRANCHES, 1985); como lugar de defesa da propriedade privada, do consumo individual – conforme o modelo neoliberal. Ou seja, identificamos que tais formas de abordagem desconsideram a cidadania enquanto uma ação de sujeitos em movimento, mediante as formas atuais de combate aos autoritarismos político, econômico e cultural (DAGNINO, 2006).

Num primeiro momento da pesquisa, a organização metodológica, a aplicação e a problematização teórica da cidadania na prática radiofônica configurou-se a partir da elaboração de categorias, as quais funcionaram como referências de ação social identificadas nas situações empíricas em um tempo e espaço definidos. Quer dizer, esse modo de investigação ou de produção de saber, de certa forma condizente com uma postura epistemológica, enfatizou a produção de conhecimento enquanto locus de problematização, construção e análise integrada à historicidade (tempo) e ao funcionamento (espaço) da prática radiofônica investigada.

Após a qualificação, nas primeiras incursões de campo, consideramos a cidadania como uma prática social, política, econômica e cultural, mas interligada a uma pragmática possível, como ação social motivada pela: expressão da subjetividade e do lúdico; prática profissional ou de trabalho; motivação pela tecnologia radiofônica; para a conscientização política, de luta de classes e pela democratização da comunicação; para a conquista de direitos; de fomento ao debate na esfera pública; de

reconstrução da memória e preservação da identidade do MST; como prática pedagógica, de comunicação popular e comunitária.

Estes elementos, constituintes de uma a cidadania enquanto ação social, efetivaram-se em categorias analíticas, que instrumentalizaram a discussão teórico-metodológica na relação com o objeto empírico. Esta formulação categórica inicial, de análise da cidadania na prática radiofônica investigada, surgiu a partir da constatação de que:

[...] a elasticidade do termo cidadania revelada por um tempo em que empresa, os governos, a mídia, a educação, a cultura, o consumo, a juventude, se propõem a serem cidadãos, aponta para um reordenamento na lógica dialética – inclusão exclusão – e ao mesmo tempo a ascensão de uma perspectiva multidimensional (civil, política, econômica, cultural, global, etc.) na conformação empírico-conceitual da cidadania nas sociedades contemporâneas, como resultado de práticas sociais heterogêneas e esparsas, e nem sempre conciliáveis (COGO, 2010, p.47).

A construção de uma forma de abordagem da cidadania se direcionou para a contemplação de um movimento teórico-analítico não permanente apenas na dimensão empírico-conceitual micro. Sendo assim, observamos como necessário conduzir a reflexão até as dimensões macro da organização social, a partir dos campos: político, econômico e cultural. Esta reflexão nos levou a observar e a relacionar com mais segurança o objeto – Rádio Terra Livre FM – às dimensões macro e histórica, no caso, a relação com o MST e a própria história dos assentamentos da região.

Na intenção de compreendermos a construção da cidadania a partir da prática radiofônica, essas categorias preliminares nos ajudaram a perceber a complexidade das formas e níveis de participação, bem como algumas das principais motivações dos sujeitos comunicadores posteriormente entrevistados. Nesta investigação inicial, a partir das categorias, buscamos seguir a reflexão de Guba e Lincoln (1981), os quais argumentam que as categorias devem, antes de tudo, refletir os propósitos da pesquisa, sobretudo os questionamentos que emergem no decorrer do processo investigativo. Sendo assim, optamos, inicialmente, pela reflexão teórica a partir das categorias, as quais foram mais bem estruturadas durante o desenvolvimento da pesquisa, possibilitando-nos um recorte teórico-empírico mediante a complexidade do fenômeno investigado.

Esta primeira compreensão sobre a forma de abordagem da cidadania nos conduziu para a necessidade reflexiva sobre a abordagem qualitativa. cremos, que uma reflexão sobre a pesquisa qualitativa, a partir do nosso objeto de estudo, está diretamente interligada com a necessidade de compreensão de um objeto social movente, que é o sujeito e a sua constante relação com a construção da realidade e, portanto, da própria noção de cidadania.

No percurso da pesquisa - então qualitativa -, também nos deparamos com a necessidade de refletirmos sobre a construção do conhecimento da cidadania, que se apresentava nas formas de participação dos sujeitos a partir de um espaço comunicacional.

A compreensão dessa construção da cidadania ou de sua forma de abordagem é, para nós, um trabalho analítico que historicamente está situado no campo das Ciências Sociais, dos fenômenos não naturais, ou seja, uma construção de conhecimento dependente das manifestações qualitativa da existência humana. Trata-se, portanto, de uma pesquisa localizada em um campo de disputas de sentido – como é o próprio conceito de cidadania -, pouco consensual, às vezes subjetivo, às vezes dialético, concreto ou histórico (MORIN, 2007b). Encontramos na sociologia do conhecimento alguns autores que nos ajudaram a compreender o lugar, os limites e as possibilidades de nossa pesquisa, que desde então consideramos qualitativa (MELUCCI, 2005). Esta reflexão contribuiu para a nossa compreensão da cidadania enquanto manifestação da ação humana não desvinculada de uma problemática científica localizada na área das Ciências Sociais Aplicadas, que tem o sujeito e seu contexto como lugares privilegiados de investigação.

Sendo assim, sempre nos questionamos sobre os limites da compreensão da cidadania enquanto ação humana, manifesta em níveis de participação e de compreensão. Alguns problemas inerentes as Ciências Sociais também surgiram, como a compreensão da realidade externa, que se apresenta movente e por, isso dialética e contraditória. Com o avanço de nossa pesquisa de campo, a construção metodológica se fez com a consciência de que a própria noção de cidadania é caminhante, pois está relacionada à ação de sujeitos igualmente em processo de evolução, que atuam e reconstróem a realidade a todo o instante.

Por esse caminho, fomos percebendo que a construção da realidade externa não depende do nosso conhecimento para existir, ou se desenvolve distante de nossa percepção. Mas, nas sociedades contemporâneas avista-se uma aproximação entre a produção da cultura humana e a compreensão da natureza externa. Nas sociedades contemporâneas e complexas, afirma Melucci (2005, p. 30) “[...] a natureza não é mais separável de modo claro da cultura porque a sociedade intervém de modo mais massivo sobre as bases da realidade natural, seja no sentido ecológico seja no sentido biológico”.

Desta forma, a diferença entre o comportamento humano (cultura) e o mundo físico-natural, reside no modo em que elaboramos métodos de percepção: “[...] a forma como os fenômenos são considerados depende dos conceitos que são aplicados ao objeto de investigação” (DIGGINS, 1999, p. 146). A própria prática da pesquisa se define, segundo Melucci a partir da inclusão de “[...] informações relativas aos modos nos quais a ação social se define e se constrói” (2005, p. 27).

Na consciência de que a realidade total escapa a nossa percepção, Weber (apud DIGGINS, 1999) chega à conclusão de que sem conceitos ou categorias interpretativas ou mediadoras a realidade continuará impenetrável e incompreensível, acentuando-se ainda mais o abismo entre pensamento e coisa, ideia e realidade, pois diferentemente dos “[...] fenômenos naturais, particularmente no reino das ciências físicas onde os corpos são movidos por forças exteriores, a cultura humana se move por finalidades e escolha criativa” (DIGGINS, 1999, p. 146).

Por outro lado, também é verdadeiro o fato de que as formas de abordagem, sondagem, classificação e tipificação dos fenômenos sociais, são atravessadas por valores do pesquisador, em choque e em contrastes com a realidade. O problema dos valores, ideologias, e pontos de vista são um dos motes das ciências sociais e humanas, que põem em curso um processo de invenção e reinvenção de metodologias, capazes de instrumentalizar a aplicabilidade dos conceitos e das categorias investigativas (MELUCCI, 2005).

Mediante esta realidade movente, por vezes independente e relacionada com a produção de conhecimento sobre si, Weber destaca que a forma como os fatos são selecionados é o fator principal do fazer ciência, bem como os valores subjetivos e efêmeros, como os interesses que estão por trás das preocupações e curiosidades de um

investigador. Portanto, ver o observador, seus objetivos e propósitos, é parte indissociável da ação científica que pretende conhecer a ação humana.

Neste sentido, o estudo da ação humana, para Weber (*apud*, DIGGINS, 1999) também tem um conteúdo empírico, que pode ser explicado em termos de causalidade. Compreender a ação humana, tanto do pesquisador como do objeto investigado “[...] depende de uma análise e interpretação que as próprias pessoas dão a respeito de suas ações ou das ações alheias” (DIGGINS, 1999, p. 151). No entanto, o comportamento social seria desprovido de sentido se a ação não puder ser relacionada a um propósito dirigido a um fim, ou a uma concretização. Segundo Georg Simmel (*apud* DIGGINS, 1999, p. 151)

[...] um cientista social que descobre as regras e regulamentos que funcionam numa comunidade não pode assumir que tais regras causam o comportamento sem saber por que os seus membros estão dispostos a segui-las.

Os motivos que levam a ação devem ser analisados na relação com os significados desta ação. Ou seja, o sentido é atribuído ao motivo e a significação. Investigar é interpretar o sentido de um ato descobrindo o seu motivo. Esta reflexão nos ajudou na elaboração dos questionamentos da pesquisa, ambos conectados com o objetivo geral, com a necessidade de compreender a cidadania a partir da ação e da motivação dos comunicadores responsáveis pelo funcionamento da emissora.

Buscamos então, num sentido amplo, produzir conhecimento sobre a construção da cidadania numa perspectiva teórica weberiana, que, segundo este autor, pode ser baseada em regularidades observadas na ação social enquanto uma experiência histórica e contemporânea, focando, assim, a nossa observação no que as pessoas fazem e por que o fazem: “os seres tornam-se reais e cognoscíveis em virtude das suas ações [...]. Por trás das ações encontra-se o homem” (WEBBER, *apud*, DIGGINS, 1999, p. 151).

Na construção metodológica, buscamos mais elementos sobre o que constitui a ação humana, para então abordarmos a cidadania também enquanto um elemento social em construção. Identificamos que Weber elabora quatro princípios de ação:

- 1- Ação instrumental relativamente a um fim (racionalidade com relação a um objetivo) em que o agente calcula as condições ou os meios para obter o fim

desejado e as consequências de sucesso ou fracasso - (uma perspectiva mais racionalista do sujeito; os propósitos e resultados são perseguidos racionalmente);

- 2- Racionalidade com relação a valor, em que a ação é realizada em virtude de algum princípio superior ético, estético ou religioso, independente das chances de sucesso;
- 3- Afetivo. Comportamento resultante de pura emoção;
- 4- Tradicional. Comportamento decorrente de uma habitualidade enraizada.

Esses princípios de ação, além de orientar a construção teórica, também nos auxiliaram na elaboração das questões da pesquisa para, posteriormente, identificarmos nos discursos dos entrevistados esses elementos e conectá-los como possíveis construtores da cidadania.

No entanto, o desafio da compreensão do sentido da ação humana sempre permanece, pois, segundo Weber “[...] o comportamento social pode tornar-se compreensível à luz do seu significado enquanto experimentado pelos sujeitos que agem a partir de intenções e propósitos” (DIGGINS, 1999, p. 154), nem sempre estáticos ou precisos. Assim, a cidadania entrelaça-se com o desafio de se interpretar o que os sujeitos e coletivos estão fazendo e o que as suas ações simbolizam e significam enquanto possível prática de cidadania.

Logo, a constituição metodológica, a partir desta forma de abordagem da cidadania, manteve-se na constante consciência de suas limitações, bem como das possibilidades de que nada pode ser conhecido factualmente, mas interpretado sob perspectivas variadas.

Percebemos ao final da estruturação teórico-metodológica, que os múltiplos sentidos da ação em toda a sua complexidade é o problema a ser enfrentado, pois um sujeito pode participar de uma variedade de tipos de ações sociais em um único ato, o que representa a simultaneidade de ações e de motivações. Nesta consciência, os princípios de ação são tomados como norteadores da construção da realidade, e não a realidade total em si. Buscamos, então, metodologicamente observar a diversidade de ações e descrevê-las no intuito de mostrar a complexidade em que se assenta a construção da cidadania a partir do caso investigado.

A verificação de que a cidadania é resultante de ações mais ou menos identificáveis e cientificamente ponderáveis, alimentou a certeza de que a nossa investigação não revela a verdade ou a totalidade das coisas, mas, em grande parte, o ponto de vista dos sujeitos ou do caso investigado. O esforço para dar sentido e certa regularidade às motivações e às ações é o trabalho realizado por esta tese, que tende a não se fechar em estereótipos históricos e conceituais, mas, por outro lado, a não se abrir totalmente ao relativismo e ao subjetivismo do indivíduo (MORIN, 2008).

Assim, a forma de abordagem de uma cidadania - enquanto motivações, ação e participação -, também se interligou com a perspectiva de autonomia do sujeito e de responsabilidade moral. Esta forma de abordar a cidadania nos distanciou de uma postura investigativa racional, totalitária, positivista ou pragmática, no sentido de causa-efeito. Passamos a compreender e a investigar uma cidadania conectada à existência humana qualitativa, de sentido e de significado, que extrapola posturas científicas sintéticas ou generalistas.

5.2 Percursos de uma construção metodológica qualitativa: os passos iniciais na pesquisa de campo

“De fato, poucos pesquisadores conhecem com a mesma profundidade o que a própria comunidade conhece sobre seu modo e condições de vida”

(JOVCHELOVITCH, 2008, p. 271)

Nesse capítulo, apresentamos a fundamentação metodológica, bem como os procedimentos das técnicas e formas de abordagem construída ao longo da investigação. Abordamos, inclusive, as alterações metodológicas ocorridas durante a pesquisa de campo, evidenciando, assim, que a metodologia é dinâmica e não estática (BONIN, 2012).

A investigação das práticas comunicacionais requer algumas habilidades metodológicas que, na maioria das vezes, precisam ser construídas no próprio contexto investigado. Por este motivo, a aproximação e a integração com a comunidade ou

assentamento foram de suma importância. Estes mecanismos de interação com os sujeitos da comunidade investigada foi uma construção a partir das potencialidades da pesquisa qualitativa, bem como de outras perspectivas metodológicas que abaixo explicitamos.

Compreendemos, segundo Flick (2004), que o modelo qualitativo de pesquisa possibilita a interpretação dos fatos e não apenas a sua apresentação ou a informação de descobertas. Por isso, o uso da abordagem qualitativa nos ajudou a identificar e a diagnosticar as situações sociais, as ações dos sujeitos, ambos em movimento, pois, segundo Gil (1995, p.24), “[...] os fenômenos humanos não podem ser quantificados com o mesmo grau de precisão das ciências naturais”. A abordagem qualitativa também facilitou o desvelamento da historicidade do fenômeno investigado, conectando os resultados às situações paralelas e à dinamicidade das múltiplas estruturações espaço-temporal que constituem a ação dos comunicadores (LUDKE E ANDRÉ 1986).

Observar os diversos movimentos que compõem a rede de ações e de motivações é, também, um dos objetivos de uma a pesquisa que se propõe qualitativa, a qual não deve ser indiferente aos indícios que sustentam as relações objetivas e subjetivas de cada contexto, como as relações do mundo do trabalho, da vida comunitária, dos espaços de celebração, do espaço familiar, dentre outros (BAUER; GASKELL, 2008).

Também situamos esta pesquisa no campo qualitativo a partir da constatação de que os diversos elementos da construção cidadania se situam num campo complexo que é a vida cotidiana, neste espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação (MELUCCI, 2005). A necessidade da abordagem metodológica qualitativa também se justifica pelo fato das ações sociais não serem motivadas apenas pelas grandes estruturas sociais, mas produzidas, também, através de relações mais contextualizadas e diversificadas, pois

[...] o sentido é sempre mais produzido através das relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa. Isto muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo (MELUCCI, 2005, p. 29).

A abordagem qualitativa, articulada a uma cidadania em construção, também nos ofereceu elementos para a compreensão dos aspectos subjetivos das ações sociais,

como por exemplo, aqueles comportamentos individuais, aparentemente desvinculados de uma ação ou consciência coletiva; os comportamentos que se manifestam decorrentes de situações/encontros artificiais, despertados pela nossa presença no campo, como os comportamentos motivados pelas entrevistas ou pelas interferências técnicas, como o próprio ato de fotografar, dentre outros.

Por isso, a construção de uma pesquisa qualitativa, segundo Flick (2000, p. 29), também exige do pesquisador a necessidade de esclarecimento ou de relato dos aspectos teóricos e metodológicos, tanto na própria pesquisa, como para os sujeitos investigados: “[...] os passos da pesquisa precisam ser explicitados, ser documentados e seguir regras fundamentadas” Este autor pondera sobre a necessidade das regras fundamentadas operarem sob o princípio da abertura, que condiz com o delineamento da pesquisa qualitativa ao objeto de estudo. Então, a abordagem qualitativa também autoriza a adequação metodológica à multiplicidade de variáveis do objeto de estudo, tanto na fase de construção, como nas demais etapas de registro e análise dos dados.

Consideramos a pesquisa qualitativa como um campo teórico e como “[...] um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17) e que nos auxilia na interpretação de um problema, de um objetivo ou de perguntas que interpomos entre nós e a realidade que nos cerca. Consideramos, desde o início, a nossa pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa, que ao longo do percurso foi se efetivando na relação com a forma de abordagem da cidadania, com outras metodologias utilizadas na coleta dos materiais empíricos.

Resumidamente, consideramos a pesquisa qualitativa por sua proposição ou por seu empenho em compreender a cidadania através da ação de sujeitos localizados em um contexto social, humano, político, cultural, ou seja, complexo, como um terreno cheio de aberturas, de ângulos possíveis, de entradas e de saídas diversas. A pesquisa qualitativa também se firma, portanto, como um terreno de múltiplas práticas interpretativas e não como um terreno fixo, como um método ou como um paradigma metodológico nítido ou bem definido. Por esse caminho, segundo Denzin & Lincoln (2006), o pesquisador qualitativo é um *bricoleur*, um confeccionador de colchas que, através do uso de metodologias e de técnicas de coleta empírica – aproxima palavras, discursos, imagens e sons.

Assim, como *bricoleur* ou confeccionador o pesquisador qualitativo utiliza ferramentas estéticas e materiais de seu ofício, empregando efetivamente quaisquer estratégias, métodos ou materiais empíricos que estejam ao seu alcance: “havendo a necessidade de que novas ferramentas ou técnicas sejam inventadas ou reunidas, assim o pesquisador o fará” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 18).

5.3 A Etnografia e a pesquisa participante: inspirando nosso olhar e conduzindo os nossos passos

A construção metodológica qualitativa também se deu a partir de leituras sobre etnografia, metodologia escolhida no início do projeto e que nos orientou nas primeiras pesquisas de campo, no ano de 2011. Nesta caminhada inicial, identificamos que a etnografia possui fortes relações com a perspectiva qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006), pois nos apresenta instrumentos capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade inerentes as ações dos sujeitos (MINAYO, 2004). A partir de uma perspectiva qualitativa, as primeiras visitas ao Assentamento 25 de maio aconteceram de modo exploratório, com uma intencionalidade de contemplar e de se deixar envolver pela multiplicidade de elementos, desde a ordem técnica - no funcionamento da emissora -, até a ordem sociológica - nas formas de organização e de socialização dos sujeitos comunicadores e assentados.

Enaltecemos que a etnografia inspirou a nossa escrita e estimulou o nosso olhar para os pequenos elementos e ações do cotidiano observado. Por isso, cremos que a pesquisa etnográfica foi o primeiro elemento teórico-metodológico que deu significado à utilização e à escolha das formas de abordagem da cidadania através de uma perspectiva qualitativa. Consideramos nessa pesquisa a construção metodológica como sendo fruto de um olhar atento, por vezes próximo e militante na prática comunicacional investigada e, por vezes distante, devido a impossibilidade de deslocamento e permanência junto a esse contexto investigado.²²

²² A construção metodológica também esteve guiada pela nossa perspectiva participativa e colaborativa, ou seja, de entrarmos em campo não apenas com a intenção de observar e, posteriormente, se

Em conexão com a etnografia, a dimensão qualitativa se construiu flexível à necessidade de nossa entrada em campo, para que, conforme alerta Lévi-Strauss (1975, p. 211), as operações racionais formuladoras de um dado objeto ou problema de pesquisa se “[...] confrontassem com um espaço humano e geográfico concreto” Esta fase preliminar de investigação, foi de percepção das diversas variáveis do contexto investigado. As diversas e longas viagens de ônibus, desde Porto Alegre até o Assentamento 25 de maio, deram vida ao momento de observação dos elementos gerais, como a constituição histórica do assentamento, sua relação com as demandas do Movimento Sem Terra (MST) e a relação das famílias com as tecnologias de comunicação.

Os passos iniciais da pesquisa qualitativa se deram a partir de algumas fases indicadas pela etnografia: (1) especulativa e abstrata e (2) operativa e prospectiva. A primeira fase nos ajudou a reconhecer como parte inerente ao objeto de pesquisa o universo reflexivo de nós, pesquisadores, que diz respeito ao nosso momento introspecção, a partir das nossas condições histórica, cultural, econômica e subjetiva com relação ao confronto com a realidade externa observada. Esse momento foi crucial para a reflexão e esclarecimento das nossas intenções e projeções para com o campo de investigação: “quando um indivíduo entra em contato com o outro, o guia uma intenção, uma perspectiva, do que pode suceder e um impulso do que se deseja” (CÁCERES, 1997, p.127 – tradução nossa).

Neste contato, identificamos que a nossa intenção, além de compreender a construção da cidadania a partir de sujeitos engajados em uma prática comunicacional, também era de auxílio, de contribuição e de participação naquele contexto. Quer dizer, a qualidade da nossa observação, bem como os resultados analíticos, também está vinculada a essas intenções, ora subjetiva e inconsciente, ora calculada e racional, pois sempre buscamos realizar os questionamentos e observar as situações forma clara, ou seja, de esclarecimento aos sujeitos de nossas intenções; de que se tratava de uma pesquisa científica e não, apenas, de uma atividade militante.

distanciar. Como nos recorda Paiva, “na área da comunicação comunitária, os dois conhecimentos vulgarmente conhecidos por aqueles que fazem e aqueles que pensam funcionam em perfeita simbiose. Talvez por terem se despedido da arrogância, ao perceberem que um não sobrevive sem o outro. Aqueles que detêm a prática cotidiana ouvem, procuram saber, trazem problemas, questões para serem refletidas. E aqueles da academia precisam muito do conhecimento, da experimentação e das soluções dadas às questões cotidianas de funcionamento desses veículos.” (PAIVA, 2007, p. 146).

A segunda fase, operativa e prospectiva, foi o momento de descrição das conversas ainda informais e das operações práticas e hipotéticas do que se refletiu ou se codificou no campo investigado. Este momento se efetivou como uma ação metodológica qualitativa inicial, de descrição daquilo que se mostrou aos nossos sentidos, bem como de um momento de uma primeira escrita, interpretativa e de produção de sentido sobre o que foi observado, pondo em prática a nossa “a capacidade de leitura e de impressão do externo no interior e, por outro, a força expressiva e o domínio de suas formas na exteriorização textual” (CÁCERES, 1998, p. 351 - tradução nossa).

A contextualização histórica e geográfica do assentamento 25 de maio, bem como o diálogo informal²³ com os assentados sobre a constituição do Movimento Sem Terra foi um rico momento de inserção no contexto investigado, que ocorreu em julho de 2012.

Esta entrada em campo ainda não contou com uma metodologia definida, apenas com leituras prévias sobre as metodologias etnografia e pesquisa participante. Esta última motivou-nos a uma exploração mais focada e envolvida com o contexto investigado, pois, segundo Peruzzo (2004, p. 24), uma pesquisa que se pretende participante requer

[...] a presença constante do observador no ambiente investigado, para que ele possa ‘ver as coisas de dentro’; o compartilhamento, pelo investigador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado de modo consistente e sistematizado – ou seja, ele se envolve nas atividades, além de co-vivenciar ‘interesses e fatos; a necessidade, segundo autores como Mead e Kluckhohn, de o pesquisador ‘assumir o papel do outro’ para poder atingir o sentido de suas ações.

Também vislumbramos através da pesquisa participante uma nova concepção de prática científica, capaz de pensar-se e de pensar “[...] o mundo social e de pensar as transformações sociais a partir da presença, da posição e dos interesses das classes populares” (BRANDÃO, 2006, p. 36). Nesta perspectiva, afinaram-se à pesquisa outros atributos como a “[...] reciprocidade entre sujeito e objeto e relação dialética entre teoria e prática.” (SILVA e SILVA, 2006, p. 127). A pesquisa participante não se apresentou

²³ O diálogo inicial com os assentados e os comunicadores não foi conduzido por nenhuma técnica metodológica estruturada, o que veio a ocorrer somente no ano de 2013.

como uma motivação metodológica de mão única, servindo-nos apenas como um instrumento de condução, mas, sim, como uma ponte que gerou novos comprometimentos e outras formas de abordagem do contexto investigado.

As leituras sobre pesquisa participante nos esclareceram sobre a perspectiva social do conhecimento, ou seja, de que a construção do conhecimento é uma construção social permanente e não como um trabalho meramente instrumental, que o especialista extrai da realidade mediante procedimentos estatísticos, à margem da verdadeira voz e sentimento da população (HURTADO, 2006).

A pesquisa participante nos interligou não apenas afetivamente com o contexto da pesquisa, mas, também, efetivamente. Em outras palavras, esta interligação possível, a partir da pesquisa participante, gerou esferas de comprometimento, o que implicou em nossa colaboração com os momentos de formação realizados no ambiente da Rádio Terra Livre FM. Esta participação e colaboração nos momentos de formação dos comunicadores nos proporcionaram novos ângulos de observação que, de outra forma, não seriam possíveis. A realização de oficinas nos exigiu maior contato com a rotina dos comunicadores e com a própria comunidade. Dessa forma, os diálogos durante a convivência exigida pela pesquisa participante foram cruciais para o andamento da pesquisa.

Esta caminhada metodológica inicial nos ajudou a compreender que a produção de conhecimento qualitativa não é imediata, mas gradual, específica, como, também, ampla e interligada à generalidade das situações que excedem o próprio contexto investigado. Assim, a construção metodológica qualitativa se efetivou de modo aproximativo e construtivo, mas que, com o passar do tempo nos conduziu à necessidade de organização e de um planejamento metodológico. Coube a nós desenvolver uma atitude científica de persistência observacional, participante, ancorada ou subsidiada por objetivos e ações metodológicas organizadas, para que a nossa permanência no campo não fosse apenas uma passagem desatenta e improdutiva.

Outro momento de construção metodológica foi a tomada de consciência e de organização de alguns procedimentos mais estruturados. Ressaltamos que esta ação também foi motivada por nossas experiências de campo. Por exemplo, as visitas e diálogos com os assentados e os comunicadores, num primeiro momento, foram mais

descontraídas; as conversas fluíram de modo mais disperso, a partir de questões amplas, que geravam discussões sobre assuntos que excediam a problemática da pesquisa, bem como a possibilidade de registro dessas discussões. No entanto, a importância desse momento da pesquisa - mais aberto e pouco direcionado -, rendeu-nos importantes reflexões e respostas às questões e aos objetivos da pesquisa.

Assim, as leituras sobre pesquisa qualitativa, bem como sobre a etnografia, ajudaram-nos a estruturar alguns procedimentos investigativos em três momentos: (1) explorar/observar; (2) registrar/descrever e (3) significar (CÁCERES, 1998).

O momento inicial, como relatamos, foi de explorar/observar, o que nos possibilitou realizar pontes, aproximações e diálogos conforme as primeiras aberturas que o campo de pesquisa foi nos oferecendo. A exploração – como incursão inicial – caracterizou-se, portanto, como o momento prévio, de encontro com os sujeitos do campo de pesquisa, de criação de comunicação com o contexto investigado. Nesse momento exploratório e observacional, também conseguimos alguns contatos preliminares com pesquisadores que já realizaram estudos sobre a comunicação do MST, bem como a troca de telefonemas, cartas ou e-mails com as fontes possíveis, tanto do MST, como dos próprios assentados e comunicadores.

Este momento inicial tratou-se, portanto, de um “visualizar” estratégias aproximativas, ao mesmo tempo em que observávamos os demais condicionantes físicos, geográficos, culturais do local a ser investigado. A fase exploratória nos levou a construção de alguns esquemas ou de mapas de acontecimentos como sugere Cáceres (1998), que nos facilitou a descrição mais detalhada dos lugares ou espaços investigados no decorrer da caminhada. Seguindo estas recomendações, elaboramos um quadro que nos orientou na visualização dos acontecimentos previstos durante o percurso da pesquisa de campo.

Local	Tempo de observação	Contatos	Acontecimentos ou situações possíveis de observação
Assentamento 25 de Maio– Rádio Terra Livre.	Chegada: 20 de Junho de 2012 Retorno: 03 de Julho de 2012.	Cezar (comunicador e coordenador da Terra Livre FM); Alex (Comunicador e coordenador da Terra Livre FM).	- Funcionamento da programação da Rádio Terra livre - Características das formas de apropriação e uso do rádio pelos comunicadores

TABELA 01: Pesquisa exploratória. **Fonte:** elaboração própria.

O momento de *registrar/descrever* se efetivou como o processo metodológico seguinte. A partir do momento anterior, passamos a registrar os momentos de encontro com os assentados e os comunicadores. Buscamos, além de observar, registrar e descrever com um olhar mais atento as manifestações, depoimentos, atitudes, silêncios e ausências – e relacioná-las com o contexto empírico então delimitado, pois de acordo com Cáceres (1998) o momento da descrição deve levar em conta tudo, desde o subjetivo do pesquisador até o detalhe do objeto pesquisado.

Nesta multiplicidade de formas perceptivas, a descrição tornou-se um registro, um caleidoscópio descritivo, já que obtivemos muitas versões e visões dos sujeitos sobre a vida social individual e coletiva. Amparados na reflexão de Cáceres (1997), essa etapa metodológica reclamou algumas técnicas de registro, como o fotográfico, o sonoro e o audiovisual. A intenção de se pensar em algumas técnicas metodológicas nos conduziu a necessidade de apropriação de outros instrumentos metodológicos, como o diário de campo e a aplicação de entrevistas.

Este momento nos fez pensar a metodologia no plano da prática, como um conjunto de decisões e opções realizadas ao longo do processo de investigação e que agora reclamavam por uma pragmática sistematizada. O movimento metodológico se encaminhou de uma reflexão mais macro para uma reflexão mais situacional. Até o

momento, a nossa reflexão e construção metodológica se davam na construção de caminhos, na definição de planos, sistematizações, explorações, observações. Partimos, então para a o plano da sistematização, organização das descrições, das reflexões, da criação de estratégias e de instrumentos metodológicos capazes de nos conduzir de modo mais seguro para os próximos passos da pesquisa (MALDONADO, 2012).

Este momento exploratório não ficou apenas no campo da reflexão, da observação ou do registro de sensações. Também foi um momento de contato, de convivência concreta nos assentamentos da região investigada, bem como nas casas, nas ruas, no interior da Rádio Terra Livre, nos eventos e mobilizações do MST nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Destacamos que a relação com o campo de investigação não se deu apenas no tempo dessa pesquisa, como relatamos na introdução. A construção das relações de contato e de aproximação com o campo investigado se deu desde a longa vivência militante. No entanto, não naturalizamos essa relação como suficiente, ou nos demos por satisfeitos, pois esta nova aproximação estava nutrida de novas reflexões teóricas, que nos instigou a novos olhares e problematizações.

Este percurso metodológico inicial também foi um momento de conscientização sobre a construção de um objeto científico, que se dá não apenas na dimensão empírica, mas também teórica, ou na convergência entre o abstrato e o concreto (BONIN, 2012). Esta convergência se mostrou na medida em que organizamos os elementos da observação empírica com as leituras teóricas. Ou seja, tratou-se de um momento de construção da problemática, bem como para a busca de alternativas e de instrumentos metodológicos para a sua possível compreensão.

A pesquisa exploratória, sobretudo após a qualificação, também foi importante para a delimitação do objeto investigado. Mediante as diversas manifestações do objeto passamos a delimitar e a reorientar o nosso olhar crítico a partir de alguns recortes, como a quantidade de pessoas a serem entrevistadas, bem como a importância de problematizar a cidadania não apenas no funcionamento da emissora, mas também no seu percurso histórico do Assentamento 25 de maio e do próprio MST. Assim, a pesquisa exploratória nos possibilitou “[...] experimentar, vivenciar e testar métodos e procedimentos para compor e construir arranjos metodológicos sensíveis às demandas da problemática das lógicas dos objetos empíricos” (BONIN, 2012, p. 53).

Consideramos que a pesquisa exploratória foi de suma importância e de segurança para os passos iniciais na pesquisa de campo. Destacamos a recepção dos comunicadores da Rádio Terra Livre, a acolhida dos assentados, sobretudo de algumas famílias que nos receberam em suas casas, ofertando-nos pouso, comida e até transporte. Os passos iniciais da pesquisa de campo também foi possível devido à disponibilidade, à escuta e à solidariedade de algumas lideranças do MST de vários estados. Esta aproximação exploratória, como evidenciamos, transcorreu de modo mais sensitivo do que racional, ou seja, fomos guiados pelas vozes do campo, pelos conselhos e pelas histórias dos assentados e dos comunicadores; pelos convites das lideranças do MST para participarmos de atividades formativas, culturais, políticas, dentre outras.

Os diálogos foram orientados por questões amplas, que buscaram desvelar a história do MST, dos assentamentos da região e da Rádio Terra Livre; a organização dos assentados, as formas de presença/atuação do MST nos assentamentos e a participação dos comunicadores no funcionamento da Rádio Terra Livre.

A maioria dos diálogos foi registrada, o que nos possibilitou a descrição histórica do MST, dos assentamentos e da própria Rádio Terra Livre. Portanto, este momento exploratório, mesmo sendo guiado por certa espontaneidade, também foi guiado por uma intenção, que excedeu apenas o âmbito da convivência ou da aproximação. Ou seja, ao desenrolar da investigação de campo, fomos identificando os possíveis sujeitos a serem entrevistados. No entanto, não desperdiçamos as informações advindas dos sujeitos, pois em cada diálogo estabelecido sempre identificávamos revelações sobre o objeto de pesquisa.

Os próximos passos da pesquisa de campo foram guiados por arranjos metodológicos, constituídos por técnicas de registro e de investigação, como a utilização do diário de campo e da construção de aplicação de entrevistas. Esta necessidade organizativa surgiu como forma de tomarmos distanciamento das práticas então usuais e ordinárias até então vivenciadas na fase exploratória da pesquisa.

5.3.1 - O diário de campo e a estruturação das entrevistas

Passamos, então a utilizarmos o diário de campo, elemento metodológico de referência para a antropologia (CAIAFA, 2007). Compreendemos e nos valem do diário de campo como uma técnica de registro e possível catalisador dos sentimentos pessoais que surgiram no decorrer das vivências durante as pesquisas de campo. As reflexões durante e depois das conversas e vivências na comunidade necessitavam de um espaço alternativo aos arquivos formais da pesquisa, como os arquivos de fichamento, estruturação dos capítulos, revisão bibliográfica, dentre outros. Assim, o diário de campo também se firmou como um estímulo e facilitador de expressão da interioridade, algo que, para Cáceres (1997) é central na fase exploratória da investigação: o diário de campo, em suas diversas formas, será o “[...] *alterego* do etnógrafo em sua exploração, porque a exploração não é só do mundo do outro, se não do próprio mundo interno tocado pelo que é distante” (CÁCERES, 1998, p. 357).

Cáceres ressalta a importância de manifestação da dimensão subjetiva do pesquisador, que deve ser explicitada de alguma forma, pois se caracteriza como parte dos processos investigativos. Assim, o diário de campo se tornou uma técnica de autoconhecimento ao passo que nos auxiliou na descrição dos sentimentos, impressões e de outras afetações que emergiam durante a pesquisa de campo. No diário de campo buscamos descrever as vivências pessoais, bem como as principais características objetivas dos ambientes, das situações, dos contextos. O diário de campo também se tornou um instrumento organizador dos diferentes momentos da pesquisa, dos recortes empíricos, dos ajustes teóricos, enfim, de conscientização dos limites e possibilidades de uma pesquisa situada dentro de um tempo e de um espaço de execução limitado.

A vivência nos assentamento e em outras situações no campo de pesquisa, como a participação em eventos do MST, como professor convidado a ministrar aulas no Instituto Josué de Castro (ITERRA, Veranópolis-RS), teriam se desperdiçado sem a utilização de um diário de campo. Este diário de campo não foi construído ou utilizado em todos os momentos de prática da pesquisa. Em alguns momentos o uso do diário de campo foi mais intenso, sobretudo durante as pesquisas de campo realizadas após a qualificação do projeto. A estruturação do diário de campo não seguiu um formato estabelecido a partir de alguma bibliografia específica. Seguimos a orientação de

Florence Weber (2009), para o qual um diário de campo se apresenta como um recurso destinado ao estímulo da escrita de sentimentos pessoais em relação com o que se percebe e sente após ou durante uma vivência de pesquisa. Também, segundo Weber (2009, p. 3) o diário de campo se distingue em três tipos: “um diário de campo específico da etnografia; um diário de pesquisa, tal como poderia desenvolver um historiador ou um filósofo; e um diário íntimo”. Assim, buscamos conciliar os três tipos de diário de campo, na tentativa de registrarmos e de relacionarmos os eventos observados ou compartilhados com os demais sujeitos da pesquisa, para então, posteriormente, realizarmos o ato de significação do conteúdo registrado, sobretudo a partir das entrevistas realizadas e registradas em outros suportes. Como em grande parte da pesquisa de campo não nos valem de entrevistas formais ou estruturadas, necessitamos de momentos descritivos posteriores aos encontros, que asseguraram a memória dos diálogos.

Reverendo o diário de campo, podemos afirmar que a metodologia construída não se efetivou, somente na relação com a teoria, mas a partir da vivência no campo de pesquisa, nos encontros imprevistos, em locais não programados, como foi o caso de um encontro com alguns comunicadores em um evento do MST na cidade de Veranópolis (RS). Este encontro ocorreu devido uma atividade relacionada ao curso de História, no qual atuei nos anos de 2011 e 2012, como professor da disciplina de produção textual. Alguns comunicadores e ex-comunicadores da Rádio Terra Livre eram alunos deste curso, fato que nos possibilitou muitos diálogos sobre o funcionamento da emissora, da relação com os assentamentos da região, bem como com o próprio MST.

Assim, o diário de campo se tornou, em muitos momentos, o próprio texto da pesquisa e, em outras situações, serviu-nos de mapa, de espaço para o desenho de esquemas conceituais, de questionamentos, das angústias que surgiam mediante a impossibilidade de se deslocar até os assentamentos ou mesmo de se realizar outras leituras.

Outro passo metodológico foi a abordagem dialógica, a partir de entrevistas semiestruturadas. Com a necessidade de nos apropriarmos dos elementos discursivos com mais segurança e rigor, consideramos a prática de entrevista como uma técnica metodologia muito importante, sobretudo para a operacionalização dos objetivos desta

pesquisa, os quais reclamam por respostas a partir das vozes dos sujeitos comunicadores.

Como não focamos a nossa problemática apenas em aspectos tecnológicos, a comunicação enquanto matriz de humanização, de criatividade, onde a cidadania se constrói e se amplia, reclamou por uma abordagem metodológica capaz de despertar, de provocar a voz do outro. Por isso, sempre nos valem da entrevista na intenção humana e dialógica e nunca instrumental ou inquisitória. A entrevista, caracterizada como ação dialógica ou de interpelação, bem como na relação com a proposta ou a inspiração etnográfica, foi por nos assimilada na medida em que se estabeleciam os laços sociais.

Na convivência com os sujeitos, consideramos a técnica de entrevista como um artífice potencializador do diálogo e do abrir portas para a construção e partilha do conhecimento (MEDINA, 1995), sobretudo após a fase exploratória, momento em que as primeiras conversas/diálogos se davam de modo mais espontâneo.

A construção das entrevistas se deu após a qualificação do projeto e nos serviu de filtro para alguns assuntos já observados durante a pesquisa exploratória. A entrevista estruturada ocorreu por meio de questionários por nós elaborados e, posteriormente, aplicados, no segundo semestre de 2013. No entanto, não podemos negar que as entrevistas de modo não estruturado já haviam sido realizadas durante as conversas com os sujeitos da pesquisa, pois, como referimos, algumas questões já haviam sido pensadas ou programadas, sobretudo a partir da necessidade da descrição histórica do MST, dos assentamentos e da Rádio Terra Livre.

A técnica de entrevista se constituiu pela elaboração de um roteiro, que funcionou como um facilitador para a formulação de questões à luz dos pressupostos teóricos, mais especificamente a partir das perguntas centrais da problemática de pesquisa. A entrevista tornou-se, então, um instrumento privilegiado de coleta de informações para este projeto, justamente por que identificamos

[...] a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 2004, p. 110).

Buscamos empreender a parte empírica da pesquisa, principalmente através da “palavra expressa”, instância reveladora de conhecimento, das angustias e dos sonhos de qualquer sujeito (FREIRE, 1984). Ou, como refere se Bakhtin:

[...] existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação da vida cotidiana. O material privilegiado de comunicação na vida cotidiana é a palavra (1986, p. 36).

A própria relação da palavra, como fonte reveladora de angustias e de sonhos, como se refere Freire (1984), é uma instância, em nossa pesquisa, que revela a cidadania em movimento, pois a palavra dita é palavra interiormente significativa e construída por diversos elementos como o histórico, pessoal, interpessoal, coletivo, físico e o biológico (MORIN, 2007).

Outro passo na estruturação das entrevistas e mesmo de alguns procedimentos de análise se deram no confronto com alguns questionamentos como: em que medida as informações dadas, as situações criadas não refletem também a expressão de interesses pessoais? Como saber se a resposta dada por um sujeito condiz realmente com a verdade ou é apenas uma versão escolhida para responder a uma pergunta, que também foi formulada a partir de um ponto de vista escolhido?

Seguimos na consciência de que

[...] a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador (MINAYO, 2004, p. 114).

Percebemos, ao longo das entrevistas, que o conteúdo obtido é, sim, o resultado de uma construção qualitativa entre os sujeitos envolvidos na pesquisa e que toda interação comunicativa fundamenta-se na tentativa de se estabelecer certa frequência de compreensão entre os sujeitos, mesmo que, para isso, seja necessária a omissão ou a criação de novas informações pelos sujeitos que dialogam. Basta, assim, lembrarmos que a construção do conhecimento – a partir de entrevistas – se localiza no campo da aproximação com uma verdade nunca possível, mas aproximada (MORIN, 2007).

Conduzir a pesquisa a partir de entrevistas, que nos revelam histórias, acontecimentos, situações, eventos, dentre outros, é estar ciente de que a informação

obtida é sempre provisória e pode ser verdadeira ou não para aquele tempo e naquele espaço. José Luiz Braga nos apresenta uma reflexão semelhante:

[...] tem uma expressão do Contardo Cagliaris que é muito boa, que é assim: ‘as histórias são sempre verdadeiras’. Em que sentido elas são sempre verdadeiras? Ainda quando sejam falsas? Elas são verdadeiras porque elas expressam a realidade necessária do falante no momento em que ele conta. O que interessa é tentar descobrir não é se é verdade ou se não é verdade, é o que torna necessário para a pessoa dizer aquilo. De certa forma, é a verdade da versão. Toda versão tem a sua verdade. Nós temos duas versões diferentes sobre o mesmo fato, cada uma delas tem sua verdade, e aí interessante não é descobrir qual é a verdadeira factual, é: qual é a verdade de cada uma? São verdades da interação que constroem posições diferentes e aí a gente entende quais são essas posições. O problema é entender qual é a posição e não concordar ou discordar dela e dizer que essa é melhor ou pior. Você chega com isso a um grau mais aprofundado de compreensão da interação. Evitar que o depoimento expressa o acontecido, expressa sim o modo de se ver as coisas (BRAGA, 2006, *apud* MELO, Paula Reis, 2008).

Passamos, então a aplicar as entrevistas e a analisar os conteúdos obtidos. Tratou-se, como veremos nos capítulos teórico-empíricos, de uma etapa de análise e de significação, sobretudo após o nosso regresso, organização e reflexão sobre tudo que foi coletado nas entrevistas. As análises das entrevistas não ocorreram isoladas das percepções obtidas em momentos anteriores, ocorridos na fase de exploração. Nessa dimensão, a etnografia nos ajudou na operação intelectual, de reconstrução dos sentidos, a partir das narrativas em relação aos contextos e situações dos sujeitos entrevistados. Segundo Cáceres, a significação ou a análise dos conteúdos obtidos através das entrevistas pode se dar na construção textual, a partir dos elementos teóricos anteriormente esclarecidos e fundamentados, cabendo, então, ao pesquisador “[...] tocar os fios invisíveis do mistério do visível, mostrar o que está mais além do evidente e dar forma e o estrutura ante nossos olhos” (CÁCERES, 1998, p. 348, tradução nossa).

5.4. A configuração do campo de pesquisa como estudo de caso

Adotamos o estudo de caso na perspectiva ou no entendimento do processo, da construção, que não limita ou encerra o fenômeno investigado a um determinado período de tempo e espaço, mas o interliga no dinamismo das manifestações sociais: “são, pois, estudos adequados para a compreensão do processo de mudança” (GIL, 2009, p.18).

O estudo de caso²⁴ nos propiciou uma abordagem, ao mesmo tempo específica e, também, articulada com outros elementos constituinte da prática radiofônica investigada; com as outras práticas comunicacionais desenvolvidas pelo MST, tanto na contemporaneidade como na história. Do mesmo modo, o desafio de investigar a Rádio Terra Livre - aparentemente local ou comunitária, mas que também se relaciona com a instância ideológica e militante do MST -, é um dos elementos que justificou a adoção do estudo de caso como uma importante metodologia na pesquisa de campo. Assim, adotamos o estudo de caso como uma metodologia que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos” (GIL, 1995, p. 07).

Isto também se relaciona ao próprio fenômeno comunicacional contemporâneo, cada vez mais multifacetado, composto por práticas comunicacionais em constante relação com tecnologias multimídia, o que tem exigido uma abordagem metodológica sensível às essas complexas conexões. Trata-se, como percebemos a partir do nosso campo de pesquisa, de um fenômeno comunicacional não estável ou relacionado apenas aos contextos tecnológico e social, mas relacionado às variações que se estendem para outros âmbitos tecnológicos (relação com outras mídias do MST) e sociais (relação com as demandas políticas e ideológicas do MST), e que também é um fenômeno composto por ações sociais diversas, que dão origem a práticas coletivas.

Identifica-se que os estudos de caso possibilitam analisar em profundidade um fenômeno, que é histórico, contemporâneo e que se projeta em conexão com as diversas variáveis do contexto. Ou seja, como, ao longo da pesquisa, deparamo-nos com um fenômeno complexo, composto por diversas variáveis e, portanto, rico de possibilidades

²⁴ Modalidade metodológica inicialmente constituída e utilizada pela sociologia e antropologia, a partir do final do século XIX e início do século XX. O principal objetivo do estudo de caso era evidenciar as características e atributos subjetivos da vida social, em relação aas grandes manifestações estruturais (ANDRÉ, 2005).

de observação, consideramos igualmente importante uma modalidade metodológica que instigasse o nosso olhar para a complexidade, bem como para flexibilidade observacional. Privilegiamos, assim, o estudo de caso a partir de sua natureza holística, que nos orienta para um olhar contextual, mas também plural e articulista (GIL, 1995).

Ao longo da pesquisa de campo, o estudo de caso nos exigiu algumas responsabilidades. Um estudo de caso, segundo Gil (1995), demanda longo período de tempo, pois a observação em profundidade requer a compreensão das diversas variáveis do contexto, tanto históricas, quando contemporâneas. Os estudos de caso também não favorecem a generalização. Este cuidado é mantido na pesquisa, tendo em vista o caráter abrangente da prática radiofônica do MST, que se expressa numa diversidade de outras práticas radiofônicas, em distintos estados, períodos e situações. A generalização é uma constante nas pesquisas sociais, como, também, na própria reflexão teórica, que busca generalizações, tendo em vista a necessidade de ser universal, conforme a tradição científica filosófica.

Ao contrário das reflexões genéricas ou teórico-abstratas, o estudo de caso nos conduz para um olhar mais focado, concreto, com necessidade de realizar a teorização a partir das particularidades empíricas em constante relação. Para tanto, alerta-nos André (2005), o estudo de caso requer atenção a quatro perspectivas como: particularidade, descrição, heurística e indução. A particularidade diz respeito ao fato de que o estudo de caso focaliza uma situação, um fenômeno particular, o que o faz um tipo de estudo adequado para investigar fenômenos menos usuais, que se distinguem dos demais fenômenos do campo de pesquisa. A descrição – semelhante ao que realizamos na pesquisa exploratória - significa o detalhamento completo e rigoroso do fenômeno investigado. A heurística se refere à possibilidade do estudo de caso facilitar a compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado, potencializando, assim, novos significados, ou facilitando a confirmação das questões levantadas. A última característica, a indução, significa que, em sua maioria, os estudos de caso se orientam pelos objetivos já delimitados e perseguidos pelo pesquisador. Assim, o estudo de caso nos auxiliou, na perspectiva indutiva, a entrarmos em campo com um olhar atento às manifestações empíricas, mas conscientes dos pressupostos teóricos, ou da problemática construída.

Adotamos o estudo de caso na consciência de sua relação com outras perspectivas metodológicas, como a etnografia e a pesquisa participante, pois, segundo André (2005), o estudo de caso requer uma permanência *in loco*, de presença no contexto onde se manifesta o caso investigado, para que seja possível uma visão mais densa e ao mesmo tempo ampla do contexto e das variáveis que o compõe. Pelo mesmo caminho, o trabalho de análise também é complexo, pois envolve a transcrição e a análise das entrevistas, notas de campo, informações obtidas em conversas cotidianas e tecnicamente não previstas. Isto, também implica em investigar a realidade tendo como foco o ponto de vista dos sujeitos. Assim, o estudo de caso facilitou a compreensão dos processos de mudança mais significativos. Essas mudanças significativas, alerta Gil (2009, p.21), são captáveis com o estudo de caso “graças à multiplicidade de fontes investigadas”, que nos fornecem os elementos responsáveis pelos conflitos e projetos comuns.

Compreendemos, então, ao longo da pesquisa de campo, que o fenômeno investigado se delimitou como um estudo de caso, a partir das suas particularidades, bem como a partir do ineditismo da problemática científica. Com o estudo de caso, buscamos observar a Rádio Terra Livre por ângulos mais específicos, fator que nos ajudou a delimitar o número de entrevistados, bem como as próprias questões para as entrevistas. Destacamos, que a configuração do campo de pesquisa enquanto estudo de caso não ocorreu de modo simples, mas ao longo das transformações da própria pesquisa, pois, segundo André (2005), o estudo de caso se constitui ao longo da investigação, tornando-se uma metodologia flexível, que se organiza e ganha corpo com as demais técnicas de pesquisa.

Como enfatizamos, a modalidade metodológica estudo de caso se apresentou necessária após um longo processo de pesquisa exploratória e, mesmo após a aplicação de alguns questionários estruturados. Assim, o estudo de caso ocorreu paralelo e mesmo posterior a algumas ações metodológicas, contribuindo com a qualificação de outras entradas em campo e com os novos questionamentos e ângulos de observação. Por exemplo, anterior a utilização do estudo de caso, a nossa observação e mesmo significação das ações dos sujeitos estavam condicionadas por uma perspectiva mais macro e não contextual. Após leituras sobre estudo de caso, reescrevemos alguns capítulos teóricos, sobretudo os referentes à noção de comunidade e de comunicação

comunitária. Outro exemplo foi a identificação de alguns documentos de comunicação que circulavam no interior da Rádio Terra Livre, fator que – conforme o estudo de caso – requer uma investigação específica. Isto se deu a partir da orientação de YIN (2005), de que um estudo de caso necessita de instrumentos metodológicos específicos, que consigam conduzir o pesquisador até as diversas manifestações do objeto. Assim, além das entrevistas realizadas, consideramos importante um olhar metodológico mais atento e específico sobre estes documentos encontrados no interior da Rádio Terra Livre.

Também, de acordo com Gil (1995), a contemplação de documentos - ou a própria pesquisa documental - é um dos elementos de um estudo de caso, pois eles poderão revelar indícios e elementos diferentes dos obtidos apenas através de entrevistas. Na maioria dos estudos de caso, os documentos se revelam fontes de informações, indicações e de esclarecimentos de questões específicas, conforme a problemática da pesquisa ou o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

5.5. A Pesquisa e a análise documental

Este olhar mais focado no ambiente da Rádio Terra Livre nos proporcionou a descoberta de elementos até então considerados secundários, como alguns documentos expostos no mural da emissora e sob a mesa da sala de reuniões. Por isso, consideramos relevante uma observação mais atenta ao conteúdo desses documentos, sobre quais as recomendações, visões ou noções de cidadania ali contidas.

Para tanto, valemo-nos, inicialmente, da Pesquisa documental como um procedimento que se utiliza de técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Posteriormente, após selecionarmos alguns

documentos, aprofundamos a reflexão sobre as potencialidades da pesquisa documental.

A pesquisa documental é uma prática metodológica pouco explorada, mas indispensável quando se pretende considerar a análise de documentos (OLLIVEIRA, 2007a). A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida ou mesmo de um movimento social,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo o pesquisador. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008: 295).

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de sujeitos, movimentos sociais, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008). Com a análise documental, por exemplo, é possível compreender os projetos e ideologias de uma dada época, a qual ainda é norte ou instrumento de base para as mobilizações coletivas contemporâneas.

Para Oliveira (2007a, p.69), a pesquisa documental: “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação.” Identificamos, ao longo das leituras, que a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “[...] na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise

mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007a, p. 70).

De modo geral, segundo Appolinário (2009, p. 67), documento pode ser definido como:

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros.

Com essa definição, identificamos que os documentos encontrados fazem parte do acervo bibliográfico do MST e que se tratam de materiais impressos que circulam por diversos espaços, os quais são utilizados por militantes que desenvolvem ou desenvolverão alguma prática comunicacional. Encontrar ou selecionar esses documentos foi uma atividade que exigiu o contato com alguns comunicadores da emissora, para sabermos a origem e a utilidade dos mesmos. O próximo passo da pesquisa documental foi o de assimilar e empreender algumas formas possíveis de análise.

5.5.1 Caminhos possíveis para a análise documental

Após a localização dos documentos pertinentes, outro passo foi avaliar a credibilidade, assim como a sua representatividade no contexto investigado. Passamos a perceber e a distinguir esteticamente os documentos, a partir da apresentação gráfica, dos eventuais descuidos, das rasuras dentre outras características que denunciam o seu possível uso social. Segundo Oliveira (2007a) é impossível transformar um documento; é preciso, então, aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso.

Com Cellard (2008) demos os passos da avaliação preliminar dos documentos. Tal avaliação constituiu a primeira etapa da análise documental e foi aplicada a partir das seguintes dimensões: O contexto, O autor (ou os autores), A autenticidade e a confiabilidade do texto, A natureza do texto. Na dimensão de **“o contexto”** avaliamos o contexto histórico em que foi produzido o documento, o universo sócio-político e

cultural dos possíveis autores e leitores. De acordo com Cellard (2008), o pesquisador não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconômico-cultural e política que propiciou a produção de um determinado documento. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações, reações e, ainda, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, entre outros. Através da análise ou da descrição do contexto, potencializam-se as condições para a compreensão das particularidades linguísticas do coletivo que redigiu o documento, para se evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores/termos modernos ou pessoais. Analisamos, adiante, **o autor (ou os autores)**, ou seja, interpretamos os documentos a partir da possível identidade/perfil da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Uma questão que observamos foi: “[...] esse indivíduo fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social?”. Cellard (2008, p. 300), acredita ser “[...] bem difícil compreender os interesses (confessos, ou não) de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem eles se dirigem”. Assim, elucidar a identidade/perfil do autor possibilitou, portanto, avaliar melhor a credibilidade do texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento.

A autenticidade e a confiabilidade do texto foram analisadas a partir da necessidade de se assegurar da qualidade da informação transmitida (Cellard, 2008, p. 301). Portanto, verificamos a procedência do documento e de como eles foram veiculados pelo intermédio de pessoas, que, às vezes, precisam decifrar termos e mesmo palavras de difícil compreensão e interpretação. Por outro lado, estivemos atentos à relação existente entre o autor (autores) e o conteúdo do texto: ele foi testemunha direta ou indireta dos fatos que relata? É possível identificar o tempo que decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Ele reportou as falas de alguma outra pessoa? Por que ele estava em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento? Na análise da **natureza do texto**, levamos consideração, inicialmente o seu suporte e a forma de publicação. Segundo Cellard (2008) os subentendidos e a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido. Ele ainda cita um exemplo para facilitar a compreensão desta dimensão:

[...] é o caso, entre outros, de documentos de natureza teológica, médica, ou jurídica, que são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção (CELLARD, 2008, p.302).

Por fim, realizada a seleção e a análise preliminar dos documentos, buscamos compreender alguns elementos sobre a análise dos dados: “[...] o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos chave” (CELLARD, 2008, p. 303). A partir de então, pudemos elaborar uma interpretação mais coerente, considerando a temática, os objetivos e a problemática da pesquisa, pois, de acordo com Oliveira (2007a), a análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui, geralmente, o corpus da pesquisa e as referências teóricas. Segundo este autor, no caso da análise de documentos, recorre-se, geralmente, para a metodologia da análise do conteúdo:

conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados linguísticos. [...] Normalmente, nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a um teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009, p. 27).

Percebemos que a análise de conteúdo é uma entre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um documento, que contribui com as normas de se extrair significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples do texto. Adotamos, assim, a análise documental com alguns elementos da análise de conteúdo (CHIZZOTTI, 2006), não de modo formal, mas complementar.

A análise de conteúdo, segundo Chizzotti (2006), é importante para identificar e avaliar no texto o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor. Pressupõe, portanto, que qualquer texto/conteúdo contém sentidos e significados, acessíveis ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas. De modo mais aplicado, compreendemos que esta mensagem poderia ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas contidas em um texto. Na análise dos documentos, conforme relataremos em capítulo posterior,

os fragmentos se apresentam como palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem (CHIZZOTTI, 2006), em nosso caso, relacionados ao conjunto de palavras e termos significantes da noção de cidadania.

Após a organização dos dados, das anotações, a análise se caracterizou a partir de novas leituras, ou de releituras, de retorno ao texto, para aperfeiçoarmos a identificação dos temas, das palavras e termos mais frequentes. Esse processo culminou na descrição analítica, a partir das formas de abordagem da cidadania então definidas (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Objetivamos, então, realizar um processo de análise documental de modo concatenado com o problema de investigação. Depois de obtermos um conjunto de reflexões a partir dos termos relacionados à cidadania, a próxima fase envolveu um enriquecimento do sistema de significação, incluindo estratégias de aprofundamento, ligação e ampliação da reflexão com o conteúdo das entrevistas. Realizamos uma análise documental concatenada, ou seja, articulada naquilo que já se construiu teoricamente até a análise dos documentos, no intuito de qualificar o conhecimento não apenas do documento, mas de descobrir novos ângulos, dentre outros aspectos, conforme a dimensão heurística do estudo de caso (ANDRÉ, 2005).

Na fase analítica, exploramos as ligações existentes entre os vários termos, palavras e noções relativas à cidadania; estabelecemos relações e associações teóricas com a dimensão teórica macro da cidadania, sobretudo a partir de uma noção de cidadania em construção, conforme defendemos ao longo dos capítulos teóricos.

5.6 Ética e pesquisa

Na parte final deste capítulo metodológico expomos algumas das nossas preocupações com respeito aos resultados obtidos com esta pesquisa. Esse cuidado se deve ao fato de que a postura metodológica empreendida neste projeto, bem como a sua aplicabilidade, ocorreu de modo contínuo entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Na tarefa de produzir e comunicar o conhecimento, torna-se impossível a ocultação de fatos, discursos e demais indícios que compuseram o campo investigado. Uma pesquisa

social, que se desenrola em espaços de convivência mais ou menos públicos, no contato com pessoas e tantas situações sociais, além de ser um espaço de construção de conhecimento, também é uma oportunidade de apresentar respostas aos problemas concretos. Assim, a ética se inscreve na prática desta pesquisa, como um elemento reflexivo importante, tendo em vista que os conteúdos obtidos através da pesquisa exploratória, das entrevistas e da análise documental se transformam em conhecimento ativo e potencial.

Esta pesquisa se relaciona ao campo da ética, pois os resultados não permanecerão isolados da realidade social investigada. A atividade de pesquisa e a obrigação ética são decorrentes de evidências históricas, as quais comprovam que a investigação científica é, sim, um campo de intervenção concreta, que modifica cenários, ideologias, culturas e estruturas sociais. Para Antonio Gramsci (1975, p. 888; tradução nossa),

[...] deve-se buscar a base científica da moral na afirmação de que a sociedade não se propõe problemas para cuja solução não existam as condições, no sentido de que, quando estas existem, a solução daqueles se torna 'dever' e a vontade de resolvê-los se torna 'livre'. A ética, portanto, é uma investigação sobre as condições necessárias para a liberdade de querer algo num certo sentido, em direção de um determinado fim.

A relação entre ética e pesquisa remonta à antiguidade grega. Sobretudo com Aristóteles, a ética e o conhecimento incorporam um sentido político, ou seja, o equilíbrio entre ambos é conferido pelas relações sociais que desembocam nas instituições democráticas de um Estado. Para o filósofo Paolo Nosella, “[...] a pesquisa sem um direcionamento ético pode ser comparada a uma roda que gira cada vez mais veloz, sem rumo, sem direção, a esmo” (NOSELLA, 2008, p. 07). Cabe ao pesquisador e à instituição de fomento estabelecer a ligação dialética entre ética e pesquisa, pois “[...] se o saber tende a saber tudo (ciência-pesquisa), a ética dá o limite, a medida certa, tornando-se a ciência do justo e da medida.” (p. 12).

A dimensão nos acompanhou em todos os passos da pesquisa, desde a elaboração, aplicabilidade e a conseqüente revelação dos resultados. Percebemos os cuidados éticos não como uma tentativa de cerceamento à nossa prática, ao contrário, mas como uma consciência a mais atuando no processo investigativo, sempre suscetível a inúmeras variáveis, situações, imprevistos e desencontros. Pois,

[...] em suma, rejeitar a ambiguidade fundamental do homem é negar a si mesmo como homem; enquanto buscar incessantemente o caminho do bem é abandonar a ilusão de uma ética como objetividade absoluta, divina ou natural, isto é, não-humana; é responsabilizar-se de si próprio, dos outros e do mundo, diante da trágica possibilidade do sucesso e do fracasso universais (NOSELLA, 2008, p.17).

Creemos, ao longo da investigação, que discutir a ética na pesquisa é não relativizar a ordem humana da própria pesquisa. Toda a pesquisa é o resultado de instrumentalizações objetivas e teórico-metodológicas, mas, sobretudo, de atos humanos subjetivos, inventivos e projetivos, os quais incidirão profundamente no contexto e até mesmo na existência dos sujeitos investigados. Por isso, Edgar Morin (2007, p.60) afirma que “[...] a ética deve mobilizar a inteligência para enfrentar a complexidade da vida, do mundo, da própria ética”. Este autor ainda ressalta a necessidade de se estabelecer o vínculo entre o pensamento complexo e a ética, pois “[...] todo o conhecimento pode ser posto a serviço da manipulação, mas o pensamento complexo conduz a uma ética da solidariedade e da não-coerção” (idem, p. 64). Sobretudo na pesquisa de campo, o pensamento complexo representou o pensar e o agir tendo como medidas o respeito consigo mesmo, com o outro e com a comunidade.

Ou seja, na investigação de campo conduzimos as intervenções de modo atento, tendo a ética como atividade reflexiva permanente, como um elemento crítico do fazer científico empírico. Ou seja, a dimensão ética é compreendida nesse projeto como um compromisso com o outro e com a comunidade participante da investigação. Sendo assim, percebemos que a construção de uma pesquisa científica necessita constituir-se a partir das discussões éticas, para evitar o distanciamento ou o possível desnível entre prática acadêmica e intervenção social.

5.6.1 A ética na aplicabilidade e a partilha dos resultados da pesquisa

Traduzir e socializar os dados ou os resultados da pesquisa: um ato necessário para ampliar o alcance social do conhecimento. Boaventura também denomina esta questão de dupla ruptura epistemológica, ou seja, a “[...] atenuação progressiva do

desnívelamento dos discursos, dos saberes e das comunidades que os produzem; a superação da dicotomia contemplação/ação” (SANTOS, 2007, p. 150).

Para Boaventura (1989), a primeira ruptura representa o que há de velho em uma suposta fase de transição paradigmática, que corresponde ao modelo até então predominante – “ciência X senso comum” -, modelo que, segundo ele, tem acentuado uma discrepância entre teoria e prática social. Desta maneira, a dupla ruptura epistemológica traz em seu bojo uma nova concepção de ciência:

[...] ciência não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (SANTOS, 2007.p 32).

Ao contrário da produção científica, que desconsidera a partilha dos resultados, todo o conhecimento produzido através da primeira ruptura somente conduzirá à segunda ruptura na medida em que for aplicado nos contextos geradores desse conhecimento²⁵. Por esta via, a dupla ruptura epistemológica se concretiza na medida em que o conhecimento teórico se converte em conhecimento prático esclarecido. Sendo assim, a dupla ruptura epistemológica opera uma transformação a partir deste modelo de produção e também de aplicação do conhecimento que até então tem predominado, o qual pode ser designado por “aplicação técnica do conhecimento”.²⁶

Esta nova modalidade epistêmica, apresentada por Boaventura, visa romper com a concepção de ciência positivista, a qual se “[...] desenvolveu totalmente no quadro do conhecimento-regulação, que recodificou, canibalizou e perverteu as possibilidades do conhecimento-emancipação”. Nesta perspectiva, a segunda ruptura orienta e pauta

²⁵ De acordo com Boaventura, são quatro os contextos estruturais onde se aplica e se produz o conhecimento: Doméstico, trabalho, cidadania e a mundialidade. Ver mais em: (BOAVENTURA, 1989, p.151).

²⁶O conceito de aplicação técnica apresenta algumas características como: 1- “*Quem aplica o conhecimento está fora da situação existencial em que incide a aplicação e não é afetado por ela*; 2-*existe uma separação total entre fins e meios. Pressupõem-se definidos os fins e a aplicação incide sobre os meios*; 3- *não existe mediação deliberativa entre o universal. A aplicação precede por demonstrações necessárias que dispensam a argumentação*; 4-*a aplicação assume como única, a definição da realidade dada pelo grupo dominante e reforça-a, escamoteia os eventuais conflitos e silencia as definições alternativas*; 5- *a aplicação do know-how técnico torna dispensável e até absurda qualquer discussão sobre o know-how ético*. 6- *a aplicação é unívoca e o seu pensamento é unidimensional. Os saberes locais ou são recusados ou são funcionalizados*; 7- *os custos da aplicação são sempre inferiores aos benefícios e uns e outros são avaliados quantitativamente a luz de efeitos imediatos do grupo que promove a aplicação*.” (SANTOS, 1989, p.157-158).

também uma nova forma de aplicação do conhecimento denominada “[...] aplicação edificante do conhecimento” (SANTOS, 2007, p.53).

Entre outros objetivos, a aplicação edificante do conhecimento, aponta o autor, (p.53):

tem sempre lugar numa situação concreta em que quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação, sendo que o cientista deve, pois, envolver-se na luta pelo equilíbrio de poder dos vários contextos de aplicação e, para isso, terá de tomar o partido daqueles que tem menos poder.

Através da aplicação edificante do conhecimento, buscamos eliminar a discrepância existente entre teoria e prática social, visto que os objetivos da dupla ruptura epistemológica, através desta aplicabilidade, podem ser alcançados através de uma partilha do saber com a realidade investigada: “[...] é preciso revalorizar a solidariedade como forma de saber” (SANTOS, 2007, p. 81).

Portanto, o passo final pretendido por esta pesquisa é fortalecer os compromissos com a própria comunidade. Buscamos ultrapassar os possíveis distanciamentos, pois, como enfatiza Brandão (2006), a aproximação entre pesquisador e os sujeitos do universo investigado deve gerar comprometimento e alternativas capazes de colocar o conhecimento social obtido a serviço de alguma forma de ação social transformadora. Na mesma direção, a proposta metodológica de Cáceres indica a necessidade de tornar os sujeitos da pesquisa também atores do processo, viabilizando, assim, uma continuidade da pesquisa, mesmo quando da ausência do pesquisador: “[...] os sujeitos secundários da investigação mantêm o processo de investigação a partir das suas condições de vida” (CÁCERES, 1997, p. 173, tradução nossa). Nesse sentido, o investigador profissional adquire o perfil de um promotor social ou de um agente-organização por investigação. Este objetivo metodológico já foi, em partes, alcançado com a realização de oficinas de comunicação para os comunicadores da Rádio Terra Livre, durante o momento que realizamos a pesquisa de campo. Ao final desta tese, após os ajustes finais solicitados pela banca avaliadora, realizaremos a exposição da pesquisa para os comunicadores da emissora, bem como para as demais lideranças e assentados na comunidade 25 de maio

6 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO OBJETO DE PESQUISA

Neste capítulo apresentamos o nosso objeto de pesquisa na sua dimensão histórica, geográfica e política. Trata-se de uma descrição dos principais elementos que constituem a raiz histórica do objeto, que se firmam no contexto de uma luta travada, inicialmente, no campo da questão agrária.

A construção deste subcapítulo se deu desde a pesquisa exploratória, a partir do contato com os comunicadores da Rádio Terra Livre, com assentados e lideranças nacionais do MST²⁷. A intenção inicial era começar a contextualização do objeto a partir da própria história da Rádio Terra Livre. No entanto, após ouvirmos alguns informantes, percebemos que a Rádio Terra Livre é fruto de um contexto histórico que transcende a sua geografia ou mesmo a sua constituição política local, pois se localiza em um assentamento, o qual está igualmente situado na histórica questão agrária e ao protagonismo do MST.

Assim, o capítulo seguinte é o resultado de um esforço empírico, que buscou compreender, localizar e apresentar a história da Rádio Terra Livre em relação e na sequência de outros sujeitos históricos da questão agrária, bem como a partir da complexa organização que institui o próprio MST.

6.1 A questão agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Reconhecemos a luta histórica pela terra no Brasil como uma luta pela cidadania elementar, a partir de um viés complexo, marcado por uma série de tensões,

²⁷ Este capítulo histórico é fruto de entrevistas semiestruturadas, realizadas com de 08 (oito) informantes (assentados em Abelardo Luz e ex-comunicadores da emissora) com 02 (dois) militantes do MST. Devido à necessidade de assegurar a privacidade dos informantes, todos foram são identificados por codinomes.

de conflitos e de enfrentamentos. Nesse contexto de luta pela causa agrária, o MST figura como o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina (CARTER, 2010), tornando-se, assim, um indispensável ator social a ser investigado para se saber como são produzidas e apropriadas as práticas comunicacionais por suas lideranças, nas suas ações políticas e culturais que mobilizam o grupo na causa da cidadania.

A contenda agrária é milenar e de modo sintético condiz com um

[...] amplo, imediato e drástico movimento de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo, com a participação dos camponeses, objetivando sua promoção humana, social, econômica e política (SILVA, 1971, p. 37).

Poderíamos começar esta reflexão sobre a gênese do MST, a partir dos textos bíblicos do Antigo Testamento, especialmente com o Livro do Êxodo, onde o povo de Israel, seguindo Moisés, luta para sair do Egito rumo à terra prometida²⁸. Trata-se, portanto, de um contexto amplo, não apenas geográfico e histórico, mas político, econômico e cultural, que faz da terra um campo de disputa e, por isso, cenário de diferenças, de ordem e desordem, de vida e morte.

Portanto, contextualizaremos a questão agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir da colonização latino-americana, mas cientes de que esta contextualização também possui fortes relações com os períodos históricos anteriores, sobretudo com a própria história da construção da cidadania.

Desde a colonização, a América conquistada inseriu-se no contexto internacional de exploração através da lógica mercantilista. A necessidade de expansão do capital internacional emergente motivou a Europa a se lançar ao mar em busca de novos mercados:

[...] a partir da expansão mercantilista, a América Latina foi criada sob o paradigma desenvolvimentista da Europa, no qual a tecnologia, os objetivos comerciais e a necessidade de reprodução do capital configuraram a dominação da civilização europeia sobre a indígena (SILVA, 1971, p. 24).

²⁸ “Ademais, tenho ouvido o gemer dos filhos de Israel, aos quais os egípcios vêm escravizando e lembrei-me do meu pacto. Portanto digo aos filhos de Israel: Eu sou Jeová, eu vos tirarei de debaixo das cargas dos egípcios, livrar-vos-ei da sua servidão” (Êxodo 6:2-5). Esta passagem bíblica é muito utilizada pelo MST nas mobilizações.

Desde esse período, inicia-se um processo de sujeição do indivíduo latino-americano ao padrão socioeconômico e cultural europeu. De maneira mais genérica, podemos inferir que o capitalismo mercantilista incorporou a área, hoje denominada América Latina, povoada pelas populações indígenas, provocando profundas alterações nessas sociedades; alterações desde ordem política, econômica e cultural. Silva (1991) relata que neste cenário, a elite brasileira sempre se adequou à conjuntura dos dominadores. Bastava à elite brasileira manter a regularidade social, como a concessão de direitos mínimos à população, para que seu *status quo* também fosse assegurado. Por outro lado, este processo acentuou as contradições sociais, especificamente devido ao empobrecimento das camadas populares camponesas.

A colonização portuguesa promoveu uma estrutura agrária concentrada que excluía os nativos não apenas do direito à posse da terra, mas, principalmente, do direito à participação política.

No império, não houve mudanças significativas no cotidiano social [...]. Na república, a política dos coronéis controlava o estado: a população pobre, sobretudo a rural, servia como instrumento legitimador do poder dos coronéis por meio do voto de cabresto. Com Getúlio Vargas, a partir de 1930, o projeto modernizador, mesmo com caráter desenvolvimentista autônomo, também não rompeu os laços com o latifúndio (SILVA, 1971, p. 27).

Não havendo espaço público para o diálogo entre excluídos e opressores, o processo de insurgência camponesa foi se tornando inevitável. Mesmo com promulgação da Lei de Terra, em 1850, as tensões no campo foram ganhando corpo e se manifestando de maneira cada vez mais radicalizadas.²⁹ Ou seja, mediante a rigidez da estrutura fundiária imposta pelos colonizadores e pela elite brasileira, apresentou-se como única alternativa a reforma agrária sob os moldes radicais, como a ocupação de terras consideradas bens de posse particular. É nesse contexto que os trabalhadores camponeses iniciam a construção de espaços de discussão e demais atividades culturais e políticas, as quais visavam o debate sobre a situação, bem como a organização de

²⁹ A Lei de Terras de 1850 proibia a aquisição de terras da Coroa, ou terras devolutas, por meios que não fossem a venda; estabelecia um novo regime legal de propriedade fundiária pública e privada e transformava a terra numa mercadoria negociável. Segundo Holston (2013), a Lei de Terras ao passo que pretendia estimular a pequena propriedade, também mantinha o princípio fundamental de que os imigrantes e a população desprovida de capital não poderiam ter acesso fácil à terra, pois assegurava ao Estado o direito de compra e venda.

ações unificadas, tendo em vista a conquista de direitos mínimos: moradia, trabalho e educação. Isto porque, segundo Peruzzo

[...] nenhum poder, seja ele do capital, do legislador ou do executivo governamental, concede avanços de benefícios aos pobres ou desprovidos da possibilidade de desfrutar de condições adequadas para a realização plena dos direitos humanos, se não houver demonstração inequívoca de sua capacidade de articulação, consciência e resistência política. É exatamente pela percepção clara dessas condições que os movimentos sociais surgem, se ampliam e se ressignificam constantemente (PERUZZO, 2009, p. 02).

Portanto, a questão agrária brasileira se interpõe desde os primeiros séculos da colonização e ganha contornos e movimentos diferenciados com o passar dos séculos. A constituição dos movimentos sociais do campo se efetivou com a organização de movimentos de orientação separatista, para a libertação dos escravos. Os quilombos são considerados os primeiros agrupamentos sociais que, posteriormente, fundaram ou caracterizaram as lutas organizadas no campo (SCHERER-WARREN, 1987). O Quilombo de Palmares é o caso emblemático da resistência negra, bem como das lutas que se organizaram em torno da questão agrária e trabalhista. O Quilombo dos Palmares, através do seu líder Zumbi, instruiu os trabalhadores negros do campo e realizou uma frente combativa ao sistema econômico-escravista da nascente colônia brasileira.

Nos séculos XVIII e XIX, ganham visibilidade os movimentos nativistas, como a Cabanagem, Balaiada, Farroupilha e Praiera. Esses movimentos aglutinavam trabalhadores rurais, como também proprietários, os quais combatiam o poder político monárquico, sobretudo as novas imposições comerciais da elite portuguesa (SCHERER-WARREN, 1987). Outras revoluções emergiram no final do século XIV e início do século XX, como as revoltas de Canudos, Juazeiro, Contestado e o Cangaço. De acordo com Scherer-Warren (2011, p. 96), esses movimentos revolucionários “combatiam as más condições de vida dos camponeses, tentavam estabelecer uma nova ordem social, tendo frequentemente a estrutura social do passado como referência”.

Na metade do século XX, a questão agrária ganha novos atores, como os posseiros, que através dos chamados levantes defendem a reforma agrária em âmbito nacional. Esses levantes aglutinaram militantes políticos do Partido Comunista

Brasileiro, os quais também mobilizavam a formação sindical rural, dando origem a outros movimentos de alcance nacional, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Mediante esse complexo processo histórico da questão agrária brasileira³⁰, fica difícil estabelecer um momento ou data específica para o surgimento do MST. Na literatura visitada, é consenso de que a formação identitária deste movimento social se constitui com mais força a partir da década de 1970, período em que se intensifica a exploração capitalista no Brasil. A década de 1970, também considerada como a época da modernização dolorosa, devido às grandes transformações causadas pela “revolução verde”³¹, foi um momento fértil para a gênese do MST (MARTINS, 1981).

Especialmente na região sul do Brasil, considerada o berço do MST,

[...] a mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais (STEDILE, FERNANDES, 1999, p. 15).

Como consequência dessa política agrária e das promessas da industrialização, ocorreu a migração de um grande contingente de camponeses para as grandes cidades. Outros permaneceram no campo como arrendatários ou peões de fazendas. Porém a exploração e o descontentamento começaram a se intensificar. Os camponeses que perderam suas terras e também os desempregados das cidades passaram a se organizar, estudando formas para retomarem a sobrevivência em suas terras.

De modo mais emblemático, a conjuntura histórica latino-americana, as lutas anteriores, a efervescência da cultura popular marginalizada, a fé na superação das condições de exclusão ou da contradição agrária condicionaram a necessidade de uma

³⁰ Outros autores aprofundam com mais propriedade a questão agrária brasileira, como Martins (1981), Graziano-Neto (1982) e Grzybowski (1987).

³¹ Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Por uma perspectiva crítica, a 'Revolução Verde', proporcionou, por meio desses 'pacotes' agroquímicos, a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, mediante um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários. Ver mais em: <http://pt.wikipedia.org>. acesso em 23/02/2012.

intervenção social mais organizada. Podemos, assim, considerar que o MST se originou em um contexto dialético, sob o ponto de vista socioeconômico e histórico-ideológico. Por outro lado, ele é um movimento social que não emergiu apenas das contradições de um sistema econômico ou por uma vontade subjetiva dos camponeses. Ou seja,

[...] ele só pôde se constituir como movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país [...]. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade [...]. Se a luta contra a ditadura não tivesse acontecido também na cidade, o MST não teria nascido (STEDILE, FERNANDES, 1999, p. 15-23).

Importante salientar que no ano de 1975 surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT)³², que reorganiza e aglutina os camponeses, sindicatos e os movimentos do campo. Na década de 1970, no oeste catarinense, a luta dos agricultores contra fatores como o baixo preço dos produtos, a peste suína, a escravidão do sistema de trabalho no campo, contaram com o auxílio da Igreja Católica, especialmente da diocese de Chapecó. Dom José Gomes foi um dos grandes articuladores do MST nessa região. Como veremos adiante, a organização dos agricultores para a ocupação das terras no município de Abelardo Luz também é atribuída ao bispo, que, ao mesmo tempo, chamava para o enfrentamento os sindicatos rurais.

Mediante este cenário histórico, é delicado definirmos um lugar, um contexto ou uma data específica que caracterizem o surgimento do MST. Para João Pedro Stédile,

[...] se fosse só pelo espaço geográfico, em nome da verdade histórica, deveríamos dizer que o Movimento surgiu da expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Kaingang, em Nonoai (RS) (STEDILE, FERNANDES, 1999, p. 27).

Geograficamente, a primeira ocupação realizada pelo Movimento, ainda não caracterizado como MST, ocorreu no município de Ronda Alta, norte gaúcho.³³ Em

³² A CPT foi organizada em Goiânia durante o encontro de bispos e agentes de pastorais, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação e tinha como objetivo realizar “[...] um serviço à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil” (CPT, Conflitos no campo – Brasil, 1991, *apud* STRAPAZZON, 1997, p.38).

³³ Não havia um nome consolidado no momento da primeira ocupação. O que inspirava alguma denominação era o chamado MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), movimento fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, extinto por seus fundadores (Brizola, Jair Calixto) no ano de 1964. Para Stédile, “[...] foi a imprensa que de fato adotou, batizando como: “Movimento Sem Terra” (STÉDILE, 1999, p. 39).

1979, 110 famílias ocuparam a fazenda Macali e 240 famílias, a fazenda Brilhante. Porém, em 1980, essas duas fazendas não comportavam todas as famílias acampadas, o que as encaminhou para a ocupação da fazenda Anoni, localizada na mesma região. Meses depois houve a reintegração de posse dessas terras, e essas famílias e outras mais provindas da cidade de Nonoai seguiram para o acampamento chamado Encruzilhada Natalino.

No dia 25 de julho de 1981, dia do trabalhador rural, mais de 30 mil pessoas, provindas do Brasil inteiro, reuniram-se no acampamento Encruzilhada Natalino:

foi uma concentração de solidariedade ao acampamento, que estava ameaçado pela repressão do governo federal. Portanto, uma concentração popular de cunho político contra a ditadura militar (STEDILE, 1999, p. 22).

Desse momento em diante, começaram a emergir grupos de articulação, bem como novas ocupações em quase todos os estados brasileiros, primeiramente na região oeste do Paraná, norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. Em 1985, na cidade de Curitiba, acontece o primeiro Congresso do MST, oficializando, assim, o movimento social com nome definido, bandeira, hino e agenda comum de ações a serem desenvolvidas por militantes de 20 estados brasileiros.

Desde então, o MST construiu a sua identidade na diversidade de ações que excederam, unicamente, a ocupação de terras. As ações do MST, contemporaneamente, reagrupam trabalhadores do campo e da cidade e se atualiza no enfrentamento com as novas reconfigurações do capitalismo. Desde então, as ações do MST, mesmo se apresentando como um problema exclusivamente econômico e político, incorporam as novas relações, estruturas e cenários de poder, conforme o seu contexto ou a sua época³⁴. Vale destacar, segundo Strapazzon (1997), que a questão agrária do século XXI não significa apenas a distribuição de terra e a produção econômica sobre ela. Da mesma forma, a sua compreensão não pode desconsiderar as diferentes áreas de estruturação, de ação e de reprodução social, como as da educação, da saúde, da política e a da cultura, dentre outras. Percebe-se, ainda, que os enfrentamentos do MST se efetivam como uma ação coletiva de atores heterogêneos, oriundos de diversos

³⁴ Estudos atualizados sobre a questão são realizados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Mais informações em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/index.php>. Acesso em: 03/10/2011.

processos de exclusão social, composta por peões, assalariados, pequenos agricultores expropriados por grileiros e por grandes proprietários, ribeirinhos expulsos por hidrelétricas e agricultores atingidos por barragens, jovens desempregados ou idosos eliminados do sistema fabril, dentre outros.

Assim, o contexto histórico da luta pela reforma agrária do MST se configura como “[...] um sistema multipolar de ação que combina diferentes orientações, envolve múltiplos atores que negociam e renegociam constantemente a sua ação” (MELUCCI, 1989, p.40). São sujeitos que, mesmo lutando por uma causa comum – a reforma agrária –, articulam saberes enraizados nas práticas culturais que mobilizam a rede de sociabilidade, a partir da qual, cremos, a prática comunicacional cada vez mais orienta e afeta o conjunto de valores e significados que compõe e estruturam o campo simbólico dos militantes.

Contemporaneamente, o MST realiza diversas ações como: acampamentos, ocupações de terras, marchas, jornadas culturais, organização e administração de cooperativas, escolas e cursos técnicos e superiores em convenio com Universidades federais, através de convênios firmados com o INCRA³⁵. Através dos MST, mais de 350 mil famílias estão assentadas, em vinte e cinco Estados brasileiros. No primeiro semestre de 2013, foram registradas mais de 220 ocupações. Atualmente, há cerca de 900 acampamentos congregando mais de 120 mil famílias em todo o Brasil. Desde a sua existência, “[...] o MST pressionou o governo brasileiro a distribuir mais de 3,7 milhões de hectares entre seus membros, uma área quase do tamanho da Suíça” (CARTER, 2010, p. 39).

Este contexto histórico do MST é ainda mais complexo quando observamos os diversos contextos em que surgiram as ocupações e, posteriormente, os assentamentos. Como relatamos no capítulo seguinte, no estado de Santa Catarina, especificamente na região do município de Abelardo Luz, o MST se constituiu enquanto movimento social após cinco anos de ações formativas lideradas por religiosos, políticos de esquerda, agricultores sindicalizados, dentre outros sujeitos. Assim, observamos que a origem do MST no Estado de Santa Catarina se deu concomitante às ocupações de terra realizadas no Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná, o que também representa o momento de consolidação das formas e estratégias de ocupação do latifúndio.

³⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

No seguinte subcapítulo, apresentamos os principais elementos que constituem a história e o contexto geográfico do município de Abelardo Luz e do Assentamento 25 de maio, local onde se estabelece a Rádio Terra Livre FM. Os depoimentos foram registrados durante pesquisa exploratória, realizada no mês de Julho de 2013. Trata-se de uma reflexão que busca dar conta dos elementos históricos, bem como evidenciar os principais enfrentamentos no processo de ocupação das terras dessa região pelos agricultores assentados.

6.2 O município de Abelardo Luz

É no município de Abelardo Luz que se localiza a Rádio Terra Livre, bem como os 23 assentamentos considerados os precursores do MST no Estado de Santa Catarina. Localizado no noroeste catarinense, a 574 km da capital, Florianópolis, a história de Abelardo Luz se confunde com os conflitos originados pela posse e demarcação das terras de uma região localizada entre os rios Iguaçu e Uruguai, nos fins do século XIV. Nessa época, a área era habitada por índios Guaranis e Caingangues que, aos poucos, foram expulsos de suas terras por colonizadores paulistas e, posteriormente, gaúchos. No município ainda residem alguns descendentes indígenas, que trabalham como peões em fazendas ou no comércio informal de artesanato.

Passagem obrigatória para a colônia de Xanxerê, no início do século XX, o Município de Abelardo Luz era ponto de parada na estrada das Missões, por onde passavam os padres Jesuítas, militares e tropeiros. Integrante da antiga Colônia Militar de Chapecó, denominada Chapecó Grande, fazia parte do distrito de Suzana Ribeiro (hoje São Domingos). A família de João de Oliveira foi a primeira que habitou a região, deixando marcas na Fazenda Alegre do Marco, seguidos depois pelas famílias Messias de Souza e de Leocácio dos Santos. No entanto, o povoamento efetivo ocorreu nas últimas cinco décadas, com a chegada de migrantes paulistas, paranaenses e gaúchos, de origem principalmente Italiana e Alemã. As famílias vinham atraídas pela grande quantidade de madeira existente na região e também pela qualidade do solo para a agricultura e pecuária.

Em 1922, o lugarejo foi elevado à categoria de distrito, com o nome de Abelardo Luz, em homenagem ao filho do governador catarinense Hercílio Pedro da Luz, "Abelardo Wenceslau da Luz". Em 21 de junho de 1958, o município de Abelardo Luz desmembrou-se do município de Xanxerê, conquistando a emancipação pela Lei Estadual n.º 348/58, tendo sua instalação oficial em 27 de julho de 1958, com o Prefeito Provisório, Gerônimo Rodrigues. Atualmente, o município possui 57 anos de emancipação político-administrativa, com uma população de 16.440 habitantes, sendo 56,0% residentes na zona rural e 44,0% residentes na zona urbana.³⁶

Com 955,37 quilômetros quadrados de extensão, Abelardo Luz figura entre os maiores produtores de grãos de Santa Catarina, sendo líder na produção de milho e soja, as duas principais atividades agrícolas.³⁷ O município de Abelardo Luz é reconhecido como a Capital Catarinense da semente de soja. Também possui o maior rebanho de gado Charolês do Estado de Santa Catarina e, ao longo do ano, são realizadas várias feiras de gado pelo Núcleo de Criadores Bovinos. A cidade também se destaca na realização de eventos culturais, como, por exemplo, o Festival da Música Popular e Sertaneja (Fempal), considerado um dos melhores do gênero do sul do país. Outro atrativo são os eventos tradicionalistas promovidos pelos CTGs Poncho Verde, Querência Farroupilha e Lenço Branco. O município é terra natal do ex-jogador do Internacional de Porto Alegre, do Roma da Itália e da seleção brasileira, Paulo Roberto Falcão.

Desses fatores, outro fator de destaque do município de Abelardo Luz é o de ser o município catarinense com maior número de pessoas assentadas, totalizando 1.280 famílias. Essas famílias estão reunidas em 17 projetos de assentamentos e totalizam uma população de aproximadamente 6.400 pessoas, ou seja, 47% da população do município. As famílias assentadas ocupam uma área de 18.118 hectares e se organizam em assentamentos, conforme ilustra a tabela.

³⁶ Dados disponíveis em:

<http://www.tce.sc.gov.br/files/file/dpe/indicadores_municipais/financiamento_da_educacao/abelardo_luz>
. Acesso em 12/10/2011.

³⁷ Mais informações sobre os índices do município de Abelardo Luz em:

<<http://www2.cidades.gov.br/geosnic/src/php/frmPerfilMunicipal.php?idIBGE=420010>>. Acesso em: 22/12/2012

Assentamentos rurais no município de Abelardo Luz			
<i>Nome do Assentamento</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Data de criação</i>	<i>Número de famílias</i>
Papuan I	359	14/01/86	27
25 de Maio (Faz. Sandra)	1.001	14/01/86	58
Santa Rosa I	1.193	22/01/87	82
Papuan II	890	01/04/87	63
Santa Rosa II	669	10/04/87	52
Capão Grande	1.286	28/06/88	91
Volta Grande	1.326	08/03/89	74
Indianópolis	1.337	10/01/95	90
Juruá	419	21/12/95	40
Santa Rosa III	232	05/01/96	16
Recanto do Olho D'Água	470	05/08/96	25
São Sebastião	323	14/10/96	32
Três Palmeiras	765	14/10/96	70
Treze de Novembro	1.797	26/02/97	105
Novo Horizonte	765	11/04/97	60
José Maria	3.995	06/11/97	300
Padeiro	1.292	1998	95
<i>Total</i>	<i>18.118</i>		<i>1.280</i>

TABELA 02: Assentamentos rurais no município de Abelardo Luz. **Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária de Santa Catarina.

Atualmente, as famílias assentadas, além da produção para a subsistência, também comercializam produtos industrializados como artesanatos, doces, queijos, peixes, conservas de legumes, dentre outros. Conforme identificamos durante a pesquisa exploratória, a constituição dos assentamentos em Abelardo Luz é fruto de uma história marcada por confrontos entre os novos habitantes, os sem-terra, com os poderes locais, sobretudo com os grandes empresários, que na maioria são, ao mesmo tempo, produtores de gado, cerealistas e políticos. A seguir, contextualizamos o Assentamento 25 de maio, através de depoimentos de agricultores assentados.

6.3 O Assentamento 25 de Maio

Também conhecido como Fazenda Sandra, o Assentamento 25 de maio é considerado uma das primeiras ocupações do Movimento no estado de Santa Catarina. No início, em meados de 1982, antes da ocupação, foram realizadas muitas reuniões formativas, tudo de forma sigilosa com os possíveis integrantes do Movimento Sem Terra. O depoimento de Pedro³⁸, assentado desde 1985, revela os elementos da constituição do MST no Estado de Santa Catarina:

Eu só tinha uma casinha velha. Aí o presidente do sindicato reuniu a gente, mas ninguém sabia de nada, somente que teria uma reunião no Seminário Diocesano de Chapecó, com o nosso Bispo, o dom José Gomes. Era ele que organizava também. Depois desta primeira reunião, tiveram outras formações e encontros. Aí foi ganhando força pra coisa acontecer, mas ninguém sabia de nada, que a ocupação das terras seria no Município de Abelardo Luz.

Após este primeiro momento, novas atividades formativas e encontros foram dando origem ao MST no Estado catarinense, bem como ao processo de ocupação das terras em outras regiões de Abelardo Luz.

No anoitecer de 24 de Maio de 1985, em torno das 18h00min. , mais de 30 caminhões e ônibus partem de diversas cidades de Santa Catarina rumo ao município de

³⁸ Os assentados entrevistados são identificados por um codinome.

Abelardo Luz. Durante o percurso, afirma Luiz: “a preocupação era acalmada pelas histórias, cantos de igreja. Mas a esperança era de que a coisa iria dar certo”. Em um convite para a festa dos 24 anos do MST encontramos uma poesia sobre este momento histórico: “numa madrugada gelada, o ronco dos motores dos caminhões, e dos ônibus, faziam eco junto ao canto dos pássaros, que, como uma orquestra afinada, anunciavam a chegada de uma nova aurora”.

Desencontros, atrasos e imprevistos fizeram parte desse momento. Um dos caminhões que transportava os alimentos ficou pelo caminho com problemas mecânicos. A noite se findava e outro caminhão se perdeu da frota, tomando outro rumo, sendo localizado somente no dia seguinte. Confrontos com os seguranças, vulgos pistoleiros, foram inevitáveis. De acordo com Luiz “todas as tentativas para impedir a ocupação foram tomadas pelos fazendeiros”. Ao amanhecer do dia 25 de Maio, a ponte sobre o Rio Chapecó foi incendiada pelos seguranças enquanto os integrantes passavam: “Aí a coisa foi feia. Mas logo as mulheres pularam na ponte com galhos verdes, jogando terra até o fogo se apagar. Assim a viagem continuou”, relata Luiz.

Aproximadamente às 06h00min., mulheres e homens começaram a descer dos ônibus e caminhões. Aos gritos, formavam um coro: “reforma agrária já, terra para quem nela trabalha”! Eis os primeiros passos da ocupação da Fazenda Papuã I, primeiro assentamento de Santa Catarina.

O frio era intenso, afirma Luiz, e muitos tentaram desistir da ocupação. Antes mesmo de se iniciar a montagem dos barracos, foi convocada uma assembleia geral. Um disco de ferro era utilizado como sino. Ao toque, todos se reuniam imediatamente. Nessa primeira assembleia, afirma Luiz, “foi tratado de coisa mais sobre a luta, de ânimo e de resistência, e também sobre a importância da ajuda entre nós. Muita gente chorava de alegria, mas de medo também”.

Após alguns meses, aconteceram novos confrontos com a polícia e pistoleiros. Os proprietários da fazenda também começaram o desmatamento e retirada de toda a madeira da propriedade ocupada pelos Sem Terra. Segundo Luiz, houve resistência por parte dos ocupantes, tentando impedir o desmatamento total das terras: “os fazendeiros levaram toda a madeira boa, não deixavam nem um pé para trás”.

Com o passar dos dias, outros conflitos se originaram. Uma grande corrente foi colocada na estrada pelo proprietário de outra fazenda vizinha, impedindo o acesso dos integrantes do MST para a cidade, bem como a entrada para a área ocupada. Além disso, um sistema de segurança foi montado, com trincheiras e cabanas para os seguranças contratados. De acordo com Luiz, “o Coronel Amilton, que morava em Curitiba deu ordem que se alguém botar a mão naquela corrente para querer atravessar, morre de criança pra cima”.

Devido o processo de demarcação das terras e as negociações entre o INCRA e os fazendeiros, eram necessários deslocamentos constantes dos assentados com suas mudanças para outras áreas da região: “era aquele transtorno, sem contar o frio que passamos. Algumas das noites eram passadas debaixo de árvores, com uma lona estendida por cima, sem teto, com criança e tudo”, afirma Luiz.

Naquela época, local onde hoje é o Assentamento 25 de Maio, os agricultores iniciaram a construção de um espaço comunitário. Formaram também um grupo de educadores para os trabalhos da escola itinerante, a qual, indo de assentamento em assentamento, alfabetizava crianças e adultos. Uma capela foi construída, servindo de espaço para celebrações, velórios, festas da comunidade e reuniões: “um disco de arado foi erguido numa árvore do lado da igreja e servia como o sino para reunir a turma. Sempre, em dois toques, todo mundo estava reunido. Era aquela multidão”, afirma Luiz.

Aos poucos, as terras foram desapropriadas pelo INCRA. O Assentamento foi legalizado e uma estrutura habitacional construída. Após a distribuição das terras entre os ocupantes, o Assentamento 25 de Maio foi reorganizado em forma de agrovila, onde as famílias assentadas ergueram as suas casas.

Após alguns anos, duas escolas foram construídas. Hoje, a escola de Ensino Fundamental, segundo Pedro, é considerada pelo Governo Federal como a maior escola de educação do campo da América Latina, acolhendo mais de 900 alunos nos períodos matutino e vespertino. Durante à noite, nesta mesma escola, funcionam os cursos de graduação em Pedagogia e Agroecologia, ambos disponibilizados pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o INCRA e o MST.

As escolas também realizam diversas atividades em parceria com a Rádio Terra Livre. Alguns alunos e professores fazem parte do coletivo de comunicadores, como também contribuem com as atividades formativas desenvolvidas pela coordenação política da emissora. Adílio, professor em uma das escolas, destaca que

[...] pode ser feito muita coisa entre a escola e a Rádio. Fizemos esses tempos um trabalho de conscientização ecológica. Foi aquele barulho na rádio e depois saímos conversando com o povo e colocando placas com frases educativas de conscientização. Eu inclusive apresento um programa e vejo que dá para se fazer muito mais.

Outras atividades são realizadas em parceria com as escolas, especialmente as jornadas culturais durante a semana de aniversário do assentamento 25 de Maio. Atualmente, em uma única rua do Assentamento 25 de maio, concentram-se as residências e o comércio, bem como um posto de saúde, uma escola para alunos especiais (APAE)³⁹, alguns bares, dois pequenos mercados, um moinho, duas igrejas (Católica e Evangélica) e uma oficina automotiva. As festas da comunidade acontecem no salão comunitário, construído há dois anos pelo Governo Federal. Conforme Pedro, o salão comunitário é considerado pelos moradores como o local de encontro nos finais de semana:

Sempre fazíamos muitas promoções, mas depois de umas confusões a gente resolveu parar. Mas nos finais de semana sempre tem bastante gente aqui, jogando uma bocha, um baralho, tomando uns tragos. Fazer o que né, o povo tem que se divertir também.

No assentamento 25 de Maio, também há uma unidade da Cooperoeste⁴⁰, que tem por objetivo dar suporte técnico e logístico para a produção e comercialização dos bens produzidos pelos assentados. Porém, de acordo com Luiz, “nem todos negociam com a Cooperoeste. Muitos acabam negociando com as cooperativas da cidade mesmo”. Ainda destaca que no início houve a intenção de trabalhar de maneira coletiva, mas, atualmente, a forma de organização e de produção no assentamento é individual, ou seja, cada família administra a propriedade e o modo de produção: “a gente até que tentou, mas a cultura do egoísmo e do lucro é muito forte. Alguns tentam, entre família, entre irmãos como o nosso caso, mas no geral é cada um por si”.

³⁹ Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

⁴⁰ A referida cooperativa é filiada à Cooperativa Central da Reforma Agrária. Atualmente, sua maior atividade é produção de laticínios, sementes e fertilizantes orgânicos.

Outro ponto muito enfatizado pelos assentados diz respeito à dificuldade de locomoção até a cidade de Abelardo Luz, distante 35 quilômetros. Segundo Luiz,

[...] a condição ruim das estradas atrasa muita coisa para os assentados. Sem contar que muitas vezes, quando chove, nem com corrente nas botas se chega aqui. Aí tudo dificulta. Antigamente a gente cansava de fazer a pé esse trajeto até a cidade. Hoje tem um ônibus, mas só em alguns dias da semana. Tem alguma carona, mas aí depende da sorte.

Do total das famílias do assentamento 25 de Maio, apenas nove possuem telefone residencial, que é disponibilizado em forma de ramais. Este fato limita a comunicação com as famílias, pois quando uma pessoa utiliza o telefone, as demais linhas ficam ocupadas. As escolas e alguns estabelecimentos comerciais também possuem telefones fixos. A telefonia celular ainda é uma das reivindicações dos moradores do assentamento, pois é possível ter acesso a essa tecnologia somente indo até as mediações da cidade Abelardo Luz. Como veremos em capítulo analítico, a comunicação de referencia nos assentamentos é face a face e radiofônica. A televisão também se faz presente, com canais da TV aberta.

Durante a convivência com as famílias, identificamos que o rádio é o veículo de comunicação mais utilizado. Segundo Luiz

desde a nossa chegada, se não fosse o rádio a gente estaria ainda perdido. Na época da ocupação, duvido encontrar uma família que não tivesse rádio. Eu gostava mesmo era das modas de viola e escutava quase toda a noite a Voz do Brasil.

Pedro relata que a televisão se destaca como veículo “para se saber das coisas que acontecem no mundo, já que nossa lida na roça não deixa a gente muito dentro de casa. Ai a televisão é mais para a noite”. Para Luiz, “o povo aqui sempre buscou estar informado mais pelo rádio do que por qualquer outra coisa [...]. Mesmo na cidade, o que movimenta a questão da informação é o rádio”.

No assentamento 25 de maio, as famílias também convivem com problemas sociais, como a violência decorrente de pequenos furtos, conforme nos relata Pedro: “aqui nos assentamentos tem gente de todo o tipo. Então é um lugar que também tem seus problemas, principalmente esse negócio de roubo. A gente não sabe se é daqui dos assentamentos [as pessoas que roubam] ou da cidade”. Outro fator de insegurança dos assentados advém da falta de atendimento médico e de transporte público diário. Pedro

conta que “em 2012 uma mulher e a criança morreram, na hora do parto, por que não tinha médico e nem carro pra levar ela para a cidade [...], imagine antigamente, isso acontecia direto”.

No presente, relata Luiz, ainda ocorrem os conflitos agrários nos assentamentos da região. A compra e a venda de lotes é um fator que tem gerado a desorganização dos trabalhos coletivos, bem como da própria organização política dos assentados:

Como a posse da terra é individual, a lei não proíbe a venda da terra. Por isso, algumas famílias, isso desde o começo dos assentamentos, negociam a terra com gente que, inclusive, é contra nós. Isso tem gerado muita confusão aqui nos assentamentos, porque esses compradores só querem saber de produzir pra si; não pensam no coletivo, na comunidade.

O assentado relata que o MST busca alternativas para integrar essas famílias que chegaram posteriormente às ocupações. Ações como reuniões com as brigadas⁴¹, atividades festivas e culturais buscam reorganizar a convivência e a sociabilidade nos assentamentos da região.

Nesse contexto, a Rádio Terra Livre desempenha diversas funções, sobretudo na mediação e no enfrentamento a esses problemas que os assentados relatam. Historicamente, o contexto dos assentamentos da região também está interligado às demandas e orientações do MST, que chegam através de diversas ações comunicacionais, como veremos a seguir.

Portanto, continuamos a contextualização do nosso objeto de pesquisa, a partir do histórico das ações comunicacionais do MST, pois, segundo Luiz, a Rádio Terra Livre, bem como a própria organização dos assentamentos, também são consequências de investimentos realizados por lideranças nacionais do MST que atuam no Setor de comunicação, desde a fundação do movimento.

⁴¹ Os assentamentos são agrupados por brigadas, as quais aglutinam regiões a partir da proximidade geográfica dos assentamentos. Na região de Abelardo Luz os assentamentos compõem uma brigada, subdivididas em núcleos a partir de dez assentamentos.

6.4 As práticas comunicacionais do MST

Conforme pesquisa exploratória, identificamos que a comunicação também se efetiva como um dos elementos centrais na constituição histórica do próprio MST. A origem do MST, bem como a luta pela questão agrária na região de Abelardo Luz, são resultantes das diversas formas de comunicação, das manifestações públicas, panfletos, cartazes, faixas, bandeiras, canções, palavras de ordem, as quais embalavam, davam o tom e o ritmo às primeiras marchas, que, para Maria, militante desde a fundação do MST, eram popularmente chamadas de romarias: “[...] a nossa primeira forma de chamar a atenção eram as marchas. Mas a gente fazia a romaria, por que isso é da história da igreja, que estava com a gente desde o início”.

As romarias desempenharam um duplo papel ou forma de mediação cultural: de manifestação religiosa e profética, como de contestação e de enfrentamento político, pois ao mesmo tempo sustentavam e garantiam a força integradora interna, através das orações, celebrações e cantigas e que se articulava à necessidade de comunicação e de negociação com os diversos poderes e esferas do Estado e da sociedade civil.

Nas romarias, as práticas comunicacionais - mediadas sob forma da oralidade, no grito das palavras de ordem, nas rezas e nos cantos entoados que ecoavam das vozes vivas e enfileiradas - fortaleciam as longas e penosas caminhadas, como a própria coesão política do grupo: “[...] a questão da terra sempre foi um pouco religiosa, que mexe com a fé e a emoção das pessoas e que dava ânimo pra gente seguir em frente”, destaca o militante. Percebemos que a informação oral, cantada e rezada apresenta-se mais do que um signo, pois fornece os conteúdos que alimentava o substrato de onde vinha e vêm a sua força: a tradição aliada às crenças religiosas é responsável pela mediação dos sentidos que construíram as bases da ideologia transformadora, fortalecendo os projetos comunitários e coletivos do MST. Atualmente, as grandes mobilizações são chamadas de “marcha”, a qual ainda incorpora o ritual, as gestualidades e a mística das romarias. Em alguns Estados, o MST participa da Romaria da Terra, evento religioso realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por sindicatos e demais movimentos camponeses.⁴²

⁴²Strapazzon (1997) aprofunda melhor sobre a relação e a fina ruptura entre os termos “romaria e marcha”. Segundo o autor, este fato se deve ao encaminhamento mais político, ideológico e laico, do que religioso ou cristão das decisões e formas de manifestação assumidas pelo MST no decorrer da história,

Maria afirma que durante o principal encontro do MST realizado em 1981 houve cobertura televisiva da mídia comercial, mas, sobretudo, entrevistas para rádios locais, que aos poucos foram revelando ao Brasil as conquistas e manifestações: “tinha um pessoal que fez umas filmagens da RBS e os nossos companheiros também. Já as rádios falavam de nós todos os dias. Umas falavam bem e outras mal”.

A compreensão política e a prática do MST sobre a importância da comunicação vêm desde a fundação da entidade como organização nacional, pois a criação do Setor de Comunicação e, conseqüentemente, dos seus veículos de maior expressão, foi importante para a expansão das suas estratégias organizativas junto ao povo marginalizado do campo, possibilitando, assim, grandes mobilizações em todo o país, divulgando suas bandeiras de luta e conquistando a legitimidade social. Em um documento de comunicação encontramos diversos elementos que confirmam a centralidade da comunicação na constituição do MST:

Ao longo de nossa história, estamos desenvolvendo uma comunicação que tem por objetivo organizar e mobilizar, ser ferramenta de educação do povo, divulgar e agitar as pessoas na luta pela Reforma Agrária e por um Projeto Popular para o Brasil (MST, 2010).

No início das primeiras ações do MST, os sujeitos responsáveis pela comunicação integravam o Setor de jornal e propaganda. Para André, militante do MST, somente a partir da década de 1990 é que o mesmo passou a ser denominado Setor de Comunicação:

No início, era o Setor de jornal e propaganda. O Jornal Sem Terra era o grande instrumento da época, pois existia desde os primeiros passos do MST. Em 1993, começou a discussão para um Setor de Comunicação para articular outras ferramentas, para irmos além disso [...]. Aí, depois que as atividades não eram apenas o jornal e a agitação, o povo começou a chamar a gente de Setor de Comunicação.

Dentro da organização do MST, o Setor de Comunicação compartilha espaço com outros setores como: Educação, Juventude, Saúde e Gênero, Cultura, Produção, Direitos Humanos, Relações Internacionais e Frente de Massa. Cada setor possui algumas subdivisões internas. Para André, não é destinada ao Setor de Comunicação uma prioridade maior do que aos demais, mas esse possui uma relação orgânica com todas as atividades:

sobretudo após o primeiro congresso nacional, realizado no mês de janeiro de 1985, na cidade de Curitiba (PR).

O Setor de Comunicação não é o centro, mas está junto com os demais. A lógica da organização são as coisas que puxam, que é o setor de frente de massa, que vai à periferia organizar o povo. Temos a organização dos assentamentos como a outra frente prioritária. Por aí entra a educação, a saúde, o setor de produção - que é a parte econômica -, e a comunicação.

Para este militante, o Setor de Comunicação vem ganhando mais atenção dentro do MST, especialmente no que diz respeito à construção dos próprios canais de comunicação: “[...] a cada ano que passa, aumentam os investimentos e a preocupação de que sem um bom setor de comunicação, também não teremos assentados conscientes ou preparados para a luta”. É possível perceber a evolução das atividades desenvolvidas pelo MST por meio deste Setor ao longo de sua história, como relata João, militante:

as atividades realizadas em comunicação começaram a crescer. Iniciamos também a assessoria de imprensa, que era feita por companheiros sem formação acadêmica. Aí veio um grupo grande de jornalistas militantes, com o objetivo de criar um grupo de jornalistas para proteger a organização e fazer essa relação com outros veículos externos.

Conforme relata João, após um encontro entre os coordenadores nacionais e estaduais do MST, em junho de 2006, cogitou-se a reestruturação dos setores em três grandes frentes:

O primeiro seria a Massificação, que vai buscar as famílias para a ocupação das terras. Outra frente seria a organização dos assentamentos. Outra frente seria a elevação do nível cultural dos assentados, dos acampados. Nessa elevação do nível cultural se juntaria o trabalho de educação, comunicação, juventude, cultura [...] todos os setores trabalhando em conjunto para ter uma estratégia. Melhorar o meio onde eles vivem para que se sintam melhores nesse meio.

O Setor de Comunicação do MST é composto, atualmente, por coordenações em âmbito nacional e estadual. Segundo João, as decisões, bem como as deliberações, procuram ser tomadas em conjunto:

o Setor de Comunicação é pensado de maneira conjunta entre os coordenadores nacionais e estaduais. Diríamos que o setor nacional pensa as atividades de comunicação em um nível mais geral, com os grandes meios, tanto os nossos como o relacionamento com a mídia burguesa. Já o povo mais ligado à coordenação estadual estaria mais atento às ações nos assentamentos, mas também sempre ligado ao todo.

O Setor de Comunicação busca se organizar em algumas frentes, mas, segundo Isabel, sempre ocorrem alterações na estrutura e nas designações dos nomes das ações:

Em 2004, começamos a discutir a divisão do Setor de Comunicação em várias frentes: frente digital, que é mais um arquivamento de dados e também a questão dos sites, da internet. A frente de rádio, audiovisual, assessoria de imprensa. Mas vimos que não funcionou direito, que ficava muito separado. Aí colocamos audiovisual e o setor de cultura juntos. Aproximando esses setores.

De modo geral, o Setor de Comunicação possui uma diversidade de ações, sendo que nem todas são desenvolvidas ou acompanhadas por seus coordenadores estaduais. Muitas dessas atividades comunicacionais também são realizadas por outros setores, ou de forma conjunta. Ainda em 2004, os militantes do Setor de Comunicação em todo o país receberam documentos que faziam o balanço e orientavam o tipo de comunicação a ser protagonizada nos próximos períodos. Foi o momento de analisar, com mais intensidade, o contexto em que se insere a imprensa hegemônica brasileira e os desafios e possibilidades para preparar comunicadores, bem como novos canais alternativos de comunicação, que contribuíssem com a formação da consciência e organização popular. Portanto, a história da comunicação popular e alternativa do MST também se articula em torno da preocupação de ser protagonista dessa produção de sentido contra-hegemônica. Por esse motivo, de acordo com as linhas políticas gerais de trabalho do Setor de Comunicação do MST, é preciso:

desenvolver e potencializar os instrumentos de comunicação que já temos, com destaque para o Jornal Sem Terra, Brasil de Fato e nossas Rádios, além de usar a nossa criatividade para desenvolver um sistema de comunicação eficiente para o MST e do MST para a sociedade (MST, 2003).

O setor de comunicação, além de organizar a comunicação interna, também é responsável pelo funcionamento de todos os veículos de comunicação de massa, conforme especificaremos a seguir:

Jornal Sem Terra: O Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é considerado o precursor das atividades de comunicação de massa do MST. Seu início data de 1981, momento em que o MST se definia enquanto movimento de atuação nacional. De acordo com André,

os dirigentes, na época o Stédile e outros companheiros dos sindicatos, começaram o Jornal Sem Terra [...]. Foi até debaixo de um barraco, no acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio

Grande de Sul. O Jornal Sem Terra foi o grande instrumento da época contra aquela comunicação que atacava a gente.

Nas primeiras edições, o Jornal Sem Terra tinha características de um boletim informativo, com produção e circulação semanal. Meses depois, passou a ser quinzenal, com uma tiragem de aproximadamente três mil exemplares. Um ano depois, em novembro de 1982, o Jornal Sem Terra circulou pela primeira vez com 16 páginas. Logo em 1984, com tiragem ultrapassando dez mil exemplares, a circulação passou a ser nacional. No Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, em Curitiba, o jornal se encaminhava para sua 42ª edição e ganhava novas atenções, especialmente de outras entidades sindicais e partidárias. Nesse processo, o Jornal Sem Terra passou a ser um instrumento de contato com a sociedade e com os estados. Seus objetivos passaram a contemplar o público externo, versando não apenas sobre questões da organização interna ou ligadas à reforma agrária, mas também sobre diversos temas ligados à conjuntura política.

Vale ressaltar que, em 1986, o jornal foi agraciado com o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo. Atualmente, o Jornal Sem Terra possui 16 páginas e recebe contribuições dos setores de comunicação de todos os 25 estados onde o MST está organizado, bem como textos de intelectuais que apóiam a luta pela reforma agrária. Seus 20 mil exemplares, mensalmente distribuídos, possuem abertura para algumas entidades como igreja, sindicatos, universidades e partidos políticos, entre outras.

Portal da internet: Localizado em www.mst.org.br, o “site do MST” está no ar desde 1997, chegando a atingir a média de cinco mil acessos diários. A partir de 2003, a página ganhou agilidade e passou a ter atualização diária de notícias e fotos. Nesse site, é possível encontrar notícias do cotidiano de luta do movimento e informes de ações e eventos que reúnem outros movimentos sociais. O portal também possibilita o acesso a todo o conteúdo do Jornal Sem Terra e da Revista Sem Terra e o cadastro no “MST Informa”, uma e-news com notícias e boletins informativos. Outros links possibilitam o acesso a dados do MST – número de acampamentos, assentamentos e informações econômicas e sociais relativas à questão agrária –, poesias e poemas, sugestão de livros, textos e documentos. É possível ouvir e baixar músicas e obras lançadas sobre a reforma agrária. Há, inclusive, espaço com vídeos curtos sobre ações do MST e um quadro chamado “Eu apoio o MST!”, com depoimentos de apoio de pessoas famosas.

Além disso, a página também hospeda a “Videoteca Virtual Gregório Bezerra”, com vários filmes e vídeos sobre a trajetória do MST e a questão agrária no Brasil. A videoteca virtual é organizada pelo Movimento em parceria com o projeto Armazém da Memória. Na loja virtual da reforma agrária, encontram-se à disposição bonés, *buttons*, brindes e camisetas, entre outros itens. Para João, “o site tem uma função de discutir temas mais amplos e de estabelecer uma comunicação com a sociedade em geral”.

Twitter: Criado em 2010, o twitter (www.twitter.com/MST_Oficial) faz parte da chamada rede social e dissemina conteúdos com mais objetividade e rapidez. É uma das ferramentas que contribui para o aumento de acesso ao site do MST. Por meio dele, mais de 6 mil pessoas seguem o MST e recebem os títulos e links das matérias que são postadas no site oficial.

Audiovisual: Destacamos ainda a centena de vídeos criados por militantes e que são postados no *YouTube*. Há, desde 2005, uma crescente preocupação com a produção audiovisual: “[...] a intenção é aumentarmos a formação dos nossos militantes para o audiovisual, principalmente porque a produção pode ser feita até mesmo de um celular e colocada rapidamente na internet. Isso tem dado bons resultados para nós”, relata André.

Antes do fenômeno *YouTube*, já eram produzidos vídeos em VHS . São mais de 15 documentários e até curtas metragens, algumas disponíveis também em DVD⁴³. Buscando mais autonomia na área do audiovisual, para a produção de seus próprios vídeos, o MST também conseguiu equipamentos para fazer oficinas na área. Em 2005, a partir de uma parceria com o Ministério da Cultura, o “Projeto Cinema na Terra” levou a projeção de filmes para áreas de assentamentos e acampamentos, atingindo centenas de municípios em todo o país. Buscando autonomia na produção audiovisual, em junho de 2007, no 5º Congresso do MST, em Brasília-DF, o Movimento estimulou a criação do Coletivo de Audiovisual da Via Campesina , com militantes que compõem a organização no Brasil.

Revista Sem Terra: Com tiragem de 10 mil exemplares e com edição bimestral, seu conteúdo procura aprofundar as questões agrárias e analisar a conjuntura política, econômica e social do País. Em suas mais de 62 páginas coloridas, a Revista Sem Terra traz reflexões de grandes pensadores e estudiosos, abordando temas especialmente do

⁴³ Digital Video Disc ou Digital Versatile Disc.

universo político latino-americano. Sua fundação ocorreu em agosto de 1997, buscando dar mais visibilidade para as conquistas do MST, especialmente aos resultados de produtividade dos assentamentos em todo o Brasil. De acordo com André, a Revista Sem Terra “cumpre sua função mais para a realidade urbana. A intenção é atingir mais a classe média, que gosta de ler uma boa revista, de boa presença, bem feita”. No ano de 2013 a circulação da Revista passou a ser anual.

Editora Expressão Popular: Mesmo não estando somente sob a coordenação do MST, esta editora é fruto da iniciativa de lideranças desse Movimento. O conteúdo publicado da editora na internet esclarece:

foi então que, a partir de 1999, fomos organizando o comprometimento de centenas de profissionais que pensam no mesmo rumo e transformando nossas ideias em realidade: temos hoje mais de 100 títulos publicados, com preços de capa entre R\$ 3,00 e R\$ 22,00, com várias edições esgotadas. Temos o compromisso com a construção de um novo mundo, a convicção de que um novo mundo é possível e, por fim, a certeza de que essa possibilidade será tanto maior quanto maior for o acesso dos homens e mulheres, sujeitos e protagonistas dessa construção, aos saberes desenvolvidos nesse rumo.⁴⁴

A editora Expressão Popular está localizada em São Paulo (SP) e também possui representação comercial em quase todas as capitais do país.

Em conjunto com os demais Movimentos que compõem a Via Campesina, o MST também desenvolve outros meios de comunicação, como a Rádio Agência NP, Outra experiência que compõe a prática radiofônica do MST é a Rádio Agência NP⁴⁵, veículo de comunicação fundado em 2004, por movimentos sociais do campo e por militantes da esquerda brasileira. Este veículo de comunicação não está diretamente ligado ao MST, mas realiza uma vasta e atualizada cobertura noticiosa sobre o movimento, especificamente no que diz respeito à cobertura rádio-jornalística.

Jornal Brasil de Fato: A exemplo da Editora Expressão Popular e da Rádio Agência NP, o Jornal Brasil de Fato não é um veículo de comunicação estritamente sob o domínio do MST, porém o Movimento e seus simpatizantes foram os que primeiramente impulsionaram sua efetivação. Sua fundação ocorreu em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, em 25 de janeiro de 2003. Amplamente, o Jornal

⁴⁴ Acesso em 23/08/2012.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/>. Acesso em: 21/12/2012

Brasil de Fato se propõe veicular temáticas muitas vezes ignoradas pela mídia comercial, buscando também fazer um contraponto, tendo como parâmetro a crítica de esquerda. Sua organização conta com o apoio de entidades que vão desde a Central Única dos Trabalhadores (CUT) até integrantes ligados à ala progressista da Igreja Católica.

Como destacamos anteriormente, o campo comunicacional do MST também é formado por ações não-midiáticas, pois investigar a comunicação popular e alternativa protagonizada pelo MST implica compreendê-la não apenas como expressão da midiaticização tecnológica, mas principalmente como modo de expressão da criatividade humana, que excede o mero consumo de ferramentas.

Portanto, relatar outras manifestações comunicacionais não tecnológicas é importante para a compreendermos as lógicas de funcionamento da própria prática radiofônica. Por exemplo, um momento marcante para a Rádio Terra Livre foi a realização da Marcha de 1997, onde comunicadores e assentados participaram ativamente: “participar da marcha foi uma forma de animar a gente para continuar com a rádio e também para se comunicar com outros companheiros. A marcha foi uma forma de comunicação importante”, conta João.

A “Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça” reuniu 100 mil pessoas em Brasília. A partir desse momento, o Movimento, que possuía pouca visibilidade na sociedade, pressionou o Governo Federal a discutir a pauta da reforma agrária e passou a ser um ator social no cenário brasileiro e em outros países. Em 2005, o Movimento realizou outra grande marcha, com 12 mil pessoas, que durante 16 dias caminharam 250 quilômetros, de Goiânia até Brasília. Nessa ação comunicacional, é priorizado o intercâmbio de informações, que visam ao bom andamento da mobilização. De acordo com João, “nas marchas o que conta é a arte do improviso, para animar e organizar toda aquela multidão. É o tipo de comunicação improvisada, como aquela que vem da simplicidade de cada companheiro”.

Nesta instância, a simbologia icônica, como a bandeira, produção de arte, ensaios fotográficos de Sebastião Salgado e de outros militantes; celebrações místicas, atividades culturais de música e poesia, põem em movimento a pluralidade comunicacional do MST. Nesta perspectiva comunicacional não tecnológica, também destacamos ações como assessoria de imprensa, formação e documentos de comunicação.

Assessoria de imprensa: Preocupado com o sentido e forma com que as notícias em relação à questão agrária são veiculadas nos grandes meios de comunicação – que geralmente retratam negativamente os movimentos sociais –, a partir de 2004 o MST inicia a organização de uma rede de assessoria de imprensa. Hoje, o Movimento tem militantes que atuam como assessores nos três grandes centros, onde a procura por informações tem um fluxo maior: São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Segundo André, os militantes/assessores fazem, diariamente, um monitoramento da imprensa, com clippings de matérias dos principais jornais e revistas de circulação nacional que citam o MST ou os que contêm assuntos de interesse da organização. O trabalho de assessoria não é feito somente por jornalistas formados. Em alguns estados, os militantes do Setor de Comunicação atuam nessa tarefa. Essas pessoas passam a ser referência para a busca de informação da imprensa nos estados, evitando o contato direto com dirigentes, “blindando” a organização e qualificando o envio de informações à imprensa.

Conforme André, o MST também prioriza a formação de comunicadores, com oficinas técnicas e cursos de comunicação. Em 2001, foi criado o primeiro curso de nível médio com capacitação em comunicação popular no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Já em 2010, o MST conseguiu a aprovação do primeiro curso de graduação, denominado “Jornalismo da Terra”, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. No entanto, conforme relata João, é incontável o número de oficinas de comunicação desenvolvidas nos assentamentos do MST: “Eu estou há mais de oito anos na militância e perdi a conta de quantas oficinas já participei”, relata o militante. Segundo ele, “as oficinas de comunicação se intensificaram depois da marcha de 2005, quando foi muito debatida a importância da luta contra a mídia burguesa”.

Além das ações comunicacionais citadas até aqui, certamente existem inúmeras outras que se destacam em praticamente todos os 25 estados brasileiros em que o MST se faz presente. Segundo André,

a luta por justiça passa também pela força de comunicação social. Quanto mais comunicação social o movimento fizer a justiça fica mais forte para nós aqui nos assentamentos [...], como também para aquele sujeito que ainda vai entrar na nossa luta.

O contexto da prática comunicacional do MST também se efetiva nas incontáveis atividades realizadas em praticamente todos os seus assentamentos. Esta complexidade de ações comunicacionais também gera desafios ao próprio MST, no que

diz respeito à orientação e à coordenação. De acordo com Fábio “muitas atividades [de comunicação] nos assentamentos não são orientadas por que são bem maiores que o número de militantes de fato engajados”.

Mediante este cenário, Fábio relata que o MST busca orientar as práticas comunicacionais através de alguns “documentos de comunicação”. Esses documentos são produções escritas e impressas, elaboradas por diversos militantes que atuam ou que contribuem com o Setor de comunicação do MST. Em capítulo analítico abordamos o contexto geral da produção documental e investigamos dois destes documentos para compreendermos em que medida eles participam da construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre.

No subcapítulo seguinte, focamos a nossa descrição contextual no panorama da comunicação radiofônica do MST, evidenciando a historicidade das emissoras por nós mapeadas. Esta contextualização ou panorama da prática radiofônica do MST contou com a colaboração de militantes em praticamente todos os estados onde o MST se faz presente. As informações foram obtidas, na grande maioria, através do contato telefônico e por correio eletrônico, durante o primeiro semestre de 2013, bem como através do nosso contato com militantes durante cursos e encontros de formação em escolas do MST no sul do Brasil.

6.5 O panorama da comunicação radiofônica do Movimento Sem Terra

Ainda não existe um estudo que contemple a totalidade de experiências radiofônicas, ou seja, o número exato de emissoras do MST em funcionamento. João revela que “é difícil termos o controle do número das rádios; de quantas rádios o MST já teve ou dessas que estão no ar. Foi sempre aquele abre e fecha [...]. Por cima, creio que existem hoje umas 25 rádios em funcionamento”. Para André, esse número pode ser ainda maior se considerarmos as experiências das rádios-poste, mais desenvolvidas na região nordeste do Brasil. As rádios-poste são utilizadas com frequência nos acampamentos, para facilitar a comunicação e a organização interna das demais atividades. A rádio-poste, enfatiza Maria, militante e assentada no Estado de São Paulo, “é muito utilizada nos acampamentos, onde o povo se concentra mais [...]. Aí qualquer

alto-falante erguido numa taquara ajuda muito, sem contar que não tem essa de ser ilegal”.

Outra tradição do MST no campo da radiodifusão são os programas realizados em rádios comunitárias e comerciais. Essa tradição, segundo Pedro, vem desde 1986. Naquela época, o MST realizou um programa semanal na Rádio Aparecida, o qual permaneceu no ar por mais de dois anos. Conforme o militante, o programa terminou por causa de “[...] alguns desajustes políticos com a direção da rádio, pois o movimento estava amadurecendo politicamente. Foi uma ótima experiência de rádio para o Movimento”. Pedro recorda que o programa realizado na Rádio Aparecida servia “[...] para difundir notícias de lutas pela terra de todo país, ainda mais porque a Rádio Aparecida entrava em cadeia com rede católica e o programa tinha alcance nacional”. Pedro ainda comenta que:

nós sempre queríamos atuar em rádio e orientávamos nossa militância e dirigentes. Chegamos a fazer na época dois cursos de formação, com assessoria da ALER (do Equador) – que nos ajudou muito a apreender a fazer programas de rádio. Mas sempre priorizávamos os programas locais, ocupar espaço nas rádios municipais e/ou em programas de sindicatos ou das paróquias. O programa da Rádio Aparecida foi o primeiro esforço nacional. E fez parte dessa trajetória toda.

Esse programa não era feito ao vivo, mas produzido por uma jornalista que militava na secretaria nacional do MST e que depois o enviava à Rádio Aparecida.

Segundo Isabel, “[...] praticamente em todas as regiões de assentamentos, naquelas mais estruturadas, o MST tem algum programa com as rádios da cidade. Quando se abre algum espaço, a gente ocupa, pode ser comunitária ou não”. Na cidade de Abelardo Luz, o MST possui um programa semanal que é realizado na Rádio Rainha das Quedas AM. O programa, intitulado “Terra e Vida”, é produzido pelo setor de comunicação estadual há mais de doze anos e vai ao ar todos os sábados. Maria comenta que, no início, a produção era controlada: “[...] havia muita censura. Os donos da rádio eram inimigos e o programa não podia ser feito ao vivo. Mas nós terceirizamos e compramos o horário com o patrocínio das cooperativas”.

João relata que o programa feito pelos militantes na rádio Rainha das Quedas é importante, pois esclarece assuntos para o público que vive na zona rural. Ainda relata que “[...] o povo que faz o programa é entendido. Esses dias eu fui pra cidade e escutei o comentário da festa que tinham escutado no nosso programa, [...] dos assentados”.

Enquanto aguardávamos a chegada do ônibus na rodoviária municipal de Abelardo Luz, perguntamos ao dono da lanchonete sobre o programa “dos sem-terra”. Para Valcir, o programa é bom, pois toca bastante moda de viola e debate sobre os problemas do município: “[...] tem muita coisa que o povo da rádio aqui da cidade não fala, porque eles têm o rabo preso, mas já no programa dos sem-terra, eles não tão muito ai se vão gostar ou não, eles dizem mesmo”.

Outra prática radiofônica do MST é o programa “Vozes da Terra”. Esse programa é o resultado de uma parceria com a Universidade Católica de Santos (Unisantos) e com o Departamento de Jornalismo da Faculdade da Comunicação e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Produzido de 2000 a 2008, o programa tinha o objetivo de “[...] levar a visão do Movimento para dentro das rádios parceiras”, comenta Pedro. O “Vozes da Terra” foi, inicialmente, distribuído em fita cassete, depois em CD e, por último, digitalizado, sendo distribuído apenas pela *internet*.

Outra prática radiofônica importante foi a Rádio Brasil em Movimento, produzida, durante a Marcha Nacional, em 2005, e o V Congresso Nacional, em 2007. A experiência radiofônica foi fundamental para a organização das atividades internas e para a capacitação da militância. A Marcha Nacional, em 2005, contou com a participação de mais de 10 mil pessoas, durante 17 dias. A rádio montada em cima de um trio elétrico funcionou de forma itinerante. Os participantes da marcha, que possuíam rádio portátil, sintonizavam a Rádio Brasil em Movimento. Essa prática é histórica, pois é desconhecida outra experiência radiofônica com estúdio, transmissor e antena itinerantes, montados em cima de um trio elétrico em movimento, com transmissão hertziana e programação transmitida ao vivo. Em 2007, no V Congresso Nacional do MST, que contou com a participação de 18 mil delegados, a Rádio Brasil em Movimento também funcionou, só que como rádio-poste. Dezenas de caixas amplificadoras foram espalhadas pelo espaço onde ocorria o Congresso.

A prática radiofônica do MST também se espalha por diversas regiões do país. Durante o primeiro semestre de 2013, juntamente com dois integrantes do Setor nacional de comunicação do MST, realizamos um levantamento das emissoras em todo o território onde o MST se faz presente. O contato com os Estados se deu através de telefonemas e de correio eletrônico. Recebemos muitas informações de diversos militantes, alguns deles participantes do curso técnico “agentes comunitários”, no

Instituto Josué de Castro. A seguir, apresentamos o contexto da prática radiofônica do MST. Ressaltamos que este contexto diz respeito ao primeiro semestre de 2013 e, portanto, muitas emissoras que aqui apresentamos, podem não estar mais em funcionamento, devido a constante repressão da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). Por outro lado, outras emissoras também poderão ter surgido até o final de nossa pesquisa, tendo em vista o permanente ativismo dos militantes.

No Pará, a Rádio Palmares FM⁴⁶ é referência em uma vasta região de assentamentos. Fundada em 2003, atualmente permanece fora do ar devido à apreensão dos equipamentos pela Polícia Federal em 2008. Em Belém do Pará, também houve uma experiência do MST com a Rádio Resistência FM, localizada naquela capital.

Em Pernambuco, a Rádio Cultura Livre FM funciona como rádio-poste do Centro de Formação Paulo Freire, em Caruaru. Essa rádio é utilizada principalmente nos cursos, reuniões e encontros que acontecem no centro e se caracteriza, também, como um espaço de formação em rádio para militantes de outras regiões.

No Estado de Alagoas, o MST possui equipamentos para montar uma rádio, no entanto, o desafio é organizar os militantes para colocá-la em funcionamento. A proposta é que seja no povoado de Ouricuri, região de Atalaia, onde há um centro de formação e uma boa concentração de assentamentos e acampamentos.

Na Bahia, a Rádio Resistência FM funcionou como rádio itinerante durante algumas mobilizações, especialmente durante uma grande marcha em abril de 2010. A proposta é de que a Rádio Resistência FM continue funcionando de modo itinerante, passando pelos assentamentos e também nas atividades que o estado realiza.

No Mato Grosso, na região médio norte, o MST realiza programa numa rádio comercial. Isso também ocorre no município de Mirassol (região sudeste), onde o espaço radiofônico é utilizado principalmente quando ocorre alguma atividade que requer divulgação, bem como a realização de debate sobre os temas da mobilização. De acordo com militantes, como a rádio é local o programa fica mais restrito à cidade e não alcança o meio rural. Militantes desse Estado comentam que, no Assentamento Roseli Nunes (também no município de Mirassol), existiu uma rádio FM, mas que fechou devido à falta de pessoas para dar continuidade à programação. Na Baixada Cuiabana,

⁴⁶ Os informantes solicitaram a não explicitação dos endereços exatos das emissoras, pois temem a repressão da ANATEL.

município de Várzea Grande, o MST também ocupa semanalmente um espaço em uma rádio comunitária da região.

Em Minas Gerais, também obtivemos a informação de que há duas rádios em funcionamento, uma no acampamento Nova Vida e outra no Assentamento Franco Duarte. Existe, ainda, uma pequena estrutura de rádio no Acampamento Padre Gino, município de Frei Inocência, mas que atualmente está fora do ar. Segundo militantes, a rádio contribuiu muito com a transmissão de algumas ações do movimento na região, mas hoje está parada por falta de energia no acampamento. Há a perspectiva de se instalar uma nova rádio no Centro de Formação em Governador Valadares.

Em São Paulo, a experiência radiofônica iniciou-se durante as olimpíadas da Reforma Agrária, realizadas em 1996. Uma rádio-poste foi montada durante as atividades e, segundo militantes, a experiência deu tão certo que motivou a abertura da primeira emissora, a Rádio Camponesa FM. Inaugurada em novembro de 1998, no assentamento Pirituba, essa emissora passa por um novo processo de reorganização, com a chegada de novos (as) comunicadores (as). No ano passado, a rádio viveu um momento interessante. Ela estava fora do ar, pois o transmissor havia queimado. Além disso, era necessário trocar alguns equipamentos, que eram os mesmos desde a inauguração. Para isso, foi organizada, junto com a comunidade, uma “Cavalgada”. Somente com essa atividade foi possível colocá-la no ar novamente. De acordo com militantes, a comunidade participou e contribuiu justamente porque sabia que era para a rádio voltar a funcionar. Atualmente, ela é mantida com a contribuição dos comerciantes e das famílias do próprio assentamento.

No Paraná, a primeira emissora criada pelo MST foi a Rádio Alternativa, de Cantagalo, em 1996. Funcionava na cidade em parceria com alguns militantes do Partido dos Trabalhadores. Foi a experiência mais longa. Dez anos funcionando, sendo fechada por nove vezes pela Polícia Federal. Para uma militante, a Rádio Alternativa FM foi um instrumento fundamental para a organização do MST na região central do Paraná, onde o movimento possui o maior número de famílias assentadas – cerca de 2,5 mil – e uma das maiores cooperativas do Estado, a Coagri. Entre 2001 e 2005, a partir da necessidade da organização do setor de comunicação nas regiões e da necessidade de tornar a comunicação em uma ferramenta de luta e propaganda da reforma agrária, a direção estadual do Paraná discutiu a meta de criar uma rádio em cada brigada (grupos de 500 famílias – que antes estavam organizadas em regiões).

Com isso, até 2007, quinze rádios estavam funcionando no Estado. Para dar conta da demanda e fortalecer esse instrumento de comunicação foram realizadas várias oficinas, teóricas e práticas. Mas, sem outorga, muitas delas acabaram sendo fechadas pela Polícia Federal. A intensa rotatividade dos militantes também foi motivo para o fechamento de outras emissoras. Essa experiência, relatou uma militante, potencializou o diálogo com a sociedade local, sobre temas como a reforma agrária, além de ser um espaço de irradiação da cultura popular e da cultura sem-terra. No Paraná, registra-se outra experiência radiofônica realizada no assentamento Imbaú, em Ortigueira, e outra no assentamento Emiliano Zapata, em Ponta Grossa, que funcionava somente nos finais de semana. Em Cascavel, também existiu uma rádio-poste, que funcionou por um bom tempo, no acampamento Cajati.

No Rio Grande do Sul, a Rádio Terra Livre FM está no ar há 14 anos. Inicialmente, a emissora funcionava apenas nos finais de semana, mas, desde 2008, sua programação se mantém diária, das 06h00min às 23h00min. A Terra Livre FM atinge uma região com mais de 56 assentamentos, além de outras comunidades rurais. No mesmo Estado, muitas cooperativas realizam programas em rádios comunitárias e comerciais. Na cidade de Pontão, em parceria com o “Padre Lauro”, assentados realizam um programa semanal na rádio comunitária Pontão FM. Em assentamentos localizados em Livramento, houve uma tentativa de criação de uma emissora. Segundo um militante da região, tal experiência mobilizou a comunidade, no entanto, após duas apreensões da Polícia Federal, “a emissora deixou de ser levada adiante”. Na região de Viamão, jovens militantes realizaram algumas transmissões, as quais não tiveram continuidade, devido às denúncias e às contínuas ameaças de apreensão pela Polícia Federal.

Do sul para o sertão cearense, ressaltamos outra importante experiência que compõe o panorama radiofônico do MST. Em 23 de novembro de 2007, “entrava no ar” a Rádio 25 de Maio FM, na frequência modulada 95.3. Segundo militantes, a sua abrangência atinge mais de 15 municípios. Os assentamentos, que compõem a região sede da emissora, reúnem mais de 425 famílias.⁴⁷ De acordo com algumas lideranças assentadas, a rádio surgiu da necessidade de comunicação entre as famílias, as quais

⁴⁷ A Rádio 25 de Maio FM foi tema da pesquisa de conclusão de curso de Helena Martins do Rêgo Barreto, pela Universidade Federal do Ceará. O título da pesquisa é: “Onde só vento se semeava outrora – Comunicação: espaço de luta política. Análise da rádio 25 de maio FM, produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”.

estão organizadas em 13 comunidades e em três municípios diferentes: Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem (área que totaliza cerca de 22 mil hectares). As famílias são organizadas em 18 associações comunitárias, e a distância de uma comunidade para outra pode chegar a 10 km. A 25 de Maio FM tem programação diária, das 5h às 22h. Os programas são realizados por jovens militantes e demais assentados. A rádio também possui um blog (<http://radio25demaio.blogspot.com/>).

Conforme João, a emissora surgiu a partir de oficinas realizadas por um estudante europeu, o qual desenvolveu o projeto técnico da emissora, como o transmissor e demais equipamentos. No entanto, segundo João, a sustentação da emissora se deu a partir da mobilização da comunidade, a qual foi responsável pela construção do espaço e pela formação política dos comunicadores.

Para militantes do setor de comunicação do MST no Ceará, a 25 de Maio FM também é resultado de outras práticas radiofônicas desenvolvidas no Estado. Dentre algumas, destacamos o programa “A Voz do Trabalhador”, apresentado semanalmente na Rádio São Francisco (AM), em Canindé. O programa tem duração de uma hora semanal e atinge, além dos assentados, ouvintes da cidade.

Ainda no Ceará, na região de Itarema, militantes do MST também são protagonistas da Rádio Lagoa do Mineiro FM 95.3. Os jovens radialistas comentam que a emissora sofre intensa perseguição dos políticos da cidade e que a ANATEL já tentou apreender os equipamentos. Marcelo Matos comentou que, durante uma fiscalização, os agentes da ANATEL se depararam com um “grupo de rezadeiras” da comunidade que realizavam atividades na emissora. Uma das mulheres foi processada pelo juizado de pequenas causas e, como pena, faz trabalhos comunitários na escola do assentamento. Nessa emissora, integrantes de uma comunidade indígena, próxima ao assentamento, apresentam um programa todos os domingos pela manhã.

6.6 O contexto histórico da Rádio Terra Livre FM

A Rádio Terra Livre FM está contida dentro de três grandes períodos: O primeiro momento diz respeito à abertura da Rádio no ano de 1996 até seu fechamento

em 2000, e o segundo momento, a reabertura em 2007. Nesse primeiro momento, entre 1996 e 2000, a Rádio Terra Livre fechou e reabriu cinco vezes. No segundo período, de 2007 até o final desta pesquisa, houve somente um fechamento, que se prolongou de 23/12/2008 a 16/03/2009. Após essa data, a programação seguiu ininterrupta, até a emissora ser destruída por um incêndio, no dia 20/09/2013. O incêndio da emissora ocorreu após encerrarmos a pesquisa de campo desta tese. No entanto, retornamos ao campo de pesquisa em janeiro, mas apenas acompanhamos e contribuímos com a reorganização de um novo espaço para a emissora, nas dependências do salão comunitário do Assentamento 25 de maio. De modo geral, trata-se de um momento singular na história da emissora. Após o lamentável ocorrido, lideranças de praticamente todos os assentamentos e de outros Estados auxiliam na reconstrução de um novo espaço, que segundo os comunicadores deverá ser inaugurado no mês de Abril de 2014. A seguir, descremos a história da emissora.

O nome Terra Livre FM foi uma escolha realizada entre seus fundadores. Sempre houve consenso, afirmam, justamente por simbolizar ou fazer “[...] referência à luta do Movimento contra o latifúndio, a favor da libertação da terra para o povo sofrido”, explica Fábio. A Rádio Terra Livre FM surgiu no ano de 1996. Era o dia primeiro de maio, dia do trabalhador. Pedro, um dos fundadores, comenta que a Rádio Terra Livre de Abelardo Luz foi a primeira experiência de Rádio do MSTno Sul do Brasil:

No Brasil, a primeira experiência foi no Ceará. Eles até foram premiados no ano de 1998. Depois houve em São Paulo outra experiência. Eu coordenava o setor de comunicação do Estado e essa foi a primeira experiência de Rádio do Sul do Brasil. Logo mais, iniciou outras experiências no Paraná e na cidade de Ulha Negra, no Rio Grande do Sul, com o mesmo nome Terra Livre (PELEGRINO, 2008).

Conforme Pedro, a necessidade de se montar uma Rádio sempre esteve presente nas discussões entre os assentados: “[...] a gente tinha uma vontade grande de ter uma Rádio aqui nos assentamentos, mas aqui, no meio do mato, a gente ficava um pouco sem condições”. Da mesma forma, enfatiza o militante, a motivação inicial em se montar a Rádio Terra Livre no município de Abelardo Luz se deu principalmente a partir do Setor Nacional de Comunicação:

[...] foi uma preocupação do setor de comunicação do MST. Nós tivemos um encontro nacional e, na época, o “Chico Lobo” era o cara das rádios comunitárias. Nós também estávamos na luta pela regulamentação da lei para as rádios comunitárias. Aí conseguimos uma grana via Cooperjús e mais uns projetos e mandamos trazer os equipamentos. Aí o Chico lobo veio e montou a Rádio para nós.

O iniciar foi cauteloso, enfatiza Derli, comunicador no período da fundação da emissora. Com a aquisição de novos equipamentos, como mesa de som, dois microfones, um aparelho toca-discos e de um transmissor FM, logo se iniciou a transmissão para as famílias assentadas. Primeiramente, de maneira experimental, com alcance limitado a alguns metros de suas instalações e com uma programação somente musical, devido à inexperiência dos locutores, bem como às ameaças de apreensão dos equipamentos pela polícia Federal.

Como relata Derli,

[...] no começo, a gente tinha muito medo. Pra você ter uma ideia, qualquer coisinha a gente estava tirando a Rádio do ar. Acho que desde noventa e seis até noventa e nove, nós fechamos umas cinco vezes a rádio. Sempre nessa resistência.

Ao questioná-los sobre a realização de oficinas ou encontros de formação, relatam não haverem recordações e, de acordo com Derli, “os cursos que a moçada tem agora, na época, quem participava era somente o pessoal da coordenação nacional e que depois vinha falar com a gente aqui”.

Essa informação se confirma com as palavras de Pedro, que também era membro da coordenação estadual do setor de comunicação:

eu fui fazer um curso no Equador pelo setor nacional de comunicação. Foi um curso para se fazer rádio via internet e mais outros assuntos. A ALER, se não me engano, a Agência latina americana de educação radiofônica, foi quem assessorou o curso lá. Mas a Rádio Terra Livre já estava funcionando com o povo daqui.

Após três anos, entre funcionamento e interrupções, esse grupo fundador resolveu encerrar definitivamente as atividades, repassando assim a emissora para outro grupo, conforme expõe Derli:

entre 1998 e 1999 a polícia bateu, mas só avisou a gente. A gente deu um tempo. Aí repensamos, pois já não tinha muita gente disposta a assumir. A rádio não tinha outorga, mas depois de uns

meses um outro grupo assumiu. Esse novo grupo até fez uma rifa com a comunidade para pagar as contas atrasadas e também para iniciarem a construção, onde está até hoje a rádio.

Com esse novo grupo na coordenação, a Rádio Terra Livre FM reabriu suas portas no dia 25 de maio de 1999. Nesse mesmo dia, comemorava-se, como se comemora ainda hoje, a data de ocupação das terras pelo Movimento: “[...] Então no dia 25 de maio a rádio foi para o ar; na semana de comemoração deste assentamento. Na época foi uma novidade. Era um monte de gente indo comprar radinho na cidade”, comenta Derli. Durante a semana que antecede esta data, são realizadas atividades culturais, esportivas e religiosas, nas quais a Rádio Terra Livre sempre procurou estar engajada.

Todos esses novos coordenadores da Terra Livre FM residiam no Assentamento 25 de Maio e desempenhavam atividades junto ao MST: “a gente era muito envolvido com a militância e todos aqueles sete que estavam agora à frente da rádio foram chamados para um curso de formação dentro do movimento”, explica Maria, assentada e comunicadora.

Segundo a Maria, a limitação financeira para a manutenção dos equipamentos foi uma constante desde o início das transmissões da Terra Livre FM: “na época não tinha condições. Nós voltávamos a fita no dedo para achar o ponto para então rodar a música. E mesmo assim naquela época o povo ouvia a rádio. A gente tinha uma audiência fora do comum”.

Em meio às crises, o grupo de jovens comunicadores buscava alternativas para prosseguirem com a programação da emissora: “pertencia ao setor de juventude do Movimento. Fazíamos as jornadas culturais, promoções, torneios, festas para arrecadarmos fundos para mantermos a rádio no ar”, comenta Maria.

A grade de programação foi construída através de reuniões e pesquisas junto à comunidade. Para Maria, procurava-se veicular conteúdos que estivessem de acordo com o gosto do público ouvinte:

Eu ficava mais responsável pelo programa do setor das mulheres e tentava colocar no meu programa coisas que as mulheres mais se identificavam. Por exemplo, as fases da lua, o que se planta em cada fase, o santo do dia, horóscopo, notícias e a cada pouco a gente tocava músicas. Eu lembro que toda a noite eu gravava numa

fita as músicas que tocavam nas rádios da cidade para tocar na rádio no outro dia.

Maria enfatiza que a Rádio, naquele período, contribuiu com a solução de vários problemas relacionados à organização e comunicação nos assentamentos. A Rádio Terra Livre se tornava um instrumento de comunicação alternativa, mediante a impossibilidade de participação dos assentados na mídia comercial:

Para divulgarmos qualquer coisa aqui do assentamento era, naquele tempo, cinco reais por anúncio, isso era uma afronta para nós. A gente organizou a rádio assim. Para anunciar um falecimento de alguém sem condições de pagar eles não anunciavam. Sem contar que eles falavam o que bem entendiam. Cada problema que tinha aqui no assentamento o prefeito ia na rádio da cidade e acabava com a gente. Então a rádio se levantou aqui como uma coisa independente e voluntária pra saciar essa necessidade que se tinha. Também a gente se organizava para as reuniões tudo via rádio.

Maria também comenta que, nessa época, o Setor de Comunicação do Movimento orientava o trabalho, auxiliando com encontros de formação e outras atividades nos assentamentos das região:

No início até foi uma vontade do setor de comunicação; para a gente organizar melhor o assentamento, as reuniões de núcleo. Se não o povo tinha que ir de casa em casa, entregando bilhete de porta em porta. Eles aconselhavam a gente nos encontros, de que não se podia usar a rádio para fazer qualquer coisa, que a gente utilizasse a radio junto à organização do movimento.

Porém, segundo ela, as necessidades do cotidiano foram os principais motivadores. Relata Maria: “[...] criar a rádio foi por causa das necessidades internas do dia-a-dia do assentamento e não tanto por uma vontade do MST. Eles cobravam nossa atitude de militante, mas não a ponto de proibir-nos de fazer uma coisa ou outra”.

Como percebemos nas palavras de Maria, a Rádio Terra Livre surgiu principalmente para atender as demandas do cotidiano, como anunciar gratuitamente os comunicados e contribuir para a organização dos assentados. Por outro lado, de acordo com Derli, a Rádio Terra Livre “era, e acredito que continua até hoje, parte da estratégia do movimento de fazer um estilo de comunicação diferente. Falar a nossa realidade, trazer as notícia e informação que interessa aos assentados”.

Neste período, percebemos que este meio de comunicação emergiu principalmente desse jogo de motivações. De um lado, as necessidades do cotidiano,

mas, por outro, os interesses políticos e ideológicos em se fazer um estilo de comunicação alternativa. Derli ainda pontua que, nesse momento histórico, também ocorreram alguns atritos entre os comunicadores da Rádio Terra Livre com algumas lideranças do Movimento: “houve uma época em que uma moçada estava relaxando. Fazendo tudo de qualquer jeito. Aí veio um pessoal da coordenação e ameaçou fechar as portas [...]. Um outro grupo assumiu e endireitou a rádio de novo”.

Derli também associa o funcionamento da Rádio Terra Livre FM ao bom andamento da conjuntura ideológica, econômica e política do Movimento:

Houve um tempo que a cooperativa estava em alta, a organicidade do Movimento estava em alta, os núcleos estavam em alta. Nós tínhamos um monte de coisa funcionando nos assentamentos e assim a rádio ia junto [...]. Depois começamos a ter vários problemas na estrutura do movimento, e com isso a rádio se foi.

Após alguns meses, a Rádio Terra Livre enfrenta alguns problemas devido ameaças de repressão policial. Boatos de que a polícia estava na região fez com que os comunicadores interrompessem a programação por alguns meses.

Sofríamos bastantes ameaças de que a Polícia Federal vinha e pegava nós. Aí a gente foi com calma. O pessoal se reunia na frente da cooperativa para ficar cuidando. A gente falava numa salinha escondida, lá atrás e o povo ficava lá fora cuidando. Um dia a polícia veio até aqui, mas só passou pela frente, na rua e foi embora.

O fechamento da Rádio foi de apenas alguns meses: “depois que a gente desconfiava que a polícia tivesse ido, a gente fazia a Rádio funcionar de novo”, relata Pedro. No entanto, conforme explica Maria, um fato ocorrido no estado do Paraná foi determinante para que a Rádio fechasse suas portas por mais alguns meses:

ficamos sabendo de um caso no Paraná, de um companheiro que foi assassinado dentro da rádio. Então naquela semana fechou a rádio aqui também. Era um agrônomo que não tinha nada a ver com a rádio e foi espancado. Aí veio ligação de lá que era para a gente se cuidar. Que a polícia estava em cima que se pegasse a gente íamos todos para a cadeia.

Porém o fato decisivo para o encerramento das atividades foi a questão financeira. Pedro relata que as despesas com energia e com a manutenção dos equipamentos foram aos poucos comprometendo o andamento da Rádio Terra Livre:

É triste dizer isso, mas chegou um tempo que a gente não podia nem pagar o talão da luz da rádio. Nós aguentamos seis meses dividindo o pagamento do talão da luz. E depois a gente teve que fechar a rádio. Não tínhamos mais estruturas. Nesta época, não se tinham condições.

Pedro associa a problemática financeira com questões maiores, como a perseguição política e ideológica sofrida pelo movimento por alguns políticos da cidade: “Teve um grupo aqui que queria tomar a rádio de nós. Que queria montar outra rádio. Isso era estratégia do prefeito que era contra nós”.

É importante destacar que, desde sua fundação, a Rádio Terra Livre esteve fortemente articulada com a Cooperjus⁴⁸, tanto por estar funcionando nas dependências da mesma como também por receber apoio financeiro. Dessa maneira, afirma Pedro “na medida em que a cooperativa andava, a Rádio ia junto. Se a cooperativa ia bem, a rádio também ia”. Durante a entrevista, Pedro insistiu em falar sobre a perseguição que o MST vinha sofrendo por alguns políticos da cidade: “o prefeito daquele tempo matou a cooperativa da gente [...], ele matou a rádio junto, e no matar a rádio ele matou a direção das escolas. Tivemos vários problemas com a rádio por causa dessa política”.

A mesma questão foi sublinhada por Luiz, que afirma ser neste período que a organização regional do MST começou a se desestruturar.

Era cooperativa fechando, grupos coletivos, os núcleos. Pronto, acabou, se foi tudo. A gente não conseguia se organizar perante a burguesia. Eles se organizavam e detonavam com a gente. Não tinha onde a gente se agarrar pra seguir lutando.

Luiz relata que após esses cinco anos de resistência, em meio às turbulências, buscando legalização e alternativas de sobrevivência, o grupo resolveu fechar novamente a Rádio Terra Livre.

alguns deputados até que ajudaram, mas deu em nada e não conseguimos legalizar. Ai a gente achou por bem guardar tudo. Tudo foi por terra. Ai resolvemos fechar a Rádio e levar as coisas na casa da mãe para ela guardar. Depois disso, cada um foi para seu lado. Dois companheiros ainda conseguiram trabalho nas rádios da região e estão até hoje lá.

A Rádio Terra Livre permaneceu com as portas fechadas por sete anos. Segundo Pedro

⁴⁸ Cooperativa de comercialização Justino Dravsevinsk Ltda.

o tempo que a nossa rádio fechou nós percebemos que algumas dificuldades aumentaram [...]. Tinha uns amigos que apresentavam um programa caipira que até adoeceram. Escutar a rádio da cidade não era a mesma coisa, principalmente porque, na época, eles tratavam a gente como vagabundo.

Para Luiz, este período histórico da Rádio Terra Livre foi determinante na organização de muitas atividades culturais nos assentamentos. O assentado também enfatiza a importância da emissora na solução de problemas políticos e mesmo econômicos dos assentados: “a rádio ajudou muito nas questões políticas, alertando os assentados dos problemas e chamando o povo pra luta. Ajudou bastante na organização das cooperativas, sempre reforçando a importância do trabalho coletivo”.

Após esse tempo de interrupção, outro grupo de jovens resolveu retomar os trabalhos de reabertura da emissora. Este segundo período histórico da Rádio Terra Livre iniciou no final de 2006, por meio de discussões entre jovens assentados e a coordenação estadual dos setores de Juventude e de Comunicação do MST. De acordo com Fábio

existia uma empolgação; uma expectativa da juventude, da comunidade. Tinha uma empolgação geral, isso foi forçando a gente a buscar alternativas para a reabertura [...]. A gente não tinha quase mais nada de equipamentos do outro tempo da Rádio. Ainda estávamos só estudando formas para reabrir essa rádio novamente.

Neste período em que a Rádio esteve fora do ar, intensificaram-se as formações pelo Setor de Juventude do estado, visando, especificamente, a formação dos jovens interessados em atuar na Rádio Terra Livre FM. De acordo com Fábio,

foram dois anos formando a moçada, montando um grupo de jovens e estudando a programação. Desde o início da nossa discussão, a rádio ficou dois anos praticamente fechada. Os equipamentos todos prontos, mas a gente não se preocupou em se apressar pra colocar ela no ar. Queríamos primeiro formar um grupo de militantes e não apenas de comunicadores.

Os encontros de formação eram realizados durante as Jornadas Culturais, que contavam com a participação de um número superior a trinta jovens. Fábio relata que um grupo de militantes começou debater sobre a reabertura da emissora:

A preocupação desses militantes era formar um grupo de comunicadores que tivesse um entendimento político para tocar a rádio. O que a gente quer com a rádio? Essa era a pergunta

principal ou a ideia principal quando a gente fazia a capacitação com a moçada. Isso foi trabalhado por dois anos, sempre mostrando a importância da formação ideológica para fazer comunicação.

Uma das preocupações centrais foi a realização de oficinas visando à formação técnica dos comunicadores, como a gravação de entrevistas, edição de conteúdos, dentre outros. Segundo Fábio,

começamos a perceber que era importante a discussão a respeito da parte mais prática. O que existia é que muitos deles só queria fazer uma coisa só. Um queria ser só locutor e outro só queria fazer vinhetas. Ai a gente explicava que era importante saber fazer um pouco de tudo, desde saber ligar um microfone até saber fazer um discurso mais ideológico.

No final de 2006, o MST foi contemplado com um projeto da ONG *Child Hope*, entidade inglesa que financia ações contra a violência. Junto com o MST, outras três entidades foram agraciadas: Pró-Mundo (Rio de Janeiro-RJ), Atitude (Ceilândia-DF) e Papai (Recife-PE). Por meio do Projeto “Jovem Movimento: Jovens pelo fim da violência”, iniciou-se a construção de um novo espaço para a Rádio Terra Livre FM, como também a compra de novos equipamentos: “o novo projeto da rádio, desde a construção até os equipamentos, foi bancado pelo projeto Jovem em Movimento. Isso fez com que a gente cuidasse mais do direcionamento político da rádio,” relata Fábio.

Como salienta Pedro, o Projeto Jovem em Movimento

veio através de uma ONG da Inglaterra. Aí chamaram o MST nacional para discutir. O foco desse projeto era a questão da violência também no meio rural. Eles sugeriram para nós aqui em Santa Catarina. A dinâmica do projeto era rígida e burocrática, pois não era pouca grana.

Como observado em um folder, o objetivo desse projeto era diagnosticar possíveis manifestações de casos de violência no universo juvenil e, segundo Fábio,

os dois principais instrumentos usados para superar essa questão da violência, seria o clube do computador e a Rádio Comunitária. Então também as oficinas de capacitação teria que atender essa formação contra a violência juvenil.

Para organizar a aplicação desse projeto, os coordenadores da Rádio Terra Livre e demais lideranças comunitárias formalizaram, em fevereiro de 2007, uma associação. Criou-se então a entidade jurídica Arca – Associação Cultural de Abelardo Luz, popularmente conhecida como Associação Cultural Terra Livre. Esta associação

rapidamente congregou, aproximadamente, 15 militantes, todos jovens e agricultores assentados, os quais iniciaram a organização do espaço físico, conforme as necessidades descritas pelo seguinte organograma:



TABELA 03: Associação Cultural Terra Livre. Fonte:Elaborado pela coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Esta associação, composta por lideranças do MST e por assentados da região, tornou-se um espaço para a realização de outras atividades culturais e educativas. Segundo Fábio,

a criação desse centro cultural mexeu com a juventude, principalmente a Internet. Muitos só sabiam o que era isso pela televisão ou nas vitrines das lojas [...] Sem falarmos da rádio, que era a coisa mais esperada pelo povo aqui. Com toda aquela estrutura que poucas têm, até eu fiquei muito animado para continuar a luta.

No Centro Cultural 25 de Maio, iniciaram-se as jornadas culturais, reuniões do movimento e encontros de formação. Também, de acordo com Fábio, “através desse projeto, conseguimos um cinema itinerante, com equipamentos para rodar filmes nos assentamentos”, explica Fábio. Essa experiência de mídia continua se desenvolvendo semanalmente nos assentamentos da região. Como relata Rosângela:

o cinema itinerante foi uma coisa que até nós ficamos surpresendidos. Na maioria dos assentamentos nós montávamos o

cinema dentro da igreja ou do clube. Achávamos que viriam poucas pessoas, mas sempre lotou. Nem em dia de missa ou de festa na comunidade o salão fica tão cheio. Depois do filme a gente faz um debate com eles [...] Nós passamos os filmes do Movimento e outros sobre a nossa luta. A grande maioria se emociona, não tem como, pois isso mexe com a gente.

Mesmo após as reformas e a instalação dos equipamentos no espaço da Associação, a Rádio Terra Livre FM ainda permaneceu fora do ar até o mês de outubro desse mesmo ano. Os comunicadores relembram que moradores da comunidade começaram a cobrá-los sobre o motivo do não funcionamento da emissora. Segundo Pedro

na verdade o que apressou a gente a colocar a rádio no ar foram as reclamações da comunidade. Começou as cobranças e aí tivemos que apressar as coisas. Nesse sentido a gente pode dizer que a comunidade estava mais interessada na rádio que o próprio movimento.

Meses antes da reabertura da emissora, o coletivo de jovens comunicadores e algumas lideranças locais construíram a grade de programação. Nesse mesmo período, os comunicadores realizaram uma pesquisa junto às famílias assentadas: “a nossa grande preocupação era: não adianta fazer rádio só para nós. Então fizemos uma pesquisa antes de colocarmos a rádio no ar”, conta Fábio. Da mesma forma, comenta Maria, “queríamos com essa pesquisa saber o que a comunidade esperava dessa rádio. Buscamos perceber qual o horário mais ouvido, que tipo de música eles mais gostavam”.

Após análise da pesquisa, Fábio conta que a direção política da Associação optou pelo funcionamento da Terra Livre apenas nos finais de semana:

no começo, a gente foi com calma para o pessoal ir pegando a técnica. Foi complicado no início, quase ninguém tinha chegado perto de um microfone de rádio, aí fomos com calma. Muitos estavam animados com os aparelhos, mas avisamos que isso era apenas uma parte e que o mais importante era a formação política.

A grade de programação se estruturou da seguinte forma:

SÁBADO			
Programa	Horário	Quem faz	Gênero
Amanhecer no campo	06h00min	A definir	Programa de música sertaneja de raiz
Manhã Legal	08h00min		Músicas sertanejas e regionais com notícias e Informes.
Brasil em movimento	12h00min		Músicas, notícias do MST e ligadas à questão agrária e debates.
Juventude de atitude	13h00min		Voltado para a juventude, com músicas e debates de assuntos como militância, sexualidade etc.
Mateando e Cantando	17h00min		Música regional, em especial a gauchesca e sertaneja.
DOMINGO			
Amanhecer no campo	06h00min		Programa de música sertaneja de raiz
Manhã Legal	08h00min		Musical e informativo
Banda em festa	10h00min		Músicas de bandas
Brasil em movimento	12h00min		Músicas diversas
Juventude de Atitude	13h00min		Músicas e debates de assuntos sobre juventude
É pra acabar	16h00min		Programa humorístico e musical.
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas

TABELA 04: Grade de programação de reabertura da Rádio Terra Livre FM. **Fonte:** Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Essa programação foi seguida até fevereiro de 2008. Neste período, os comunicadores comentam que foi possível ter uma noção geral sobre a aceitação da Rádio pela comunidade, principalmente sobre a programação musical e o desempenho dos comunicadores: “ainda estávamos pegando o jeito, escutando os comentários do povo sobre os comunicadores e sobre a programação. Aos poucos, fomos vendo que teríamos condições de fazer uma programação em todos os dias da semana”, explica Fábio.

Em fevereiro de 2008, a Rádio Terra Livre começou a funcionar com uma nova programação, especificamente mais voltada para a informação e produção jornalística. Agora, a Rádio Terra Livre poderia ser ouvida diariamente.

Segunda a Sexta-Feira			
Programa	Horário	Quem faz	Gênero
Cantar do Galo	06h00min	A definir	Programa de música sertaneja de raiz
Manhã no campo	08h00min		Músicas sertanejas e regionais com notícias e Informes
Consciência curiosa	11h00min		Musicas e curiosidades
Jornal Terra livre	12h00min		Jornalismo
Salada mista	13h00min		Música regional, em especial a gauchesca e sertaneja
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas
Sábado			
Cantar do Galo	06h00min		Programa de música sertaneja de raiz
Manhã no campo	08h00min		Músicas sertanejas e regionais com notícias e Informes
Informativo Cooperoeste	11h00min		Informações para os integrados
Momento religioso: Igreja Católica 20 min, Igreja Assembléia Deus 20 min e Igreja Deus amor 20 min.	12h00min		Igreja Católica 20 min, Igreja Assembléia Deus 20 min e Igreja Deus Amor 20 min.
Programa Sem Terrinha	13h00min		Músicas
Juventude de atitude	14h00min		Músicas e debate sobre juventude
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas
Domingo			
Cantar do galo	06h00min		Programa de música sertaneja de raiz
Som da terra	09h00min		Músicas e informações
Brasil em movimento	12h00min		Músicas diversas
Mateando e cantando	17h00min		Músicas gauchescas

TABELA 05: Nova grade de programação da Rádio Terra Livre FM. **Fonte:** Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

De acordo com a coordenação política, a preocupação central foi ampliar a veiculação de conteúdos formativos e noticiosos, especialmente por meio do Jornal

Terra Livre. Pedro expõe que o principal desafio neste período histórico foi direcionar a programação da emissora para um viés mais jornalístico e político:

[...] está certo que era o início, mas a rádio estava sendo oitenta por cento só música. Começamos então a investir mais pesado em jornalismo. Foi difícil, pois a moçada não tem muito jeito pra isso, principalmente para achar notícias aqui nos assentamentos.

A intenção de tornar mais política e jornalística a programação ocasionou o desligamento de alguns jovens comunicadores. No mês de junho de 2008, alguns integrantes do grupo de comunicadores foram afastados da emissora, pois como afirma Maria,

[...] não pudemos mais aceitar certas atitudes de alguns companheiros. Eles estavam tocando até música internacional; música americana logo cedo, quando a rádio abria. Aí cheguei para alguns companheiros e disse: ‘vamos rever a nossa atitude de militante companheiro, cadê a nossa ideologia, cadê os princípios e da nossa rádio?’

A tensão, caracterizada como desentendimento ideológico por Maria, foi, para Suzana,

[...] uma briga para ver quem mandava mais na rádio. Tudo bem que eu não estava tendo cuidado com algumas músicas, mas não dá para ser tão radical assim, se não ninguém vai mais ouvir essa rádio. Eu nem quis bater de frente e resolvi largar tudo.

Após o afastamento de alguns comunicadores, novas reuniões foram realizadas pelos integrantes da Coordenação política. Conforme a pauta, cedida a nos por Fábio, foram debatidos os seguintes assuntos:

Reavaliar nossa posição como militante; Rever a articulação política com o Movimento; Recebimento da negativa de legalização da rádio pelo Ministério das Telecomunicações; Instalação de telefone fixo na rádio ao custo de R\$1.500,00, com dois ramais: um na secretaria e um no estúdio; Organização de secretaria com computador, telefone, videoteca, biblioteca, gravador digital, impressora, data show, câmera digital, mesa com chimarrão e café; Formação com os comunicadores nos dias 05 e 06 de julho com a companheira Nina Fidélis, do Jornal Sem Terra e do setor nacional de comunicação; Festival Descobrimos Talentos; Será adquirida uma moto para o trabalho da rádio; Pensar

estratégia de finanças - apoios culturais; Possibilidade de colocar a rádio on-line; Aumentar a potência da rádio.⁴⁹

De todos os pontos destacados, ressaltamos o momento de formação realizado, no mês de julho, pelo Setor nacional de comunicação. Como salienta Maria, após o afastamento de alguns comunicadores, foi solicitada a realização de um encontro de formação ao Setor Nacional de Comunicação.

Quando percebemos que o problema era a falta de formação política para que a rádio funcionasse direito, chamamos o setor nacional de comunicação para fazer com a gente um encontro de formação. Isso foi uma vontade nossa e não uma preocupação dos companheiros do setor nacional. Não dá para negar a ajuda dos companheiros, mas quem organizou tudo e viu a necessidade desse curso foi nós aqui.

Esse encontro de formação foi ministrado por coordenadores nacionais do MST. Para Suzana, “[...] a intenção era resgatar a nossa ideologia de militante do MST e tentar reerguer a rádio com isso. Foi muito bom esse momento. Alguns reclamaram, pois esperavam uma formação mais na prática do que no discurso”.

No mês de agosto, o Setor de Cultura estadual do Movimento e o Governo municipal, em parceria com o coletivo de comunicação da Rádio Terra Livre, realizaram o Festival Descobrimos Talentos. O mesmo se desenvolveu em etapas, tendo cada um sido realizado em diversos assentamentos da região. Para Maria, este foi um acontecimento que revigorou os laços entre a comunidade e a Rádio Terra Livre. Nesse festival, também ocorreram oficinas de música, violão e poesia. Em setembro, a coordenação política da Rádio Terra Livre, em conjunto com o coletivo de comunicadores, decidiu realizar mais uma pesquisa com a comunidade. Conforme explica Suzana,

[...] algumas coisas complicaram o andamento da rádio devido alguns ocorridos com um dos nossos comunicadores. Sabe que quando um comunicador pisa na bola, toda a rádio fica suja também. A rádio deu uma sacudida e achamos melhor fazer uma pesquisa, indo nas famílias para perceber como andava a coisa. Foi uma pesquisa bem completa que fizemos e deu para sentir pelas palavras das pessoas que muita coisa tava boa, mas que muita coisa tinha que mudar.

⁴⁹Dados extraídos da pauta: “Reunião do coletivo de comunicação da Rádio Terra Livre, realizada em 19 de Junho de 2008”.

Após a realização desta pesquisa, os membros da coordenação política efetuaram a análise do conteúdo das mais de cem pessoas entrevistadas. Segue, abaixo, o resultado da pesquisa:

Sugestões/comentários gerais para a programação da Rádio Terra Livre	Sugestões/comentários específicos sobre cada Programa
<p>1. A questão técnica da mesa de som, que altera muito de volume;</p> <p>2. Mais compromisso e seriedade com horário dos programas;</p> <p>3. Incentivar a formação dos comunicadores;</p> <p>4. Melhorar o quadro dos comunicadores;</p> <p>5. Planejamento para os programas e disciplina;</p> <p>6. Trazer militantes ao trabalho de base;</p> <p>7. Mais notícias e informações de Abelardo Luz e dos demais assentamentos;</p> <p>8. Menos música e mais diálogo com a comunidade;</p> <p>9. Comunicadores precisam falar (locução) com mais entusiasmo, passando mensagens de autoestima;</p> <p>10. Músicas repetitivas;</p> <p>11. A rádio tem problemas de sinal (sinal muito sensível);</p> <p>12. Explorar a participação dos ouvintes;</p> <p>13. Muito boa a participação das crianças nos programas dos Sem Terrinha;</p> <p>14. Os comunicadores têm dificuldades em desenvolver a fala, quando estão no ar;</p> <p>15. Renovar permanentemente as programações musicais e as vinhetas;</p> <p>16. Necessidade de contribuição financeira mensal por parte das famílias assentadas;</p> <p>17. Aproveitar melhor o espaço da rádio das 11 às 13 horas;</p> <p>18. Fazer sempre a defesa da rádio como instrumento de luta.</p>	<p>Cantar do Galo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trazer notícias dos Assentamentos, • Abrir para visos, • Locutor deve dialogar mais com o ouvinte. <p>Manhã no Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veicular músicas gaúchas, • Planejar melhor o programa (criar quadros, apresentar novidades, etc.). <p>Consciência curiosa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais curiosidades, • Fazer perguntas à comunidade. <p>Jornal Terra Livre</p> <ul style="list-style-type: none"> • Notícias de Abelardo Luz, • Informações dos assentamentos, • Reportagens sobre os assentamentos, • Definir uma estrutura fixa. <p>Salada Mista.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais músicas MPB, • Abrir espaço para os aniversariantes. <p>Mateando e cantando</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa com muita participação do público; • Locutor dialogar mais com o ouvinte (excesso de músicas). <p>Programa religioso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falar a programação da paróquia, • Articular o programa com as comunidades, • Planejamento no programa. <p>Sem Terrinha</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Legal” a participação dos Sem Terrinha, • Planejar melhor a participação das crianças no programa, • Mais músicas infantis e educativas. <p>Informativo da Cooperoeste</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trazer mais informações sobre agricultura, • Entrevistar os assentados sobre culturas agrícolas, • Planejar melhor o programa.

TABELA 06: Pesquisa de audiência realizada pela coordenação política da Rádio Terra Livre FM. **Fonte:** Coordenação política da Rádio Terra Livre FM.

Segundo Maria, a pesquisa gerou o clima descontentamento entre os integrantes da coordenação. A pesquisa, segundo Fábio, também evidenciou outras críticas da comunidade, com respeito a atuação de alguns comunicadores:

A pesquisa mostrou que tínhamos dado uma decaída na qualidade. Isso a gente percebeu principalmente tanto na questão técnica, mas principalmente na questão política. Se a gente não tiver uma identidade mais forte com o movimento, a coisa não vai muito pra frente.

No decorrer do tempo, outros acontecimentos desestabilizaram o funcionamento da Rádio, como o desligamento ou a transferência de alguns comunicadores para outros setores do Movimento, conforme expõe Fábio:

[...] tivemos problema com mais um companheiro. Foi um problema pessoal dele, mas como era um comunicador da Rádio isso mexeu muito com a gente porque apostávamos muito nele. Já para outros companheiros tivemos que pedir para saírem mesmo. Outros foram para o setor de massificação.

Para Suzana,

nesse momento a rádio estava muito fraca. O problema foi que alguns achavam que fazer rádio é coisa fácil. Parecia que nem tinha adiantado toda aquela formação política. Sendo sincero contigo, a nossa programação estava tocando uns lixos que nem a rádio da cidade tocava.

Após reunião, a coordenação política decidiu interromper as atividades da Terra Livre. Mariacomenta:

resolvi reunir os companheiros e infelizmente ter que dizer: vamos fechar a Rádio nesse tempo de Natal até conseguirmos organizar as coisas de volta. Não tínhamos mais como tocar do jeito que estava. Eu percebia que faltava mais militância.

Para Maria, outro motivo que levou o fechamento da Rádio foi o período de férias escolares, quando o transporte público nos assentamentos ficou ainda mais precário:

ficava complicado, pois como que alguns comunicadores [moradores em outros assentamentos] viriam fazer o programa sem transporte? Não tem como virem a pé, andando dez ou até quinze quilômetros. Principalmente porque eles já fizeram algumas vezes e eu não acho isso correto.

No dia 23 de Dezembro de 2008, às 19 horas, a Rádio Terra Livre encerrou sua programação: “[...] para nós foi difícil. Foi como se despedir de alguém da família[...] A gente estava acostumado com a rádio. Eu fiquei bem perdido, sem saber o que fazer alguns dias”, comenta Maria. Para Isabel, assentada e ouvinte da Rádio Terra Livre,

quando a rádio fechou foi pra mim um derrota. Acho que não só para mim, mas para toda a nossa comunidade. Por mais que a gente ache que não, mas uma rádio faz muita diferença [...] Tudo bem que a gente escuta a rádio da cidade, mas não é a mesma coisa que escutar a nossa rádio.

Para Adílio, o fechamento da Rádio Terra Livre

trouxe alguns prejuízos, principalmente para os avisos de reuniões dos pais e para as festas da comunidade. Ai a gente teve que correr atrás de outras formas, mas não foi a mesma coisa quando tínhamos a rádio funcionando. [...]. Ainda bem que ela vai voltar a funcionar, pois ela já faz parte do costume da nossa comunidade.

A coordenação política havia programado a reabertura da emissora para o dia 15 de fevereiro do ano seguinte. Após alguns imprevistos, como a desistência de alguns comunicadores, a Terra Livre FM retornou ao ar somente no dia 16 de março de 2009.

No período em que a Rádio esteve fora do ar, foram realizadas reformas, limpezas e encontros de formação. De acordo com Maria,

aproveitamos para colocar a casa em dia, rever desde a questão da limpeza até o encontro de formação, principalmente as questões mais políticas. Criamos vinhetas com as entrevistas que fizemos com Fernando Ponte, Frei Beto, Aleida Guevara, [...] Agora sim a Rádio vai para frente.

No dia 16 de março de 2009, a Rádio Terra Livre retornou com sua nova programação. Como relembra Fábio, “essa nova programação foi o resultado do nosso diálogo com a comunidade. Certamente ela tem que atender as expectativas se não o povo vai escutar a rádio da cidade”. Após a reabertura, a coordenação política da Terra Livre FM intensificou os encontros de formação com o coletivo de comunicadores, visando primeiramente a temas como: “o monopólio dos meios de comunicação, sobre nossa alienação quando consumimos esses lixos culturais e as implicâncias disso tudo em nossa vida”, conta Fábio. Desde a reabertura até o início deste ano, foram realizados quatro encontros de formação, os quais, segundo Maria,

buscam trabalhar a identidade do MST na nossa nova programação. As formações que realizamos visam o resgate da memória da luta, mesmo que para isso a gente perca alguns ouvintes e comunicadores que não concordam muito com as nossas linhas políticas [...]. Pretendemos cada vez mais ter os documentos do MST como base para a nossa luta aqui.

Para Derli, o momento foi de mais abertura à participação da comunidade: “não adianta fazermos rádio para nós ou somente o que desejam algumas lideranças. Temos que ganhar primeiro a comunidade, nem que para isso a gente tenha que fazer uma rádio mais normal e não tanto ideológica”. Para Derli, a rádio prosseguiu cumprindo o que apontam as proposições documentais: “mesmo que seja um pouco complicado seguir o que seria o melhor para o movimento, nós pretendemos seguir nessa linha, mesmo sabendo que às vezes teremos alguns prejuízos na audiência”.

Desde 2010, a Rádio Terra Livre permaneceu com a programação ininterrupta. Fábio comenta que, no ano de 2011, ocorreram alguns desentendimentos entre os comunicadores e a coordenação política da Associação cultural Terra Livre: “alguns comunicadores começaram a atuar nas atividades da associação. Eles davam aula de capoeira e de dança e por isso estavam deixando de lado a rádio”.

Por isso, encontros de formação foram realizados, em parceria com o Setor de comunicação do MST, reforçando a formação política dos comunicadores. No ano de 2012 a Associação cultural não contou mais com o apoio da ONG Child Hope. Desde então, a associação realiza atividades promocionais, como o Festival de violeiros, jornada cultural. A Associação também possui convênio com a prefeitura e o Governo Federal, através do programa social “Projovem Trabalhador”. Os jovens comunicadores e demais integrantes da Associação ministram oficinas de literatura, música, dança, informática e cidadania.

No ano de 2013, a única alteração no funcionamento da Rádio Terra Livre foi a redução do horário da programação nos finais de semana, conforme relata Maria: “nos sábados e domingo não havia comunicadores disponíveis. Ai a rádio funcionou apenas de manhã”. No ano de 2013, Fábio relata a ocorrência de um conflito entre a coordenação da Associação e um comunicador da emissora: “Ele era pastor e fazia um programa no sábado. Mas esse pastor começou a falar mal do movimento [MST], dizendo que era errado invadir as terras, que era crime. Afastamos esse comunicador”.

Este segundo período histórico da Rádio Terra Livre se encerrou na madrugada do dia 20 de setembro de 2013, quando um incêndio destruiu toda a estrutura física e técnica da emissora. Conforme relata Pedro, “a Rádio estava indo muito bem. Estava se mantendo no ar desde 2009. Perdemos tudo, equipamentos, arquivos, documentos. Perdemos tudo. Tentamos retirar alguma coisa, mas o fogo queimou tudo”.

A partir deste acontecimento, as atividades da Associação cultural continuam acontecendo nas dependências do centro comunitário do assentamento 25 de Maio. A Rádio Terra Livre, até o término dessa pesquisa, ainda estava fora do ar. Alguns comunicadores retornaram para o trabalho junto as suas famílias, outros para o comércio, na cidade: “perdemos tudo e não tínhamos condição de comprar os equipamentos novos. Os comunicadores seguiram cada um a sua vida. Uns voltaram para os assentamentos e outros foram trabalhar na cidade”, relata Fábio.

De modo geral, este percurso histórico que até aqui apresentamos (o percurso da Rádio Terra Livre, das experiências comunicacionais do MST, dos assentamentos de Abelardo Luz e da Associação cultural Terra Livre) é marcado por um complexo jogo de motivações, interesses, situações, acontecimentos, dentre outros elementos, sob os quais buscaremos compreender as formas de construção da cidadania. As informações detalhadas nesse contexto histórico nos serviram de base para a construção dos seguintes capítulos, os quais tentarão compreender a atualidade da cidadania a partir do objeto e das questões que abaixo descrevemos.

7 DESVELANDO A CIDADANIA NA REALIDADE INVESTIGADA: o recorte do objeto e os primeiros passos investigativos

Este capítulo é fruto de uma construção iniciada desde as nossas primeiras aproximações com os sujeitos do campo de pesquisa. Ao mesmo tempo, constituiu-se na medida em que fomos avançando na leitura bibliográfica (livros, pesquisas, artigos científicos), no debate em eventos acadêmicos, nas conversas informais com os colegas professores e alunos, militantes do MST e com os sujeitos do campo de pesquisa. Tecer uma reflexão sobre a construção da cidadania no contexto investigado sempre se apresentou como um desafio, devido às diversas manifestações do objeto, por exemplo, sua complexidade histórica, tecida por diversos sujeitos; o funcionamento da emissora e a diversidade da produção de conteúdos; os investimentos e ausências do MST no plano político e ideológico, bem como os diversos problemas relacionados à manutenção econômica e jurídica da emissora.

O recorte do objeto é fruto dessa complexidade e se constitui desde a escolha da temática, ou na primeira ruptura (SANTOS, 2007) que se opera juntamente com a teoria que se movimenta. Enfatizamos que o recorte do objeto é o nosso ponto de vista, que recorta e determina as propriedades do objeto a serem investigadas e problematizadas. A nossa intenção, ao longo da pesquisa, foi construir/recortar um objeto não em si mesmo, mas relacionado à perspectiva teórica, às formas de abordagem e às questões norteadoras. No entanto, revelamos que este recorte nunca foi estável, pois a cada entrada em campo, ou na medida em que as leituras avançaram, novas questões se apresentavam. Assim, o trabalho de construção dos próximos capítulos foi de avanços, paradas e de retrocessos. Como enfatizamos a construção do conhecimento – e agora do objeto – é uma relação constante com a dúvida, o erro e a retificação, neste constante ir e vir entre a teoria e a empiria.

Como já é evidente, o nosso objeto de pesquisa é a Rádio Terra Livre FM e dois documentos de comunicação por nós encontrados no interior da emissora. Não separamos esse objeto das demais dimensões históricas e dos contextos geográficos, como a constituição histórica do conceito de cidadania, da questão agrária, do MST e do

próprio Assentamento 25 maio. No entanto, o nosso foco de investigação recai na aplicação de questões aos sujeitos e aos conteúdos documentais por nós delimitados.

Nos capítulos seguintes passaremos a observar, identificar e a problematizar os elementos que constituem a cidadania que teorizamos. Ou seja, iniciamos a construção desta última parte da pesquisa com o intuito de não nos distanciarmos das reflexões conceituais, dos objetivos, para então, ao final, podermos concluir e apresentar que cidadania se constrói a partir da prática radiofônica investigada.

Por isso, seguimos algumas questões norteadoras, que instrumentalizaram os objetivos, como:

Quais os sentidos de cidadania expressos nos depoimentos dos comunicadores? Quais as motivações que estão por detrás da ação dos comunicadores? Qual a compreensão que estes sujeitos têm da noção de cidadania? Quais os enfrentamentos, negociações e relações entre a prática radiofônica, o Estado e o mercado? Como se apresenta e se configura as formas de participação dos comunicadores? Quais as motivações, os sentidos, as recomendações sobre a cidadania expressos nos documentos de comunicação investigados? Estas questões norteadoras, também se complementaram com outras questões abertas, conforme explicitamos no decorrer dos capítulos analíticos.

A partir desta organização metodológica, realizamos a aplicação das entrevistas no segundo semestre de 2013, com cinco comunicadores da emissora. Durante este período - de intervenção no campo empírico -, sempre estivemos atentos às formas de aproximação, de abordagem e de questionamento da cidadania. Como explicitamos nos capítulos seguintes, dois dos cinco comunicadores disseram conhecer ou ter alguma noção bibliográfica sobre o conceito de cidadania. Os demais entrevistados disseram desconhecer e, por isso, solicitaram alguns adjetivos ou exemplos cotidianos onde se manifesta o conceito de cidadania. Por isso, algumas questões sempre nos acompanharam durante a investigação de campo: Será que eles entenderam o questionamento? Será que a questão está bem formulada? Em que medida as questões limitadas ao conceito/termo cidadania é suficiente para que os entrevistados revelem a complexidade dos elementos que compõem a própria construção da cidadania?

Assim, no início das entrevistas com os comunicadores, buscamos esclarecer os objetivos da pesquisa e as questões norteadoras, bem como a partir de questões gerais sobre suas trajetórias de vida, a percepção sobre a sociabilidade, a organização cultural e econômica nos assentamentos, as possíveis formas de participação na comunidade, de engajamento popular ou de militância junto ao MST, dentre outras.

Estas questões nos serviram de base para identificarmos as percepções sobre a cidadania, a partir de termos correlatos, como solidariedade, participação, envolvimento, direitos, deveres, dentre outros. Termos antônimos à cidadania também nos serviram para estimular a expressão dos entrevistados como: individualismo, egoísmo, desinteresse, aversão à participação comunitária ou coletiva, inconsciência dos direitos e dos deveres, dentre outros. Portanto, alguns questionamentos, conforme explicitamos no capítulo metodológico, escaparam do roteiro, ou das questões estruturadas, mas estimularam um clima positivo e esclarecedor durante o momento mais aprofundado da pesquisa. Os questionamentos que excederam em alguns momentos o roteiro das entrevistas são evidenciados no desenvolvimento dos capítulos analíticos.

7.1 As motivações e os sentidos da cidadania em construção: o contexto e a ação dos sujeitos da pesquisa

Os primeiros passos da pesquisa empírica, bem como a aplicação das primeiras entrevistas, já se depararam com um cenário social complexo, composto por sujeitos envolvidos em práticas e funções diferenciadas tanto na emissora, na organização dos assentamentos, como na própria vida cotidiana. Dos cinco entrevistados, dois atuam em coordenações de brigada e de setores do MST nos assentamentos da região de Abelardo Luz. Os demais entrevistados colaboram de modo mais focado na emissora e, conforme

relata Ivonei⁵⁰, “às vezes há um envolvimento com o MST aqui nos assentamentos ou com outras atividades dos setores”.

Este cenário social complexo condiz com as especificidades culturais, econômicas e sociais, as quais atuam como substrato para a construção da cidadania. Na mesma perspectiva, a própria construção da cidadania se efetiva a partir de espaços e tempos determinados, conforme a ação dos sujeitos interage com as demandas e deveres do espaço social em que convivem (RUBIN, 2001). De acordo com Wagner⁵¹, as demandas do contexto dos assentamentos também determinam a ação dos comunicadores: “nós [comunicadores] temos um envolvimento variado, conforme as necessidades que surgem nos assentamentos, como a falta de transporte para a cidade, a questão das escolas e da falta de saúde que é o mais complicado”.

O contexto evidencia que a cidadania se constitui em meio a este jogo de fatores em certa medida estruturais, por diversos sujeitos que atuam através de mediações e de motivações específicas, como também coletivas. Como abordamos no primeiro capítulo teórico, a cidadania se institui enquanto um movimento, em um jogo de situações sociais que se coadunam de maneira ampla - tendo em vista a construção de um modelo de sociedade -, como em uma perspectiva micro, conforme as demandas do contexto/cotidiano em que os sujeitos se localizam.

Na compreensão do contexto, a partir da atuação dos comunicadores em outros espaços para além do radiofônico, também percebemos que a cidadania se apresenta enquanto manifestação mediada por diversas demandas históricas. Isto é evidente a

⁵⁰ Ivonei, 19 anos e é filho de assentados. Seus pais são separados, desde a sua infância. Possui outros cinco irmãos, três mulheres e dois homens. Ivonei mora com Luciana, no Assentamento 25 de maio e comenta que sua sobrevivência depende da ajuda de custo que recebe da emissora. Revela-nos que ainda não concluiu o ensino médio, pois sempre foi responsável pelo sustento de seus irmãos: “eu sempre fui o filho que ajudou no sustento da casa. Meus irmãos são mais novos e meus pais separados. Meu pai sempre anda meio doente e até hoje eu ajudo em casa (...), mesmo não morando mais com eles”. O sonho de Ivonei é cursar jornalismo e seguir atuando profissionalmente na área da comunicação. Na Rádio Terra Livre, é comunicador de dois programas diário: Manhã sertaneja e Jornal do campo.

⁵¹ Wagner, 23 anos, é solteiro e não possui filhos. Mora com os seus pais no Assentamento 25 de maio desde o seu nascimento. Seu pai foi operário na cidade vizinha e sua mãe trabalhadora doméstica: “meu pai trabalhava na Sadia. Acabou se acidentando. Viemos para os assentamentos, desde as ocupações, e estamos aqui até hoje”. Wagner concluiu o ensino médio e se graduou em Gestão ambiental. Também realizou alguns cursos técnicos em informática. No período desta pesquisa, Wagner integrava coordenação da Associação Cultural Terra Livre e, aos sábados, apresentava um programa jornalístico na emissora.

partir deste depoimento de Cezar⁵²: “cada período dos assentamentos houve problemas diferentes. No início era a questão das moradias, da organização, da produção coletiva. Isso era nosso foco na época, agora lutamos por outras melhorias”.

No início da pesquisa de campo, enquanto observamos as estruturações política, econômica e cultural do contexto, no caso o Assentamento 25 de maio, percebemos que a cidadania se relaciona à construção não estática, mas dinâmica, a partir dos enfrentamentos que emergem em tempos e espaços diversos, e que, portanto, não é monolítica (SANTOS, 2006).

As demandas por cidadania se articulam a contextos históricos variáveis, como em pontos de referência estruturais, que podem ser identificados no depoimento de Cezar: “a questão da desigualdade social dos assentados em relação à burguesia da cidade ainda permanece (...). A desigualdade econômica e também política entre a nossa classe e a dos políticos e empresários ainda continua”.

A história do Assentamento 25 de maio, conforme apenas relatamos em capítulo anterior, é o contexto de uma cidadania em construção, ativado por diversas práticas e demandas sociais ancoradas na organização popular em prol da conquista de bens elementares, como a terra, moradia, trabalho, educação, saúde e cultura: “a história dos assentamentos é exemplo de luta. Os “acampados” como nos chamam os da “cidade” sabem que somos da luta quando queremos alguma coisa”, enfatiza Cezar.

Assim, o cenário que possibilita a construção da cidadania, bem como os seus sentidos, está intimamente ligado com a organização coletiva, de uma história de engajamento popular, que se efetivou a partir da necessidade da conquista de direitos sociais e civis elementares. Da mesma forma, este contexto social pode ser considerado uma construção histórica, derivada de uma cidadania erigida no direito e no dever de reivindicar e reinventar projetos coletivos. O contexto em que participa a Rádio Terra Livre é local de história viva de cidadania em permanente estado de construção e não

⁵² Cezar, 37 anos, casado e pai de dois meninos. É assentado na comunidade Santa Rosa II. Tem o ensino médio completo e realiza o curso superior em Agroecologia. E integrante da coordenação da Associação cultural 25 de maio, onde é responsável pela captação de recursos e promoção de eventos, como o Festival de Violeiros e competições esportivas. Cezar relata que desenvolve um intenso trabalho nos assentamentos da região e já participou da coordenação nacional da juventude do MST: “sempre fui militante do MST. Também sempre me evolvi muito nos assentamentos e de um tempo para cá me dediquei só nas atividades da rádio e nas outras demandas do MST aqui em Santa Catarina”.

apenas como um contexto de cumprimento de deveres ou do consumo de direito plenos, já conquistados ou meramente concedidos.

Esta perspectiva - ou sentido de uma cidadania em construção - também é compartilhada por Luciana⁵³, que nos relata sobre a chagada da sua família na região dos assentamentos de Abelardo Luz:

[...] meus tios contam que chegaram aqui só com a roupa do corpo e com uma pequena mudança em cima do caminhão. Depois ganharam um pedaço de lona e uma enxada e a vida foi seguindo. Até hoje eles me lembram disso, principalmente quando eu venho pra rádio, pra eu continuar ajudando nas coisas do movimento (...). Temos muita história que não podemos esquecer.

Luciana comenta que este contexto histórico político, econômico, também se mescla com outros sentidos intersubjetivos (CORREIA, 2006), como o simbolismo da conquista e da propriedade pessoal:

[...] quando minha família chegou aqui tudo começou a mudar, por que a gente estava numa terra que era nossa, que a gente podia plantar e colher o que quisesse, sem patrão, sem aquele negócio de horário, de que não tinha mais emprego (...). A terra era nossa mesmo e isso faz muita diferença.

Ao questionarmos outro comunicador, certificamo-nos de que o contexto histórico também define os próprios contornos da cidadania contemporânea. Esta definição não condiz com uma determinação histórica de um objeto, no caso a própria constituição da Rádio Terra Livre, mas com fortes indícios de que o contexto contemporâneo possui intensas relações com os elementos históricos, sobretudo com aqueles elementos mais significativos, que permanecem vivos na memória do próprio contexto: “a nossa organização aqui nos assentamentos, onde a rádio faz parte, podemos dizer que é parte dessa história que começou desde a primeira ocupação”, relata Cezar.

⁵³ Luciana, 17 anos, já concluiu o ensino médio. Morou com seus tios, desde os dois anos, quando a sua mãe faleceu. Possui pouco contato com o seu pai, apenas, de modo mais frequente com suas duas irmãs. Durante esta pesquisa Luciana estava no terceiro mês de gestação. Há dois meses reside com Ivonei, em uma casa que lhe foi cedida pela Cooperativa dos assentados, a Cooperoeste. Luciana comenta que sempre atuou em atividades comunitárias nos assentamentos da região de Abelardo Luz: “minha família não é muito de ajudar, mas eu, sempre que posso, contribuo na comunidade e, agora, com mais dedicação aqui na rádio”. Luciana nos acolheu em sua casa durante a última pesquisa de campo. Nesta convivência, que durou aproximadamente quinze dias, observamos e vivenciamos a rotina caseira de Luciana e de Ivonei. Na residência desses comunicadores, o rádio é a única tecnologia presente. Nem geladeira e nem televisão eles possuem, mas segundo Ivonei, “alguns assentados disseram que vão arrumar, ao menos uma geladeira, quando a criança chegar”.

Na tentativa de desvendarmos uma noção de cidadania, cujo sentido recai sobre o indivíduo como titular dos direitos, questionamos sobre a dimensão legal da cidadania, sobretudo dos direitos previamente conquistados, que asseguraram a legalização dos assentamentos e a concessão de outros benefícios sociais. Segundo Cezar “não podemos negar que a conquista desse assentamento se deu com a ajuda de cada um, mas acima de tudo porque tinha um movimento social por trás. A rádio nasceu disso; dessa conjuntura da terra (...), da desapropriação pelo Estado e da nossa luta”.

O sentido jurídico-político da cidadania, defendido por Marshall (1967), evidencia-se no contexto investigado, sobretudo na organização coletiva, a partir da necessidade de estruturação da base produtiva e política dos assentamentos da região de Abelardo Luz: “acho que os assentados tem a consciência desses direitos. Mas se o camarada ficar parado esses direitos não vão chegar até ele. Temos direitos bem bonitos no papel, mas precisamos fazer que eles saiam do papel (...), para que sejam realidade”, relata Wagner. Esta comunicadora também afirma que a atualidade política, econômica e social do Assentamento 25 de maio é marcada pela necessidade de revalorização da organização coletiva em prol dos direitos sociais, que asseguram a qualificação da vida familiar, social e comunitária: “o momento é de buscar uma nova forma de consciência de ajudar o outro, de respeitar as pessoas, de fazer o bem aqui nos assentamentos (...). A luta é pela melhoria da qualidade de vida das famílias; é o que mais buscamos agora”.

Buscamos com esta reflexão inicial, evidenciar que a construção da cidadania é um movimento entrelaçado com o contexto histórico e que se atualiza ou se movimenta na medida em que cada sujeito se reconhece nesse processo. No entanto, este contexto histórico não é o único fator que constrói o sentido da cidadania em movimento. A cidadania, evidenciada na prática/ação dos sujeitos, é acionada por distintas motivações e, por isso tem suas raízes em sentidos diversos, que variam desde o entendimento que os sujeitos têm da própria noção e função da cidadania. Passamos, então, a questionar sobre a cidadania de modo mais específico e não apenas a partir do contexto histórico.

A compreensão da cidadania enquanto movimento e construção em um dado contexto também deve contemplar o próprio entendimento que os sujeitos têm da noção de cidadania. Não afirmamos, com isso, que a cidadania é uma noção de sentidos desvinculados de um contexto histórico, mas que se realiza, também, a partir dos

próprios sentidos elaborados por esses sujeitos, os quais, portanto, fazem da cidadania um conjunto de práticas sociais e de sentido diversos (WEBER, 2004).

Esta compreensão da cidadania enquanto movimento e disputa de sentidos se deu, inicialmente, a partir de questões sobre a motivação que estava por detrás da ação dos sujeitos comunicadores e, posteriormente, sobre o entendimento que eles possuem do conceito de cidadania. Como evidenciamos, o contexto histórico do Assentamento 25 de maio, marcado pela forte organização coletiva, reflete-se na prática e na consciência dos comunicadores e se mescla com outros sentidos, sobretudo com os sentidos contemporâneos, conforme podemos identificar no depoimento de Cezar:

[...] depois que ganhamos a terra e conquistamos algumas cooperativas a organização coletiva enfraqueceu um pouco (...). Com isso a preocupação de alguns companheiros, podemos dizer, se voltou mais para si do que para a comunidade, para o movimento [MST].

Mediante este cenário, notamos que a construção da cidadania no contexto da Rádio Terra Livre FM tem seus sentidos mesclados com a singularidade das consciências e das motivações decorrentes de cada comunicador, que ora se diz participante da coletividade e ora merecedor de reconhecimento pela militância que desenvolve (CORREIA, 2006).

Assim, questionamos os comunicadores sobre as motivações que permeiam e que fundamentam a suas ações no contexto social, bem como no próprio espaço da emissora. Esse questionamento também nos ajudou a perceber como os comunicadores reconhecem a cidadania. A noção “reconhecimento da cidadania” foi complementada, durante as entrevistas, com outros termos como consciência, noção e representação (MATA, 2006).

Buscamos, então, abordar a cidadania a partir do jogo de motivações, as quais também se efetivam enquanto ação social, que é histórica, contemporânea e projetiva (WEBBER, *apud*, DIGGINS, 1999). Portanto, passamos a questionar os comunicadores sobre as motivações e a observá-las a partir de situações, localizadas em um tempo e um espaço em construção (CÁCERES, 1990). Em outras palavras, o recorte temporal em que se assentam as motivações diz respeito às temporalidades passado, presente e futuro (GONZÁLES, 2010).

Neste contexto teórico-metodológico questionamos, inicialmente, Cezar, que nos revelou sobre a sua motivação inicial em ser comunicador na Rádio Terra Livre. Revela que a motivação remonta ao tempo de sua adolescência, momento em que a emissora ainda era uma idealização de alguns assentados e de lideranças do MST:

a primeira motivação em ser comunicador acho que nasceu desse envolvimento com o grupo que começou mesmo a querer colocar a rádio no ar. Lembro que naquele tempo eu quase nem participava da luta, pois estava mais envolvido com o nosso lote; ajudando no sustento da família.

Neste momento histórico, em meados da década de 1990, identificamos que o contexto econômico e cultural dos assentamentos era de limitações, obrigando os assentados a buscar outras fontes de renda, sobretudo em empresas da cidade ou em fazendas vizinhas aos assentamentos. A cidadania era construída por uma motivação econômica, de sobrevivência financeira, conforme recorda Cezar:

as dificuldades eram tantas que nos fez pensar em alternativas de sobrevivência e de melhorias na condição de vida dos assentados. Isso nos motivou a muitas lutas (...), aí que eu comecei a levar a sério a possibilidade de se engajar na comunicação, nessa parte de fazer rádio.

Outra motivação que Cezar relata se interliga ao desejo pessoal de ser músico, pois sempre esteve em contato com a arte, sobretudo com os festivais de música sertaneja: “eu sempre gostei da música. Ai esta motivação de participar da rádio era uma realização desse desejo, do gosto pela música (...). Eu estava aprendendo a tocar violão, a acompanhar alguns festivais que aconteciam aqui nos assentamentos”.

Estas motivações também se mesclam ao incentivo e ao chamamento de outros sujeitos envolvidos na fundação da Rádio Terra Livre: “na época eram poucos os que estavam participando da emissora. Então quando eles souberam de minha vontade e gosto por música logo me chamaram para ajudar nas atividades”, relata Cezar.

Este comunicador também relata que no início de sua atuação na emissora a motivação passou a ser de valorização pelo espaço conquistado: “agora eu estava contribuindo com a comunidade e sendo mais valorizado também. Então foi isso que me animou pra continuar atuando aqui na rádio”. Esta motivação se interliga aos sentidos da subjetividade, de reconhecimento e valorização pessoal mediante os demais sujeitos da comunidade, ao contexto da sociabilidade (SANTOS, 2006). Cezar também

desenvolveu outras atividades culturais na emissora. Foi professor de violão e realizou festivais de música. Essas atividades lhes proporcionaram a criação de novos vínculos com a comunidade: “depois de um ano ajudando na rádio eu me envolvi com as aulas de violão. Também comecei a realizar festivais da canção nos assentamentos (...). Isso deixou a gente mais envolvido”, relata Cezar.

O desenvolvimento destas atividades culturais denota que a construção da cidadania, mesmo em um contexto marcado por condições econômicas adversas, também se constitui como elemento central na ação dos sujeitos. Neste processo de construção da cidadania, percebemos que as demandas econômicas não se apresentam como elementos distintos ou superiores às demandas culturais. Pode haver alternância, mas nunca subordinação total de uma dimensão à outra. Este fator foi por nós identificados no depoimento de Cezar, quando detalha sobre a sua motivação em continuar participando da Rádio Terra Livre, mesmo sofrendo com as limitações econômicas:

depois de um tempo eu me desmotivei um pouco, pois a rádio não estava se mantendo; não tínhamos uma renda fixa. Busquei conciliar a participação na rádio e o trabalho no meu lote (...). Isto porque que eu sempre achei a cultura importante, não só pra mim, mas pra nossa luta.

Depois de dois anos atuando na emissora, Cezar se insere em outras atividades culturais, como em cursos de teatro, vídeo e em outras formações proporcionadas pela Associação cultural Terra Livre. Do passado, Cezar conclui que a motivação inicial se interligou de modo mais forte a questões intersubjetivas, de reconhecimento social, sobretudo pela possibilidade de contribuição com as demandas dos assentamentos. Também relata que a sua participação na emissora foi determinante para reforçar alguns vínculos com outras atividades do MST e que por isso a sua motivação - até então por reconhecimento pessoal - passou a se identificar com a necessidade de “atuar na rádio para fazer da rádio uma voz do MST aqui dentro dos assentamentos”, pois, de acordo com o comunicador “alguns comunicadores estavam esquecendo que a nossa rádio só está funcionando por era fruto de uma luta do MST”.

A motivação de atuar de modo militante na emissora foi, por um longo período, central na ação de Cezar. Isto representa, portanto, uma construção de cidadania contrária àquelas noções que a consideram a própria cidadania um espaço de elevação

do indivíduo enquanto um ser moral, politicamente desvinculado das instituições associativas ou comunitárias (MARSHALL, 1967). Neste contexto, a cidadania representada nesta motivação de Cezar, corresponde a uma ação devido às demandas comunitária e coletiva, de enfrentamento ao aparato legal (CORREIA, 2004).

Durante este tempo de atuação na emissora, bem como em outras atividades da Associação cultural Terra Livre, Cezar também comenta sobre as dificuldades ou as desmotivações:

[...] não estamos sempre motivados. Isso faz parte do ser humano, que às vezes não se contenta com as coisas. Tem dias que aqui na rádio as coisas não vão bem, que dá vontade de largar tudo. Mas aí a gente volta e pensa no objetivo maior, que são as pessoas que estão ouvindo, que esta rádio é também o movimento [MST], que está aqui nos assentamentos.

Este jogo de motivações demonstra que a construção da cidadania se efetiva sob um solo instável, composto de motivações diversas, bem como de desmotivações, as quais, segundo Cezar, interpõem-se constantemente, sobretudo quando a dimensão econômica se apresenta incerta: “a nossa motivação fica um pouco abalada quando a questão financeira não vai bem (...). Tem a questão da falta de reconhecimento das pessoas, que também interfere nessa questão da motivação.” Atualmente, Cezar enfatiza que a sua motivação principal é atuar na Rádio Terra Livre para contribuir com duas demandas: “as necessidades mais urgentes que temos aqui nos assentamentos e ajudar o MST na reorganização dos assentados”. Pedimos para que Cezar detalhasse as “necessidades mais urgentes”, pois enxergamos aí fortes elementos que compõem o jogo de motivações, bem como a própria construção da cidadania:

As necessidades mais urgentes são as conquistas que precisamos fazer, a melhora nas estradas, no atendimento médico que está bem complicado aqui nos assentamentos, a organização da produção coletiva entre os assentados (...); para que os assentados parem de produzir individual e formem cooperativas. Precisamos mudar a consciência política dos assentados e elevar o nível cultural da juventude. Acho que é isso que mais precisamos fazer. De modo geral, a rádio defende essas necessidades; que elas sejam superadas.

O jogo de motivações que projeta a ação comunicacional de Cezar junto à Rádio Terra Livre condiz com o enfrentamento às formas de regulação social (SANTOS, 2006) e de autoritarismos sociais (DAGNINO, 2006) presentes nos contextos históricos

e contemporâneo dos assentamentos da região de Abelardo Luz. Para este comunicador, as motivações pessoais também se constroem na medida em que as ofensivas e regulações sociais se intensificam:

[...] hoje eu sou um comunicador mais pela luta contra as injustiças que acontecem aqui no assentamento do que por uma vontade que antes era, digamos, menos consciente disso (...). Com o passar da vida a gente fica mais formado, assim, enxerga mais essas injustiças que nós sofremos dessa elite, que não quer ver os nossos direitos, a nossa luta.

Dos sentidos que a cidadania lhes desperta, Cezar ressalta que a solidariedade é primeiro sentido que lhe vem à mente: “quando você me pergunta isso [o que representa a cidadania pra você?] o que mais lembro é de se ajudar uns aos outros (...). Cidadania pra mim é isso, estar na luta com as pessoas (...), a questão da solidariedade aqui nos assentamentos”. Cezar também relaciona a cidadania ao sentido de engajamento comunitário e descarta a possibilidade de haver cidadania sem a dimensão intersubjetiva: “tem também a questão da doação pessoal. Se o camarada não doar a sua vida, o seu tempo, deixar de lado o seu mundinho um pouco, não tem como existir essa cidadania pra comunidade”.

Após a entrevista com Cezar, conversamos com Ivonei, que nos relatou sobre a sua recente chegada ao Assentamento 25 de maio e sobre as responsabilidades que assumiu na Rádio Terra Livre. Comenta que a sua vinda para o Assentamento 25 de maio foi motivada pela possível atuação na emissora: “eu vim morar aqui, e até deixei a minha família, foi por causa da rádio. Sempre quis ser locutor. Ai o Cezar me chamou, ai aproveitei e não pensei duas vezes.” Esta motivação interliga-se, diretamente, à existência do espaço comunicacional e não está - como no caso de Cezar - inicialmente relacionada às mediações locais, como a própria identificação e atuação na emissora devido sua inserção nos contextos histórico, político e econômico. A motivação de Ivonei configura-se a partir de interesses que excedem uma atuação militante anterior à fundação da emissora e se interliga ao sonho ou ao desejo de ser comunicador. Ou seja, Ivonei enfatiza que a motivação em participar do grupo de comunicadores era um sonho pessoal, sobretudo após ouvir os comentários de que um locutor de sua cidade havia sido comunicador da Rádio Terra Livre: “eu fiquei sabendo que um comunicador da Rádio Bebedouro tinha sido locutor aqui na Terra Livre. Pensei: mas não pode que ele aprendeu ali na rádio do assentamento! Então isso me motivou muito a ver aqui”.

Este comunicador nos revelou outra motivação que o fez deixar a sua família para atuar na emissora:

eu recém tinha começado um namoro com a Luciana, e estava complicado e perigoso eu vim de moto de lá de casa até aqui. Ai, como deu certo essa proposta de trabalhar aqui [na emissora], ficou bem melhor também; no caso de poder conviver mais com ela, ficar aqui sem precisar voltar todos os dias.

A motivação de Ivonei é derivada do campo intersubjetivo (CORREIA, 2004; SANTOS, 2006), relativa a interesses que destoa de uma motivação política ou militante. Sua participação em atividades comunitárias e militantes é escassa. Relata que participou de um encontro de formação do MST, mas que nunca foi militante.

O desejo em ser locutor também se interliga a algumas experiências passadas, que, segundo ele, nasceram durante a realização de atividades escolares:

esse meu jeito pra coisa [comunicação] acho que vem lá da escola. Tivemos que fazer um trabalho de história, sobre o Getúlio Vargas, ai descobrimos que ele usava muito o rádio. Resolvemos apresentar o trabalho como se fosse um programa de rádio. Todo mundo gostou e a professora me disse que eu levava jeito pra coisa; que era para eu me aperfeiçoar mais.

Esta experiência relatada também nos remete às mediações pedagógicas, que atuam como força protagonista e propulsora do aprendizado comunicacional (KAPLUN, 1986). Ivonei enfatiza que a escola foi espaço para outras atividades comunicacionais: “depois disso começamos a brincar com essa coisa de rádio e até chegamos a fazer uma rádio na escola”.

A família de Ivonei também se apresenta com um importante elemento de motivação deste comunicador:

[...] um dia eu resolvi gravar no celular um comercial da rádio da cidade. Depois eu peguei um papel e copiei e comecei a imitar o locutor. Gravei no meu celular e mostrei pro meu pai e para os meus irmãos. Na hora eles disseram: mas é metido esse piá! (...). Todos sempre me motivaram lá em casa. Isso foi muito importante pra vir para cá.

Durante esta parte da entrevista, Ivonei insiste em reforçar que o namoro com Luciana foi o fator determinante para o seu ingresso na emissora:

a família da Luciana estava de acordo que a gente até morasse junto. Conversei direitinho com eles e resolvemos se “amontoar”. No início moramos lá em casa, mas ela não se acostumou muito. Ai resolvemos vir morar aqui no assentamento 25 de maio.

Após dois meses de namoro, Luciana confirma a gravidez à Ivonei, e os dois resolvem se mudar para uma casa, cedida por Cezar, no assentamento 25 de maio. Foi, então, que Ivonei decide atuar na emissora:

até então eu apenas tinha conversado com o pessoal e ajudado em um programa. Mas quando eu soube que ela estava grávida ai a coisa ficou séria. Precisava arrumar uma renda. Decidimos casar, “se amontoar”. Isso foi o que salvou a gente na época.

As necessidades de angariar recursos financeiros e o desejo em ser comunicador se apresentam como as principais motivações para o ingresso de Ivonei na emissora. Essas particularidades subjetivas (SANTOS, 2006), mescladas com a dimensão econômica, refletem uma construção irregular ou mesmo tortuosa da cidadania (CARVALHO, 2008): no início o sonho de ser comunicador e, posteriormente, a necessidade de se manter comunicador para garantir o sustento da sua recém-formada família.

Durante a entrevista, questionamos Ivonei se essas motivações ainda se apresentam como fundamentais para a sua permanência na emissora. Relata-nos que as motivações iniciais ainda persistem, mas que outras motivações surgiram, sobretudo após a sua participação em atividades formativas do MST:

no início eu tinha aquela vontade de ser locutor; até brincava que ia ser famoso. Agora, depois de um tempo aqui na rádio eu meio que mudei essa visão. Sei que é bom ser reconhecido e tal, mas tem a questão da comunidade; de estar ajudando a rádio nesse projeto de rádio para os assentados.

A convivência com os outros comunicadores, sobretudo com Cezar, é apontada por Ivonei como um fator preponderante para a sua atuação comunicacional mais voltada à comunidade. Assim, as motivações que ativam a ação cidadã não ocorrem alheias aos espaços de socialização, das relações interpessoais e coletivas. A exigência de uma postura e de um discurso político por parte da coordenação da emissora também é notada por Ivonei como elemento que alterou a sua motivação:

eu cheguei com aquela vontade de fazer como na rádio da cidade. Ai num encontro de formação eu percebi que a questão política é

importante (...). Precisamos ser mais críticos e deixar de lado a questão pessoal, de querer aparecer, de ser bem visto.

Ao longo de sua atuação na emissora, Ivonei comenta que participou de encontros de formação. Relata que a cobrança para a prática comunicacional engajada deveria se sobrepor a qualquer motivação pessoal. Este fator é revelador de uma motivação que se transpõem do individual para o coletivo e que também nos mostra sobre o investimento do MST na formação política em relação à subjetividade (SANTOS, 2006).

A atuação de Ivonei, com respeito ao seu futuro na emissora, agora se vincula a outros objetivos, sobretudo os relacionados à prática da comunicação para a comunidade. Este movimento no campo das motivações também é, segundo Ivonei, resultado de sua participação em reuniões da coordenação da emissora:

percebi que a coisa aqui na rádio é bem mais voltada pra questão do social. Nas reuniões eu fui aprendendo sobre essa questão do trabalho mais dedicado pra comunidade e não tanto pra gente mesmo.

No entanto, ao aprofundarmos as questões sobre a motivação de sua permanência na emissora, ele destaca que a chegada de seu filho é central: “eu continuo aqui na emissora por que, agora, eu tenho um filho pra sustentar. Nem nasceu, mas já, é uma responsabilidade (...). Morar aqui já facilita muito, porque a família dela é daqui”.

As motivações indicadas por Ivonei nos revelam um cenário de ações diversas, que variam entre a perspectiva intersubjetiva - de envolvimento por questões relacionadas à sobrevivência financeira, de busca por proximidade e convivência com a sua esposa -, e a perspectiva política - de preocupação, mesmo que incipiente, com as questões sociais, políticas, comunitárias. Ivonei nos oferece pistas concretas de que a construção da cidadania se efetiva a partir deste jogo de motivações e de sentidos, os quais não se apresentam como estáveis (CORREIA, 2004), pois são relativos às dimensões do tempo e do espaço histórico em que se manifestam (CÁCERES, 1990). Ao final da entrevista, Ivonei reafirma que a sua ligação com a emissora não foi “politicamente instituída” (grifo nosso) e destaca: “eu nunca fui muito dessa coisa de movimento, agora que eu estou mais ligado com isso, depois que entrei para a rádio”. Por esse mesmo caminho, o reconhecimento da cidadania para Ivonei ainda é elementar e afirma não possuir conhecimento seguro sobre este conceito: “cidadania para

mim...[silêncio] (...). Sei lá! (...) Eu ouvi isso na escola uma vez, algo sobre a questão da cidadania, acho que sobre ser cidadão, mais ou menos por aí”.

Modificamos a questão e o interpelamos novamente: o que é ser um cidadão?: “acho que falamos disso aqui na rádio esses dias também. Bom, assim, quer dizer ajudar o próximo, fazer o bem (...) respeitar o próximo, acho que é mais ou menos por aí não é?” O reconhecimento da cidadania para Ivonei ainda é relativo ao seu círculo social, relacionado a práticas e a sentidos morais, de responsabilidade e tomada de decisão individual. Importante destacar que, através dos espaços de formação, a Rádio Terra Livre se apresenta como protagonista desta tomada de consciência da cidadania. Este fator é reforçado por Ivonei: “as oficinas, os encontros ajudam nessa parte de formação”.

Na sequência deste diálogo com Ivonei, entrevistamos Luciana, comunicadora da emissora há dois meses. Logo no início da entrevista, quando a questionamos sobre a sua história de vida nos assentamentos, Luciana relata a sua participação em atividades comunitárias: “posso dizer que sou uma pessoa envolvida nas atividades aqui dos assentamentos”. Sua participação comunitária se deve “a um gosto pessoal, que surgiu na escola. Minha família nunca foi muito envolvida. Agora eu sempre ajudei em festas, promoções e agora aqui na rádio”, conta Luciana.

Este envolvimento em atividades protagonizadas no espaço escolar aparece como mais uma vez como um dos elementos mediadores do reconhecimento da cidadania, que reforça a participação popular e estimula novas formas de sociabilidade. Da mesma forma, identificamos que os espaços de celebração e de festa nos autorizam a pensar a construção da cidadania enquanto ação cultural e não estritamente política (SANTOS, 2006), pois, segundo Luciana: “eu gosto é de ajudar nas festas da escola e aqui nos assentamentos.”

Mesmo com este envolvimento comunitário, Luciana comenta que nunca pensou em atuar na emissora e que sua inserção se deu após conhecer e se relacionar com Ivonei:

[...] eu tinha ido algumas vezes à rádio, pra levar uns anúncios da escola. Ai depois que eu e o Ivonei resolvemos casar, morar juntos, eu comecei ir à rádio quase todos os dias, por que eu saia da escola

e antes de ir pra casa eu ficava com o Ivonei, olhando ele fazer o programa.

O envolvimento com Ivonei foi a sua motivação primeira, que a fez estabelecer vínculos e certa rotina de visitas à emissora. Mais uma vez identificamos as questões interpessoais, intersubjetivas, que tornam possíveis as conexões entre sujeitos e causas, instituições e mobilizações (CORREIA, 2006). Podemos enfatizar que não se trata de uma motivação legitimada com a necessidade de atuar em um espaço comunicacional, como é o caso de Ivonei e de Cezar. Após este vínculo com a emissora, de forma frágil e esporádica, Luciana é convidada a trabalhar como secretária e auxiliar em serviço de limpeza: “o pessoal me via sempre aqui na rádio e me convidou para ajudar, nessa parte de secretaria mesmo, e para fazer a limpeza da rádio”.

Sua atuação na emissora inicia com tarefas burocráticas e braçais. Luciana realiza limpezas diárias e também passa a contribuir com a organização financeira da emissora. Por isso, assegura que a sua motivação de ser comunicadora aconteceu após um processo de convivência: “um dia me fizeram a proposta para eu apresentar um programa. Na hora eu disse que não, mas depois o Ivonei me ajudou, foi me explicando. Fiz uns testes e até que deu certo”.

A comunicadora também relata que antes de ingressar na emissora tinha consciência do trabalho comunitário, bem como da relevância do trabalho prestado pela Rádio Terra Livre: “eu sempre vi a rádio como esse instrumento de luta dos assentados. Eu participei de uma jornada cultural e já sabia da importância da rádio”. O envolvimento de Luciana ações coletivas anteriores ao seu ingresso na emissora lhe possibilitou uma inserção mais efetiva nas atividades comunitárias. Este histórico é considerado por Luciana como um conjunto de experiências geradoras de inquietações, motivações e expectativas, que a movimentou para a prática da cidadania (CORREIA, 2004): “eu me adaptei logo na rádio (...) por que eu sempre fui envolvida com outras atividades aqui na comunidade. Então, eu acho que depois que eu entrei aqui eu também descobri que eu poderia ajudar nisso, ajudar mais a comunidade também”.

No entanto, mesmo com este histórico de ativismo comunitário, Luciana esclarece que a sua inserção na emissora – ou sua primeira motivação – se efetivou devido o envolvimento afetivo com Ivonei: “eu jamais iria entrar aqui na rádio e pedir para ser locutora. Isso só aconteceu por que eu estava namorando o Ivonei, que também

estava recém iniciando aqui na Rádio”. Veja-se, que a construção da cidadania é composta por um misto de fatores, fenômenos, que não estão concentrados, unicamente, em dimensões programadas, previstas ou racionais. O chamado mundo da vida habermasiano (1984) se relacionado ao que nos relata Luciana, também nos oferece elementos compreensivos sobre este processo. É, às vezes, no terreno frágil das relações que se solidifica, ergue-se e se movimenta a construção da cidadania.

Questionamos Luciana se a sua motivação em continuar na emissora também depende da relação com Ivonei: “Olha, se acaso a gente – por acaso só – não ficasse juntos acho que eu não continuava aqui na emissora, acho que ai ficaria difícil.” Após um tempo, Luciana complementa “não sei se eu sairia, assim logo. Por que a gente vai se envolvendo e percebendo que muita coisa precisa ser feita aqui nos assentamentos e a rádio precisa da gente também”. Assim, o sentido de pertencimento é construído ao longo da experiência de Luciana e se torna um importante elemento mediador no cenário de motivações desta comunicadora.

Sua compreensão sobre o conceito de cidadania é relativamente objetivo. Descreve que realizou trabalhos escolares sobre esta temática e que acredita, inicialmente, que a cidadania contempla apenas o aspecto legal: “eu entendo por cidadania a questão dos direitos, da lei de que todos são iguais e que têm direitos (...); que nascemos iguais e devemos respeitar isso, conforme as leis estão ai, para isso”. Este aspecto legalista da cidadania é participante da consciência de Luciana, que complementa a reflexão apontando para a dimensão dos novos direitos (CARVALHO, 2007):

[...] este trabalho que fizemos na escola falava disso: dos direitos que todos temos. O que eu sei de cidadania é mais ou menos por ai (...). lembro desses direitos que são dos negros, dos homossexuais, que falam da diversidade.

A escola atua de modo significativo na construção da memória e do sentido de cidadania. Após seu ingresso e atuação na emissora, Luciana enfatiza que este sentido de cidadania – apreendido na escola – não se discute na emissora. Recorda que, após participar de algumas reuniões, identifica que a rádio defende uma cidadania diferenciada:

[...] se a gente pensar a cidadania só na lei, ai vamos ver que aqui na rádio isso não é possível, por que a rádio é, digamos “fora da lei”. Ai eu acho que a cidadania, assim, é mais que isso. É você poder fazer um bem maior, como falou esses dias o companheiro Cezar.

A comunicadora explica que a motivação que a faz continuar na emissora aumentou após receber alguns elogios dos moradores da comunidade: “antes de eu trabalhar aqui na rádio quase ninguém me cumprimentava na rua. Agora a gente sai e sempre tem aquele que brinca com a gente, que pede uma música. Isso é muito bom”. O fator do reconhecimento social é um elemento mediador presente na fala de praticamente todos os entrevistados. O reforço na autoestima que a Rádio Terra Livre proporciona à Luciana se interliga ao que Santos (2006) chama de incentivo ao protagonismo pessoal, responsável, em grande medida, pela ação e vinculação dos sujeitos as práticas cidadãs.

No decorrer da entrevista com Luciana, percebemos que outros pequenos hábitos cotidianos, da sociabilidade, também se tornam importantes elementos de motivação: “a minha vida mudou depois que eu entrei na rádio. Na escola, esses dias, me chamaram para ser a apresentadora da formatura do terceiro ano. Isso me deixou muito feliz”. A participação de Luciana em pequenos eventos da comunidade é o que Santos (2006) considera como os pequenos e descartáveis hábitos sociais, que vão se constituindo a partir de ações sociais específicas e que também ampliam as possibilidades de participação coletiva, em busca de um avanço na qualidade de vida tanto pessoal como comunitária.

Luciana comenta que sua atuação na emissora lhe outorga não apenas reconhecimento social, mas responsabilidades e que isto tem contribuído para o seu amadurecimento pessoal, familiar e social:

[...] estar aqui na rádio é uma grande responsabilidade também. Não podemos falar qualquer coisa por que sempre tem alguém nos escutando (...). Senti que quando acontece algum problema na comunidade o povo também espera que a gente diga alguma coisa aqui da rádio.

Este sentimento de responsabilidade pessoal também nos remete ao sentido de responsabilidade social, onde a cidadania figura enquanto subjetividade, não de expressões menores, como o individualismo, mas das relações interpessoais

(CORREIA, 2004). Os sentidos levantados por Luciana dão movimento a um jogo de contrastes e nos faz enxergar uma construção de cidadania erigida nos limites do legal e do ilegal, bem como nos limites de uma comunidade, das situações sociais, das aspirações, desejos e interesses conflitantes (PINSKY, 2005).

No dia em que realizamos esta entrevista, Luciana estava no terceiro mês de gestação. Este fator, como também salientado por Ivonei, compõe o cenário de motivações e de sentidos da cidadania para Luciana, que explica ser este contexto em que vive o responsável por sua permanência na emissora: “agora que estou grávida, a gente só pensa nisso. Até cogitamos em achar outro emprego, mas enquanto der a gente se mantém aqui (...). A ajuda de custo que recebemos e mais a casa dá para ir levando”.

O comprometimento de Luciana com a emissora é, também, relativo a esta temporalidade, à sua condição de mulher e gestante. Assim, estas condições individuais, ou relativas à intersubjetividade, participam ativamente na construção de sentido e de reconhecimento por parte de Luciana, que aponta para o seu futuro na emissora com incerteza: “eu não garanto que ficarei aqui pra sempre. Tem a minha gravidez e depois que o neném nascer acho que eu me mudo para a casa da minha tia, ao menos nos primeiros dias. Depois a gente vê se continua ou não”.

Ao final da entrevista, Luciana ressalta que a sua participação na Rádio Terra Livre estaria assegurada se houvesse melhor remuneração financeira. No entanto, não descarta a motivação em continuar participando da vida comunitária: “eu não vou desistir de ajudar aqui nos assentamentos. Mas só depois que eu me estabilizar (...), depois que eu e o Ivonei se arrumar melhor numa casa nossa e conseguir se sustentar”.

Os sentidos e as motivações expressos por Luciana evidenciam uma cidadania reconhecida, sobretudo no campo dos direitos, ou da base legalista. É uma cidadania que surge da sua vivência comunitária, sobretudo a partir do espaço escolar e de alguns incentivos familiares. O que mais se evidencia na prática comunicacional de Luciana é um engajamento frágil, devido a sua situação financeira incerta e, sobretudo, após e durante este período de gestação. Percebemos, ainda, que em Luciana emana um forte sentido materno e que se sobrepõe acima de qualquer outra prioridade: “não adianta eu querer ajudar aqui se minha necessidade é cuidar do meu filho. Meu desejo sempre foi ter um filho e agora eu quero viver isso”.

No alvorecer do dia seguinte aguardamos na emissora a chegada de Wagner, para o entrevistarmos e darmos sequencia a pesquisa com os comunicadores da Rádio Terra Livre. Wagner chega com a sua motocicleta, reclamando das péssimas condições das estradas. Iniciamos a entrevista explicando os objetivos da pesquisa e, em seguida, questionando-o sobre o seu histórico junto a Rádio Terra Livre. Wagner relata que seus tios atuaram na fundação da emissora e destaca que por esta razão sempre esteve motivado em contribuir: “minha família, posso dizer que é bem atuante. Meus tios ajudaram na fundação da rádio. Sempre busquei ajudar de alguma forma (...). Faz, mais ou menos cinco anos que eu estou ajudando pra valer aqui”. A contribuição de Wagner na emissora é reconhecida pelos comunicadores e, segundo Cezar, “o Wagner é alguém que a gente pode contar sempre. É um jovem muito responsável e engajado”.

Wagner relata que se aproximou da emissora contribuindo com a manutenção dos computadores e dos equipamentos de transmissão: “Então, assim, a própria questão do transmissor, sempre tinha que ir pra fora pra arrumar, sempre tinha que ensinar pra configurar ou pra instalar, então eu resolvi assumir isso e estou até hoje”. Mesmo participando de atividades formativas e culturais, Wagner enfatiza que nunca se sentiu participante da Rádio Terra Livre, no sentido organizativo ou político, e que apenas realizava um trabalho técnico:

Quando eu cheguei aqui, a minha permanência foi mais técnica mesmo: formatar computador, configurar programa, instalar, fazer cabo de internet, essas coisinhas simples. Não me sentia militante e não era chegado nessas coisas mais políticas. Meu negócio era ajudar nessa dificuldade, porque o grupo, o nosso coletivo na época, tinha um déficit nesse quesito.

Os trabalhos técnicos de Wagner se tornaram mais frequentes e o estimularam a se engajar com mais frequência na rotina da Rádio Terra Livre. Seu trabalho, muito valorizado pelos colegas, também revela a complexidade de ações necessárias para o funcionamento da emissora. Do mesmo modo, manifesta-se como elemento não menos importante na construção da cidadania que investigamos, pois, como revela o próprio Wagner: “meu trabalho começou pequeno, mas sem a minha ajuda, a rádio poderia nem ir para o ar. Quando estraga o transmissor e ninguém resolve a rádio não serve para nada, todo mundo fica parado.” A questão tecnológica – elemento central na construção da cidadania que investigamos – é decisiva no engajamento de Wagner, que relata ser o rádio um espaço de aprendizado coletivo: “quando eu vinha na rádio arrumar algum

equipamento eu sentia que tinha um pessoal com muita vontade de aprender, de mexer com isso”.

Em seguida, Wagner é convidado a ministrar oficinas de informática para os comunicadores e, desde então, passou a contribuir com a coordenação da Associação cultural Terra Livre: “com o tempo, eu fui convidado para atuar na Associação. Meu nome foi levantado pra ser, acho que segundo secretário. Não lembro direito o cargo, mas era uma função burocrática”. Ele também recorda que a sua permanência na emissora se solidificou após perceber que o seu trabalho também contribuía para a formação de outros jovens: “como eu disse, o pessoal começou a gostar das oficinas que eu dava. Uns se destacaram e começaram a me ajudar e depois foram tocando sozinhos. Isso me deixou bem mais animado a continuar”.

No percurso histórico da atuação de Wagner na emissora, identificamos que a sua motivação inicial - técnica ou tecnológica -, foi se mesclando com uma motivação mais política e social: “a minha atuação se tornou meio que política, nessa parte da formação mesmo. Quando eu dava curso de informática sempre começava com uma reflexão mais política”. As transformações possíveis que ocorrem no decurso da cidadania nos revelam que as motivações não permanecem essenciais ou intactas, mas que cambiam ao longo das relações interpessoais. Ou seja, na perspectiva de Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2006), a cidadania adquire um sentido renovado mediante as experiências sociais e que ultrapassam a dupla relação sujeito e Estado/Previdência. O que dificulta a atuação mais intensa de Wagner na emissora é, segundo ele, o emprego ou o vínculo que possui em uma escola da cidade: “eu só não me dedico mais aqui [emissora] porque eu preciso trabalhar e garantir o meu sustento. Mas a minha vontade é atuar mesmo só aqui. Vamos ver se futuramente eu consigo ficar só na rádio.” Wagner, visita a emissora todos os dias e a sua atuação como locutor também é outro elemento que reforçou a sua prática de comunicação: “eu era um técnico aqui dentro. Depois me envolvi com a coordenação da associação. Agora, faz um ano, virei até locutor (...). Fui me envolvendo e descobrindo que levava jeito para a comunicação também.” Ele assegura que a sua permanência na emissora se deve a motivação política, que transpõem, unicamente, a curiosidade ou a motivação inicial, que era, apenas, tecnológica:

eu vejo agora, e pensando bem, estou aqui unicamente para ajudar a associação a ir para frente. Não tanto pela questão dos cursos, mas pela questão dos objetivos políticos que temos. Isso eu aprendi com o tempo (...); A rádio só vai adiante tiver objetivos políticos. Eu sempre digo isso pra moçada aqui.

Esta motivação política, conforme o histórico da atuação de Wagner, revelou-se no decorrer do tempo. Isso demonstra que a cidadania não pode ser observada ou mesmo problematizada apenas como um campo de ação política, mas, também, cultural (DAGNINO, 2004). Por esse caminho, Wagner declara que muitas melhorias estruturais nos assentamentos (melhora na pavimentação das ruas, na reforma de escolas e no atendimento de saúde) só foram possíveis após a veiculação de entrevistas e de mobilização coletiva a partir da Rádio Terra Livre: “a minha motivação, como você perguntou antes, é ver isso acontecendo, essas melhoras que antes, só através de reuniões a gente não conseguia e agora com a associação, com a rádio se consegue”.

Questionamos Wagner sobre a noção de cidadania, sobre o seu entendimento e função que ele credita a este conceito. Recorda, inicialmente, que a noção de cidadania lhe é próxima, devido sua participação em encontros de formação da Associação Brasileira de Rádio Comunitária (ABRAÇO): “eu, acho que a primeira vez que ouvi falar disso [cidadania] foi num encontro sobre rádio comunitária”. Relata não ter lido ou estudado algo relacionado especificamente ao conceito, mas subentende que o mesmo condiz com a questão legal: “cidadania, pra mim, é você ter direitos. A gente já nasce com o direito à vida. Acho que isso é o primeiro quesito. Depois, tem tantos direitos por aí”. A cidadania legal (MARSHALL, 1967) desponta como o primeiro elemento discursivo ou consciente de Wagner. Ao questionarmos sobre “o que é ser cidadão?” (grifo nosso), sua reflexão demonstra outro sentido, o de participação: “para o sujeito ser um cidadão é preciso ele ter consciência de atuar, de participar na comunidade. Não adianta ter direitos ou saber que você tem direito e não fazer nada”. O sentido de cidadania para Wagner denota não apenas a conquista de direitos, mas, também, a resistência para se assegurar e avançar democraticamente. Percebemos que o seu entendimento de cidadania corresponde ao que Santos (2006) denomina de uma cidadania baseada em ações defensivas e ofensivas: “o que eu entendo por cidadania também acho que deve ser a nossa forma de conseguir as coisas, mas de lutar para não se perder o que nós temos hoje, que veio da luta da nossa história”, relata Wagner. Quer dizer, as ações defensivas correspondem aos processos de preservação das conquistas ou

dos direitos já adquiridos, enquanto as ações ofensivas buscam avançar e ampliar tais direitos ou reinventar articulações mediante as novas formas de regulação social (DAGNINO, 1990).

Aprofundamos algumas questões acerca do sentido de cidadania e percebemos que Wagner possui um bom repertório discursivo a respeito do conceito. Ele evidencia o sentido liberal da cidadania (CORREIA, 2004), citando o aumento do pluralismo e da fragmentação social como fatores importantes para a conquista de direitos:

cada vez mais a gente vive a partir das nossas necessidades. E isso também é justo. Todo mundo aqui quis ter a sua terra, a sua casa, o seu carrinho na garagem. Então, acho que isso também faz parte da nossa luta (...). Eu sei que isso esbarra na questão do coletivo, aí é hora de pensar e, talvez, equilibrar as coisas (...). Acho que o direito à liberdade também deve ser respeitado.

A seguir, este comunicador enfatiza que a sua motivação também se deve ao espaço de aprendizagem que a Rádio Terra Livre lhe proporciona. Mesmo que seu desejo maior esteja vinculado ao coletivo, a sua motivação também relega um sentido subjetivo: “eu percebo que evolui muito depois que entrei aqui na rádio. Eu sempre digo pra moçada que está chegando que aqui é um espaço de crescimento, que te ajuda a ter mais conhecimento, não só comunicação, mas no conhecimento geral”.

Ao final da entrevista, ressalta que a sua permanência na emissora é uma forma de reconhecimento e de retribuição aos personagens históricos, que iniciaram a ocupação das terras no ano de 1985: “uma força que me motiva mesmo é saber que o chão onde eu piso tem uma história, tem uma identidade cultural, tem história de gente, de outras pessoas que fizeram por nós (...). Não devemos esquecer disso e lutar aqui”. Para Wagner, o sentido de reconhecimento ou de gratidão é um dos elementos participantes na constituição da cidadania e, segundo ele, este é um sentido que não faz parte da consciência da maioria dos assentados da região:

já que estamos relacionando a cidadania com essa coisa de reconhecimento dos companheiros que lutaram por isso que temos, se eu te contar a verdade, poucas famílias tem essa consciência. Precisamos mudar a consciência dessas pessoas (...); é nisso que a rádio também precisa atuar mais.

Podemos afirmar que os sentidos e as motivações expressos por Wagner evidenciam uma cidadania reconhecida, desde os campos do legal, liberal,

reivindicativo e coletivo. É uma cidadania que se revela num mosaico de elementos, que tendem desde subjetividade ao reconhecimento histórico da organização coletiva. Também apresenta elementos de um comprometimento comunitário, de envolvimento interpessoal mais localizado, como também de um envolvimento coletivo mais forte e duradouro. É, portanto, um sentido de cidadania em construção, a partir de motivações pessoais e coletivas. A transitoriedade da cidadania, dada num certo tempo e espaço, se pudesse ser ilustrada por um pêndulo, estaria, no caso de Wagner, tendenciada, para os sentidos coletivos. Da mesma forma, o sentido legal ou defensivo da cidadania não se apresenta como referência ou com maior peso em relação ao sentido ofensivo e de ampliação dos direitos (SANTOS, 2006).

Após entrevistarmos Wagner, realizamos algumas fotografias da emissora. Ele também nos conduziu até o transmissor para nos mostrar o seu trabalho de manutenção que realiza semanalmente. Wagner fica entusiasmado ao afirmar que aprendeu sozinho fazer a manutenção do transmissor e dos demais equipamentos. No entanto, ao retornarmos para rádio ele não se esquece de enfatizar: “aquilo ali [transmissor], não serve para nada se não tiver isso aqui”. Wagner aponta para o estúdio, onde estão três comunicadores, dentre os quais, João⁵⁴, nosso próximo entrevistado.

Seu João é o locutor mais antigo da emissora. Diz ser um comunicador desde o ano de 1998 e relembra que, neste período, entre continuidade e interrupção, já soma mais de 14 anos de atuação na Rádio Terra Livre: “de todos da turma aqui da rádio eu sou o mais antigo”, relata. João não recorda a data específica, mas diz rememorar o momento em que começou a participar das reuniões e encontros de formação na emissora: “foi numa tarde (...). Logo que a rádio começou a ficar conhecida, o grupo mesmo me chamou pra ajudar (...). Participei de uma reunião e depois de uma formação e já comecei como locutor”.

Questionamos João sobre a sua participação nos assentamentos, bem como nas atividades do MST. Comenta que nunca possuiu um envolvimento mais intenso ou

⁵⁴ João, 58 anos, é casado, agricultor aposentado e possui o ensino fundamental. É assentado desde o ano de 1987, mas relata que já morou em vários assentamentos da região. Possui 04 filhos, que, no momento da pesquisa, residiam em cidades vizinhas. Não possui militância no MST, mas comenta que sempre foi atuante na igreja católica. Junto com Cezar é o comunicador com mais tempo de atuação na Rádio Terra Livre: “eu faço o programa mais nos finais de semana. Faço meu programa direitinho e não me envolvo muito com as questões da rádio”.

mesmo militante nos assentamentos e que sua motivação em atuar na emissora ocorreu após o seu engajamento em algumas atividades da igreja: “eu nunca fui atuante no MST. Assim, apenas algumas atividades mais da igreja. Acho que o pessoal viu que eu levava jeito pra comunicação e resolveu me convidar”.

Percebemos que a ação política ou militante não se efetivou como elemento central na mediação da ação de João. Seu envolvimento com a igreja deflagra a mediação religiosa e mesmo cultural de sua ação (SANTOS, 2006). O convite dos fundadores da emissora para que João integrasse o grupo de comunicadores se interliga a necessidade instrumental, pois, como relata o comunicador: “eles até sabiam que eu não concordava com muitas coisas do MST, mas que era um bom comunicador”.

Após ingressar na emissora, João relata a ocorrência de alguns conflitos ideológicos:

eu não tinha formação política e sempre achei que a rádio tem que tocar o que o povo quer ouvir. Foi que uma vez, numa formação, uma liderança do MST quis cobrar de mim; de que era para eu me envolver com o MST. Ai eu disse que eu estava ali porque o povo queria e não por causa do MST.

Este ocorrido revela o caráter instável da construção da cidadania (RUBIN, 2001), ou seja, construído sob um terreno de discursos e posições que, na maioria das vezes, determinam o próprio funcionamento da emissora. No percurso comunicacional de João, este conflito se acentuou: “Sei que alguns não gostaram muito. Não é que eu era contra o MST. Na verdade eu queria comunicar do meu jeito (...). Que era o jeito da maioria dos assentados, assim, mais simples e não tanto do discurso”.

João se refere à prática radiofônica voltada mais para o musical do que para a veiculação de conteúdo político. Em outras palavras, sua motivação se assentava na prática de uma comunicação popular, direcionada para o entretenimento e, portanto, menos militante. A sua comunicação, na perspectiva mais cultural do que política, inaugurou novos desafios à coordenação da emissora daquele período: “houve uma reunião de alguns para me tirar da rádio. Até me chamaram, mas eu disse: se eu sair o povo me coloca aqui dentro de novo”, enfatiza. Este conflito também é lembrado por Cezar, que na época acompanhava a programação da emissora: “o seu João, por

exemplo, nunca foi um militante e até meio contra o movimento, mas ele sempre teve seu espaço”.

João reconhece que a emissora lhe proporcionou um novo ambiente de atuação na comunidade: “depois que eu me firmei aqui [na emissora], o meu reconhecimento aumentou também. Todo mundo meio que já me conhecia, pelas coisas que a gente fazia na comunidade, mas depois da rádio foi bem melhor”. Neste sentido, a construção da cidadania, enquanto práticas sociais de sentido (WEBER, 2004), refere-se, no caso deste comunicador, aos sentidos de pertencimento, de identificação e de valorização pessoal mediante a comunidade. Ainda destaca que: “eu comecei na rádio foi por que o povo queria um comunicador do jeito deles. A maioria era jovem e eu era o único mais vivido, que comunicava mais do jeito antigo”.

Por ser o comunicador mais velho, João enfatiza que os demais comunicadores começaram a reconhecer o seu trabalho e que isto lhe motivou a permanecer na emissora: “depois dessas confusões eu até pensei em largar tudo, mas alguns vieram e falaram: o senhor precisa ficar. O senhor é mais experiente e a rádio precisa de você”. No depoimento de João é recorrente a motivação pessoal interligada ao reconhecimento social, que, segundo ele, legitima-o comunicador de referência na emissora: “na época foi feita uma pesquisa pra ver o que o povo achava dos comunicadores. lembro que fui o mais lembrado, o povo achava o mais preparado. O meu programa era o mais ouvido”.

Este discurso, proferido por João, é motivo de controvérsias entre alguns comunicadores. Cezar relata que, durante uma reunião, alguns comunicadores contestaram a preferência de João na pesquisa realizada:

eu lembro que, no caso desse comunicador [João], alguns até vieram reclamar, que ele estava se achando o melhor. Ai eu conversei com o ele e disse que aqui o trabalho era coletivo e que não existia o melhor comunicador.

João ressalta que a motivação em continuar na emissora se volta ao compromisso de fazer uma comunicação comprometida com o gosto musical dos ouvintes: “eu gosto de fazer rádio por que o povo gosta do meu jeito de comunicar; que é simples. Todo mundo me entende por que eu sou do povo mesmo. Não fico aqui com discurso, eu gosto mesmo é de tocar música”. As formas de relação ou de envolvimento social no interior da emissora são aspectos relevantes na construção da cidadania, que se

constrói no cotidiano das interações (HOLSTON, 2013). Estas interações sociais, nem sempre estáveis e positivas, demonstram as medidas específicas da cidadania, que, no caso de João e os demais comunicadores, dependem das aproximações e distanciamentos no interior da emissora, como os encontros, reuniões, diálogos informais, as pesquisas de audiência, dentre outros.

Questionamos João se há outra motivação que o faz permanecer na emissora e identificamos que o caráter subjetivo é o elemento mais citado: “a motivação mesmo, é porque aqui na rádio a gente se torna muito conhecido. É bom você sair na rua e perceber que o povo reconhece você pelo que você pelo teu trabalho”. A busca por reconhecimento social é validada nas relações cotidianas, nos encontros interpessoais, sobretudo nos espaços de socialização da comunidade: “a gente gosta de chegar numa festa da comunidade, aqui nos assentamentos (...). Ai você vê que o povo te enxerga como alguém diferente. Eu gosto dessa função por isso, pelo reconhecimento que vem”.

A reputação pública, no caso de João, é um forte elemento mediador e de sentido da noção de cidadania. Ser tratado de modo diferencial ou mesmo distinto dos demais sujeitos é o que motiva João a acordar, diariamente, às 06h00min, para realizar o programa “Manhã no campo”. Esta motivação, no entanto, também está em negociação com outras condições subjetivas, como a necessidade de possuir uma ocupação, uma tarefa ou mesmo um trabalho: “depois que me aposentei, parei com a lida da roça, ai me dediquei mais aqui na rádio. Antes eu vinha, mas só depois de atender os serviços, tratar os bichos, tirar leite (...). Agora não. Estou aposentado ai fica mais fácil”.

Este aspecto subjetivo, inicialmente identificado como a necessidade de reconhecimento social e de sociabilidade, que alimenta o interesse individual, também atua conectado às condições objetivas. Por isso, a construção da cidadania oscila entre elementos da ordem pessoal e subjetiva, como também interpessoal e objetiva, pois relacionada ao mundo das relações e do trabalho. Esta busca por reconhecimento, mesmo que relativamente individual, somente se efetiva no contexto social, ou seja, no campo da sociabilidade, das interações e das negociações interpessoais (CORREIA, 2004).

No decorrer da entrevista, João ressalta que a motivação em atuar na emissora também se deve a ajuda financeira que recebe: “no final do mês a gente sempre recebe

uns trocos. Não é muito, mas já livra a gente de algumas despesas da casa”. Questionamo-lo se a ajuda de custo lhe for negada, qual seria a sua posição: “Eu até ajudaria por uns dias, até melhorar a situação. Mas de graça ninguém trabalha. Acho que se a gente se organizar sempre tem formas de conseguir um patrocínio”. Assim, a dimensão financeira, até então oculta no campo das motivações, também se apresenta como outro possível elemento mediador na construção da cidadania desde comunicador. Não se constitui como um elemento central, pois, como relata João

[...] de todo o tempo que estou na rádio, já fiquei muitas vezes sem receber nada. Mas isso a gente sempre compensa (...). Assim, quando vamos numa festa ou num almoço da comunidade sempre pagam alguma bebida, algum almoço. Então, e isso eu sempre falo pra moçada aqui: a gente continua comunicador mesmo quando sai da rádio. Como eu disse, o reconhecimento não é só pela ajuda de custo, mas por essas coisas também.

Esclarecemos a João que o foco de nossa pesquisa girava em torno da cidadania, ou seja, do entendimento que eles, os comunicadores, tinham do conceito. Antes de finalizarmos o esclarecimento, bem como a possível questão sobre a cidadania, João respondeu: “eu acho que essa palavra, a cidadania, (...) eu até ia falar dela antes; ela é o que a gente faz aqui, quando eu te digo dessa questão do envolvimento por causa da comunidade”. Assim, João destaca que o sentido que a noção de cidadania corresponde à dimensão pessoal, do dever e da obrigação jurídica: “ser um cidadão, hoje, é estar em dia com as obrigações. Porque pagamos impostos ai temos os direitos. Acho que o cidadão é andar na linha, ser direito com os outros, saber respeitar ”.

O aspecto legal da cidadania (MARSHALL, 1967), é o sentido mais evidente na atuação de João na emissora, que destaca a necessidade de legalização da emissora, para que seu trabalho seja mais reconhecido: “eu luto pra que a rádio seja legalizada. Poderemos andar de cabeça erguida na cidade pra pedir mais apoio. Assim, desse jeito [ilegal], muitos não contribuem por isso. Até pra gente fica ruim”.

João aponta que a motivação em continuar na emissora se deve a uma perspectiva solidária: “a cidadania, já que falamos daqui da rádio, também é fazer a nossa parte, se doar um pouco (...). Se você ver bem, a rádio ajuda mais do que muitas coisas, assim, mais que os políticos”. Ele complementa sua compreensão sobre a noção de cidadania expondo a sua motivação pessoal em continuar comunicando na emissora:

“eu continuo aqui na rádio porque a gente tem um bom envolvimento com a comunidade. Se eu sair daqui, já me disseram, que nem escutam mais a rádio”.

Após encerrarmos a entrevista com João, outro comunicador, que permanecia na emissora, veio ao nosso encontro e relatou:

ontem, ele [João] passou uma hora do programa e não queria sair do estúdio. Ai eu tive que entrar e dizer que era o meu horário. Ele disse que fez uma hora a mais porque o povo gostava do programa dele e que estava pedindo pra ele continuar. A gente sabe que não é verdade. Eu até conversei com a coordenação pra gente resolver isso na próxima reunião.

Dos cinco comunicadores entrevistados, é visível a complexidade de motivações, bem como o conjunto de sentidos sobre a noção de cidadania, que oscilam desde a dimensão individual, como a vontade de ser locutor, até a dimensão ideológica, política, militante. Ao final desta primeira entrevista passamos a acompanhar a rotina dos comunicadores no interior da emissora. Percebemos, então, que as motivações também se expressam para além das palavras. Nosso olhar guiado pela etnografia e pela pesquisa participante nos ajudou a observar alguns gestos e detalhes da atuação dos comunicadores durante a convivência e a realização dos programas. Wagner, Cezar e Luciana possuem uma atuação mais engajada, que se demonstra desde a preocupação com a limpeza do ambiente, como com a própria sustentação financeira da emissora. Wagner providenciou alimentos e Luciana conduziu a preparação do almoço. Cezar permanecia na cidade, realizando a coleta dos apoios culturais.

De modo convergente, mas não similar, a ação destes três comunicadores se voltam para o coletivo e, na grande maioria das vezes, a questão intersubjetiva é relegada ao campo objetivo, da anulação pessoal em detrimento dos valores e mesmo da ideologia militante requerida pelas bandeiras do MST. O reconhecimento da cidadania para esses três comunicadores também se vincula a ação solidária, devido o histórico pessoal que cada um desenvolveu ao longo da vivência militante e comunitária.

Entre essas convergências, percebemos que os três comunicadores também se distinguem nas motivações que os fazem continuar atuando na emissora. Para Luciana, então gestante, a prioridade se desassociou do caráter solidário e passou a se relacionar a necessidade de sobrevivência com o seu “esposo” Ivonei. Assim, o reconhecimento da

cidadania é relativo ao contexto intersubjetivo, social e econômico pelo qual vivenciam os comunicadores.

Isto é mais evidente nos depoimentos de Ivonei e de João, para os quais a cidadania é um elemento de ordem individual e cotidiana, às vezes relacionado ao campo legal, das obrigações e do bom comportamento. Ser um locutor reconhecido tem mais peso no contexto desses dois comunicadores do que a organização coletiva, política e militante. Isto, devido o percurso histórico de cada comunicador, que não é idêntico, como possivelmente idealizado, talvez, por serem assentados, ou comunicadores de uma emissora que se pretende militante e defensora dos ideais coletivos.

Deste modo, as motivações que estão por detrás da ação dos comunicadores, bem como a compreensão que estes sujeitos têm da noção de cidadania nos revelam o solo construtivo onde se fundamenta a própria noção de cidadania. As motivações - relegadas à dimensão pessoal ou à ação solidária, bem como às motivações políticas e conscientes de uma cidadania ancorada na participação comunitária - demonstram o caráter insurgente (HOLSTON, 2013) e intersubjetivo da cidadania (SANTOS, 2006).

Pelo mesmo caminho, os sentidos que permeiam a construção da cidadania se referem ao reconhecimento pessoal, à prática solidária, à busca por melhor qualidade de vida, de sobrevivência pessoal e de engajamento político e militante. Portanto a resposta ao questionamento “quais os sentidos de cidadania expressos nos depoimentos dos comunicadores?” não indicam um processo único, mas sinuoso e construtivo. Ou seja, estes sentidos não se filiam, apenas, ao campo político, mas também ao cultural, pois, além da subjetividade interpessoal, a dimensão simbólica, pedagógica e festiva ou são relevantes neste processo (DAGNINO, 1994).

No próximo subcapítulo, investigaremos como se constrói a cidadania a partir dos enfrentamentos, negociações e relações entre a prática radiofônica, o Estado e o mercado. A fundamentação teórica que ilumina a investigação se refere aos capítulos que versam sobre “Os movimentos da cidadania na história ocidental e norte-americana”, bem como “A cidadania nos períodos colonial latino-americano e brasileiro contemporâneo”.

7.2 A cidadania em movimento: a relação, o enfrentamento e as negociações entre Rádio Terra Livre FM, o Estado e o mercado

Desde a antiguidade, qualquer comunidade, povoado, cidade ou nação, caracterizavam-se como espaços de conflitos econômicos, sociais e políticos, os quais delineavam as diversas faces da cidadania (PINSKY, 2005). Esta teorização é uma luz que nos situa na compreensão da cidadania a partir do funcionamento da Rádio Terra Livre, através do depoimento dos comunicadores. Mesmo se tratando de uma abordagem sobre a história da cidadania, os capítulos teóricos aqui referidos, auxiliam-nos na identificação de elementos similares e que correspondem a nossa intenção de compreender: quais as relações, enfrentamentos e negociações da prática radiofônica com o Estado e mercado? A esta questão também incluímos a atuação/função do próprio do MST, a partir do depoimento de alguns dos comunicadores.

Iniciamos a reflexão reforçando a tese de que, desde a antiguidade, a cidadania se constitui como espaço de reivindicação, de atuação nas instâncias políticas decisórias e deliberativas, como, também, a partir da articulação de poderes paralelos, responsáveis pela destituição de reis, de exércitos, de nações, Estados, de sistemas jurídicos, bem como de crítica e de contestação à lógica mercantilista contemporânea. A intensificação da participação popular, através de espaços autogeridos, impulsionaram outras formas de organização social equivalentes ao Estado e ao mercado. Isto demonstra que a cidadania é historicamente marcada pela articulação de diversas forças contestatórias aos poderes constituídos e às lógicas externas, que regulam a vida cotidiana, bem como o acesso aos direitos e a prática dos deveres.

Deste contexto teórico, objetivamos intenção do dialogo com os comunicadores sobre essas possíveis relações, enfrentamentos e negociações que se efetivam entre a Rádio Terra Livre o Estado e o mercado. As entrevistas ocorreram na manhã do dia seguinte, no interior da emissora. Inicialmente, esclarecemos aos entrevistados, que a dimensão do Estado é visível na dimensão macro, na estrutura organizativa dos ministérios, na elaboração, aprovação e execução de leis, nos projetos e programas

como a reforma agrária, educação, saúde, moradia, dentre outros. Esclarecemos que a manifestação do Estado é visível e atuante no poder local: governo municipal, o executivo e o legislativo. Debates com os comunicadores, que o Estado também se constitui a partir de elementos da esfera pública, que, segundo Habermas, é o espaço do convívio comunitário, onde os cidadãos, supostamente libertos, reúnem-se para compartilhar, valorizar e transformar a estrutura do Estado, como da própria sociedade (HABERMAS, 1961). Neste contexto de esfera pública, também se encontram as relações, enfrentamentos e negociações entre a sociedade e o mercado. De modo elucidativo, o mercado é para nós o terreno permanente e orgânico da economia (GRAMSCI, 2001), que, também, contemporaneamente, se vincula ao Estado, formando o que Bobbio (2005), denomina de Estado democrático.

Iniciamos o diálogo com os comunicadores a partir de questionamentos como: em que medida a Rádio Terra Livre, historicamente, se efetivou como um espaço de enfrentamento, de relação e de negociação, desde o seu contexto, com o Estado e o mercado? Em que medida a Rádio Terra Livre – desde o contexto histórico, de luta pela terra, de organização popular através do MST -, pode ser considerada um espaço de construção da cidadania enquanto enfrentamento, negociação e relação com o Estado e o mercado? Na construção deste texto, buscamos entrelaçar os diálogos na medida em que realizamos o debate teórico. Nem todos os entrevistados renderam o mesmo volume/conteúdo de informação sobre a temática em questão, por este motivo, alguns se sobressaíram, como Cezar, Wagner e Luciana. No entanto, João e Ivonei também contribuíram, mas de modo mais pontual, com algumas questões mais específicas, ou quando a discussão se referia a aspectos mais contextuais do que gerais.

Cezar ressalta que para compreendermos esta relação entre a Rádio Terra Livre o Estado e o mercado, seja ela conflituosa ou negociada, necessita-se observar a própria constituição da luta popular, dos marginalizados, dos excluídos dos processos decisórios, os quais constituem e referendam a própria noção de cidadania: “a luta pela terra é o que motiva a nossa atuação aqui na rádio. Nem todos têm a consciência disso (...), de que a rádio está nessa luta diária com a burguesia, com os políticos da direita”.

Questionamos Cezar sobre a sua compreensão da atuação do Estado nos assentamentos. Para ele, o Estado se apresenta de modo contraditório. Ao mesmo tempo

em que assegura direitos, através da oferta de projetos sociais, também regula e controla o acesso: “podemos dizer que o Estado, nos últimos anos, tem evoluído (...), ajudou, assim, através desses programas sociais. Por outro lado, é ele que decide se vamos ou não continuar com os projetos. Por exemplo, se entrar a burguesia, isso vai parar”. Percebemos que para Cezar o Estado se apresenta como conessor e legitimador de uma cidadania social, de projetos que contemplam os direitos à cultura e à educação, mas se apresenta de modo instável, pois depende da classe política que está no poder.

Wagner relata que a relação com o Estado nem sempre é possível, pois são difíceis os canais de acesso e de diálogo: “a nossa relação com os políticos que elegemos, que estão lá dentro [Estado], é difícil. Até mesmo, quando vamos exigir da prefeitura melhorias aqui nos assentamentos é sempre na fila de espera, na paciência”. Adiante, Wagner enfatiza que neste ponto, a Rádio Terra Livre entra em cena: “mas, quando a coisa não se resolve, nós abrimos a boca aqui na rádio (...). Até mesmo, não apenas as coisas aqui dos assentamentos, mas do movimento [MST] aqui no estado e no Brasil”.

Este movimento de retorno à emissora para a denúncia ou a tematização de problemas não atendidos pelo Estado nos confirma que a cidadania adquire um caráter público, onde se firmam as relações comunitárias, através de situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes ou dissonantes das estruturas burocráticas (PINSKY, 2005). Por esse caminho, João também relata que “a rádio ajuda os assentados quando o governo se esquece de quem os colocou lá dentro. No início, a rádio sofreu muita perseguição por isso (...). Ela chegava junto dos políticos e cobrava mesmo”.

Wagner ressalta que a dificuldade de acesso ao poder político local também se deve às relações de poder entre classes sociais. De um lado, os empresários, que segundo Wagner, financiam as campanhas eleitorais e, por outro lado, as demais classes sociais, dos trabalhadores da cidade, dos pequenos agricultores e dos desempregados: “quando você fala do mercado eu já digo que isso é o que acontece aqui na nossa realidade; por exemplo, os empresários, que são os donos da cidade são os que mandam na política (...). Ai vem o nosso enfrentamento, da classe trabalhadora, dos assentados”.

Luciana também identifica este ponto de conflito e situa a Rádio Terra Livre como um novo espaço de construção da opinião pública, sobretudo para as vozes marginalizadas dos espaços oficiais de discussão, como o parlamento, a prefeitura, a câmara de vereadores, dentre outros:

aqui, nós, os assentados, só temos voz aqui na rádio. É aqui que a gente pode falar dos nossos problemas (...). A gente sabe que as leis são feitas lá em cima, onde a gente não tem voz. Até aqui na cidade, onde a gente debate sobre isso, sobre o que precisa ser melhor para os assentamentos?

Ivonei também comenta que a Rádio contribui com a organização dos assentamentos e com a explicitação das demandas que necessitam ser atendidas pelo Estado. Relata que sem a pressão social o Estado não corresponde às reivindicações:

assim, creio que a rádio entra nisso que você fala; de que não adianta só esperar que as coisas não chegam. É preciso ir pra rádio e reclamar, falar que os políticos não cumprem e que só querem pedir voto (...). Mas os nossos problemas continuam os mesmos; se a gente não usar a rádio pra isso muita coisa não se resolve mesmo.

Como relatamos em capítulo teórico, o intenso crescimento das associações cristão-comunitárias, fontes de comunicação interpessoal, possibilitaram a construção de uma cidadania na limitada esfera pública. Limitada no que diz respeito aos canais de acesso às estruturas políticas deliberativas, responsáveis pelo atendimento às demandas sociais (CORREIA, 2004). Por este caminho, João destaca a intervenção da igreja católica no processo de construção de uma consciência política e militante nos assentamentos, o que tem gerado, segundo ele, uma base militante, que sustentou as atividades da Rádio Terra Livre durante o período de sua fundação:

a rádio contribuiu com os assentamentos por que também teve a participação da igreja. Logo no início alguns padres e irmãs ajudavam na organização dos assentados. Depois que veio a rádio eles também ajudaram na formação, orientando o povo, assim, sobre os direitos de ter uma escola, um posto de saúde (...). Então não foi só o movimento [MST], foi esse lado da igreja, que eu sempre estive junto.

A dimensão comunicacional das associações cristãs fortificaram as práticas sociais coletivas, baseadas na comunhão de bens e rituais simbólicos, impulsionando outras formas de comunhão, de partilha do espaço público e de debate sobre a cidadania (HOORNAERT, 2005). É neste cenário de negociação e de enfretamento que a

cidadania se efetiva como um elemento de relação entre as associações populares e o Estado. Ou seja, onde o Estado não formaliza ou legaliza espaços ou canais de comunicação, as forças locais da sociedade civil elaboram suas próprias formas de atuação e de comunicação (2004).

Por esse caminho, a participação popular - historicamente responsável pela tematização dos direitos -, é ressaltada por Luciana como elemento visível na prática da Rádio Terra Livre: “acho que a rádio veio dessa união dos assentados, que não conseguiam os direitos (...). Meu tio sempre falava da perseguição que os assentados sofriam dos políticos e dos fazendeiros daqui”.

Segundo Cezar, a organização dos assentados, através de núcleos que comportam o número de dez famílias, foi uma forma de organização popular e de resistência mediante a tentativa de desmobilização e de enfraquecimento da atuação dos assentados por políticos e empresários locais: “a burguesia sempre tentou nos desmobilizar. Formamos os núcleos, montamos cooperativas, associação (...), tudo isso para nos defender. A rádio também veio dessa força organizativa dos assentados”. A relação com o Estado, sobretudo a partir dos poderes locais, nunca foi acertada, mas conflituosa. Comenta que as perseguições, sobretudo a comunicadores da Rádio Terra Livre, foi mais intensa quando se realizaram denúncias e cobranças por melhorias nos assentamentos: “há um tempo, tinha comunicador que não ia mais pra cidade; sofria perseguição. Empresários e até políticos, que a gente sabe que são contra os assentados, chegavam a pagar pra ver confusão, nos assentamento, nas nossas promoções”.

O enfrentamento com o Estado e com as classes de empresários sempre foi um elemento central na construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre. É compreensível, no depoimento de Ivonei, que este enfrentamento constitui-se como elemento de força que produz a própria ação contra-hegemônica (MORAIS, 2010): “nas formações a gente sempre debate sobre quem são os nossos inimigos (...). Esses que estão contra a rádio e que por isso a gente luta (...). Por isso que a gente não desiste”.

No contexto histórico da Rádio Terra Livre, a cidadania, enquanto expressão da mobilização e da participação popular, não se contém nas estruturas políticas e jurídicas dos espaços burocráticos e oficiais. A construção da cidadania avança sob a força de

outras estratégias paralelas, geradas a partir de uma comunicação das demandas não atendidas pelo Estado e pelo mercado.

A compreensão dos comunicadores sobre a construção ou a constituição do Estado foi outro questionamento que surgiu durante as entrevistas. Para Cezar, a própria construção do Estado só se justifica através da participação popular. Destaca que o voto, além de uma conquista democrática, ainda não se apresenta como ação social democrática:

quando você me pergunta sobre o Estado a partir das eleições, do voto, assim eu vejo que isso é uma parte da nossa luta, mas que não é o único caminho. Os políticos que estão no governo são algumas pessoas que chegaram lá pelo nosso voto, mas que depois parecem que não representam mais os nossos interesses. Ai entra o nosso dever de cobrar, de participar, de se mobilizar.

Esta mesma perspectiva também é compartilhada por Wagner. Segundo ele, “a Rádio representa essa organização do povo, pois as reivindicações que vão aparecendo, mas que o Estado, ou a política partidária não dá conta de atender, de resolver”.

Nos depoimentos de Cezar e de Wagner, identifica-se a relação da cidadania com a necessidade de organização popular, devido à inabilidade do Estado mediante as demandas sociais (PINSKY, 2005). De acordo com Luciana, esta ampliação também se refere aos enfrentamentos históricos que constituem o contexto geográfico e político da Rádio Terra Livre FM:

[...] a rádio surgiu dessa organização do povo aqui dos assentamentos. Depois o movimento deu uma força e se utilizou da rádio para outras lutas também (...). Então não dá pra gente achar que a rádio é só isso aqui, a música que toca. Ela faz parte da história aqui dos assentamentos, do MST também.

Ampliação que é resultante dos embates entre os próprios cidadãos populares e as classes sociais burguesas, mas, também, das novas configurações da sociabilidade, que fortificam outros canais ou vias de construção da cidadania, de acesso aos direitos democraticamente constituídos. Neste cenário, a construção da cidadania não atua no limite das leis constituídas, mas na garantia e, sobretudo, a partir de novos elementos que emergem dos contextos sociais economicamente desfavorecidos: “a atuação da rádio aqui nos assentamentos veio das necessidades de cada dia. Por que a gente sabe,

por exemplo, dos direitos, mas se a gente não correr atrás eles não chegam até aqui”, relata Cezar.

A organização social, a partir das relações locais, da sociabilidade (RIBEIRO, 2004), põem em curso novas formas de enfrentamento com os poderes políticos locais e representam, segundo Wagner, um movimento em busca de autonomia política:

uma coisa que eu acho que diferencia os assentados é essa coisa de lutar e de não se contentar com o que se tem. Está certo que muitos não têm essa consciência, mas posso te dizer que a maioria dos assentados, os fundaram a rádio, sempre tiveram essa necessidade de lutar pelas coisas (...). Acho que a questão da autonomia política – é bem isso – a autonomia política, também conseguimos aqui pela rádio (...). A nossa autonomia política desses políticos de direita, que, infelizmente, são a maioria não só aqui, mas em todo o Brasil.

O depoimento dos comunicadores revela que a Rádio Terra Livre atua na constituição da esfera pública, veiculando informações que auxiliam na formação da opinião pública crítica e autônoma: “quando a gente não consegue uma reivindicação aqui para os assentamentos (...), qualquer coisa, como transporte nos finais de semana, a rádio entra aí, e denuncia, faz o debate. Isso tem ajudado a nossa autonomia”, pondera Wagner. Pelo mesmo caminho, Cezar aponta outros exemplos que realçam a função mediadora da Rádio Terra Livre no que tange à conquista de autonomia política e de novos direitos sociais:

a rádio funciona para nós não como uma rádio comum. Eu sempre digo pra moçada, está rádio é mais que isso. Ela é um instrumento político, que ajuda toda a comunidade a se fortalecer politicamente (...). Muitos projetos sociais que vieram aqui para os assentamentos só vieram por que a gente estava organizado aqui na rádio, enquanto associação também.

A autonomia política, conquistada pela organização coletiva em torno da emissora, é propulsora do debate coletivo, sustentado pelo direito à livre expressão, que torna a esfera pública um campo de legitimação dos direitos e dos deveres. Trata-se de uma prática social que põem em curso novas formas de comunicação, as quais ativam a conquista de autonomia política, bem como a ampliação da cidadania (HABERMAS, 1984). Esta esfera pública comunicacional, ativada pela associação coletiva, pela reivindicação de um novo jeito de se fazer política, é um fenômeno semelhante ao que Mondaini (2005) revela ter iniciado no período pós-humanismo, momento onde a

cidadania adquire novos sentidos e o fato de habitar uma cidade (de ser cidadão) não basta mais aos sujeitos.

Esta teorização é perceptível na realidade investigada, sobretudo através do desejo de alguns comunicadores atuarem como sujeitos críticos mediante a estrutura política estatal, que, segundo Wagner, não facilita o acesso aos direitos constituídos:

esse enfrentamento com o Estado e com a burguesia a gente faz todos os dias. A gente sabe que muitos direitos só vêm a limpo quando a gente critica e exige. Por exemplo, os projetos sociais do governo, como o “Mais cultura”, se fosse pelos políticos da cidade, eles jamais viriam para os assentamentos, eles ficariam nas escolas, onde as diretoras, na grande maioria, são mulheres dos empresários.

Identificamos, que a Rádio Terra Livre também facilita o acesso a projetos sociais como o Mais cultura, Projovem, PRONATEC, dentre outros. Estes projetos, mantidos pelo Governo Federal, revelam a relação positiva entre a emissora e o Estado. Segundo Luciana: “a rádio começou a ter os projetos sociais do Governo Federal neste ano e isso é muito bom. Aproxima ainda mais as pessoas da rádio, sem contar na formação a mais que o povo ganha”. A captação e execução dos projetos sociais no espaço da rádio é, para Wagner, um elemento positivo, que compensa as ausências e os distanciamentos do Estado: “quando você me perguntou sobre a relação com o Estado, eu vejo que esses projetos é a única coisa que nos ajuda e que, em minha opinião, é uma coisa boa, pois aí eu vejo o Estado, na parceria com o povo organizado”.

Cezar destaca que os projetos executados no espaço da emissora é uma conquista importante, fruto do enfrentamento com outras classes sociais, como os empresários:

nós disputamos um projeto, acho que foi o PRONATEC, com uma escola da cidade. Quase perdemos, por que a burguesia da cidade (...), os empresários e uma meia dúzia de políticos, diziam que não adiantava esses projetos para os assentados, que assentado tinha que pegar na enxada e não precisava desses cursos. Inclusive, alguns companheiros nossos, aqui dos assentamentos, na época, puxaram contra.

Este enfrentamento revela que a Rádio Terra Livre se efetiva como espaço de reivindicação e de resistência dos novos direitos sociais, sobretudo os materializados em projetos de assistência social e de formação pedagógica. Cezar relata que os

participantes desses projetos passam a criar novos vínculos com comunidade e com a emissora: “esses projetos ajudam a gente a chamar esses jovens para a comunidade, para o engajamento com a gente. Muitos deles passaram a contribuir muito com as nossas atividades, exercendo a cidadania como você diz”.

É perceptível, através da captação e execução desses projetos sociais a formação de um espaço de negociação entre a Rádio Terra Livre e o Estado. Como destaca Luciana, a Rádio cumpre a sua função quando oferece oportunidades de formação para os assentados, pois “a questão é melhorar a qualidade de vida aqui nos assentamentos, fazer com que a gente tenha oportunidade de estudar, de se formar aqui, sem precisar ir para a cidade”.

A negociação perceptível é no âmbito da colaboração, ao passo que a emissora, através da Associação cultural Terra Livre, também recebe recursos que viabilizam, além da remuneração de alguns comunicadores, como a manutenção da estrutura física da emissora: “os cursos do [programa] Mais cultura são o nosso meio de manter as despesas da associação e da rádio. Sem contar que eu e mais o Wagner recebemos para dar alguns cursos (...). A gente não pode perder esses projetos”, afirma Cezar.

Na intenção de compreendermos as características da construção da cidadania a partir da Rádio Terra Livre, passamos a observar quais os discursos e ações dos comunicadores mediante a conquista de direitos e a prática de deveres. Em outras palavras, questionamos os comunicadores sobre o tipo de cidadania ou de prática cidadã construída ou ativada a partir da Rádio Terra Livre. Esclarecemos que a construção da cidadania também diz respeito aos direitos individuais, que asseguram, por exemplo, o direito à propriedade privada, ao acúmulo de capital individual, dentre outros, bem como a articulação entre a cidadania e a democracia, a partir da ação coletiva e do bem comum (PINSKY, 2005).

Provocamos este debate, acerca desta temática, pois nos referimos teoricamente ao período histórico moderno, que definiu a construção da cidadania sob a exaltação da razão individual como meio capaz de enfraquecer e aniquilar o poder da Igreja e do Estado. Mas, por outro lado, também se evidenciou a cidadania a partir da construção coletiva do espaço público, como a plena participação consciente de todos na gestação e no controle da esfera política (COUTINHO, 2008).

Para todos os comunicadores, a cidadania é constituída em meio a esta tensão e não se apresenta como sinônimo de construção coletiva e do bem comum. Enquanto espaço de construção da cidadania, a tensão se caracteriza pelas disputas interpessoais, desde a ordem subjetiva à ordem política. Para João, comunicar na Rádio Terra Livre é uma conquista pessoal, após o reconhecimento de seu potencial pela comunidade: “como eu te disse, estou aqui por que a comunidade quer a minha participação (...). Acho que a rádio é isso. Essa contribuição de cada um. Uns se destacam mais e outros já nem tanto”.

Já para Cezar, a emissora se apresenta como espaço de cidadania construída coletivamente e desqualifica as ações que não visam o bem comum: “quem entra aqui na rádio só pensando em ser locutor ou em tirar proveito pessoal, a gente busca atuar com a formação, enfatizando que aqui é espaço, um espaço de luta coletiva”. Salienta que os enfrentamentos com o Estado e com as elites somente são possíveis a partir de uma consciência cidadã, ancorada na organização coletiva. Para este comunicador, os direitos individuais não correspondem às necessidades sociais mais urgentes e, ao mesmo tempo, o indivíduo não possui força suficiente para enfrentar os autoritarismos vigentes: “a rádio é o exemplo dessa cidadania, que tem força por que veio da nossa luta. Se um camarada quisesse, sozinho, levar essa rádio, ele não iria muito longe (...). Agora, se ele luta por uma cidadania, da luta por todos os direitos, aí sim tem sentido”.

São desaconselhadas, segundo Wagner, as ações que exaltam a conquista de direitos individuais, pois, não colaboram com os projetos políticos e ideológicos da emissora: “muitos comunicadores que iniciaram aqui, a maioria deles, não tinha a consciência de classe que a gente tem. Vem aqui só para esses direitos individuais, como você explica. Aí entra a nossa função de formar para os objetivos da rádio”. Este comunicador enfatiza que a cidadania não pode ser considerada uma conquista individual, mas coletiva: “por isso que eu acho que a cidadania é algo que só vem do social. A nossa rádio, por exemplo, se for considerada uma conquista, a cidadania em si, ela é coletiva (...). Se for individual, por exemplo, a rádio, ela não tem por que existir”.

Luciana também indica que a cidadania é um exercício pessoal, que recai na responsabilidade ou na conduta individual mediante as exigências ou regulações coletivas: “eu entendo que a cidadania aqui na rádio é você ser responsável, chegar no

horário certo. Cumprir com a obrigação. Pois a comunidade vai te cobrar esses comportamentos; os companheiros aqui vão te cobrar também”. No entanto, ao ser questionada sobre qual cidadania se efetiva a partir do “bom comportamento pessoal”, Luciana salienta: “ai entra a questão de que a rádio só funciona por que cada um faz a sua parte. É essa coisa de fazer você bem feito para que os outros sigam o teu exemplo (...). A cidadania aqui dentro, eu acho que vem disso; dessa união de cada um de nós”.

Na percepção de Ivonei, a cidadania sob a lógica da razão individual, também se manifesta na sua prática comunicacional. Para este comunicador, a cidadania ou ser cidadão na emissora, corresponde à oportunidade de realizar um sonho pessoal, mas, que aos poucos, se vincula ao compromisso com as demandas da comunidade:

quando eu cheguei aqui eu disse para o pai “é um sonho que estou realizando”. Nossa, ser locutor era o que eu sempre quis (...). Mas, ai tem a questão de que a rádio é comunitária. Como a gente trabalha nos encontros de formação, que é preciso fazer a rádio para a comunidade (...). Ai eu vejo que essa cidadania, de ser alguém na sociedade é mais embaixo (...), tem que levar em conta a questão da comunidade.

A cidadania, forjada entre a conquista de direitos individuais ou coletivos, também se apresenta na prática de outras atividades que a emissora desenvolve nos assentamentos, como o Festival de música e de violeiros. Este evento foi citado por Cezar, para exemplificar este cenário complexo em que se assenta a construção da cidadania:

o nosso festival de violeiros, se você for ver, é um evento que não contribui muito com a formação política, para essa cidadania coletiva que você diz. É mais para o pessoal ir se apresentar, uma oportunidade de alguns ficarem mais famosos até. Mas isto é necessário para autoestima das pessoas aqui da comunidade. Se você for ver bem, é uma ação meio que individual, mas que não deixa de ser coletiva (...), por que a organização é coletiva.

Percebemos que a construção da cidadania se manifesta de modo relativo à conquista individual, no reconhecimento pessoal, na realização de um sonho, como na esfera dos direitos coletivos, a partir da sociabilidade, do reconhecimento das obrigações mediante a organização coletiva e comunitária. A cidadania, então, vincula-se, segundo Chauí (2000), ao desenvolvimento da individualidade na coletividade, que pressupõe, citando Rousseau, a dimensão da sociabilidade, do contrato social, sustentando na consciência individual das responsabilidades, fiscalizadas e legitimadas

pelo coletivo. Nesse ponto, a cidadania se constitui ao passo que avança a consciência individual em conexão com o coletivo. Ou seja, a cidadania referenda-se enquanto construção entre a ordem individual e coletiva em um espaço público, mas só avança na medida em que aumenta a participação coletiva consciente, sendo esta, a única capaz de gerir e controlar um espaço público efetivamente democrático (COUTINHO, 2008).

Portanto, a ordem individual, seja no plano da consciência ou da ação, se apresenta como força inferior mediante as ofensivas do mercado, bem como das formas de controle do Estado. Como relatam alguns dos comunicadores, o funcionamento da emissora, bem como a realização de projetos sociais são exemplos de que a cidadania em construção é relativa à dimensão coletiva, à junção de forças que ultrapassaram a consciência ou o reconhecimento de uma cidadania de ordem individual.

No entanto, esta noção de cidadania que excede a razão individual não esta superada, pois, conforme identificamos no depoimento de João, como em alguns fragmentos do discurso de Luciana, a consciência, o reconhecimento e a responsabilidade individual também operam como elementos definidores da construção da cidadania. Como teorizamos, anteriormente, os discursos à liberdade individual e ao ordenamento social através da imposição de leis e deveres, também compõem, desde a Revolução americana, a constituição da cidadania e, contemporaneamente, são elementos presentes no repertório das experiências dos sujeitos que constroem a cidadania (JASMIN, 2005).

Adiante, questionamos sobre a existência, ou não, de situações que deflagram a construção da cidadania a partir dos pontos de tensão, bem como de relação e de negociação entre a ação dos comunicadores o Estado e o mercado. Esclarecemos, inicialmente, que a Rádio Terra Livre também se apresenta como espaço para a conquista de direitos individuais, como o direito à liberdade, dentre outros que se situam no campo dos direitos civis. Evidenciamos, ainda, que a busca por esses direitos acontecem na medida em que se deflagram situações de opressão, de sujeição, de perseguição, de cerceamento econômico, político e mesmo cultural. Citamos, por exemplo, que o direito à comunicação é uma cidadania incitada por regulações civis, pelos poderes constituídos que negam a comunicação e a expressão de grande parcela da população.

Neste caminho, Wagner cita o processo de legalização da emissora, negado pelo Estado, bem como as situações de opressão vivenciadas pelos comunicadores durante a fiscalização e fechamento da emissora pela ANATEL. Este comunicador reconhece que a cidadania se efetiva como estratégia de resistência e de contestação a esses atos de perseguição por parte do Estado. Também ressalta que as ações do mercado são visíveis nas denúncias por parte dos empresários locais e por políticos que representam as classes econômicas dominantes:

[...] eu te pergunto: por que nós não conseguimos a concessão? Nós já tentamos mais de cinco vezes, ou mais ainda. Isso está muito claro que é perseguição, que lá no congresso tem político que quando pega a nossa papelada e vê que é uma rádio do MST se mobiliza contra a gente (...). Por que você acha que a ANATEL e a polícia perseguem a gente aqui na rádio? Porque alguém denuncia (...); são esses empresários, que são donos da mídia, que são nossos inimigos de classe.

Este comunicador ainda cita exemplos de ofensivas locais, que se manifestam de maneira dissimulada, o que representa a construção da cidadania enquanto resistência à micro fatores, circunscritos na ordem do cotidiano: “quando vamos pedir apoio no comércio da cidade percebemos o preconceito; por que não somos uma rádio legalizada ou por que somos assentados”.

A busca por legalização da emissora também é citada por Cezar como um forte elemento de confronto com o Estado. Este comunicador ressalta a burocracia como o complicador da relação, pois, segundo ele: “o pedido de concessão sempre volta, alegando que faltou documento, que não fomos claros em alguns pontos. Então ai fica difícil, pois não temos noção jurídica e muito menos conhecimento técnico”. O Estado, como conessor da cidadania é, para Cezar deficiente, pois não orienta os cidadãos sobre os trâmites burocráticos exigidos para o acesso aos direitos: “isso é meio que contraditório, pois o Estado apenas oferece a lei e não auxilia o cidadão. Fica, assim, um direito só no direito mesmo (...). Para que serve o Estado então?”. Deflagra-se, neste caso, certa situação que desqualifica o Estado como o conessor legítimo da cidadania, pois não facilita o acesso; não disponibiliza canais de comunicação capazes de orientar os próprios cidadãos sobre as formas de acesso aos próprios direitos.

Ao ser questionado sobre a cidadania que se constrói neste terreno da ilegalidade ou da resistência mediante a opressão inferida pelo Estado, Cezar também relaciona

estes fatores às relações políticas locais: “Lá no congresso, a rádio é vista como a rádio do MST, ai o enfrentamento é com a bancada ruralista. Aqui a questão é o enfrentamento com a direita, com os empresários que sempre estiveram contra nós”.

A exemplo da cidadania norte-americana, tramada sob a concessão de privilégios às classes econômicas superiores - que abduziu, com o tempo, o Estado das decisões democráticas (KARNAL, 2005) -, identifica-se, que a construção da cidadania denunciada por Cezar e Wagner, assenta-se no mesmo eixo, ou seja, de uma cidadania que se constitui enquanto elemento de resistência popular, mediante as ofensivas de um Estado conduzido por uma elite econômica contrária à concessão de benefícios às classes populares (BOBBIO, 2005).

Interessante observar, que entre os comunicadores não há um consenso sobre esta tensão entre o a prática comunicacional o Estado e o mercado. Quase em outro extremo, João enfatiza que o Estado, através dos projetos e benefícios sociais, não cumpre a sua função, pois oferta aos cidadãos o que ele deveria conquistar individualmente, através do esforço ou do mérito pessoal: “esses benefícios, como o Bolsa família e outros ai, só deixam o sujeito mais sossegado. Tem gente largando do emprego, deixando de trabalhar para receber o bolsa família. Isso eu acho errado”.

Sobre os projetos desenvolvidos pela associação cultural, João se posiciona favorável, mas com ressalvas: “agora esses projetos são bons por que ensinam uma profissão. Mas a maioria dos jovens que frequenta acaba desistindo (...). Esses cursos não servem para a realidade dos assentamentos”. Sobre esta questão, Cezar explica que os cursos profissionalizantes tem como foco a formação para a indústria, mas comenta que os assentamentos já se organizam para reivindicar outros cursos voltados para a realidade rural.

Questionamos João sobre o funcionamento da emissora sem a outorga do Estado. Ele afirma ser favorável ao funcionamento da emissora mesmo sem a concessão, mas afirma ser necessário conseguir a legalização, já que o Estado, supostamente, está nas mãos de um governo popular: “eu falei para os camaradas que precisa legalizar. Precisamos aproveitar que o governo está do nosso lado e encaminhar a papelada.” Indagamos João se o Estado é ausente ou que dificulta o funcionamento da emissora, sobretudo após as diversas ações da ANATEL: “eu sempre gosto de atuar

dentro da lei, de ser correto e fazer as coisas direito. Em partes o Estado está certo. Tem que fazer as coisas funcionarem dentro da lei, se não vira bagunça mesmo”.

Este comunicador afirma não reconhecer a rádio como um espaço de resistência contra as ofensivas do Estado e do mercado, mas como um meio de comunicação local, que não interfere em questões sociais e políticas mais amplas: “a nossa rádio é meio escondida aqui e acho que, como você coloca, sobre o enfrentamento com Estado, isso é mais coisa do movimento mesmo [MST]. A rádio incomoda mesmo só aqui na região”.

Os depoimentos de João nos revelam que a cidadania é construída a partir de pontos de vistas, relativos à posição que o sujeito ocupa na esfera pública e no contexto das relações sociais, políticas, culturais. Assim, a Rádio Terra Livre não se apresenta com espaço exclusivo para lideranças mais conscientes ou politicamente preparadas. A posição discursiva de João é indicio de que a disputa de sentidos, bem como a prática da cidadania, oscila entre a concepção liberal – sustentada desde a Revolução inglesa e consolidada pela Revolução industrial (SOUZA, 1990) – e a concepção socialista, que atua no campo da organização popular, de combate ao Estado burguês, bem como à burguesia comercial (KONDER, 2005).

Quase em oposição ao posicionamento de João, Wagner defende que a cidadania emergente da Rádio Terra Livre codiz com o projeto socialista de sociedade, defendido pelo MST e concretizado pelas lideranças que estão à frente da emissora. Afirma que a Rádio é espaço que assegura não apenas as condições para a construção, mas para o próprio acesso e consumo dos direitos:

a gente, enquanto movimento, defende a rádio como instrumento de luta popular, de uma sociedade socialista. Isso já acontece aos poucos aqui dentro. Se você olhar bem, quanta gente já passou por aqui, foi comunicador, teve o direito de falar, de criticar, de expor a sua opinião (...). Eu acho que a cidadania que a gente defende é essa luta por uma sociedade socialista; tem que ser assim. Se a gente não pensar assim a rádio perde a sua ideologia.

A cidadania, pelo viés socialista, é tomada como elemento indispensável às transformações estruturais e, no caso da Rádio Terra Livre, é necessário vinculá-la às demais ações do MST, conforme abordamos em capítulo posterior. Esta cidadania, resultante da resistência e da organização popular, também é ressaltada por Luciana, que reconhece ser problemáticas as ações repressivas do Estado:

não faz tempo que eu estou aqui na rádio, mas eu sempre ouvi falar da perseguição que a rádio sofre por não ser legalizada. Isso é um absurdo, por que qual o mal que a rádio faz? Ela deveria ser reconhecida por isso. Mas os políticos não ajudam também.

Os conflitos decorrentes da não legalização da emissora são, no conjunto das situações, os indícios mais emblemáticos desta relação conflituosa com o Estado. No entanto, Cezar revela que, após várias tentativas de legalização, a intenção é atuar na ilegalidade, o que também possibilita a emissora expandir ainda mais o seu sinal: “a questão é se a gente legalizar, o sinal será reduzido. A rádio legal, o sinal dela, não vai sair aqui do assentamento. Então, a associação decidiu não mexer mais com a legalização”.

Identificamos, neste ponto de tensão, elementos de negociação e de relação com Estado. No histórico da emissora, assessores de deputados do Partido dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina já encaminharam o pedido de outorga ao Ministério das Telecomunicações. No entanto, Cezar afirma que não obtiveram retorno, mas que a contribuição é sempre acolhida pela Associação: “não podemos generalizar, que o Estado não contribui, pois temos deputados parceiros, que sempre estão nos ajudando com a formação, com o encaminhamento da legalização”.

De modo geral, as diversas posições ideológicas dos comunicadores revelam a dimensão macro de uma problemática entre o Estado e sociedade civil. A cidadania, enquanto segurança da liberdade à custa da lei é o ponto central das reviravoltas entre liberalismo e democracia, socialismo e capitalismo, conforme aponta Bobbio (2005). Ou seja, a noção de cidadania também é permeada por discursos ideológicos dissonantes, que tornam a sua função um objeto igualmente em disputa. Por exemplo, para os liberais, a cidadania é a segurança dos direitos, da ordem social, da moral individual e, para os socialistas, uma ação mais ampla, de organização coletiva, de tomada dos meios de produção e de reorganização do Estado e da sociedade como um todo. Ocorre, assim, entre o Estado e a sociedade civil, uma disputa dos usos e apropriações da noção de cidadania que nos é visível na dimensão das relações micro, entre os comunicadores e o próprio funcionamento da emissora em relação às ofensivas do Estado e do mercado.

A lógica neoliberal, filosofia que permeia as ações do mercado (COUTINHO, 2008), são identificadas no depoimento de alguns comunicadores. Questionamos Cezar sobre a dimensão econômica da emissora, de como se mantém as despesas, bem como a remuneração dos comunicadores. Segundo Cezar, “a rádio sobrevive sempre no limite. Como não visamos ao lucro, tudo que recebemos é revertido para a própria rádio. Tem meses que mal apenas pagamos a conta de energia.” Outro ponto que dificulta o funcionamento da emissora é a não colaboração financeira dos próprios assentados, que, segundo ele, perderam o senso de solidariedade para com a emissora: “antigamente o povo contribuía mais. Agora a maioria das famílias se fechou para as coisas coletivas (...). Alguns, inclusive vizinhos da rádio, só sabem cuidar da sua propriedade”.

Wagner, que atuou como tesoureiro na Associação cultural, também aponta a lógica neoliberal como o principal elemento que dificulta a manutenção das atividades culturais e o próprio funcionamento da emissora: “não é porque estamos num assentamento que tudo é um mar de rosas. O espírito do capitalismo está bem vivo aqui dentro (...). Muitos assentados, quando a gente vai pedir apoio, viram as costas”.

Questionamos Wagner sobre a função da rádio mediante essa realidade local, bem como as ofensivas do mercado, visível por ele no contexto da emissora. Ele destaca que a emissora cumpre a função de denunciar as limitações da lógica capitalista e de mudar a consciência das pessoas através do trabalho coletivo:

dentro desse problema, a função da rádio é fazer com os assentados tomem consciência de que essa visão individualista só vai contra eles mesmos. É preciso valorizar o coletivo e não apenas aquilo que dá lucro.

Cezar reconhece que esta problemática se relaciona a dimensão econômica global, das intervenções capitalistas norte-americanas no continente latino-americano: “nos encontros de formação eu sempre procuro situar para eles [comunicadores], que o nosso trabalho vai além daqui, dos assentamentos. Precisamos pensar em nível de sociedade, que, infelizmente é comandada pelo capitalismo.”

Por esse caminho a construção da cidadania no interior da Rádio Terra Livre, interliga-se ao processo de combate às investidas capitalistas dos últimos dois séculos, que, para Furtado (2001), faz da luta por cidadania uma forma de superação dos

problemas decorrentes dos modos de exploração da mão de obra, do acúmulo de riqueza individual e da exploração do meio ambiente.

Relacionando a construção da cidadania aos embates com o mercado, Ivonei também enfatiza que a Rádio Terra Livre tem a função de denunciar as práticas sociais meramente capitalistas, que prejudicam as ações solidárias:

se a cidadania, como você diz, tem a ver com a comunidade, com o trabalho social, então a rádio precisa denunciar quem não colabora com isso (...). Tem muitos que ajudam, mas outros que não colaboram com nada aqui nos assentamentos.

A cidadania em movimento a partir da Rádio Terra Livre é o reflexo do contexto brasileiro, fruto de um cenário complexo, que envolve, historicamente, atores como Estado, o mercado e sujeitos atuantes em contextos políticos diversos. Assim, ao final deste capítulo, identificamos que a cidadania se constitui na medida em que avançam as conquistas coletivas e solidárias, sejam através das oportunidades do Estado, bem como das brechas do mercado, que possibilita o funcionamento econômico da emissora, mesmo que de modo instável.

Como abordamos em capítulo teórico, a constituição da democracia contemporânea está relacionada aos movimentos do mercado, às práticas regulatórias do Estado e às formas possíveis da ação popular organizada, que põem em movimento a construção de uma cidadania mais de combate às ofensivas do que de acesso e consumo de direitos (CARVALHO, 2008). Ao final deste capítulo, não nos resta dúvida de que a cidadania nem sempre é resultante de acordos legais entre Estado, mercado e a sociedade civil. Desde o período colonial ao atual modelo econômico comandado pelas grandes instituições financeiras do mercado, como o FMI e o G20, a cidadania se apresenta como objeto de regulação, como também, de experiência local por conquista e pela ampliação de direitos democraticamente assegurados.

No subcapítulo seguinte, partimos do pressuposto de que a cidadania na prática da Rádio Terra Livre também está fortemente relacionada à ação individual ou à experiência coletiva, que variam em níveis de participação. Isso indica que a progressão ou a estagnação da cidadania alterna em diferentes contextos da ação social, bem como o seu desenvolvimento nunca é, unicamente, cumulativo, regressivo ou linear. Portanto, a construção da cidadania que buscamos compreender está vinculada a um movimento

de expansão ou de erosão, dependendo dos níveis de participação, da individualidade das ações ou da coletividade.

7.3 A cidadania construída na relação da individualidade, a coletividade e os níveis de participação

Compreendemos que a construção da cidadania, enquanto prática que requer a organização coletiva, bem como a consciência, mesmo que elementar, de direitos e de deveres, é parte de uma problemática ainda maior, que diz respeito à constituição do ser humano enquanto indivíduo e ser social. Por isso, que a pesquisa sobre cidadania se vincula ao problema do desvelamento da complexa ação humana, na linha tênue entre o indivíduo e o coletivo. Esta discussão, cara à sociologia, nos ajuda compreender a emergente questão do individualismo e a analisar a construção da cidadania para além de uma problemática que visa, apenas, compreender os limites entre o indivíduo e a sociedade.

Nesta compreensão, partimos do pressuposto de que a cidadania é tecida em espaços coletivos, de sociabilidade, onde as expectativas e motivações individuais disputam, bem como se articulam aos níveis de participação. Vale destacar, que a reflexão de Elias (1994) nos ajuda pensar a cidadania resultante da construção coletiva, mas não independente das ações individuais e das tensões que ocorrem no âmbito de uma subjetividade alheia à possibilidade de participação ou de engajamento coletivo.

Iniciamos a construção deste capítulo analítico na consciência de que a construção da cidadania é possível não apenas enquanto ação intencionalmente coletiva – mesmo que toda a ação individual tenda, em algum grau ou instância, para o coletivo (Elias, 1994). Portanto, é necessário problematizarmos a construção da cidadania a partir dos diferenciados níveis de participação, sobretudo por que consideramos o sentimento social de moral individual ou de uma autoconsciência em contraponto à ação coletiva (HABERMAS, 1984). Não podemos desconsiderar - mesmo que compreendamos a ação individual interligada à sociabilidade (ELIAS, 1994) -, que as escolhas e perspectivas de futuro precisam ser tomadas num presente, onde impera a ideologia da

eficácia e da eficiência individual, do comportamento individualista em detrimento do coletivo (BAUDRILLARD, 1981). Realçamos, como também identificamos no depoimento dos comunicadores, que a capacidade individual de juízo é, em muitas situações, a medida para todas as demandas da ação cotidiana, as quais se direcionam ou se concentram na busca pelo consumo individual de tecnologias, do lucro financeiro pessoal e do entretenimento (ESTEVEES, 1999).

Porém, deixamos claro que este comportamento individualista, aparentemente negativo para a construção da cidadania, também se relaciona às ações intersubjetivas, conforme abordamos no primeiro capítulo analítico. Portanto, compreendemos e não condenamos as ações individualistas, pois cremos que a subjetividade não é uma aparição meramente psicológica, *ex-nihilo*, mas é o resultado de uma produção social, que tem elementos fundamentais do encontro com o outro, por um lado, e com a natureza, por outro, enquanto formas possíveis de encontro consigo mesmo (CORREIA, 2004).

Antes das entrevistas com os comunicadores, optamos por descrever as percepções que tivemos sobre o ambiente da Rádio Terra Livre, a partir da significação que realizamos após as observações durante os períodos de convivência no ambiente e dos diálogos informais com os comunicadores. Esta descrição nos ajuda a compreender que o ambiente da emissora também revela os sentidos de coletividade, de participação e de vínculo com o MST. São elementos importantes que nos auxiliaram para o diálogo com os comunicadores, tendo em vista a necessidade de compreendermos em que medida a Rádio Terra Livre proporciona um ambiente para a construção da cidadania, através da participação, da organização coletiva e dos vínculos com o próprio MST.

Observamos que o entorno da emissora é formado por um jardim, com trilhas que nos conduzem a um local de convívio. Neste local de convívio, Cezar explica que são realizadas atividades formativas e comemorativas. No “jardim da rádio”, como destaca Cezar, os jovens também se reúnem para o horário de intervalo e para o lanche, proporcionado pelos projetos sociais que a associação desenvolve.

A arte nas paredes externas da emissora manifesta um simbolismo voltado ao trabalho coletivo e à solidariedade. Wagner explica que esta pintura foi realizada no ano de 2006, após uma jornada cultural e que representa os objetivos da emissora:

a intenção é mostrar a nossa realidade, que a conquista da rádio veio do povo em marcha, que simboliza a conquista da terra, os barracos da ocupação, a organização coletiva. Acho que um dos objetivos mais importantes da rádio é comunicar a importância da organização coletiva, também para quem enxerga a nossa rádio.

No interior da emissora, outros elementos comunicam a importância do trabalho coletivo. São quadros com fotos e poesias que realçam a identidade do MST, da Via campesina e da comunicação popular. Luciana é responsável pela ambientação da emissora e comenta que sempre busca representar o contexto histórico da emissora: “muitas coisas eu criei depois de um encontro de formação. A gente trabalhou sobre a comunicação comunitária. Veio um assentado contar a história dos assentamentos e do MST. Então eu acho que é importante a rádio mostrar que veio disso”.

Cezar também afirma que a intenção da ornamentação, da ambientação da emissora é estar em sintonia com a ideologia do MST e com a identidade rural: “o espaço da rádio precisa ser acolhedor (...). Para isso precisa ser do jeito do nosso povo. Também, quem entra aqui precisa ver que está rádio é diferente, que faz parte da luta do campo”.

É notória a uma simbologia sobre o coletivo e a organização popular. No entanto, figuram com outros elementos como cartazes de festas, de eventos comunitários e de bandas musicais que destoam de um simbolismo mais político. Em outros ambientes da emissora, também encontramos bandeiras do MST e uma faixa: “O MST na luta pela comunicação popular”.

De modo geral estes elementos empíricos evidenciam uma emissora comprometida com a organização coletiva, com a memória da militância política do MST e de outros movimentos campesinos. Aos fundos da emissora se localizam duas salas, ambas para formação e para a realização de cursos. Ali também são realizadas as reuniões da Associação cultural. Cezar salienta que o ambiente da emissora está disponível para a comunidade. Alguns vereadores realizam debates com os assentados, técnicos e administradores da Cooperoeste realizam encontros, dentre outros. Em uma das salas, dois computadores estão disponíveis para uso da comunidade: “muitos alunos vem aqui para fazer pesquisa da escola. No próximo semestre chegarão mais computadores, do Programa Federal Pró-Jovem”, conta Cezar.

Wagner conta que, além do auxílio pedagógico, os computadores também aproximaram alguns os jovens da emissora:

esses computadores estavam ali jogados. Ai eu resolvi arrumar e deixar aqui na sala para a moçada usar. Isso foi um chamariz para a juventude, que começou a frequentar mais a rádio (...). Alguns até começaram a fazer programa depois que conheceram a rádio, mas só porque vinham usar o computador

Outra dependência, aos fundos da emissora, é utilizada para o depósito de equipamentos e de materiais pedagógicos. Esta sala também serve de alojamento para os comunicadores e para os visitantes. Uma cama e um guarda-roupa, doados pela comunidade, compõem o ambiente, que, segundo Cezar, já serviu de moradia: “ali é um quartinho para quem chega aqui e não tem onde ficar. No ano passado o Ernesto morava aqui. Por isso que eu digo que essa rádio é como uma casa para muitos”.

Com esta descrição da ambientação da emissora, seguimos para a sala de reunião e iniciamos outra rodada de entrevistas com os comunicadores. Aproveitamos este passeio pela emissora e iniciamos o diálogo enfatizando que o ambiente já representa uma emissora conectada à importância do coletivo, da solidariedade e da cooperação. Assim, elucidamos a Wagner, bem como aos demais comunicadores, a nossa intenção de compreender a cidadania a partir das formas de engajamento, de participação, bem como a partir das experiências em âmbito individual. Esclarecemos que a construção da cidadania é dependente da ação de sujeitos, que nem sempre se vincula à perspectiva coletiva, politizada ou emancipadora. Isto se deve ao fato de que, contemporaneamente, os comportamentos se conectam à capacidade individual, desestimando a participação e outros comportamentos similares.

Questionamos os comunicadores, inicialmente e de modo amplo, sobre a percepção que eles têm do envolvimento, da colaboração e do interesse mediante as demandas coletivas na rotina da emissora. Wagner, de imediato afirma que esta questão é um dos elementos mais delicados no funcionamento da Rádio Terra Livre. Para este comunicador, a falta de participação e de comprometimento dos comunicadores é o fator que mais contribuiu para o fechamento da emissora em outros períodos:

Esta questão do trabalho coletivo, da doação é a coisa mais complicada que tem (...). Isso varia muito de comunicador para comunicador. Tem alguns que se envolvem até demais. Tem outros que só vem fazer o programa e deu. Quando precisamos de gente

para outros serviços, para outras responsabilidades, ninguém aparece.

Comentamos que o ambiente da emissora realça o trabalho coletivo, traz elementos de memória da luta camponesa, da solidariedade, dentre outros. Wagner assinala a importância desta simbologia, pois a emissora é fruto da organização coletivo, mas pontua que nem todos os comunicadores atuam nesta mesma perspectiva: “nós, que estamos há mais tempo aqui, que somos filhos de assentados temos isso mais vivo (...). Sabemos que a rádio só existe por causa do coletivo, mas nem todos pensam assim”.

No depoimento de Wagner, compreende-se que a construção da cidadania se constitui em meio a esse jogo de reconhecimento e de não reconhecimento dos elementos responsáveis pela constituição da emissora. Elementos históricos, como a memória identitária que nem sempre é recorrível, o que representa, segundo Correia (2004), um chamado período de descentramento das identidades coletivas.

Wagner afirma reconhecer a importância do trabalho coletivo, a confiança na coletividade em detrimento das ações individuais: “aqui na rádio, se não houver esse espírito coletivo a coisa não anda. Houve um período que a rádio quase fechou por que ninguém queria acordar cedo para abrir a rádio, para fazer o programa de manhã”. Este comunicador ainda recorda que as oficinas de formação, realizadas esporadicamente na emissora, buscam, além da formação técnica, conscientizar os comunicadores da importância da solidariedade e do resgate da memória da organização camponesa: “priorizamos nas formações a questão da solidariedade e da luta do campo. Sem essa consciência não adiante a gente falar de direitos, da luta pela terra ou da comunicação popular. Se a gente esquecer do MST, também a rádio perde o sentido”.

O depoimento de Wagner expressa a preocupação com a desmobilização causada pelo excesso de individualismo, com a perda da memória coletiva e do não reconhecimento do MST, que se apresenta como a instituição de referência para o funcionamento da emissora. Há indícios, na fala de Wagner, de que as instituições de referência perdem o poder de aglutinação social, pois deixam de ser o fundamento único e balizador da ação dos sujeitos (CORREIA, 2004). Assim, a própria construção da cidadania é correlata às experiências, às vivências pessoais que se utilizam da emissora para a solução de questões desconectadas de um ideal coletivo, ou de um projeto mais abrangente: “a gente sabe que muitos comunicadores que por aqui passaram não

atuaram como deveriam. Apenas utilizaram da rádio para objetivos pessoais. Alguns deles são locutores nas rádios comerciais aqui da região e, inclusive, criticam a gente”, relata Cezar.

Nesse sentido, as escolhas e perspectivas de futuro precisam ser tomadas num presente, onde impera a ideologia da eficácia e da eficiência, desde a perspectiva individual, à custa de alguma organização coletiva (BAUDRILLARD, 1981). A reflexão de Cezar, também nos ajuda a compreender que a cidadania é tecida em meio a um jogo de disputas entre a capacidade individual de juízo - que se afirma como a medida para todas as demandas da vida cotidiana, as quais se concentram na busca pelo consumo de tecnologias, serviços e entretenimento (ESTEVES, 1999) – e o esforço de romper com esta própria lógica, através de ações pedagógicas que realçam a coletividade como elemento central e balizador.

Percebemos esta questão quando Cezar comenta sobre o desentendimento ocorrido entre um comunicador e um assentado:

um comunicador, que já não está mais conosco, resolveu tirar satisfações com um jovem da comunidade, que desistiu, não apareceu mais para fazer o programa (...). Tínhamos investido nele, com formação, cursos, mas ele não apareceu mais. Então, esse comunicador foi atrás, tirando satisfação. O pai desse jovem, que é do núcleo de assentados, entrou na discussão e disse que ia levar a gente para a justiça, por que ele sabia dos direitos; que o filho não ia mais por que não recebia o que merecia.

Este ocorrido, segundo Cezar, causou um mal estar entre a rádio e a comunidade, pois o pai desse jovem é assentado e participou da organização do MST na região: “não consigo entender, pois essa família é muito envolvida aqui nos assentamentos e me exige uma coisa dessas. Não enxerga que a rádio é da luta deles, que não tem outros interesses, que ainda ajuda na formação da juventude”.

Por esse caminho, identificamos que a formação da ação coletiva, que seguia uma organização mais ou menos orquestrada sofre interferência de outros sujeitos ou grupos, que buscam defender os projetos individuais, inclusive o direito à individualidade. Esta formação de grupos individuais se orienta pela percepção de vivências de interesses comuns que podem ser os mais variados, que gera descompasso, imprevisibilidade e inconstância para os projetos coletivos (CORREIA, 2004).

O problema, de acordo com Cezar, ainda permanece e recorda que no passado, situação semelhante ocorreu quando um comunicador saiu da emissora, levando consigo a motocicleta da Associação. Cezar cita este exemplo para nos explicar que a rotina da emissora não é movida apenas por solidariedade e pelo trabalho coletivo: “o caso do desaparecimento da moto é outra história que desestabilizou muito a rádio (...). O que mais nos desanima é que sempre trabalhamos com a formação para a questão da importância da luta coletiva. Mas para alguns isso não faz sentido.”

A Rádio Terra Livre também pode ser observada como um espaço onde as ações de cada comunicador se efetivam em redes de funções e de práticas nem sempre consensuais, mas em disputa, em negociação (ELIAS, 1994). Portanto, nesse contexto, a construção da cidadania - calcada sob a problemática do indivíduo e da coletividade -, não é independente das ações individuais e das tensões que ocorrem no âmbito de uma subjetividade alheia à possibilidade de participação ou de engajamento coletivo.

Ao questionarmos Cezar sobre esta problemática, ele complementa, afirmando que esta tensão se deve ao comportamento de alguns sujeitos, que se utilizam da emissora para o interesse individual e não coletivo: “esse é o risco que a gente corre quando quer acolher todo mundo (...). Sempre tem aquele que não compreende o nosso trabalho, ai tira proveito pra si e acaba prejudicando todo o nosso trabalho”.

Destacamos a Cezar, que, na porta do estúdio principal, existe uma placa indicando a proibição da entrada de pessoas não autorizadas. Cezar explica que a colocação desta placa foi uma decisão da coordenação da associação após a ocorrência de alguns problemas, como a entrada e permanência de pessoas no estúdio durante a realização de programas, bem como, o desaparecimento de alguns objetos por ele não especificados:

é até estranho numa rádio comunitária ter essa placa não é! Mas, como lhe disse, todos tem acesso, mas nem todo mundo tem a boa intenção, como se diz (...). Isso foi depois desses problemas que te falei (...), andou sumindo umas coisas, ai achamos melhor controlar mais o acesso ao estúdio.

Na entrevista com Wagner, também identificamos os mesmos elementos que Cezar aponta, como o desinteresse de alguns jovens e a ocorrência de situações que comprometem funcionamento da emissora através do trabalho coletivo e militante. No

entanto, Wagner ressalta outros elementos importantes para compreendermos a construção da cidadania a partir da ação dos comunicadores que, segundo ele, vem perdendo o comprometimento ou entusiasmo para com as atividades coletivas:

quando a gente propõem aos jovens aqui dos assentamentos uma atividade de formação, aparecem uns “gatos pingados” (grifo nosso). Mas, quando é para uma festa, para um baile da rádio, nossa, ai chove de gente querendo participar.

Debatemos com Wagner sobre a formação de novos comportamentos ou de ordenamentos sociais cada vez mais centrados em uma identidade individual, que reproduzem um estilo de vida hedonista, preocupados com a auto-produção narcísica, higiênica e desportiva, como nos alerta Lipovetsky (1994). Wagner concorda e confirma outra proposição que havíamos levantado anteriormente, a de que, principalmente o jovem, não se deixa mais conduzir ou atrair por regras uniformes, por atividades que exijam a rotina, o trabalho intelectual (LIPOVETSKY, 2005). Este comunicador explica que no período inicial da emissora o envolvimento e o comprometimento da juventude assentada eram mais intensos:

meus tios, que iniciaram a rádio contam que o maior problema era conseguir espaço para todo mundo aqui na rádio (...). Tinha um grupo de jovens bem formado e todo mundo se interessava, participava dos encontros de formação política e faziam mobilizações.

Do depoimento de Wagner deduzimos que no período de fundação da emissora, a construção da cidadania possuía raízes firmadas em ações mais coletivas, alimentada pelas mobilizações, marchas e formações políticas. Contemporaneamente, vê-se o aumento do individualismo, caracterizado pelas possibilidades de escolha de bens e de estilos de vida, ao menos no campo psicológico, dos desejos, dos sonhos. Esta reflexão é consentida por Cezar, que relata o exemplo da saída de jovens da emissora devido às possibilidades da vida urbana:

de um tempo para cá, perdemos muitos jovens para a cidade (...). É esse encantamento pela cidade, mais pela diversão do que pelo trabalho, por que aqui nos assentamentos eles poderiam ganhar bem mais. Só que morar aqui parece que é meio fora de moda (...). Sempre reclamam que não tem nada pra se fazer nos finais de semana.

Cezar ressalta o consumo, ou excesso de consumo que é comumente chamado de consumismo, como outro elemento na construção da cidadania. Alguns comunicadores,

ressalta, realizam atividades na emissora por que lhes é assegurado à ajuda de custo, que possibilita a sobrevivência material e outros benefícios: “todos que estão aqui na rádio possuem uma ajuda de custo. Isso é bom por um lado, pois todos nós precisamos sobreviver, mas por outro lado desestimula o trabalho voluntário, a doação”. Wagner concorda que a ajuda de custo é necessária, mas cita que alguns comunicadores deixaram a emissora após um atraso no pagamento:

tivemos muitas despesas com equipamentos e apertou o orçamento. Tivemos que atrasar em uma semana o pagamento. Dois comunicadores não apareceram mais (...). Um até voltou, recebeu e não apareceu mais depois disso.

Confirma-se, no depoimento de Wagner, que a construção da cidadania possui fortes vínculos com as formas de ação social votadas para o consumo, e que isto, em algum momento, provoca tensões quando este comportamento é confrontado com as ações sociais, que exigem o desprendimento ou despojamento do consumo individual em detrimento de um projeto coletivo (GARCÍA-CANCLINI, 2001).

Cezar comenta sobre o seu encontro com um jovem, ex-comunicador, que deixou os assentamentos para viver na cidade e ressalta que o mesmo se diz arrependido e com interesse de voltar à emissora:

a gente sempre encontra com a moçada pela cidade. Ai encontrei o Jorge, que foi comunicador um tempo e que sumiu para a cidade. Mas ele está bem perdido lá; reclamando que foi assaltado; que não recebe direito e que pretende voltar para os assentamentos (...). Até me perguntou da rádio, se tinha uma vaga. Ai eu disse que sim, que poderíamos conversar.

Neste depoimento de Cezar é visível que a busca por cidadania, à custa da ação individual, também se defronta com prejuízos e revezes. Ou seja, não pode ser considerada completa ou totalmente identificada com um único ideal de ser, de sociabilidade ou de projeto de vida. Esta nova forma de vida, ou de busca por cidadania individual, trouxe consigo os perigos como o desprezo pela identidade coletiva ou comunitária, o senso de solidão mediante a crescente violência urbana, o desvanecimento das culturas de classe, recuo do sentimento de inclusão em uma coletividade (LIPOVETSKY, 2011). Neste sentido, Wagner ressalta que a Rádio se tornou este ponto de segurança e de referência para muitos jovens assentados:

a gente se preocupa quando perde um jovem para as rádios da cidade, ou quando algum deles sai daqui dizendo que vai procurar um emprego melhor. A gente sabe que muitos deles saíram daqui e, se não voltaram, ao menos sentem saudades e sabem que aqui [rádio] sempre teve formação e oportunidades que não vão mais encontrar em outro lugar, com outro emprego.

Outro comunicador, João, também relata que a sua participação na emissora sempre foi remunerada, mas que não faz da condição financeira um elemento central para a sua atuação: “quem não gosta de uns trocados no final do mês? Eu recebo alguma coisa na rádio. Não é muito (...). Não me importo tanto, pois é uma rádio comunitária.”

Luciana já possui uma visão mais ampla dessa questão e enfatiza que a atuação na emissora também depende das condições financeiras de cada comunicador: “acho que cada comunicador se envolve aqui na rádio conforme a sua condição de tempo. Se ele não precisa trabalhar em outro lugar e vai ganhar alguma coisa aqui, ele vai contribuir mais”. Luciana se refere a alguns comunicadores que possuem outras fontes de renda e que não necessitam apenas da renda ofertada pela emissora:

por exemplo, o Wagner, trabalha em outro lugar, é mais fácil ele se doar mais aqui na rádio. Eu, antes vinha por uma ajuda de custo menor, mas, agora que vou ter um filho, não posso mais depender só disso.

A busca por independência financeira também é destacada por Ivonei como uma ação individual e que se evidencia como um elemento preponderante no funcionamento da emissora: “a gente busca ajudar na militância, mas tem horas que a necessidade financeira pesa mais (...). E a rádio depende disso também pra funcionar. Então a questão é receber um pouco e se doar um pouco também”.

Para introduzirmos a investigação sobre as formas e os níveis de participação, questionamos os comunicadores sobre a percepção que eles têm da própria ação mediante a tensão entre a ação individualista e a ação coletiva.

Todos os comunicadores compreendem que não existe uma cidadania construída apenas pela ação coletiva. Ou seja, tendo a própria ação como medida, os comunicadores evidenciam que a atuação sempre oscila entre os interesses pessoais e os interesses coletivos, permitindo-nos deduzir que não há, assim, uma construção de cidadania exclusivamente coletiva ou individual.

Por exemplo, Luciana enfatiza que a sua atuação inicial na emissora aproximava-se mais do âmbito coletivo. No entanto, após o início da gravidez, afirma que a sua atuação é mais individual, de cuidado consigo mesma e com o bebê que gesta:

quando eu cheguei na rádio eu vim por que eu gostava de ajudar na comunidade e até estava me envolvendo com o movimento [MST]. Agora, depois que eu engravidei, a preocupação já é com isso (...). Eu preciso me cuidar e pensar mais em mim mesmo.

Esta comunicadora nos ajuda a compreender que os elementos da individualidade não podem ser reduzidos ou considerados expressamente negativos na construção da cidadania. O cuidado consigo, a necessidade de interromper a atuação militante devido a gravidez são elementos da intersubjetividade (CORREIA, 2004) que também correspondem à expectativa ou ao desejo de emancipação, de realização do desejo da maternidade, de formação familiar. Do complexo jogo de elementos necessários à emancipação social, estas são experiências que não podem ser desperdiçadas (SANTOS, 2004). No entanto, observando pela ótica militante ou estritamente racional e política, o possível afastamento da emissora, segundo Luciana, não é bem vista por alguns militantes:

esses dias eu comentei que não iria mais continuar na rádio depois que ganhar o bebê, ou sair antes ainda, para ficar mais em casa me cuidando. Ai um camarada disse que eu não devia deixar a rádio. Mas eu senti que ele dizia que eu estava era de frescura, não querendo mais ajudar no movimento [MST].

Indícios desta tensão também foram levantados por Ivonei, que afirma atuar na emissora por questões que variam de acordo com as necessidades pessoais e as motivações coletivas: “A gente sempre tem a militância, por que eu nasci num assentamento, sei da luta dos meus pais. Isso me faz atuante, de ajudar sem pedir muito. Mas, agora que vou ser pai é mais uma coisa que pesa, que exige de mim mesmo”.

Dos cinco comunicadores, Luciana e Ivonei são os que representam a construção da cidadania neste jogo de oscilação entre o individual e o coletivo. Pelos seus depoimentos, percebemos que a construção da cidadania é relativa ao contexto temporal, psicológico, social e econômico, e que a militância, mesmo em tempos de individualismo, não se apaga da memória ou da obrigação consciente de ambos. No entanto, ressaltam que a ação coletiva é mais fácil de ser adiada do que a ação individual, sobretudo quando citam o exemplo da gestação do filho: “Eu disse para eles,

que quando o meu filho nascer a gente vai retomar a militância (...). Mas não tem como a gente continuar aqui, ganhando pouco e tendo que se sustentar”, declara Luciana.

João considera a sua ação na emissora mais voltada para a realização pessoal, do desejo de ser reconhecido pela comunidade já que: “sou aposentado e não tenho muita coisa para fazer”. João, há pouco tempo, é responsável pela abertura diária da emissora, às 06h00min, e diz fazer isso por que gosta de acordar cedo, de tomar seu chimarrão e seguir para a rádio. Percebe a sua atuação desvinculada das atividades coletivas, tanto da rádio como do próprio MST:

eu te disse ontem, que eu me vejo mais atuando na igreja, nos finais de semana. Aqui na rádio eu só faço o programa, me divirto, pra me distrair (...). Mas eu acho que contribuo também. Não dá pra dizer que não ajudo um pouco.

Comentamos com João, que a construção da cidadania, mesmo sendo um instrumento para o consumo de direitos individuais, também diz respeito ao envolvimento, à colaboração e ao compromisso com alguma forma de organização coletiva, que diz respeito, no sentido aristotélico (CHAUI, 2000), ao ser político que habita qualquer ação individual. Ele concorda e complementa afirmando que é natural, na contemporaneidade, as pessoas se preocuparem mais com a qualidade de vida pessoal, com os próprios direitos em detrimento das causas coletivas: “a gente que é da luta, que foi da luta, tem a noção disso que você fala. Mas, essa juventude de agora, não aprendeu isso, participa de quase nada, nem sabe votar direito”.

Cezar e Wagner se dizem atuantes na emissora e consideram a ação coletiva o único motivo que os faz atuar na emissora. Afirmam que a ação individualista tem impossibilitado o funcionamento da emissora, bem como as demais atividades da Associação cultural. Cezar relata que a sua permanência na emissora se deve ao compromisso que possui com a organização coletiva, com as demandas do MST e dos assentamentos da região: “eu considero a minha atuação na rádio algo voltado mais pra comunidade, para as atividades do movimento [MST]. Se fosse por questões pessoais ou financeiras eu estaria trabalhando no meu lote ou em outra atividade na cooperativa”.

Wagner comenta que já recebeu propostas de emprego no comércio da cidade, mas recusou, pois não pretende deixar de viver nos assentamentos e de ser um militante do MST:

eu tive muitas propostas de trabalho na cidade, em lojas de informática. Mas, eu vejo que aqui é o meu lugar, não só de nascimento, mas de identidade também. O trabalho aqui na rádio é muito importante, tem um valor maior do que qualquer outra coisa.

Do conjunto dos depoimentos, compreendemos que a cidadania é tecida em espaços coletivos, de sociabilidade, onde as expectativas e motivações individuais disputam, bem como se articulam aos níveis de participação. Assim a cidadania é resultante da construção coletiva, mas não independente das ações individuais e das tensões que ocorrem no âmbito de uma subjetividade alheia à possibilidade de participação ou de um engajamento coletivo permanente.

O próximo passo deste subcapítulo é o de compreender a ação dos comunicadores a partir dos níveis de participação: participação passiva, participação controlada e participação poder (PERUZZO, 1998). Esta reflexão já se fez explícita em algumas motivações, na rotina da emissora, bem como nos relatos dos comunicadores sobre a ação coletiva e individual. No entanto, cremos que a partir dos níveis de participação poderemos ter uma noção mais clara das formas de ação dos comunicadores, sobretudo através das responsabilidades e funções que cada um ocupa na emissora.

Buscamos, então, problematizar a cidadania enquanto níveis de participação a partir do depoimento dos comunicadores sobre questões e temáticas relacionadas às suas próprias ações, bem como sobre a prática radiofônica em relação aos desafios advindos da luta pela cidadania. As formas de participação nos oferecem medidas de compreensão sobre as possibilidades dos sujeitos exercerem a cidadania no espaço da Rádio Terra Livre FM, bem como as modalidades de participação dispostas pelo próprio ambiente comunicacional aos sujeitos. É um processo dinâmico, que envolve oportunidades e limitações, que oscilam entre a ordem dos sujeitos e da própria instituição.

Vale destacar, que refletir a partir dos níveis de participação melhorou o nosso olhar crítico sobre o objeto de pesquisa, pois, devido a nossa extensa convivência e envolvimento militante com a emissora, passamos, em alguns momentos, a naturalizar a Rádio Terra Livre como um espaço de convivência recíproca, harmoniosa e sem contradições. Este ponto de vista ou de impressão não nos deixava enxergar que nem

todos os espaços sociais, territórios ou contextos comunicacionais são sinônimos de participação equânime. Ou seja, mesmo em se tratando de uma emissora fortemente interligada à organização coletiva e popular, tornou-se necessário um olhar mais crítico e provocador das diferenças; que acendesse as distinções e singularidades e não apenas confirmasse, harmonicamente, as similitudes.

Iniciamos a discussão com os comunicadores esclarecendo que a motivação para a participação não deve ser concebida como uma ação exclusivamente individual. Mesmo no âmbito das subjetividades, a participação consolida-se na interação, mas que essa ação mediada por uma interação não é homogênea (MELUCCI, 2001), pois depende do contexto e da história (FEDOZZI, 2000). Em outras palavras, também é possível compreender a construção da cidadania observando os diferentes níveis de participação, através dos seus respectivos contextos e situações (CÁCERES, 1999).

Também esclarecemos que, por se tratar de um espaço comunicacional, é evidente a existência de um processo, ou seja, de partes que se interligam ou se justapõem. Do mesmo modo - não apenas no processo de produção de conteúdo, mas na rotina da emissora -, a ação comunicacional requer habilidades distintas, conhecimentos específicos e responsabilidades diversas, tornando, assim, a construção da cidadania comunicativa, igualmente um processo, de junção ou de sobreposição de elementos, de ações e de formas distintas de participação.

De modo geral, a participação no ambiente comunicacional – popular ou comunitário - também possui relações com o histórico de enfrentamento aos autoritarismos, à negação de direitos e a outros elementos que estimulam a participação em distintos níveis. A participação como elemento de enfrentamento a um poder contrário à emancipação e à liberdade de expressão é um dos primeiros argumentos proferidos por Cezar, quando o questionamos sobre as formas de sua participação na emissora: “a minha participação acho que é movida pela luta da comunicação mesmo, do direito da gente ter os próprios meios de comunicação, de poder comunicar do nosso jeito”.

Adiante, Cezar enfatiza que a sua participação é permanente e como está na coordenação da Associação cultural Terra Livre possui mais responsabilidades que alguns comunicadores: “eu participo diariamente aqui na rádio. Não tem sábado e nem

domingo. Não tem como ser de outro jeito, pois assumi a coordenação da associação e se eu não estiver todos os dias aqui dentro a coisa não anda”.

No depoimento de Cezar é notório que a forma e a qualidade de sua participação incidem no funcionamento da associação cultural e da emissora. Cezar, também é o comunicador que nos apresenta mais elementos sobre a constituição da rádio a partir da problemática da participação, sobretudo da organização da emissora, através das estruturas e das possíveis hierarquias. Este comunicador ressalta que a própria natureza da emissora representa a partilha e o comprometimento coletivo: “a origem da rádio e o próprio jeito de ser da rádio é de construção coletiva. Todo mundo que passou por aqui ajudou de alguma forma (...). A rádio é algo que facilita isso também”.

Portanto, para Cezar, a Rádio Terra Livre foi, e continua sendo, um espaço para a prática da cidadania através da participação poder, pois condiz com a ação de sujeitos comprometidos, em alguma medida, com os interesses coletivos e comunitários (PERUZZO, 1998). Esta visão idealizada da participação e da própria construção da cidadania é o ponto de vista de Cezar a partir da própria ação, que, como vimos, é exclusivamente dedicada às demandas e à rotina da emissora. Esta perspectiva é compartilhada por Wagner, que enfatiza a solidariedade como o elemento referente para o funcionamento da emissora: “muitos pontos negativos a gente encontra em qualquer coisa, mas não podemos também deixar de ver que a rádio estimula muito à solidariedade e à doação (...). Quem participa aqui acaba se envolvendo na causa e pensando de modo mais solidário”.

Durante o diálogo com os comunicadores, sentimos a necessidade de questioná-los sobre o conceito de participação, através de uma pergunta simples: o que significa a palavra participação e como você enxerga esta participação acontecer no ambiente da Rádio Terra Livre?

Ivonei salienta que não tem uma definição clara sobre o conceito ou o termo “participação” (grifo nosso), mas percebe na rotina da emissora alguns elementos, principalmente quando se refere à experiência pessoal em outras atividades que a emissora realizada na comunidade: “a palavra participação? Pois é, assim, não saberia te dizer. Acho que eu vejo a participação, assim, nas coisas que a rádio faz na comunidade (...). Quando envolve a participação das pessoas, nos festivais, por aí”.

Cezar, em certa medida, repete o que havia enfatizado anteriormente: “participação é você pensar mais na comunidade, menos em si e se colocar a serviço de um projeto maior (...). Aqui na rádio eu vejo a participação acontecendo quando você se doa, assume as responsabilidades, quando você enxerga o que precisa ser feito”.

Para Wagner, participação significa:

contribuir, de alguma forma, com o meio onde você vive (...). Não adianta você dizer que participa se não se insere em alguma luta, algum projeto (...). Acho que aqui na rádio a participação é vista em tudo, por que sem a participação de cada um, acho que nada iria para frente.

Os depoimentos de Cezar e de Wagner demonstram que a Rádio Terra Livre é um espaço onde a participação se apresenta como elemento natural ou normativo, devido o seu caráter comunitário ou associativo. Num primeiro momento, percebemos que a construção da cidadania, enquanto ação dependente dos contextos, das oportunidades e dos ambientes sociais, efetiva-se, igualmente, de modo natural e com fluidez. Esta visão é comum, sobretudo quando se trata de investigar instituições sociais onde os sujeitos, absorvidos pela prática solidária, celebram as próprias ações de modo desprovido de qualquer negatividade ou contradição.

Luciana também enaltece que, desde que conhece a Rádio Terra Livre, sempre a compreendeu como um espaço de construção de uma cidadania coletiva, ancorada na ação social militante e desprovida de interesses pessoais ou mercadológicos: “acho que a rádio sempre foi feita assim, por pessoas comprometidas com a militância (...). Nunca fizeram da rádio um lugar para se ganhar dinheiro, nem para si.” Assim, Luciana, também qualifica a sua participação a partir do comprometimento histórico da emissora com as causas sociais. Índícios de participação poder são visíveis no discurso de Luciana. Mesmo há pouco tempo na emissora, considera-se atuante nos espaços de discussão: “eu sempre venho nas reuniões e nos encontros de formação. Ajudo a preparar tudo, escrevo a ata também (...). Eu me vejo bem atuante nisso”.

Esta comunicadora também enfatiza que a sua participação depende das oportunidades que a emissora oferece. Luciana, portanto, desperta indícios de que a participação é relativa às oportunidades e não decorrente de um processo natural, como parece evidente nos depoimentos de Cezar e de Wagner. Assim, achamos pertinente

debatermos com os comunicadores a partir da seguinte questão: a Rádio Terra Livre se apresenta como um lugar de disputa e de construção do poder? A participação é sempre igual ou varia de acordo com as situações, responsabilidades e contextos?

Destas questões, pudemos comprovar que a construção da cidadania, de acordo com os níveis de participação, também é derivada de instabilidades, de estruturas e de hierarquias, devido, sobretudo, as responsabilidades e demandas que, segundo Cezar, “às vezes alguém precisa tomar a frente e resolver, se não o trabalho não acontece”.

Neste sentido, Wagner concorda que, mesmo em se tratando de uma emissora, fruto da organização popular, a cidadania é um objeto de disputas, constituindo-se elemento de poder entre os comunicadores:

agora eu vejo a questão de um modo diferente. É claro, que aqui na rádio, e acho que onde existe ser humano, sempre tem disputa (...). Por exemplo, a rádio sempre teve lideranças que puxaram a frente, que decidiam se a rádio ia fechar ou não. Então, isso depende de quem está à frente, para não chamar pra si todas as responsabilidades.

Na entrevista com João, identificamos que a compreensão de participação, bem como as formas em que ela se manifesta na emissora, relaciona-se com as oportunidades do contexto, de acordo com as demandas que vão surgindo: “acho que todos nós participamos (...). A rádio oferece isso, a oportunidade da gente atuar mais, de ajudar aqui na realidade dos assentamentos e nas coisas da rádio também”. Este comunicador revela que algumas lideranças deveriam exercer com mais rigor algumas responsabilidades, pois, segundo ele, “se deixar muito pela vontade de todos, ai não sai nada. É preciso exercer a autoridade para resolver algumas coisas”.

Ao ser questionado sobre a qualidade de sua participação, João enfatiza, novamente, que apenas realiza o programa e não se envolve em outros compromissos: “a minha participação é fazer o programa. Às vezes eu dou umas dicas para o Cezar, mas não me envolvo nas coisas da rádio”. No caso de João, a participação passiva é o nível que se evidencia, devido a sua postura por vezes individual e relativamente marginal às responsabilidades coletivas, bem como ao debate ou ao conhecimento sobre os rumos, sejam eles burocráticos ou políticos da emissora.

Na mesma perspectiva de João, Ivonei aponta que o pouco envolvimento com a emissora se deve a sua inserção recente e, por isso, apenas realiza atividades que lhes são delegas: “como eu nunca fui um militante, como cheguei faz pouco tempo aqui na rádio, então eu não me envolvo muito (...). Só faço o programa e dou uma atendida na rádio quando o Cezar não está”. A participação passiva, no caso de Ivonei, já demonstra relação com a participação controlada, principalmente por que avança para a possibilidade de assumir responsabilidades que excedem a mera realização do programa semanal. De modo geral, a participação de Ivonei e de João é autorizada e delegada, o que representa certa passividade quando contrastadas com a atuação dos demais comunicadores. Representa, portanto, um sentido de cidadania desprovido de engajamento e de atuação orgânica na rotina da emissora.

João revela outros elementos sobre o ambiente funcional e organizativo da emissora. Para este comunicador, a relação da emissora com o MST às vezes dificulta aproximação e a participação de algumas pessoas:

você sabe que nem todo mundo aqui nos assentamentos concorda com o MST (...). É esse pessoal mais novo, os compradores de lote. Quando a gente defende muito o MST a gente escuta as críticas desses, que dizem que a rádio tem que ser da comunidade e não do movimento [MST].

Esta problemática também é citada por Cezar, que reconhece que a ligação da emissora com o MST gera o afastamento de algumas pessoas e de ouvintes:

não tem como fazer uma rádio para todo mundo. Sempre vai existir aquele que não simpatiza com a gente e que não vai ouvir a rádio (...). Um comunicador desistiu por que começou a implicar com o movimento.

No depoimento de Cezar, compreende-se que a Rádio Terra Livre também aconselha e orienta a participação dos comunicadores. A participação não pode ser utilizada para contrariar os objetivos, valores ou ideais da emissora: “nós chamamos este comunicador e explicamos que ele não poderia criticar mais assim, por que nós somos uma rádio do movimento [MST] também. Ai ele achou melhor sair.”

Assim, a construção da cidadania a partir do espaço da Rádio Terra Livre opera dentro de ordens e limites. Neste sentido, a limitação refere-se às arestas impostas à participação, caracterizando, assim, as situações de conflitos e de interesses de um dado

grupo social e a própria ação do sujeito (PERUZZO, 1998). João nos revela outro conflito que representa os contrastes existentes no ambiente da emissora: “eu já não concordei com algumas coisas que vieram da coordenação. Mas eles sabem que eu tenho bastantes ouvintes e ai não mexeram no meu programa”. João se refere a um conflito com alguns integrantes da coordenação da associação cultural, devido à troca de horários na programação da emissora.

Wagner afirma que a sua participação na emissora é livre e sempre motivada pelos demais integrantes da coordenação. Para ele, a emissora não faz distinção e não impede a participação de outras pessoas da comunidade: “eu considero a minha participação bem ativa. A rádio me dá esta oportunidade, como a qualquer outro da comunidade que bater aqui e quiser fazer um programa”.

A emissora, para Wagner, é considerada um ambiente favorável ao crescimento pessoal, mas principalmente para a qualificação da participação coletiva: “a rádio é um espaço de aprendizagem para todos. Não apenas para os comunicadores, mas para a própria comunidade. Os eventos da rádio mostram que a participação existe”. Identificamos que a questão da participação é motivada não apenas no interior da emissora, mas, inclusive, nas diversas atividades que realiza na comunidade. De acordo com Luciana, a sua participação na emissora iniciou durante a realização de eventos em parceria com a escola onde estudava: “a rádio sempre fez muitas atividades, como festas, os festivais, o cinema itinerante (...). Eu me aproximei e comecei a participar por que os meninos aqui da rádio sempre me chamavam para os eventos”.

Ao final das entrevistas, questionamos sobre a constituição legal e hierárquica da emissora: Como é constituída a Associação cultural Terra Livre? Os líderes são escolhidos livremente? Estão sujeitos à rotatividade e sem privilégios materiais?

Cezar explica que a Associação cultural é fruto da reunião de algumas lideranças assentadas, composta por pessoas de todos os gêneros, idade e sexo. Enfatiza que, naturalmente, é uma instituição resultante de outras atividades e instituições dos assentamentos da região, bem como da própria organização do MST: “a associação surgiu dessa necessidade de formalizar um grupo de lideranças que tocasse a rádio e outras atividades aqui nos assentamento e do MST na região”. Revela que a eleição dos membros foi realizada de modo democrático e aberto, com edital de convocação para a

assembleia, que deliberou as eleições e a inscrição de chapas. Nunca houve, na história da instituição a concorrência entre duas ou mais chapas: “sempre permanece alguém da associação anterior e nunca aconteceu de ter disputas. Internamente sempre tem algum desentendimento, mas nada durante a eleição”, explica Cezar.

Wagner está tesoureiro na associação, mas enfatiza que participa de outras atividades e desempenha outras funções, devido o descomprometimento de alguns associados: “eu ajudo meio parêlho aqui na rádio. Muitos da associação não podem participar, aí sempre sobra mais para o Cezar e eu; as atividades mais do dia-a-dia da rádio, mais a questão financeira e técnica”.

João enfatiza que as reuniões ocorrem de modo esporádico e que a participação é aberta à comunidade: “de vez em quando tem uma reunião. Eu participei de algumas (...). Sempre é aberto pra comunidade, mas quase ninguém participa”. Ivonei e Luciana afirmam que não compõem a associação, mas que participam das reuniões e dos encontros de formação: “eu não faço parte da coordenação, nem o Ivonei. Mas sempre somos convidados a participar (...). Sempre cobram a participação, porque somos comunicadores e ajudamos em outras atividades da rádio”, esclarece Luciana.

Questionamos os comunicadores sobre a ocorrência de disputas internas ou alguns conflitos que revelem alguma instabilidade no interior da emissora. João ressalta que os principais conflitos se devem a pequenos ocorridos no cotidiano da emissora, sobretudo no que diz respeito à regularidade da programação e ao cumprimento de horário: “sempre tem confusão, às vezes por causa de um que não fez o programa no horário, que não respeita a programação (...). Aí vem o Cezar e chama a moçada pra responsabilidade”. Ivonei relata que o ambiente é tranquilo e não se recorda de nenhum conflito: “desde que estou aqui nunca tivemos problemas sérios. Pode ser que tenha existido, mas eu não me recordo (...). Talvez alguma coisa mais pessoal, entre nós comunicadores, mas não me lembro de alguma coisa, assim, com a rádio”.

Cezar já enumera vários ocorridos, que deflagram a disputa entre comunicadores, bem como na própria constituição da associação:

Tivemos, acho que em 2008, problemas graves entre dois comunicadores, que eram lideranças do MST também. Um queria a rádio mais voltada para o jornalismo e outro mais para a juventude, para a música e tal. A briga foi grande. Um deles até foi morar em

outro assentamento. A rádio fechou e só reabriu depois que nós assumimos.

Neste ocorrido, Cezar ainda relata que foi necessária a intervenção da coordenação estadual do MST, que decidiu pelo fechamento da emissora. Outros conflitos ocorreram durante uma de nossas visitas à emissora. A situação iniciou com o locutor, que apresentava o programa “Manhã no Campo”, o qual dirigiu a seguinte pergunta a outro sujeito que se encontrava posicionado na porta do estúdio: “o que você está “inventando” aqui na rádio?” De imediato, o convidado, respondeu: “Ué, será que eu também não sou um cidadão dessa rádio!” Após conversarmos com um dos comunicadores, percebemos que o sujeito questionado já havia sido comunicador da rádio e que atualmente estava afastado por não cumprir alguns acordos previamente firmados pela coordenação da emissora. No entanto, o sujeito insistia e reivindicava a sua participação na emissora, pois, segundo ele, “[...] era preciso denunciar a falta de transporte público para os assentados”.

Wagner ressalta que assegurar a participação de todos os assentados, bem como a liberdade de participação para os comunicadores em todos os espaços e dimensões da emissora requer muita atenção e disponibilidade da coordenação:

em qualquer lugar, como te disse antes, vai ter que existir pessoas mais responsáveis, que conduzam os comunicadores, que oriente as pessoas quando aparecer algum conflito (...). A questão é que também não existe como todo mundo querer participar de tudo. Então alguém sempre acaba tomando as pontas e puxando a rádio. Aqui na rádio, acho que somos o Cezar e eu que ficamos mais a frente disso.

A participação, seja ela passiva, controlada ou poder, é uma manifestação possível no contexto da emissora devido a sua relação com outras instituições e situações que excedem o mero funcionamento tecnológico, no caso, a prática comunicacional propriamente dita. Identificamos que a Rádio Terra Livre também é uma prática de cidadania construída através da participação mediante as circunstâncias de enfrentamento com os poderes constituídos (PERUZZO, 1998). Situações de enfrentamento com os poderes locais, revelam-se como elementos mediadores da participação dos comunicadores: “quando tem algum problema aqui nos assentamento, principalmente das estradas e da saúde, muita gente vem para a rádio e participa dos

programas (...). Isso acho que você também pode considerar como positivo”, destaca Cezar.

De modo amplo, a rádio se apresenta como um espaço de participação poder para os assentados. Isto nos é visível no depoimento de alguns assentados, quando reconstruímos a história da emissora. Além de um veículo de comunicação, a Rádio Terra Livre é considerada um instrumento de participação popular, de acolhida àqueles que não têm onde recorrer para resolver problemas, desde os mais complexos até os relacionados ao cotidiano: “sempre estivemos de portas abertas para a participação de todos (...). Se for te contar quanta gente a rádio ajudou, nossa. Desde coisas mais simples, uma ajuda pra comprar comida, até para resolver as brigas com a prefeitura”, pondera Wagner.

Ao final desta reflexão, compreendemos que a qualidade, bem como as formas de participação no ambiente da Rádio Terra Livre, apresenta uma cidadania construída sob níveis diferenciados, conforme anunciamos teoricamente. Do conjunto dos elementos que compõem a participação dos comunicadores, percebemos que a Rádio Terra Livre é um espaço para a participação poder, de construção de uma cidadania que se fundamenta a partir de negociações, solidariedades, autorizações e permissões. Como se trata de uma pesquisa qualitativa, não nos cabe mensurar ou quantificar quais dos níveis se sobressaem, mas, sim, expor, através dos depoimentos, os elementos constituintes ou mediadores da participação, bem como da própria construção da cidadania que daí se origina.

O próximo subcapítulo é continuidade desta reflexão, que investiga a construção da cidadania a partir das relações entre a emissora, o MST e a comunidade. Corresponde à verificação dos conceitos fundamentados nos capítulos teóricos sobre: Movimentos sociais e uma nova noção de cidadania; cidadania comunicativa, e comunicação popular e comunitária. Como enfatizamos em capítulo teórico, a cidadania, que se constitui através de níveis de participação, também está compreendida nas novas formas de organização e de mobilização sociais. Por isso, no próximo tópico, abordamos a relação da construção da cidadania a partir das características que compõem a noção de movimentos sociais, sobretudo por que a nossa temática investigada, bem como o nosso campo empírico, estão interligados e interdependentes com a constituição histórica do

MST, não apenas evidenciada no contexto do Assentamento 25 de maio e da Rádio Terra Livre, mas na constituição da conjuntura política, econômica e cultural brasileira.

7.3 A cidadania comunicativa, movimentos sociais e os aspectos da comunicação radiofônica popular e comunitária na prática da Rádio Terra Livre FM

Antes de investigarmos os elementos empíricos que caracterizam a noção de cidadania comunicativa, iniciamos a discussão deste subcapítulo buscando compreender em que medida as ações dos comunicadores, bem como a prática da Rádio Terra Livre, correspondem a uma nova forma de reivindicação dos movimentos sociais (DAGNINO, 1994).

Até então, observamos a ação dos comunicadores e o funcionamento da emissora de modo mais contextual e, por isso, um pouco desconectado da relação que possui com o MST. No entanto, é perceptível que a Rádio Terra Livre possui fortes indícios de uma prática concreta dos movimentos sociais; que organiza uma estratégia de construção democrática e de transformação social desde a sociedade civil (HABERMAS, 1984).

Assim, buscamos compreender, a partir do depoimento dos comunicadores, em que medida a Rádio Terra Livre possibilita a construção da cidadania desde elementos e de mediações relacionados à ação coletiva mais abrangente, no caso, interligada aos objetivos e às demandas do MST. Questionamos os comunicadores sobre quais as ligações, relações e ações interligam o Rádio Terra Livre ao MST. Pelo mesmo caminho, buscamos compreender os pontos fortes e fracos dessa relação e se eles se efetivam como mediadores no processo de construção da cidadania.

Se observarmos o funcionamento da Rádio Terra Livre desde a sua fundação, no ano de 1996, podemos considerar que se trata de uma prática comunicacional fortemente relacionada às demandas do MST. Do mesmo modo, a partir de grande parte do período histórico da Rádio Terra Livre, percebemos que não se trata de uma

emissora vinculada à estratégia de integração social por parte do Estado e das classes neoliberais então dominantes. Assim, evidencia-se uma nova noção de cidadania, que transcende a relação “estado-indivíduo” e inclui a relação com a sociedade civil, sendo, primeiramente, uma proposta de sociabilidade, que visa à geração de uma cultura da participação coletiva e democrática (DAGNINO, 1994).

De acordo com Cezar: “a rádio sempre carregou a bandeira do MST. Sempre participamos da organização do movimento, mobilizamos através da rádio os assentados para as lutas e outras atividades na região e até para as atividades nacionais”. A considerável representatividade que os comunicadores atribuem à Rádio Terra Livre se deve, segundo Wagner, ao histórico de ações do MST, bem como do lugar de referência que o movimento ocupa na história dos movimentos sociais brasileiros: “a força da nossa rádio também depende do MST. Já tivemos reconhecimento até internacional, de algumas ONG’s que conheceram o nosso trabalho através do MST”.

De acordo com Gohn (2004), é característica dos movimentos sociais a prática de inovações na esfera pública e privada, dentre as inúmeras formas de inovação, a ação comunicacional é exemplo de inovação, que possibilita o avanço da participação popular, bem como o fortalecimento da própria imagem e da legitimidade pública. Esta reflexão teórica se articula com o depoimento de Cezar, que realça a prática comunicacional como elemento indispensável para a estruturação do MST anos assentamentos:

na história do MST aqui na região, a rádio, as escolas e as cooperativas são importantes instrumentos de organização (...). É claro, tem algumas lideranças que não investem muito no nosso trabalho, mas sempre reconhecem que sem a rádio muita coisa do MST não seria possível de realizar aqui nos assentamentos, principalmente com a mobilização das famílias e da juventude.

A relação entre o MST e a Rádio Terra Livre se evidencia não apenas porque a emissora está situada, geograficamente, em um assentamento conquistado pela mobilização de um movimento social, mas por que se constitui como ação que continua a vincular e a representar o referido movimento naquele contexto. As relações se devem, ainda, por que os movimentos sociais são compostos por redes que conectam pessoas, que buscam pontos comuns para a ação coletiva, geralmente na base de alguns valores compartilhados e de práticas que resistem ao longo do tempo (GOHN, 2004).

A organização dos assentamentos, que compõem o contexto da Rádio Terra Livre, também é fruto das políticas organizativas do MST, como os núcleos, brigadas, associações produtivas, cooperativas, dentre outras. É uma organização que também nos permite compreender a ação dos comunicadores e de como eles se relacionam com o contexto social, econômico e cultural. A organização dos assentamentos se torna uma estrutura que possibilita aos sujeitos se relacionar entre si e a desenvolver atividades e projetos de modo mais abrangente. É uma estrutura relativamente democrática, que possibilita a circulação de recursos – materiais simbólicos – necessários à interpretação da realidade e à ação social através da prática radiofônica. Como relata Wagner, “a forma como nós nos organizados (...), da organização dos assentamentos e do próprio movimento, ajuda na mobilização das pessoas para as nossas atividades”.

Cezar também ressalta que a atuação da emissora é um elemento positivo, que facilita a comunicação do MST na organização dos assentamentos: “a rádio também é esse ponto de encontro e de segurança para o MST aqui na região. Nós somos comunicadores da rádio, mas eu sempre falo para eles, somos militantes do MST”, declara Cezar. Outro elemento da construção da cidadania a partir da relação da emissora com o MST é a realização de atividades formativas, como oficinas e encontros, que, segundo Wagner, possibilitam aos comunicadores o contato com bibliografias sobre o movimento:

o setor de comunicação do MST sempre realiza formação com a gente. São momentos muito bons, pois fazem a gente estudar mesmo, a ler e a debater (...). Isso é o que tem ajudado na conscientização dos comunicadores, pois muitos chegam aqui sem ter lido um livro na vida.

João afirma que participou de encontros de formação realizados pelo MST e destaca que as atividades são responsáveis pela formação de muitas lideranças: “sempre tem alguém do movimento [MST] que vem dar uma formação. A maioria das lideranças aqui dos assentamentos nasceram daí (...). muitos estão até na coordenação nacional”. Luciana também reconhece que o MST é um importante elemento no funcionamento da emissora, pois, segundo ela, “a parte mais política da rádio vem por que ela tem essa história junto com o MST”.

Cezar explica que a contribuição do MST é relativa à intervenção de “lideranças autorizadas” (grifo nosso), como os integrantes dos setores de comunicação, juventude e

cultura: “o MST tem as lideranças que dão as oficinas e cuidam da comunicação. Nós também nos consideramos do MST, mas não fazemos parte dos setores (...), que são pessoas eleitas para desempenhar a função dentro do movimento”.

Através da abordagem teórica dos movimentos sociais, podemos considerar que a prática da Rádio Terra Livre contribui com a formação discursiva do MST, função indispensável para elaboração dos sistemas de valores alternativos aos dominantes. Esta função discursiva é responsável pela formação de um vocabulário alternativo de ideias e de linhas de ação (GUSFIELD, 1981). Com a abordagem pluralista-articulista, evidencia-se a compreensão de que a Rádio Terra Livre, juntamente com outras práticas comunicacionais, são resultantes das diversas possibilidades da formação discursiva do MST (LACLAU, 1986). Portanto, a formação discursiva se efetiva como elemento importante na construção da cidadania, seja através da denúncia das injustiças e das ofensivas sofridas pelos sujeitos, como pela criação de um sistema simbólico e identitário, que une e alimenta a ação dos comunicadores. Nesta abordagem, a relação entre o MST e a Rádio Terra Livre se efetiva a partir das articulações de discursos que mobilizam as significações, o mundo simbólico dos sujeitos – comunicadores, que os unificam e mobilizam-nos em busca do que lhes foi tirado ou que é considerado como um direito coletivo (STRAPAZZON 1997). Na percepção de Luciana, a Rádio Terra Livre cumpre também a sua função quando mobiliza os assentados mediante as demandas do MST: “nos encontros de formação é falado da necessidade da rádio ser esse instrumento do MST (...), mas precisa mobilizar as pessoas. Quando têm atividades do MST a rádio deve ser a primeira a contribuir”.

Wagner ressalta que, de todos os veículos de comunicação do MST, apenas a Rádio Terra Livre é acessado pelos assentados: “acho que a rádio, aqui nos assentamentos é o meio de comunicação do MST, que mais o povo tem contato. Nem o jornal chega, pois seria mais fácil de chegar até os assentados”. João também concorda com Wagner e critica as lideranças do MST responsáveis pelo setor de comunicação:

se não fosse a rádio, aqui nos assentamentos, o MST nunca teria voz. Pra nós aqui é a rádio (...). O Jornal fica estocado na secretaria, a internet ninguém tem. Esses que estão no setor de comunicação não se dão conta disso.

Este depoimento demonstra que a comunicação, mesmo sendo um elemento essencial para os movimentos sociais – não é desenvolvida de modo satisfatório, a partir dos contextos e demandas específicas de cada contexto. No entanto, mesmo que as demais práticas comunicacionais do MST não possuam processos institucionalizados ou bem definidos, a Rádio Terra Livre se constitui um setor tático (CERTEAU, 2011), agregando valores e facilitando a resistência dos assentados mediante os poderes constituídos, bem como a interação do MST com sujeitos de diferentes esferas públicas. Elaboramos esta reflexão a partir do depoimento de Cezar, que atribui à Rádio Terra Livre a função de aglutinar outros sujeitos na luta pela cidadania: “a rádio é estratégica para nós não só aqui nos assentamentos, mas em toda a região. No mês passado participamos de um encontro da ABRAÇO e já articulamos uma jornada de lutas para o ano que vem, com sindicatos e outras rádios da região.”

A construção da cidadania através da relação entre o MST e a Rádio Terra Livre também é marcada por tensões, que ocorrem, segundo Wagner, durante a negociação entre o setor de comunicação e os comunicadores da emissora:

alguns entraves sempre tem (...). Acho que o setor de comunicação teria que estar mais com a gente aqui e não só mandar demandas. Quando tem mobilização do MST eles sempre cobram a gente, para reunir os assentados, mas quando a gente está financeiramente quebrado, eles não colaboram muito.

Desta situação, percebemos algumas falhas ou mesmo distinções na relação da emissora com o MST. Mas, de acordo com Cezar, é natural, pois o MST não tem capacidade de gerir todas as práticas comunicacionais:

tem um distanciamento entre o que a gente faz e o que o MST exige. Mas não tem como ser diferente, pois o movimento não pode e nem tem gente suficiente para contribuir direto aqui. Então a gente vai tocando do nosso jeito e negociando conforme vão surgindo as demandas.

Sendo assim, entendemos que a construção da cidadania, mediada pela intervenção do MST no cotidiano dos comunicadores e dos assentados, é orientada pelas formas e especificidades de participação e de acesso comunicacional. Esta perspectiva construtiva e comunicacional da cidadania se evidencia como um dos fortes elementos da nova noção de cidadania, que não mais se limita apenas aos direitos e as obrigações entre o Estado e os cidadãos (KUNSCH; KUNSCH, 2007). Outras esferas

da vida cotidiana, interpessoal e coletiva se somam, como as ações referentes à inclusão social, direito à associação e a outras práticas culturais e comunicativas, conforme podemos significar do depoimento de Wagner: “como você fala da cidadania, então eu acho que a rádio, a associação, são isso que você fala da luta pelos direitos que a gente busca, como sendo do MST também essa luta”.

Os elementos que geram tensão, bem como relação do MST e a Rádio Terra Livre também se apresentam como mediadores da construção da cidadania, não apenas dos comunicadores, mas dos demais sujeitos que são mobilizados pelas atividades da Associação cultural e pela prática comunicacional. Consideramos que as demandas do MST também são correlatas às demandas dos assentados, sobretudo quando possibilitam a organização coletiva e a possibilidade de mobilização mediante as regulações sociais (GOHN, 2004).

Nosso próximo ponto de discussão com os comunicadores corresponde à investigação sobre a relação da cidadania enquanto uma prática estritamente comunicacional. Ou seja, buscamos compreender em que medida os comunicadores associam a construção da cidadania a uma estratégia construída desde a prática radiofônica. Passamos, então, a investigar se esta prática comunicacional se apresenta para os comunicadores como mera experiência tecnológica ou como ação de cidadania comunicativa (MATA, 2006), com um sentido político, de consciência, de estratégia e de ação, potencialmente instauradora de uma cultura democrática (DAGNINO, 1994). Para instrumentalizar a nossa investigação, valemo-nos da noção de cidadania comunicativa a partir de níveis diferenciados como: cidadania comunicativa formal, cidadania comunicativa reconhecida, cidadania comunicativa exercida e cidadania comunicativa ideal (MATA, 2005).

Como discutimos em capítulos anteriores, identificamos a Rádio Terra Livre como uma prática comunicacional de enfrentamento, relação e de negociação com Estado. Trata-se de uma prática comunicacional que revela a busca pelo exercício da cidadania comunicativa formal, visível, sobretudo, na resistência mediante as tentativas de fechamento pela ANATEL e na busca por legalização, que exige dos comunicadores a compreensão do aparato legal e burocrático. Podemos dizer, que a cidadania comunicativa formal, ao mesmo tempo em que se caracteriza como instrumento a ser

acessado, também representa a histórica organização popular em torno do marco legal da comunicação.

Iniciamos o diálogo desta temática com os comunicadores esclarecendo a cidadania comunicativa a partir dos níveis. Posteriormente os questionamos sobre a temática da comunicação como direito (formal) passível de reconhecimento (reconhecida), de exercício (exercida) e de projeção (ideal). As questões não se constituíram de elementos positivos (afirmação) ou negativos (negação), mas sobre a temática geral, que possibilitou aos comunicadores a expressão de ideias, as quais nos renderam a significação e a identificação com os respectivos níveis. Tratou-se de questões gerais como: você conhece ou já ouviu falar sobre o direito à comunicação? Em que medida a sua atuação é uma prática dessa cidadania comunicativa reconhecida? A Rádio Terra Livre é um espaço da cidadania comunicativa ideal?

Cezar relata que a Rádio Terra Livre é um espaço de organização pelo direito à comunicação e nos indica que reconhece a cidadania comunicativa em sua prática comunicacional: “sim, eu vejo que a rádio é uma luta pelo direito que temos de comunicar. Sempre atuamos nessa linha, da conscientização de que a luta pela terra também pode se dar junto com a luta pela comunicação popular”. A cidadania comunicativa exercida (MATA, 2005) também é visível na ação de Cezar, pois além de reconhecer, sua ação é responsável pela organização burocrática da emissora. Este comunicador enfatiza que a sua participação na emissora, além das motivações já elencadas, também se deve à necessidade de tornar a Rádio Terra Livre um veículo de comunicação popular de referência para os demais movimentos sociais: “quando eu me dei conta do potencial que tem a comunicação para a nossa luta eu comecei a pensar que a rádio poderia ser esse local de referência para outras experiências”. A cidadania ideal (MATA, 2005), figura no depoimento de Cezar e serve de referência para ação deste comunicador, que complementa: “precisamos lutar pensando lá na frente, por que a mídia burguesa age assim. Eles sempre estão inventando, se renovando (...). Precisamos atuar dessa forma, pra fazer da rádio um projeto de verdade”.

Wagner também demonstra reconhecer a cidadania comunicativa: “já li bastante e estudei sobre alguma coisa de legislação. Acho que foi num encontro de formação. Também isso é debatido nos encontros das rádios comunitárias que participamos.” Este comunicador comenta que não é possível exercer a cidadania sem se reconhecer sujeito

merecedor de direitos já garantidos: “do jeito que você coloca, parece meio lógico. Por exemplo, o sujeito só vai agir se ele tiver consciência dos direitos, se não ele não vai agir”.

Esta colocação de Wagner rendeu uma proveitosa discussão sobre os níveis da cidadania comunicativa. Explicamos, que mesmo consciente ou não o sujeito pode ser um ativista ou praticante da cidadania comunicativa. Conforme fundamentamos teoricamente, a cidadania é, indicialmente, uma prática nem sempre orientada pela consciência de direitos formais, pois pode ser motivada por diversos elementos, dentre os quais, os situados no campo das motivações pessoal ou tecnológica.

Wagner concordou e exemplificou que, nesse sentido, também iniciou suas atividades na emissora sem a consciência dos direitos da comunicação. Comentamos com Wagner que isto não significa que a cidadania comunicativa exercida só é válida quando o sujeito é consciente de direitos. O importante, destacamos, é que o processo ou exercício gerem, também, a conscientização dos direitos. Wagner enfatiza que: “nesse sentido os encontros de formação servem de formação para que a nossa prática não seja sem essa consciência, mais política, de saber que você está fazendo rádio para um objetivo maior”.

O termo “objetivo maior”, revela-nos o caráter ideal da cidadania comunicativa presente na ação de Wagner, que nos confirma reconhecer a Rádio Terra Livre como um instrumento da organização coletiva e de luta por novos direitos: “por cidadania ideal eu acho que a rádio representa uma forma de luta pelos nossos direitos (...); a gente sempre está reivindicando (...); isso quer dizer que a nossa luta sempre avança”.

Para Ivonei, o reconhecimento da cidadania, bem como a cidadania formal, ainda se apresenta num grau elementar. Destaca que, devido o pouco tempo de atuação na emissora, não possui conhecimento sobre os direitos da comunicação: “mas, acho que não me recordo muito, ainda não sei muito bem”. Perguntamos, então, se Ivonei considera a sua prática uma busca por direitos, por reconhecer a necessidade de conquistar alguma coisa que ele considera importante para si, bem como para os assentamentos: “a sim, ai eu acho que sim (...). Por exemplo, aqui na rádio já melhorou muita coisa. Eu vim para cá porque queria ser comunicador (...). Para os assentamentos a radio ajuda, sim”. Após detalharmos melhor sobre outros elementos que compõem a

cidadania comunicativa, Ivonei reconhece que a sua limitação para responder as questões referentes à cidadania se devem a falta de oportunidades educativas, devido a necessidade de contribuir com o sustento da família: “o que me falta é ter estudado mais isso, na escola. Mas como te disse, eu nunca fui muito do estudo, assim, sempre tive que ajudar no sustento da casa, dos meus irmãos”.

Esta reflexão de Ivonei sinaliza que o reconhecimento da cidadania não pode ser, unicamente, reduzido à consciência individual ou a um psicologismo, que separa o “sujeito pensante” (grifo-nosso) das condições culturais, econômicas e sociais do seu respectivo contexto. Posteriormente, debatemos com Ivonei de que a sua ação na rádio já é exemplo de uma ação voltada para a cidadania exercida e que também se soma à dimensão da cidadania comunicativa ideal.

Semelhante a Ivonei, João também relata que não possui conhecimento sobre os direitos à comunicação: “não saberia te dizer sobre a lei, que tipo de lei é essa da comunicação”. Percebemos que a nossa pergunta induziu João a pensar sobre a lei no sentido jurídico, a partir de um código, parágrafo e de uma constituição. Explicamos que a questão versa sobre o conhecimento da comunicação enquanto direito. Nesse sentido, João afirma conhecer relativamente: “A gente tem uma noção, um pouco. Mas nessa questão da lei quem entende mais é o pessoal que mexe com a papelada (...). Sei que a rádio não é legalizada.”

Percebemos certa dificuldade de João para compreender a nossa pergunta – bem como a nossa dificuldade para formulamos a pergunta de outro modo. Assim, debatemos sobre a prática da comunicação que é realizada, historicamente, pelos movimentos sociais que não possuem espaço na comunicação comercial e que, portanto, esta prática conquistou direitos de comunicação. João salienta que reconhece a organização dos movimentos sociais pela comunicação popular: “isso já debatemos aqui na rádio. Até lemos sobre essas rádios comunitárias em um desses encontros”.

No entanto, João reconhece que a sua ação na emissora se interliga a cidadania comunicativa exercida: “eu considero que eu contribuo com a rádio, por isso que estou há mais de dez anos aqui (...). Não é aquela participação como os outros aqui, mas acho que exerço o meu dever de participar da comunidade”.

Comentamos, que a Rádio Terra Livre se insere na história da comunicação radiofônica popular e comunitária, efetivando-se assim como uma prática comunicacional também responsável pela conquista de uma cidadania comunicativa ideal, que contribui para conquista de outros direitos, projetos e para a solidificação de uma cultura democrática nos assentamentos. João concorda, mas ressalta que “a rádio também depende da colaboração dos assentados e do comércio que paga os patrocínios”. Assim, a Rádio Terra Livre se efetiva como uma prática da cidadania comunicativa ideal na conexão com os sujeitos e as instituições que permeiam e constituem o seu contexto.

Para Luciana, a cidadania comunicativa reconhecida diz respeito à sua militância e atuação na comunidade: “se eu entendi direito, eu acho que a minha participação nas coisas da comunidade vem dessa cidadania (...); de como eu ajudo e por que sei que isso é importante”. Afirma ter conhecimento sobre os direitos de comunicação e cita como exemplo o período fundacional da emissora, como sendo o período que melhor representa a cidadania comunicativa exercida:

não que hoje seja diferente, mas no tempo em que a rádio começou, acho que ela ajudou mais nessa questão de cidadania, pois era o único lugar para a juventude se reunir (...), de formação do movimento, que também fazia da rádio um local para outras coisas aqui dos assentamentos.

Luciana também visualiza a Rádio Terra Livre como espaço de cidadania comunicativa ampliada, de conquista de outros direitos, portanto, como espaço de cidadania comunicativa ideal

sem dúvida, a rádio também caminha conforme a gente vai descobrindo que tem outros direitos a serem conquistados. Principalmente aqui nos assentamentos, a questão do transporte e da falta de coisas para a juventude são coisas que a rádio pode trazer aqui para os assentamentos, pode melhorar a situação.

No campo da cidadania comunicativa ideal, ainda constatamos nos depoimentos de Luciana a relação da emissora com as demais práticas culturais e políticas que desenvolve, pois, segundo a comunicadora: “acho que a cidadania ideal, como você explica, ela é quando a rádio se envolve em outras atividades aqui nos assentamentos (...), quando ela promove os encontros de formação, as atividades culturais”. Por esse caminho, a cidadania comunicativa ideal possibilita a constituição de uma cultura

democrática através do conjunto de práticas comunicacionais, que se tornam parte do cotidiano dos assentados e que se expandem para outros espaços, sobretudo os potencializados pela estrutura organizativa e as demandas do contexto onde se insere.

De modo geral, o depoimento dos comunicadores nos revela que a cidadania comunicativa – em todos os seus níveis – se constitui de modo diferenciado na prática da Rádio Terra Livre, principalmente quando os comunicadores nos evidenciam o contexto da emissora de modo complexo, a partir: das formas de participação, de reconhecimento, do tempo histórico de atuação na emissora; das demandas da comunidade, bem como do MST, dentre outros elementos que interferem na rotina da emissora. Assim, ao final dessa problematização, entendemos que a cidadania comunicativa, enquanto conceito, auxiliou-nos a compreender a Rádio Terra Livre como um espaço de intercâmbios simbólicos, de partilha dos problemas comuns e de consolidação da cultura democrática no contexto dos assentamentos e da organização do MST. Assim, a prática da cidadania comunicativa, sobretudo a ideal, se realiza através da Rádio Terra Livre, que, apoiando-se nas formas e nos níveis diferenciados de consciência e exercício, impulsiona novas esferas de ação, outros espaços de acesso e de ampliação dos direitos.

O próximo e último passo investigativo deste subcapítulo é compreender como a cidadania é construída também a partir dos elementos que identificam a Rádio Terra Livre como um espaço de comunicação radiofônica popular e comunitária. Cremos que a comunicação radiofônica, nas especificidades das práticas popular e comunitária, também nos revelam especificidades importantes sobre a construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre. Um elemento que nos motivou a contemplar esta reflexão foi identificado durante as entrevistas sobre as formas de participação dos comunicadores, sobretudo quando indagamos sobre a organização burocrática, às deliberações necessárias para o funcionamento da emissora.

Como teorizamos no subcapítulo “O rádio e a construção da cidadania”, percebemos que a ação dos comunicadores e a decorrente construção da cidadania interligam-se aos aspectos tecnológicos deste meio de comunicação, que, segundo Meditsch (2005) é um canal de comunicação complexo, com uma história técnica, política, econômica, social, pedagógica e cultural. Portanto, se observarmos o

depoimento dos comunicadores, sobretudo os proferidos por Ivonei, percebemos que o funcionamento da Rádio Terra Livre também se interliga aos aspectos históricos, linguísticos e sociais da comunicação radiofônica (MEDITSCH; ZUCULOTO, 2008).

A comunicação radiofônica, enquanto tecnologia de fácil acesso e de produção relativamente barata em relação às demais tecnologias, também é um elemento facilitador da construção da cidadania. Como relata Ivonei: “eu vim morar aqui [Assentamento 25 de maio], e até deixei a minha família, foi por causa da rádio. Sempre quis ser locutor”. O fascínio que a tecnologia radiofônica desperta também é realçada por João: “eu sempre gostei da locução. É muito bom ser comunicador, saber que as pessoas estão te ouvindo. Às vezes quando saio da rádio eu me encontro com pessoas que eu jamais imaginava que me escutam (...). O rádio tem dessas coisas”.

Assim, a construção da cidadania a partir do funcionamento da Rádio Terra Livre nos revela que a comunicação radiofônica é um importante elemento, pois sem a apropriação tecnológica e as facilidades inatas à tecnologia, a cidadania não se realizaria de modo comunicacional em contextos onde só a comunicação radiofônica permite chegar.

Este fator é revelado por Cezar quando o questionamos sobre a prática da cidadania interligada à cultura da comunicação radiofônica:

[...] o rádio é essa tecnologia de mais proximidade com os assentados. Todos os assentados tem rádio, te garanto. Nem jornal, e poucos usam a televisão (...). Aqui nos assentamentos o rádio é o canal de comunicação que faz parte da cultura camponesa.

Para uma melhor compreensão do lugar e mesmo da centralidade que a comunicação radiofônica ocupa no processo de construção da cidadania - a partir da Rádio Terra Livre -, necessitamos ampliar a compreensão da comunicação radiofônica para o campo da comunicação radiofônica popular e comunitária. Como teorizamos no subcapítulo “O rádio e a cidadania no contexto da comunicação popular e comunitária”, a ampliação se deve ao avanço de uma perspectiva comunicacional linear (emissor-mensagem-receptor) para uma comunicação mais humanizada, dialógica e participativa (COGO, 1998), que condiz com os gêneros históricos da comunicação radiofônica popular e comunitária.

A necessidade desta reflexão emergiu após identificarmos que a construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre se efetiva, de modo geral, por que a ação comunicativa na emissora é possibilitada através das discussões abertas e não hierárquicas dos assuntos, no diálogo entre os comunicadores, a comunidade e o MST: “aqui na rádio a gente pode expressar nossas opiniões tanto sobre os problemas dos assentamentos, como as questões das lutas do MST”, destaca Wagner.

Passamos a observar que a participação popular também é parte fundamental do funcionamento da Terra Livre FM. Mesmo não se caracterizando de maneira uniforme (PERUZZO, 1998), as formas de acesso e de participação fazem da Rádio Terra Livre um espaço de comunicação popular, pois, de acordo com Luciana,

se fosse na rádio da cidade, eu duvido que eles deixariam a gente falar as verdades sobre os problemas do nosso assentamento [...]. Na verdade, a participação para os ‘sem terra’ sempre foi negada ou na base do dinheiro. Por ai você já pode ter uma noção de como a nossa rádio é boa para a nossa luta.

Nesse sentido, a rádio Terra Livre FM não se caracteriza apenas como instrumento tecnológico, mas como espaço público discursivo que, através dos conteúdos informativos produzidos e disseminados, realizam a mediação para a construção da cidadania. A prática da cidadania possibilita o fortalecimento dos laços de pertencimento com a comunidade e de reconhecimento do Outro, elementos que caracterizam, historicamente, a comunicação popular (OLIVEIRA, 2007).

Observamos que a presença de espaços de comunicação popular institui novas formas de participação dos sujeitos na vida comunitária do assentamento; ela altera as formas de sociabilidade entre os envolvidos e, na mesma medida, possibilita ações políticas estratégicas para o enfrentamento do MST com outros setores da sociedade, entre eles o Estado. Como revela Cezar, “com o passar do tempo, a rádio se tornou um lugar de discussão sobre os rumos do MST aqui nos assentamentos”.

No marco das práticas de comunicação realizada por movimentos populares, a Rádio Terra Livre se apresenta como uma experiência longa, que resiste aos enfrentamentos comuns aos meios de comunicação popular. Esta perspectiva é considerada por Cezar como um importante elemento mediador na construção da cidadania: “nos encontros de formação a gente já debateu sobre a comunicação popular

e achamos que a gente é parte dessa luta (...). Estudamos Paulo Freire, que foi um comunicador popular através do rádio”.

Mesmo não fazendo parte do nosso recorte empírico, citamos, de forma ilustrativa, que a comunicação popular também é identificada no funcionamento da Rádio Terra Livre a partir dos conteúdos produzidos e veiculados. A programação da Rádio Terra Livre, sobretudo os programas jornalísticos, reproduzem um conteúdo crítico e reivindicatório, onde o povo se torna o principal protagonista: “alguns dos programas priorizam o lado jornalístico, de denúncia dos problemas. Entrevistamos sempre alguém da comunidade”, relata Cezar.

A história da comunicação popular também revela a função contra-hegemônica, de conscientização, do fazer pensar e do propiciar novas formas de reflexão, com o objetivo de libertar as consciências (PAIVA, 2008). Este é um dos elementos mais destacados pelos comunicadores, que afirmam ser a Rádio Terra Livre um importante espaço de conscientização: “a rádio contribui com a elevação do nível cultural dos assentados e na conscientização sobre os problemas aqui dos assentamentos, na formação política também”, comenta Wagner.

Assim, verifica-se que a construção da cidadania é mediada pelos elementos que caracterizam a Rádio Terra Livre uma prática comunicacional popular, sobretudo por que se insere num período histórico onde a necessidade de uma comunicação própria e diferenciada são as maiores demandas aos movimentos sociais. Assim, a Rádio Terra Livre, relacionada ao âmbito da comunicação popular, caracteriza uma luta por cidadania marcada pelo direito à comunicação e à liberdade de expressão. Também podemos considerar, que a Rádio Terra Livre se efetiva como prática de comunicação popular a partir dos laços que possui com o MST, principalmente por que as bandeiras deste movimento se inserem num contexto alternativo, de enfrentamento com o projeto de dominação capitalista (GOMES, 1990).

Neste contexto da comunicação popular, buscamos compreender em que medida a cidadania é tecida a partir desses elementos que também caracterizam a Rádio Terra Livre como espaço de comunicação comunitária. Inicialmente, identificamos que a inserção do Rádio Terra Livre no contexto comunitário também corresponde à prática de outra comunicação necessária e possível, sobretudo pelas distintas formas de

apropriação pelos diversos setores e classes sociais subalternas, tais como associação de moradores, coletivos de cultura, escolas, sindicatos, igrejas, trabalhadores do campo e da cidade, bem como outros grupos que atualmente reivindicam os novos direitos, como os de gênero, meio ambiente, dentre outros.

Para a maioria dos comunicadores é consenso que a Rádio Terra Livre se caracteriza como meio de comunicação comunitário, pois a grande maioria das demandas absorvidas pela emissora advém do contexto dos assentamentos. De acordo com João “todos conhecem a rádio como uma rádio comunitária, que está, primeiramente, a serviço da comunidade.” Wagner relata que os assentados também consideram a emissora um veículo de comunicação local, que deve corresponder às exigências da comunidade:

acho que a identidade da rádio, se podemos dizer que existe uma identidade, ela é comunitária, por que ela nasceu com o jeito dos assentados aqui dessa região. Se você pegar uma rádio do nordeste, verá que é uma outra rádio, que não serve para nós daqui.

Problematizando as opiniões de João e de Wagner, Cezar enfatiza que a Rádio Terra Livre não deve se confundir com uma rádio da comunidade, pois, para ele,

a rádio é a voz do MST aqui nos assentamentos. Até podemos chamar de rádio comunitária, mas ela é um instrumento do MST (...). Acho que por isso também podemos chamá-la de rádio livre, rádio alternativa também, e não só comunitária.

Debatemos com Cezar que é no contexto do assentamento onde os sentimentos de pertencimento geram, também, uma perspectiva de luta coletiva e de conquista de direitos, que incide e é ampliada pela ação dos comunicadores, bem como pelo funcionamento da Rádio Terra Livre. Assim, o conceito de comunidade também se relaciona à compreensão do conceito de cidadania, pois muitas das ações protagonizadas pelos sujeitos da prática comunicacional investigada estão relacionadas, de alguma maneira, com o local de pertencimento, ou seja, com a comunidade, que nesta pesquisa condiz com o contexto geográfico, social, econômico e cultural do Assentamento 25 de maio.

Em alguns relatos, como o de Wagner, percebemos que a Rádio Terra Livre possui potencial para o “reencantamento” da participação política e cultural dos assentados, fator que identifica a ação e a função comunitária da emissora:

só morando aqui para saber o que tem mudado na nossa vida por causa da rádio. Sem dúvida, politicamente nós ficamos mais respeitados, sem contar na questão das festas e eventos que a rádio esteve presente, inclusive na cidade [...]; no desfile de Sete de setembro nós puxamos a fila; na festa junina das escolas do município lá estava os assentados com a Terra Livre.

A Rádio Terra Livre, enquanto rádio comunitária, remete a novas formas de sociabilidade, de percepção, do reconhecimento do Outro, do conhecimento sobre a realidade e de competências até então desconhecidas, ou pouco identificadas pelos próprios comunicadores. A construção da cidadania comum, que inicia pelo processo de reconhecimento dos sujeitos das demandas de um dado contexto (CORTINA, 2005) se identifica com a comunicação comunitária, pois esta representa uma ação motivada por um processo de vida em comum, por meio de relacionamentos orgânicos e de relativa coesão social (PERUZZO, 2006).

Para Luciana, o fato da Rádio Terra Livre ser considerada uma rádio comunitária não se deve à questão legal, pois, “a rádio não conseguiu o direito de ser uma rádio comunitária, como permite a lei”. Segundo ela, a Rádio Terra Livre pode ser considerada uma rádio comunitária por conta de sua origem e funcionamento, ambos voltados para o mesmo contexto social, cultural e econômico: “a rádio é uma ferramenta nas mãos dos assentados, que sempre se utilizaram dela para resolver, reivindicar os seus objetivos, aqui dos assentamentos”.

Ao final desta reflexão, percebemos que a construção da cidadania também se constitui no enfrentamento da Rádio Terra Livre aos autoritarismos locais, na historicidade dos assentamentos, que incidem diretamente na rotina cotidiana dos assentados e dos comunicadores. Portanto, a construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre é constituída pelos elementos da comunicação popular e comunitária, sobretudo na identificação dos comunicadores com as demandas do Assentamento 25 de maio.

No próximo e último subcapítulo, investigamos dois documentos de comunicação e observamos em que medida e a partir de que elementos os fazem participantes da construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre.

7.4 A construção da cidadania a partir dos documentos “As rádios do MST e Agitação e propaganda”

Iniciamos este subcapítulo situando o contexto da produção documental, evidenciando os objetivos e o contexto dos documentos produzidos na história do MST. Ao final, realizamos a análise de dois documentos, elegidos dentre os demais, pois, segundo Cezar “são os dois documentos que nós utilizamos aqui na rádio”.

Dos comunicadores, apenas Wagner e Cezar possuem mais conhecimentos sobre os documentos de comunicação e consideram que esta formulação documental também é parte integrante da organização política do MST, que busca dar conta da totalidade de experiências comunicacionais ou das demandas de comunicação: “o movimento cresceu muito e com isso os meios de comunicação também. Então, não tem como dar conta ou querer que os documentos atendam a todas as experiências”, explica Cezar.

Como nos foi previamente solicitado pela coordenação nacional do Setor de Comunicação, não reproduziremos, na íntegra, a totalidade do conteúdo desses documentos, pois, segundo Wagner, “esses documentos são internos ao movimento. Temos uma abertura para você que é companheiro, mas a gente pede que você não publique para qualquer um”. Para o comunicador, a formulação documental é parte integrante dos processos comunicacionais do MST, ou mais do que isso,

a comunicação é uma de nossas grandes estratégias, então não vamos ficar colocando para *download* na *Internet* esses documentos ou tudo o que estamos pensando, ou elaborando estrategicamente sobre comunicação.

A formulação documental do MST também não tem por objetivo atingir o público não militante, explica Cezar:

não temos o hábito de ficar formulando teses e grandes documentos, ou publicando nossas ideias sobre comunicação, tanto porque temos coisas que a grande imprensa não pode saber. Isso é até uma questão de segurança para o próprio movimento.

Devido à complexidade de experiências e demandas por comunicação, a elaboração documental do MST apresenta proposições genéricas que visam dar conta dessa diversidade. Por outro lado, segundo Wagner, os documentos visam, em meio a esta complexidade “[...] manter o mesmo discurso político, para que todos os nossos

meios de comunicação sigam pelo mesmo caminho”. Wagner também salienta que os documentos elaborados não dão conta da totalidade de experiências ou de demandas de comunicação, pois “o movimento cresceu muito e com isso os meios de comunicação também [...]. Então não tem como dar conta ou querer que os documentos atendam a todas as experiências”.

De modo geral, Cezar afirma que

Esses documentos também nos ajudam a sistematizar as experiências. Nós temos um pensamento, um jeito de fazer a comunicação e tentamos agir de acordo com isso. Sabemos que isso é um pouco difícil de ser compreendido pela nossa militância, principalmente para os novos que vão chegando.

Durante a pesquisa de campo, que também se estendeu durante a nossa participação em encontros de formação e atividades culturais do MST em diversas regiões do Brasil, identificamos a existência de cinco documentos, ambos elaborados pelo Setor nacional de comunicação. São eles: “Documentos básicos da atuação do Setor de Comunicação” (2003); “As rádios do MST” (2004); “Agitação e propaganda no processo de transformação social” (2007); “Hegemonia, política, comunicação e cultura” (2009) e “Manual de redação para os veículos do MST” (2010). A totalidade desses documentos, segundo Cezar, “representam o que temos sistematizado até esse momento. Pode ser que hajam documentos elaborados pelas coordenações estaduais [...], mas esses representam o que foi discutido e formulado em âmbito nacional”.

O documento “Documentos básicos da atuação do Setor de Comunicação” é o primeiro marco teórico do setor de comunicação do MST. Discutido e formalizado entre os anos 2000 e 2003, ele representa a síntese de um período anterior, ou seja: “ele não é o resultado de um momento, mas de um longo tempo de discussão entre lideranças e companheiros da comunicação, desde a fundação do movimento”, afirma Cezar. A sua redação iniciou com a proposta de elaboração do livro “Construindo o caminho”. A intenção dessa obra, pontua Cezar, é formalizar, documentalmente, as linhas políticas de cada setor do MST. O livro serviria de subsídio “para aqueles que estavam chegando e precisavam ter uma base para atuar nos setores do movimento. Esse livro era uma base de formação para os novos militantes”, explica.

Este documento, estruturado em vinte e cinco páginas, foi construído a partir da compilação de textos diversos e, por isso, não apresenta uma ordem editorial. Constitui-se de redações mais extensas, como também de fragmentos e tópicos apresentados numericamente. Essa ‘desordem editorial’ percebida na estruturação desse documento deve-se, para Cezar, ao fato de o mesmo contemplar “textos dispersos, de experiências de cada estado que foram chegando para a discussão. Cada texto vem de demandas às vezes bem precisas; de momentos específicos do nosso movimento”.

Essa proposição documental também aborda a relação do MST com o universo do cinema, publicidade, propaganda; dicas de assessoria de imprensa; resgata conceitualmente a comunicação popular, desembocando no processo histórico e de funcionamento do Jornal Sem Terra; apresenta esquemas para a realização de encontros de formação para militantes comunicadores, como também tece fortes denúncias aos “ataques da imprensa burguesa” (citação extraída do documento, pg. 22).

O documento “hegemonia, política, comunicação e cultura” foi lançado no ano de 2012. Sua construção se deu de modo coletivo, por lideranças dos setores de cultura, juventude e comunicação. De acordo com Cezar, esse documento começou a ser elaborado “[...] durante o curso de comunicação e cultura na escola Florestan Fernandes por educandos, professores e lideranças”. Este documento circula apenas em algumas secretarias estaduais do MST e não chegou a ser distribuído para a base militante. Possui o formato de um artigo científico e, na versão que recebemos, constam elementos de revisão no corpo e nas laterais do texto. Para Cezar, este documento, em relação aos demais, é voltado ao público acadêmico, principalmente para os militantes que cursam o ensino superior e que desempenham alguma função nos setores do MST.

O Documento “Manual de redação para os veículos do MST”, elaborado em 2010, objetiva a capacitação de militantes para o trabalho de assessoria jornalística. Trata-se, segundo Cezar, “de um material que busca dar todos os subsídios para os militantes responsáveis pela parte de assessoria de comunicação nos Estados em que atuam”. A publicação busca sistematizar, ainda que de forma resumida, a história da comunicação MST. A publicação é digital e conta com 92 páginas. Além de traçar um breve histórico da comunicação popular, este documento elenca alguns procedimentos básicos para cada veículo, além de dicas para escrever textos, fotografar e produzir

conteúdo radiofônico. O documento, também chamado de manual, conta com um pequeno glossário sobre os termos comuns e correntes na história da linguagem popular.

De modo geral, a produção documental do MST sobre a comunicação se resume a esses cinco documentos, porém, nem todos esses documentos circulam em todos os ambientes ou espaços onde se desenvolvem as práticas comunicacionais. No ambiente da Rádio Terra Livre apenas dois documentos são reconhecidos pelos comunicadores entrevistados: “As Rádios do MST” e “Agitação e propaganda no processo de transformação social”. Elegemos estes dois documentos como objetos de pesquisa, pois, segundo Wagner, os demais documentos não são do conhecimento dos comunicadores ou, ao menos, não circularam na emissora e nem foram utilizados em alguma oficina ou encontro de formação: “esses outros documentos, acho que ouvi falar em alguma formação, mas não aqui na rádio. A não ser que outros companheiros que aqui vieram mostraram para os comunicadores.”

Com estes dois documentos, observamos quais as motivações, os sentidos e as recomendações sobre a cidadania. Seguimos os passos da análise documental, a partir de algumas orientações dadas por Cellard (2008) sobre a avaliação preliminar dos documentos. Tal avaliação constitui a primeira etapa de toda a análise documental que se aplica em cinco dimensões: O contexto; O autor (ou os autores); A autenticidade e a confiabilidade do texto; A natureza do texto. Adotamos, ainda, a análise de conteúdo de modo complementar a pesquisa documental, com objetivo de contribuir com a identificação da frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias relacionadas à cidadania, como: deveres, direitos, participação, ação coletiva, democracia, dentre outros.

Também estivemos atentos aos elementos que estes documentos abordam e que foram por nós considerados, teoricamente, importantes ou definidores da construção da cidadania, sobretudo a partir das problematizações e temáticas – também abordadas nos capítulos analíticos: as motivações e os sentidos sobre a cidadania; a relação, o enfrentamento e as negociações com o Estado e o mercado; tensão entre a individualidade, a coletividade e os níveis de participação; a relação dos movimentos sociais com a comunicação radiofônica popular e comunitária.

Preliminarmente, identificamos que os dois documentos foram elaborados por coletivos e por lideranças situados em tempo e espaço diferentes. O seja, “alguns deles

[documentos] foram escritos em assembleias e em alguns encontros estaduais. Depois ele circulou não mãos de algumas lideranças de outras regiões”, lembra Cezar. Esses documentos também nos impõem alguns desafios analíticos, pois não possuem assinatura de um autor ou de um sujeito único que pudesse nos responder a maioria dos questionamentos quanto à natureza do texto, ao contexto histórico e ao local devido da produção.

Identificamos, então, que os documentos encontrados se tratam de produções coletivas, realizadas em congressos, encontros, como em períodos e em locais virtuais, como foi o caso de um dos documentos elaborado, inicialmente, em um congresso e finalizado a partir da troca de emails entre diversos sujeitos.

Observamos, que a conjuntura socioeconômico-cultural e política que propiciou a produção de um determinado documento também nos ajuda a compreender os esquemas conceituais, os argumentos, refutações, reações e, ainda, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos que documento faz alusão (CELLARD, 2008).

O contexto histórico de produção desses dois documentos, bem como universo sócio-político e cultural, corresponde à atuação do MST em um cenário marcado pelo enfraquecimento das mobilizações e reivindicações de direitos relacionados à questão agrária (DRUCK, 2006, p. 330). Os programas sociais, como o Bolsa família, Minha casa Minha vida, dentre outros revelam o crescimento do consumo das classes C e D, que, segundo Carter (2010), reposicionaram a ação dos excluídos mediante o cenário tradicional de organização para a conquista de direitos, dentre eles o direito ao consumo. Nesse contexto, a relação da cidadania com o consumo também diz respeito aumento da produção de tecnologias de comunicação e da própria publicidade. Assim, o novo momento econômico brasileiro possibilitou o reordenamento do próprio campo do consumo cultural, que rearticulou os padrões de sociabilidade, de formas de comunicação e de mobilização social. Considerando o consumo de forma complexa – pois nem todos consomem a mesma coisa, com a mesma forma, intensidade ou quantidade -, percebemos que a dimensão cultural também foi responsável, nesse período, pela reorganização e formas de comunicação dos movimentos sociais. Este fator é considerado por Cezar como um dos elementos responsáveis pela elaboração dos documentos analisados:

as novas tecnologias são tantas (...), a juventude aqui dos assentamentos utiliza quase de tudo, que a gente precisa ter

consciência e saber usá-las (...). Esses documentos ajudam a orientar sobre isso também.

Ambos os documentos explicitam alguma reflexão sobre esses elementos contextuais. No entanto, ao abordarmos individualmente os documentos, os elementos socioeconômico-cultural e políticos se apresentam apenas nas entrelinhas dos conteúdos, principalmente em forma de crítica ao Estado e ao mercado, denominados por ambos os documentos, como instrumentos de dominação do modelo econômico capitalista. Esses documentos, para Wagner, também representam a síntese de discursos e de análises da conjuntura política, econômica e cultural do seu tempo histórico: “alguns desses documentos de comunicação não vão direito na comunicação (...). Eles nos ajudam a ver a sociedade, como ela está sendo dominada pelo capitalismo e como a gente deve agir, daí sim, com a comunicação”.

Desta contextualização, passamos a investigar os dois documentos de modo separados. O documento “**As rádios do MST**”, foi elaborado em 2005 e passou a circular na Rádio Terra Livre, a partir dos encontros de formação no ano de 2007. Este documento trata, especificamente, sobre a comunicação radiofônica e seu foco é o conteúdo político e não os aspectos técnicos da comunicação.

Com apenas quatro páginas impressas o documento traz uma breve síntese sobre os vinte anos da prática radiofônica do MST. Para Wagner, este documento cumpre a função de orientar os militantes que pretendem atuar na comunicação radiofônica. Segundo ele “a intenção do documento é cultivar e preservar os objetivos da organização, para que todas as experiências tenham um rumo mais ou menos comum”.

Este documento é organizado em forma de texto dissertativo, dividido em quatro subcapítulos. A autenticidade e a confiabilidade do texto são conferidas por Cezar e por Wagner: “consideramos um documento, assim, oficial, por que já vimos ele circulando nas atividades do MST. Acho que é isso que faz deste [aponta para o documento] um documento”, ressalta Cezar.

Neste documento, não é explicitada a sua procedência ou a forma de como foi estruturado, redigido e veiculado. De acordo com Wagner, este documento pode ter sido elaborado em alguma jornada ou encontro nacional do MST: “eu acredito, mas não tenho certeza, que esse documento foi construído em alguma jornada ou atividade nacional do MST”. No tópico “I – Breve histórico”, o início do documento é alusivo aos

20 anos do MST, então, deduzimos que ele foi construído no Encontro nacional, em fevereiro de 2004.

A natureza textual é política, ou seja, de orientação ideológica para a sua base militante. No tópico “II – Objetivos”, o texto ressalta que a comunicação radiofônica deve seguir o acúmulo político do MST: “as rádios devem fazer parte da organicidade do MST.”

Aprofundamos esta questão a partir da análise de conteúdo, que nos ajudou a identificar nesses documentos indícios que compõem a construção da cidadania na prática radiofônica, a partir: das motivações e os sentidos sobre a cidadania; da relação, o enfrentamento e das negociações com o Estado e o mercado; da tensão entre a individualidade, a coletividade e os níveis de participação; da relação dos movimentos sociais com a comunicação radiofônica popular e comunitária.

Em ambos os documentos, não identificamos a ocorrência do termo cidadania ou cidadão. Mas, como já enfatizamos anteriormente, consideramos a construção da cidadania composta, também, por um jogo de motivações e de sentidos que excedem a nomenclatura, bem como o próprio conceito de cidadania.

No início do documento, evidencia-se a motivação pela ação coletiva, tendo como norte os objetivos do MST:

As Rádios do MST são uma ferramenta para: a) fazer o debate com a sociedade e com a nossa base militante; b) fazer propaganda das conquistas da Reforma agrária; c) conscientizar a população da necessidade da reforma agrária, e) ser um instrumento de ajuda na organicidade das famílias assentadas ou acampadas. Ou seja, as rádios têm como meta fortalecer os objetivos gerais do MST.

Neste sentido, identificamos que o documento se refere à necessidade das emissoras corresponderem às demandas do movimento social a quais se vinculam. Também, em outro tópico, há orientação para o combate às ações do mercado, sobretudo às empresas multinacionais: “se o MST é contra os transgênicos, as nossas rádios, em hipóteses alguma, devem ser a favor dessas empresas”. Outro elemento que deflagra a tensão entre a proposição documental e o mercado é a proibição de conteúdos que reforcem o consumismo e a veiculação de músicas internacionais: “proibir certos tipos de músicas que fazem parte da ideologia cultural do imperialismo”. Wagner comenta a dificuldade em cumprir esta exigência documental:

tem algumas coisas que são meio impossíveis de cumprir nesses documentos (...). Por exemplo, essa questão de não fazer propaganda ou de não tocar alguns tipos de música. Se a rádio não tiver o patrocínio, o apoio cultural, ela não sobrevive e se não atender no mínimo alguma música que o ouvinte pede ela pode perder audiência.

Outro elemento de destaque no conteúdo documental é a organização coletiva pela democratização da comunicação e que as rádios situadas nos assentamentos devem seguir as linhas políticas do MST. No documento, consideramos contraditório ou, no mínimo, problematizável a seguinte afirmação:

As rádios do MST são e devem ser diferentes das convencionais e tradicionais. **São rádios livres com as características de rádios comunitárias** (grifo-nosso), porque a programação é feita por um coletivo de pessoas comuns, que estão interligadas na base do MST e na sociedade. Por isso pensamos que **devemos denominá-las “Rádios do MST” e não rádios comunitárias e livres** (grifo-nosso).

Apresentamos esta possível contradição aos comunicadores. Ambos ressaltam que esta questão também não é clara na prática da Rádio Terra Livre. Para Cezar, “a gente sabe que a rádio tem que ser uma rádio do MST, mas como que ela não é comunitária também?”. Para Wagner, isto diz respeito a um problema conceitual, que não interfere na prática da emissora: “nós levantamos isso uma vez num encontro de formação. No final concluímos que isso não é o mais importante”. Reforçamos o debate com o argumento de que, mesmo sendo um problema de ordem conceitual, isso também é visível no funcionamento da emissora.

Citamos alguns exemplos que demonstram esta linha tensional entre uma prática radiofônica orientada pela lógica comunitária e uma prática radiofônica orientada pelo MST. Um dos exemplos, fruto da nossa investigação, é a proibição que o documento faz da veiculação de músicas internacionais, que, segundo Ivonei, muitos ouvintes da comunidade solicitam. Para Ivonei, o problema reside em: “vamos atender a comunidade ou o movimento?”

Por esse caminho, identificamos que este documento está estruturado a partir de demandas do próprio MST, ou seja, a partir de lógicas de uma razão mais política do que a partir das demandas do contexto comunitário. Nesse sentido, Cezar resalta a

importância da Rádio Terra Livre também elaborar seus documentos, a partir das características culturais, econômicas e sociais do seu contexto:

[...] pensando por ai, como você nos coloca essa questão, acho que a saída é pensarmos um documento nosso, para a gente utilizar nos encontros de formação (...). Um documento feito de pesquisa mais sobre o nosso local, da comunidade.

O final deste documento reafirma:

se não garantirmos uma direção política para as nossas rádios, nunca alcançaremos os objetivos políticos, portanto ou garantimos direção política ou não existe uma razão para gastarmos forças e investirmos na montagem e organização das rádios. Todas as Rádios do MST devem estar a serviço da estratégia política.

Dos elementos que consideramos mediadores da construção da cidadania na prática radiofônica, este documento faz referência à participação coletiva e à necessidade de enfrentamento com o mercado. Também faz referência à inutilidade do Estado, pois as rádios do MST não precisam de outorga para funcionar ou “não se enquadram nas leis existentes”.

Adiante, analisamos o próximo documento: Agitação e propaganda no processo de transformação social. Este documento, publicado no ano de 2007, é fruto da construção coletiva de movimentos sociais ligados à Via Campesina. No entanto, destaca Cezar, “quem percebeu a necessidade desse documento foi o setor de cultura e de comunicação do MST”. “Agitação e Propaganda” é um documento editado em forma de cartilha. Suas cinquenta e nove páginas estão estruturadas em sumário, apresentação, cinco capítulos e conclusão. Fisicamente, é o mais bem apresentável dos documentos. Da mesma forma, a autenticidade e a confiabilidade do texto, bem como a procedência do documento nos é garantida pelo processo de impressão e de acabamento realizados pela empresa gráfica Maxprint Editora e Gráfica Ltda. Cezar comenta que este documento foi distribuído com mais dedicação pelo MST e que é referência para outros movimentos sociais: “este documento é bem melhor produzido e o movimento investiu bem mais. Veja pela qualidade. A distribuição também foi nacional. Para nós vieram vários exemplares e para outros movimentos também”.

O capítulo primeiro aborda o significado do termo Agitação e Propaganda: “conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação,

denúncia e fomento à indignação das classes populares e politização de massas em processos de transformação social” (p.02). Assim, grande parte do documento é dedicado ao resgate histórico da AgitProp soviética. No Brasil, essa temática é abordada a partir do golpe de 1964, quando a esquerda brasileira começa a desconsiderar o trabalho de agitação e propaganda. O documento ainda tece críticas, enfatizando que nesse período histórico, “[...] há uma separação entre aqueles que formulam as reflexões e aqueles que as executam” (p. 15).

A apresentação do documento é focada no argumento de que toda a prática comunicacional deve contribuir com a “perspectiva de construção de um projeto popular, livre e soberano” (p. 07). Nas páginas seguintes, encontramos os objetivos da agitação e propaganda para o contexto atual:

a) Motivar a classe trabalhadora para se organizar, elevando o nível de consciência das massas; b) Estimular a luta social reativando a noção de luta de classes; c) Deslegitimar o projeto da elite atacando seus pressupostos ideológicos: a propriedade privada e o princípio da livre iniciativa; d) Expor a falsidade, o fracasso e a impossibilidade de realização, neste sistema, das promessas da ‘democracia’ burguesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade (p. 13).

No segundo capítulo, o documento discute sobre o estágio contemporâneo da AgitProp, intensificando a discussão acerca do monopólio da comunicação, como também sobre as formas de alienação social estabelecidas a partir deste cenário. O documento também propõe algumas alternativas:

Como ainda não possuímos os meios de produção e divulgação de massa que nos permita combater o padrão hegemônico de representação da realidade, temos que seguir potencializando os métodos de trabalho de base e agitação baseados no contato real dos militantes com a população (p. 39).

De acordo com o documento, outra tarefa da AgitProp é “[...] implodir os conceitos estabelecidos pela grande imprensa e agir no âmbito da contra-hegemonia” (p. 21). No entanto, mesmo afirmando que, atualmente, os veículos de comunicação são monopolizados, ao final, o documento enfatiza que

[...] o avanço tecnológico na produção de equipamentos de filmagem, edição e gravação audiovisuais e músicas tornou possível a popularização da produção de filmes, músicas, fotografias, etc. Isso significa que linguagens como o cinema e a televisão, até então monopolizados pela elite, poderão ser

democratizadas [...]. Além disso, a tendência é que novas alternativas de democratização da informação apareçam em ritmo crescente, também como consequência do desenvolvimento tecnológico (p. 22).

Dentre outros pontos, o documento reforça a necessidade de as tarefas de AgitProp estarem fundamentadas em objetivos políticos-ideológicos pré-definidos. Quer dizer, a natureza das ações da AgitProp deve ter primeiramente uma motivação ideológica: “[...] a ideologia sustenta o trabalho nos períodos de descenso da luta de classe. Para isso, é fundamental termos um processo permanente de formação e educação política” (p. 24). O documento ainda alerta que um agitador/propagandista deve cultivar valores como:

1) Gostar de ser e estar no meio do povo; 2) Ter sensibilidade política; 3) Gostar de estudar e pesquisar; 4) Espírito de companheirismo e de solidariedade; 5) Firmeza e coerência ideológica. Não se deixar levar pelas graças e fantasias da propaganda feita pelas elites; 6) Acreditar na força do povo e na capacidade da mobilização social; 7) Ser exemplo no trabalho, nas iniciativas, na superação dos limites, na prontidão para as tarefas mais árduas do cotidiano (p. 25).

Ao final desse documento, são publicados sete poemas de Bertolt Brecht, como também relatos de três experiências de AgitProp realizadas pelo MST na região norte e centro-oeste do país.

Finalizando esta exposição reflexiva sobre o documento ‘Agitação e Propaganda no processo de transformação social’, percebemos que a intenção central é reforçar a importância da formação política e ideológica dos ‘agitadores e propagandistas’. Ao mesmo tempo em que o documento resgata historicamente as formas de dominação simbólica e do monopólio midiático por uma elite, também lança perspectivas sobre o potencial libertador das tecnologias de comunicação e informação. No entanto, o documento faz algumas ressalvas ao enfatizar que a apropriação da tecnologia pelos militantes só terá validade ou eficácia se articulada a objetivos politicamente definidos.

Em comparação ao documento anterior, este não é muito utilizado pelos comunicadores entrevistados. Wagner recorda que este documento foi utilizado num encontro de formação realizado em 2008 e, segundo Cezar “[...] esse documento serve mais para a militância urbana [...] Para nós aqui da rádio não contribuiu muito”, mas ressalta que “precisamos estudar mais esse documento, pois se não me engano, ele

também traz contribuições do setor de cultura [...] e umas táticas interessantes de agitação”.

Este documento aponta a participação coletiva e a necessidade de enfrentamento com o mercado, sobretudo com as formas de consumo cultural e da arte como mercadoria, como o principal elemento mediador da construção da cidadania na prática radiofônica. Também associa o mercado ao Estado e que o combate mais incisivo à cultura mercadológica da própria cultura “é a fatura que herdamos do golpe militar” (p.17). A questão agrária também é um dos argumentos centrais que o documento utiliza para motivar a agitação e a propaganda. Faz citação à máxima da Revolução francesa “liberdade, igualdade e fraternidade”, enfatizando que não passou de uma promessa universal, que esconde “o arbítrio das classes dominantes”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta pesquisa foi marcado por constâncias e inconstâncias, desde as ordens objetiva e subjetiva de nossa humana existência, como as condições sociais, financeiras, interpessoais e mesmo individuais. Estas constâncias e inconstâncias também se referem aos caminhos percorridos, as distâncias enfrentadas, às limitações e às facilidades que - como escrevemos no capítulo introdutório -, relacionam-se a um tempo que transcende o tempo doutoral. Ou seja, o início e o fim desta pesquisa são consequências de minha realidade histórica, comunicacional e cidadã; realidade originária da vontade de acolher e de conviver com pessoas preocupadas em comunicar a justiça social, ou seja, a cidadania.

Após o ingresso no PPGCOM-UFRGS, o itinerário desta pesquisa foi marcado por tentativas e ensaios, como por certezas e estruturações teóricas e metodológicas que nos permitiram produzir aproximações duradouras e um conhecimento relativamente aprofundado da realidade empírica que nos acolheu. As facilidades e os acertos também fizeram parte deste trajeto investigativo, principalmente quando nos recordamos das receptividades: o abrigo das famílias assentadas e a disponibilidade dos comunicadores para a nossa convivência e diálogo.

O movimento desta pesquisa é marcado por uma construção teórica desafiadora, devido, inicialmente, ao relativo desconhecimento teórico-bibliográfico sobre a cidadania. Posteriormente, o desafio atrelou-se à necessidade de problematizar, de questionar e de estruturar percursos investigativos no campo empírico à luz da cidadania. Este percurso se tornou desafiador em todos os momentos da pesquisa. No entanto, o momento da qualificação, realizado no mês de maio de 2013, proporcionou consideráveis avanços, gerando, assim, estabilidade necessária à continuidade e finalização desta pesquisa.

Consideramos como outro desafio a necessidade de recortar e definir o próprio conceito de cidadania. Como evidenciamos desde o primeiro capítulo teórico, a noção da cidadania é um campo conceitual formado por sentidos em disputa, inclusive pelo próprio sentido do “não reconhecimento”, de refutação por parte de alguns movimentos

sociais, que a consideram uma noção neoliberal - utilizada para legitimar o campo dos direitos à sanção do Estado - ao invés da revolução proletária.

Outro desafio também foi o de construir o objeto. Recortar o empírico foi uma experiência semelhante a de uma criança que manuseia a tesoura pela primeira vez, que, mediante um desenho complexo, tenta perseguir alguma linha e dar forma e sentido ao que recorta. A Rádio Terra Livre, inicialmente observada de modo micro, a partir do contexto geográfico dos assentamentos, foi se tornando um campo investigativo macro, complexo, sobretudo após o movimento reflexivo que se enveredou pelas raízes da emissora, chegando até a complexa trama de elementos, situações, mediações e acontecimentos que a interliga a complexidade de um outro sujeito, o MST.

Nesse contexto de dúvidas, firmaram-se algumas certezas iniciais: a construção da cidadania a partir da Rádio Terra Livre é fruto da ação de sujeitos que, em alguma medida, se relacionam com o MST, seja pela questão geográfica – por habitarem em um contexto de conflito e de conquista agrária pelo MST –, ou pela militância que possivelmente desenvolvem. O recorte empírico ampliou, conectando, assim, a Rádio Terra Livre à história organizativa dos movimentos sociais, às práticas comunicacionais do MST.

Estruturamos, assim, a nossa investigação e, posteriormente, debatemos um pouco mais sobre a tese de que a cidadania é uma construção, um movimento decorrente: dos sentidos de cidadania expressos pelos comunicadores; das motivações que estão por detrás da ação dos comunicadores; da compreensão que estes sujeitos têm da noção de cidadania; dos enfrentamentos, negociações e relações entre a prática radiofônica, o Estado e o mercado; das formas de participação dos comunicadores; dos elementos que aproximam a prática comunicacional dos conceitos de comunicação radiofônica, comunicação popular e comunitária; das motivações, dos sentidos, sobre a cidadania expressos nos documentos de comunicação do MST.

Portanto, desses vários elementos que fundamentam a nossa tese sobre as formas de construção da cidadania, buscaremos, a seguir, pontuar e reforçar algumas considerações finais. Objetivamos, neste capítulo, uma continuidade ou sustentação das diversas conclusões realizadas durante e ao final de cada capítulo analítico. Porém, nossa intenção não é, apenas, repetir o que já anunciamos, mas realçar e interligar o que,

por vezes, está solto nas entrelinhas dos capítulos analíticos. Salientamos que mais importante do que uma interpretação dualística ou de oposição é a revelação ou a evidência dos elementos, das mediações, das relações existentes, ou seja, da teia complexa da própria cidadania que se constrói. Por isso, quando abordamos ou defendemos uma cidadania em movimento, queremos evidenciar o seu aspecto construtivo, resultante de elementos residentes nas dimensões micro e macro social. Adiante, seguimos com as considerações finais, evidenciando, portanto, os meios constituintes da construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre.

No início da República, o Brasil era considerado pelos colonizadores uma terra sem povo e, infelizmente, com o passar do tempo, grande contingente deste povo foi se tornando sem terra. Esta conjuntura histórica, que também é contemporânea, evidenciamos que a cidadania é um campo de resistência e de conquista para muitos sujeitos que, em alguma medida, reclamam o que lhes é de direito ou por aquilo que ainda não lhes é um direito: a terra.

Partimos deste fenômeno macro – o direito à terra -, pois é sob ele que se assenta a história da Rádio Terra Livre e, em grande medida, o reconhecimento, a construção e o exercício da cidadania que emergem da ação dos sujeitos desta pesquisa: os assentados comunicadores. Observamos que o contexto histórico onde se insere a Rádio Terra Livre é um forte elemento mediador da ação dos sujeitos, que encontram nesta emissora uma forma de romper com as limitações impostas pelos poderes constituídos. O acesso à terra e ao sustento que daí se tornam possíveis faz saltar aos nossos olhos a noção de cidadania tortuosa, construída nos diversos enfrentamentos com o Estado e com o mercado, ambos situados no contexto contemporâneo onde o neoliberalismo impõem grande parte do ritmo e das formas de trabalho, da convivência, do consumo e da própria cidadania, ou seja, do que é ou não é direito e dever.

No entanto, enaltecemos, ao longo da investigação, a tese de uma cidadania em movimento, em construção, possível desde a ação de sujeitos e não de estruturas sistêmicas ou totalizadoras capazes de fazer da cidadania uma mera legalidade ou um campo isento a qualquer ação social. Realçamos, assim, a construção da cidadania relacionada a algumas especificidades, mediações, elementos e condições visíveis no funcionamento da emissora e, igualmente, na ação dos comunicadores. Os sentidos e as

motivações apontados pelos comunicadores nos fez enxergar uma construção de cidadania erigida nos limites do legal e do ilegal, bem como nos limites de uma comunidade, das situações sociais, das aspirações e dos desejos e interesses conflitantes.

Assim, a reflexão final, e talvez a mais evidente, diz respeito à prática radiofônica como espaço de cidadania que é construída sob diversos elementos e situações que se interligam a uma significação geral: O funcionamento mesmo que ilegal da Rádio Terra Livre é o único meio de acesso à comunicação e, paradoxalmente, uma ilegalidade que potencializa a organização dos sujeitos para a conquista de outros direitos, mesmo que muitos desses direitos ainda estejam na esfera ideal e da ampliação do que propriamente do consumo e do exercício.

Esta reflexão final nos explica que este processo de exclusão dos espaços comunicacionais, sobretudo o radiofônico, ao passo que gera mobilizações, também tem gerado inúmeras consequências para a cidadania como um todo. Não podemos negar, ao final desta pesquisa, que a Rádio Terra Livre representa esta parcela de cidadãos que, ao longo de uma história secular, têm o direito à voz negada. Claro está que a prática “ilegal” da emissora é, ainda, o reflexo da concentração midiática, que faz da prática ilegal uma legalidade da resistência e de risco para os comunicadores.

Neste contexto histórico da Rádio Terra Livre, a cidadania, enquanto expressão da mobilização e da participação popular, não se contém nas estruturas políticas e jurídicas dos espaços burocráticos e oficiais. A construção da cidadania avança sob a força de estratégias paralelas, no caso, geradas a partir de uma comunicação e das demandas não atendidas pelo Estado e pelo mercado. No entanto, a construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre também se constitui na medida em que avançam as conquistas coletivas e solidárias, através das oportunidades do Estado, bem como das brechas deixadas pelo mercado, que possibilitam, portanto, o funcionamento econômico da emissora, mesmo que sob a instabilidade gerada pela perseguição e pela necessidade constante de resistência.

Mediante este contexto, notamos que a construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre FM tem seus sentidos mesclados com a singularidade das consciências e das motivações decorrentes de cada comunicador, que ora se dizem participantes da coletividade e ora merecedores de reconhecimento pela ação que

desenvolvem. Numa perspectiva macro, podemos concluir que os comunicadores denotam uma construção da cidadania erigida sob um paradoxo: por um lado, a ação de alguns comunicadores visa atender as demandas da ideologia neoliberal -, da liberdade individual, do consumo, e do cumprimento de uma cidadania legal -, e, por outro, à participação coletiva, a partir das demandas políticas locais e do próprio MST.

Pelo mesmo caminho, as formas de relação ou de envolvimento social no interior da emissora são aspectos relevantes na construção da cidadania, que também evidenciam um mosaico de elementos desde o campo da ação intersubjetiva até o da organização coletiva. Assim, do conjunto dos depoimentos, compreendemos que a cidadania é tecida em espaços coletivos, de sociabilidade, onde as expectativas e as motivações individuais disputam, bem como se articulam aos níveis de participação. Portanto, a cidadania é resultante da construção coletiva e das ações individuais, sobretudo das tensões que ocorrem nos âmbitos de uma subjetividade alheia à possibilidade de participação e de um engajamento coletivo consciente e permanente.

A relação entre o MST e a Rádio Terra Livre se demonstra não apenas por que a emissora está situada, geograficamente, em um assentamento conquistado pela mobilização de um movimento social, mas por que se constitui como ação que continua a vincular e a representar o MST em seu contexto. As relações se devem, ainda, por que os movimentos sociais são compostos por redes que conectam pessoas, que buscam pontos comuns para a ação coletiva, geralmente na base de alguns valores compartilhados e de práticas que resistem ao longo do tempo. Mesmo não sendo o foco de nossa investigação, percebemos que o funcionamento da Rádio Terra Livre, bem como a própria construção da cidadania, também denunciam as estratégias do MST, que se ampliam – através da organização coletiva -, contra o capital financeiro (mercado), que simboliza o processo de globalização capitalista. É, portanto, a construção de uma cidadania coletiva em conflito com a lógica do capital/mercado, porque interroga um dos pilares do sistema capitalista que é a propriedade privada e propõe a organização coletiva.

A construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre também nos revela que a própria ação política do MST não se efetiva apenas como um enfrentamento possível desde o campo político, mas, também, desde o cultural. A construção da

cidadania desde as ações possíveis na esfera cultural revela uma nova estratégia de compreender a própria organização coletiva enquanto uma construção cultural e não apenas política. A cultura é espaço de revelação dos conflitos sociais, bem como da formação de estratégias dos movimentos sociais contemporâneos, das novas formas de resistir, de reivindicar direitos para se superar as condições marginais de vida.

De modo geral, o depoimento dos comunicadores nos revela que a cidadania comunicativa – em todos os seus níveis – se constitui de modo diferenciado na prática da Rádio Terra Livre, principalmente quando os comunicadores nos evidenciam o contexto da emissora de modo complexo, a partir: das formas de participação, de reconhecimento, do tempo histórico de atuação na emissora; das demandas da comunidade, bem como do MST, dentre outros elementos que interferem na rotina da emissora. Assim, entendemos a Rádio Terra Livre como um espaço de intercâmbios simbólicos, de partilha dos problemas comuns e de consolidação da cultura democrática no contexto dos assentamentos e da organização do MST.

A cidadania comunicativa, sobretudo a ideal, se realiza através da Rádio Terra Livre, que, apoiando-se nas formas e nos níveis diferenciados de consciência e de exercício, impulsiona novas esferas de ação e de criação de espaços de acesso e ampliação dos direitos. Realçamos que a construção da cidadania a partir do funcionamento da Rádio Terra Livre nos revela que a comunicação radiofônica é um importante elemento, pois sem a apropriação tecnológica e as facilidades inatas a esta tecnologia a cidadania não se realizaria de modo comunicacional nos contextos onde a comunicação radiofônica ainda é o veículo de referência. É consenso entre os comunicadores que a tecnologia radiofônica gera pertencimentos, aproximações e novos laços sociais. Esta aproximação, possível desde a tecnologia, é responsável pela criação de instâncias deliberativas no interior dos assentamentos, que facilitam o fluxo de informações, bem como o debate público de questões indispensáveis à construção da cidadania. É a tecnologia radiofônica mediando, motivando e provocando as ações dos sujeitos para a construção comunicativa da cidadania, ou seja, desde a comunicação, para a comunicação, bem como para a construção de outros direitos sociais, civis e políticos.

Assim, verifica-se que a construção da cidadania é mediada pelos elementos que caracterizam a Rádio Terra Livre uma prática comunicacional popular, sobretudo por que se insere num período histórico onde a necessidade de uma comunicação própria e diferenciada são as maiores demandas dos movimentos sociais. Destarte, a Rádio Terra Livre - se relacionada ao âmbito da comunicação popular -, caracteriza a luta por cidadania marcada pelo direito à comunicação e à liberdade de expressão. Também podemos considerar, que a Rádio Terra Livre se efetiva como prática de comunicação popular a partir dos laços que possui com o MST, principalmente por que este movimento, as suas lutas e bandeiras, inserem-se num contexto alternativo que é o do enfrentamento com o projeto de dominação neoliberal/capitalista.

Enquanto veículo de comunicação comunitária impulsiona novas formas de relações interpessoais no espaço da sociabilidade cotidiana. É desde o contexto comunitário, das demandas comuns, que se evidencia a construção de uma cidadania comum, calcada no reconhecimento interpessoal das demandas mais urgentes, como o acesso aos direitos sociais, à saúde, ao transporte coletivo e à cultura. O reconhecimento, exercício e a construção da cidadania passam, então, pela necessidade dos comunicadores de estabelecer formas de pertencimentos no espaço local, através de relações negociadas. Assim, a construção da cidadania enquanto prática de sujeitos engajados na comunicação comunitária se efetiva a partir de ações e motivações diversas, que fazem da própria comunicação comunitária uma prática e espaço de vínculos e disputas entre saberes, valores, resistências, reconhecimentos e formas possíveis de militância.

O campo documental analisado, também nos revela, além da relação entre a ação dos comunicadores e o MST, uma cidadania propositiva e idealizada, que transcende os limites da prática tecnológica e propõe a organização política e militante como vias únicas de construção da cidadania. O contexto e a natureza dos documentos evidenciam que o MST busca visibilidade através das ações comunicacionais que desenvolve e orienta, na medida em que essas práticas comunicacionais atendem suas demandas e bandeiras ideológicas. No entanto, estes documentos participam de modo instrumental da construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre e nos indica uma relação fraca, pois nem todos os comunicadores demonstram conhecimento ou comprovam utilizá-los em suas práticas comunicacionais. Estes documentos seriam, portanto,

auxiliares no processo de reconhecimento e de exercício da cidadania dos comunicadores. O forte conteúdo político-doutrinário dos documentos corrobora com a dimensão formativa, ideológica, mas não como instrumento didático ou pedagógico mediante as demandas mais urgentes, como a solução de problemas técnicos e mesmo estruturais e econômicos da emissora.

Ao findar desta pesquisa, compreendemos a Rádio Terra Livre enquanto um espaço de garantia de uma cidadania que não é possível em outros espaços, seja a rua, o privado e a própria legalidade/legislação. No entanto, o espaço da Rádio Terra Livre também se constitui como uma ponte que interliga a construção desta cidadania com outros espaços possíveis desde a comunidade, do MST, do interpessoal e do coletivo.

Conforme denominamos uma forma de abordagem da cidadania - enquanto manifestação decorrente da ação social em um tempo e um espaço, bem como em situações sociais -, compreendemos que a Rádio Terra Livre orienta as ações do individual para o coletivo, motivando assim, a construção de uma cidadania desde a conscientização até o engajamento solidário. Não obstante, a Rádio Terra Livre se efetiva como um espaço compreendido pelos comunicadores que oscila entre o ilegal, legal, o transitório e o permanente, o individual e o coletivo. É neste espaço que se constrói a cidadania na prática de sujeitos em um tempo de ação que pode ser efêmero, duradouro, bem como provisório. Por esse caminho, também consideramos a Rádio Terra Livre um espaço e um tempo permanente, que resiste, cotidianamente, às ofensivas, aos autoritarismos, concebendo, assim, uma cidadania tecida sob um terreno relativamente seguro, de referência, sobretudo quando associada à longa temporalidade do MST, que neste ano de 2014 atinge os trinta anos.

A espacialidade e a temporalidade da Rádio Terra Livre possibilita a resignificação social da cidadania, a partir de elementos como participação, direitos e deveres, resistência, luta coletiva e relação com o Estado e o mercado. É através desta significação social que a Rádio Terra Livre se apresenta ou se constitui como um cenário de referência de construção da cidadania para os comunicadores. Realçamos, portanto, a não rigidez deste espaço-temporalidade, pois, igualmente, o caráter construtivo e relacional se constitui através das ligações existentes entre a emissora e as demais instituições locais, os grupos sociais, os interesses e as demandas dos assentados

e do MST. O caráter relacional também se manifesta quando o tempo e o espaço da emissora são, em certa medida, controlados por sujeitos legitimados pela estrutura burocrática da emissora, ou seja, pela coordenação política, que detém a função de autorizar e de permitir o acesso, bem como as formas de participação.

Por este motivo é que a cidadania é uma construção possível desde um tempo e um espaço caracterizados pelas relações que se estabelecem, sejam elas de simpatia, discórdia, solidariedade ou de negociação. No bojo deste ambiente relacional, podemos considerar a própria cidadania um elemento mediador, de ligação, de motivação contra-hegemônica ou, ainda, como um espaço entre a ação legal e ilegal, os dominados e os dominantes, o indivíduo e o coletivo. A construção da cidadania é um espaço vivo, composto de diversas inconstâncias, formas variadas de participação, de interesses comuns e também distintos, de motivações e demandas diversas, as quais, de alguma forma, configuram-se como força em combate a algum poder constituído, que regula a conquista de direitos e a prática dos deveres, bem como o acesso a uma vida mais digna e justa.

Em um sentido macro, a cultura assume um lugar fundamental para a construção e exercício da cidadania e a diversidade de ações/mobilizações é a forma onde se expressam ou se manifestam as lutas individuais ou sociais de poder no cenário latino-americano. A diversidade de ações dos comunicadores também altera a concepção da cidadania clássica. Assim, neste contexto micro, a cidadania sofre alterações, devido os diversos cenários onde ela é disputada, negociada e construída. Isso também nos revela a diversidade de contextos que compõe a construção da cidadania, que, portanto, não se resume a um espaço territorial político ou mesmo cultural bem definido. Nesse sentido, os deveres e os direitos de cada geração, contexto e cultura são determinados pela diversidade de formas de expressão e de realização, não havendo assim, uma uniformidade claramente visível nos modos de construção da cidadania. As desigualdades existentes, sobretudo no âmbito do consumo e da produção cultural, fazem deste contexto um campo de mobilização por cidadania. Essa diversificação nos permite questionar a ideia de um ator ou sujeito único e até mesmo as formas de organização popular e de mobilização coletiva. Assim, as formas históricas de conquista e de construção da cidadania em nosso continente resultam de um espaço de articulação,

negociação, disputa, solidariedade e de comunicação entre coletivos em constante atrito, resistência e luta com os poderes constituídos.

Assim, os resultados desta pesquisa, mesmo que situados em um estudo de caso, sinalizam caminhos possíveis de entendimento de uma cidadania construída não apenas neste contexto, mas interligada ao longo caminho histórico, desde a colonização até os últimos decretos e leis que regem a conduta política e econômica de todos nós, seus “cidadãos”. Portanto, a resposta à questão “como os sujeitos constroem a cidadania a partir da Rádio Terra Livre FM?” não está, apenas, no consumo de direitos e na prática de deveres. Está, justamente, nas motivações que impulsionam a ação, na diversidade de elementos que mediam a compreensão que eles têm da noção de cidadania; na relação, negociação e enfrentamento travado entre a Rádio Terra Livre, o Estado e o mercado; nos níveis de participação e nos sentidos de cidadania no contexto emissora; na relação com a comunicação radiofônica popular e comunitária, bem como nas motivações e nos sentidos de cidadania expressos nos documentos de comunicação.

Enfim, a construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre, é possível porque existem sujeitos em ação comunicacional, ou seja, num ambiente comunicacional radiofônico que também é constituído por elementos que excedem o seu próprio tempo e espaço e, portanto, ao próprio controle, pois então sujeitos à dimensão humana e à única certeza: a criatividade de sujeitos que, em alguma proporção, ativam a construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. **Nem cidadãos nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal democrática.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, IUPERS, nº 28, 1985, p.5-25.

AMADO, Rodrigo. **A Política externa no governo João Goulart.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** São Paulo, Atlas, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKUNIN, M. L'Egalité(1), Nº II, 1869, In: **O Socialismo Libertário.** 2. ed. São Paulo: Global, 1992.

BALDISSERA, Rudimar. Da responsabilidade social à sustentabilidade: comunicação, cultura e imaginários. IN: FARIAS, Luiz Alberto de. **Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos.** São Paulo: Summus, 2011.

BALSEBRE, Armand. **El language radiofónico.** Madrid: Cátedra, 1994.

BARBAGLI, Marzio; MACELLI, Alessandro. **La partecipazione politica a Bologna.** Bolonha: Il Mulino, 1985.

BARSI, Daniel. (2012). **Juventude e cidadania: usos das mídias digitais na ONG Aldeia, em Fortaleza, e no projeto KDM, em Barcelona.** 426f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BAUDRILLARD, J. **Sociedade do consumo.** Lisboa: Edições 70, 1981.

BAUER, Martin W; GASKELL. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Um manual prático. 7. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

BAUMAN, Z. **Vida líquida.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 2007.

BIANCO, Nélia R. Del. E tudo vai mudar quando o digital chegar. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON, Rosana (orgs.). **Rádio – sintonia do futuro.** São Paulo: Paulinas, 2004.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** 6. ed. São Paulo: Brasilense, 2005.

BONIN, Jiani. A dimensão metodológica na orientação de pesquisas em comunicação. In. MALDONADO, Efendy; MÁXIMO, Maria Elisa; LACERDA, Juciano Souza de;

BIANCHI, Graziela. **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2009.

BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **Revista ALCEU**, v. 10 - n.20 - p. 41 a 54 - jan./jun. 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

_____. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRECHT, Bertolt. Teoría de la Radio (1927-1932). In. BASSETS, Luís. **De las ondas rojas a las radios libres: Textos para la historia de la radio**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

_____. Teoria do rádio, in MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos – vol. I**. Florianópolis: Insular, 2005.

BRIGNOL, Liliane (2010). **Migrações transnacionais e usos sociais da Internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana**. 404 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro : Zahar, 2003.

CÁCERES, Luiz Jesús Galindo. **La mirada en el centro**. Vida urbana en movimiento. Huella. Cuadernos de divulgación científica. N^o 19. Guadalajara. ITESO, 1990.

_____. **Sabor a ti**. Metodologia qualitativa en investigación social. Xalapa. Universidad de Veracruz, 1997.

_____. **Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación**. México. CNCA/Addison Wesley Longman, 1998.

CAIAFA, Janice. **Aventuras das cidades: ensaios e etnografia s**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **O Significado de Raízes do Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 17. ed. São Paulo, Editora Vozes, 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2006.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COGO, Denise. Comunicação, cidadania e transnacionalismo. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise. **Comunicação Para a Cidadania: Temas e Aportes Teórico-Metodológicos**. São Paulo: Intercom, 2010.

_____; MAIA, João (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

_____. A comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. In: PERUZZO, Maria Cicília K. (org.). **Vozes cidadãs**. São Paulo: Angellara, 2004.

_____; **No ar... Uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

CORREIA, João Carlos. **Comunicação e cidadania: Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

COTTA, Maurizio; DELLA PORTA, Donatella, MORLINO, Leonardo (orgs.). **Fondamenti di scienze politica**. Bologna: il Mulino, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**. Ensaio sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In.: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: FUKS, M & PERISSINOTTO, R(Org.). **Democracia – teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Araucária, 2002.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

DEMANT, Peter. Minorias. Direitos para os excluídos. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005. p. 343-383.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artemed, 2006.

DETONI, Márcia. Rádios Comunitárias: Revolução no ar. In: FILHO, André Barbosa; PIOVESAN, Angelo; BENETON Rosana (orgs.). **Rádio**. Sintonia do Futuro. São Paulo: Paulinas, 2004.

DIGGINS, J.P. Max Weber. **A política e o espírito da tragédia**. São Paulo: Editora Record, 1999.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos**, n. 10, São Paulo, CEBRAP, p.24-30, 1984.

DRAGON-GUMUCIO. **Making Waves; Stories of participatory communication**. Rockefeller Foudation: New York, 1998.

DRUCK, Graça. 2006. **Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o governo Lula: Cooptação e Resistência**. En publicacion: OSAL, Observatório Social de America Latina, Año VI, no. 19. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Argentina.

DURKHIEM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESTEVES, João Pissarras. **Espaço público e democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais**: São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

_____. **Cultura e industrialização / Racionalidade e instrumentalismo**. In. ANTELO, Raul. et all (orgs.). **Declínio da Arte**, Ascensão da Cultura, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1998.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In. SADER, E. GENTILI, P. (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2 ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre. Bookmann, 2004
_____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2001.
- GAIGER, Luiz I. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GARRETÓN, Manuel. La transformación de la acción colectiva en América Latina. **Revista de la CEPAL** N° 76, pp. 7-24, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo, SP. Atlas, 1995.
- GIMESTA, Jacques. **El MERCOSUL y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Democracia, Ciudadanía y Medios de comunicación**. Un marco General. Ponencia presentada al Seminario medios de Comunicación y Ciudadanía. Asociación de Comunicadores Sociales Calandria, Lima, Peru, Abril de 2008.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOMES, Pedro Gilberto. **O Jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Vol. 2. Torino: Einaudi, 1975.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRIMBERG, Máximo Simpson (org.). **A comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. **Effective evaluation**. San Francisco, Jossey-Bass, 1981.
- GUSFIELD, J. (1981). Social Movements and Social Change: Perspective of Linearity and Fluidity, in L. KRIESBERG (org.), **Research in Social Movements, Conflict and Social Change**, IV, Greenwich, Conn. Jai Press, pp. 317-339.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HABERMAS, J. **O papel da sociedade civil e da esfera pública política**. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, Vol. II, p. 57-121.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente. **Disjunções da democracia e da modernidade brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

HOPENHAYN, Martin. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

HOORNAERT, Eduardo. As comunidades cristãs dos primeiros séculos. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HURTADO, Carlos Núñez. Uma consulta cidadã participativa: o caso do estado de Michoacán, México. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). Pesquisa participante: **O Saber da Partilha**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

IANNI, Otavio. **Revoluções Camponesas na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JASMIN, Marcelo. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**. Representações, comunidade e cultura. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

KARNAL, Leandro. Revolução Americana. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Buenos Aires: Lúmem-Hvmanitas, 1996.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda** – Convergência digital e novos desafios na radiodifusão. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

KONDER, Leandro. Socialismo: Ideias que romperam fronteiras. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007.

LAGROYE, J. **Sociologie politique.** Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1993.

LACLAU, E. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo 1(2):41-7, 1986

LAURELL, A. C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Aula inaugural.** Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura: ética, mídia e empresa.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. **A era do Vazio.** Ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2005.

_____. **A cultura-mundo.** Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **O Rádio dos Pobres.** Comunicação de Massa, Ideologia e Marginalidade Social. São Paulo: Loyola, 1988.

LOPEZ VIGIL, José L. ¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria? **Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 52, nov. 1995. Quito, Ecuador: Editorial QUIPUS/CIESPAL, 1995.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres a reforma agrária no ar.** São Paulo: Brasiliense, 1986,

MALDONADO, Efendy; MÁXIMO, Maria Elisa; LACERDA, Juciano Souza de; BIANCHI, Graziela (orgs.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação.** Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **O capital.** Livro Primeiro: o processo de produção do capital, São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

_____; ENGELS, Friedric. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo: Unisinos VIII (1): 5-15 jan/abr. 2006.

_____ ; CÓRDOBA, Maria Liliana. **Cidadania, informação y acción colectiva**. Córdoba: Curso Marita, 2009.

_____. **Condições objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba: Centro de Competência en Comunicación para América Latina, 2005.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDINA, Cremilda Araújo de. **Entrevista**. O diálogo possível. 3. Ed. São Paulo, SP: Ática, 1995.

MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos – vol. I**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____ ; ZUCULOTO, Valci (orgs.). **Teorias do rádio – textos e contextos – vol. II**. Florianópolis: Insular, 2008.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST**. 2008. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 17, jun. 1989.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, Instituições e Democracia. Lições da experiência brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 23 n°. 66. 2008.

MONDAINE, Marco. Revolução Inglesa. O respeito aos direitos dos indivíduos. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005.

MORAES, Dênis de. **Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo Granja. (Org.) Comunicação e contra-hegemonia: Processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia:** a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORIN, Edgar. **O Método 6.** Ética. 3ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **O Método 4.** As ideias. 4ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007b.

NETTO, José Paulo. “FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras”. In: Lesbaupin, Ivo (org.) **O desmonte da nação:** balanço do governo FHC. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NOSELLA, Paolo. Ética e Pesquisa. **Revista Educação e Sociedade.** Campinas (SP), vol. 29, n. 102, p. 255-273, jan./abr. 2008.

ODALIA, Nilo. Revolução Francesa. A liberdade como meta coletiva. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto: 2005.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **Escuta sonora.** Recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007a.

OLIVEIRA, Eliézer de. **As Forças Armadas:** Política e Ideologia no Brasil. São Paulo: Vozes, 1976.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e Identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia:** Processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. **O retorno da comunidade:** os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Maria Cicília. **Comunicação nos Movimentos Populares:** a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Da Observação Participante à Pesquisa-Ação no Campo comunicacional: Pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Pensamento comunicacional Latino-Americano:** Da Pesquisa-Denúncia ao Pragmatismo Utópico. São Paulo: UESP, 2004.

_____; ALMEIDA, Ferreira Fernando de. (orgs.). **Comunicação para a cidadania.** Salvador: UNEB, 2003

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, RS, v. 11(1): 33-43, janeiro/abril, 2009.

PINHEIRO, Neto, **João. Jango, um depoimento pessoal.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 1993.

PINHEIRO, PAULO S. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005.

REALE, Miguel. **De Tancredo a Collor**, São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. **Participação e pós-materialismo na América Latina**. *Revista Opinião Pública*. vol.16, n.1, pp. 28-64. 2010.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Brasília: Editora UNB, 2010.

RIBEIRO, Lavina. **Comunicação e Sociedade**. Cultura, Informação e Espaço Público. Rio de Janeiro: E-papers Serviços editoriais, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUBIM, Antonio. Cidadania, comunicação e cultura; In. PERUZZO, Cicilia Maria K; SAES, Décio Azevedo Marques. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estudos Avançados**, 15 (42), pp.379-410, 2001.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SOUZA, Osvaldo Rodrigues de. **História Geral**, São Paulo: Editora Ática, 1990.

SAMPAIO, Jr Plinio Arruda. Brasil: as esperanças não vingaram. **OSAL – CLACSO**. Nº 18, septiembre-diciembre. 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARTRE, Jean-Paul. **A imaginação**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Uma revolução no cotidiano?** Os movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987

_____. **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SILVA, Rogério Forastieri da. **Conquista da Cidadania: Revolução Francesa**. São Paulo: Núcleo, 1991.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: Frustração camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: Uma concepção e uma prática. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: O Saber da Partilha**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

SINGER, Paul. Direitos Sociais. A cidadania para todos. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4, ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Luiz Alberto. Elementos éticos emergentes nas práticas dos movimentos sociais. **Síntese**. vol. I, nº 48. Nova fase, 1990.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária**. 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STRAPAZZON, João Paulo. **E o verbo se fez terra**. Chapecó (SC): Grifos, 1997.

TARROW, Sidney. Power in Movement: Collective Action, Social Movements and Politics, Cambridge: University Press, 1994.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio não contou**. 2. ed. São Paulo: Harba, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TÖNNIES, Ferdinand. Determinação geral dos conceitos principais. In: MIRANDA, Orlando de (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

TOURAINÉ, Alain. Égaux et différents. Pourrions-nous vivre ensemble? In. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VÁTTIMO, G. **La sociedade transparente**, Barcelona: Ediciones cátedra, 1990.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Thesaurus editora, 2007.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. 5. ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZERON, Carlos. A cidadania em Florença e Salamanca. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto: 2005.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

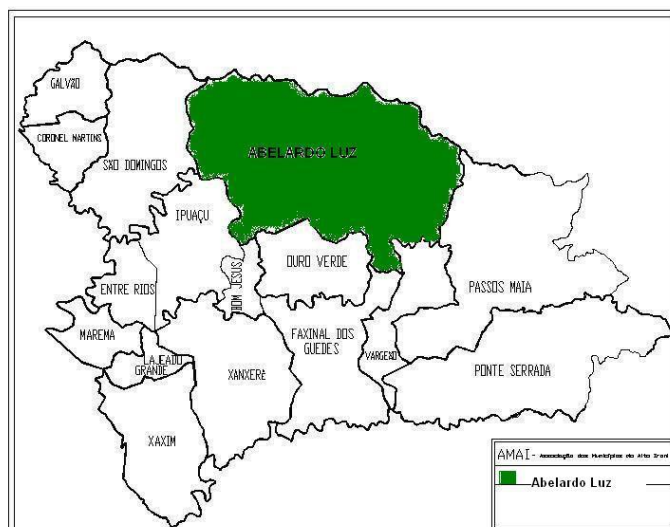
ANEXOS

ANEXO I - Mapa de identificação do município de Abelardo Luz



Fonte: www.google.com/imagens. Acesso em: 21/01/2013

ANEXO II - Mapa do município de Abelardo Luz e Região da AMAI - Associação dos municípios do Alto Irani



Fonte: www.google.com/imagens. Acesso em: 21/01/2013

ANEXO III - Imagens do Assentamento 25 de Maio e Rádio Terra Livre FM

Placa indicativa no acesso aos assentamentos do Município de Abelardo Luz



Créditos: Joel Felipe Guindani. **Data:** 22/12/2012

Monumento construído em homenagem aos Assentados. Representa o momento da ocupação das Terras no dia 25 de Maio de 1985



Créditos: Joel Felipe Guindani. **Data:** 19/12/2012

Parte frontal da Rádio Terra Livre FM.



Créditos: Joel Felipe Guindani. **Data:** 22/12/2012

Integrantes da Associação Cultural Terra Livre



Créditos: Joel Felipe Guindani. **Data:** 28/02/2012

Recepção da Rádio Terra Livre FM



Créditos: Joel Felipe Guindani. Data: 28/02/2013

Cartaz na sala de recepção da Rádio Terra Livre



Créditos: Joel Felipe Guindani. Data: 28/02/2013